

A Solidão do Corredor de Longa Distância

Brasil – Novo Modelo de Desenvolvimento, para Criar a
“Era das Grandes Oportunidades, Rumo ao País Desenvolvido”



João Paulo dos Reis Velloso

ipea 47
anos
Por um Brasil desenvolvido

A Solidão do Corredor de Longa Distância

Brasil – Novo Modelo de Desenvolvimento, para Criar a
“Era das Grandes Oportunidades, Rumo ao País Desenvolvido”



Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, Substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Homenagem à Exposição do CCBB sobre "Aleijadinho e seu tempo" (Rio de Janeiro, 2006; e Brasília, 2007).

A Solidão do Corredor de Longa Distância

Brasil – Novo Modelo de Desenvolvimento, para Criar a
"Era das Grandes Oportunidades, Rumo ao País Desenvolvido"



João Paulo dos Reis Velloso

ipea

Brasília, 2011

Velloso, João Paulo dos Reis

A solidão do corredor de longa distância : Brasil – novo modelo de desenvolvimento, para criar a “era das grandes oportunidades, rumo ao país desenvolvido”. – Brasília : Ipea, 2011.

223 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-126-7

1. História Econômica. 2. Desenvolvimento Econômico.
3. Crescimento Econômico. 4. Análise Histórica. 5. Brasil.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 338.981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

*À Maria Izabel e à Ana Clara.
Ao Professor.*

Ao Brasil, com seus “humilhados e ofendidos”.

“País sem grandes concepções é país destinado ao fracasso.”

Henry Kissinger

A dúvida

“Eu só sei que nada sei.”

Sócrates

“(...) duvidando, investigamos, e investigando descobrimos a verdade.”

Aristóteles

*“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.”**

Riobaldo Tatarana

* *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1956.

“Eu tenho um sonho.”
 (“I have a dream.”)

Martin Luther King (1963)

Esta é uma história.

*História de um país chamado “Terra de Santa Cruz”,
segundo Camões. Ou Brasil, segundo os nossos tempos.*

*País barroco. Complexo. Complicado. Mas “abençoado
por Deus”.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
PARTE I	
VISÃO RETROSPECTIVA: UM NOVO MUNDO NOS TRÓPICOS	
AS RAÍZES HISTÓRICAS DE UM PAÍS BARROCO – O BRASIL ANTES DE 1930	21
PARTE II	
SOB O OLHAR MALICIOSO DOS TRÓPICOS: AS TRÊS GRANDES CONCEPÇÕES – A ERA VARGAS, A ERA JK E A ERA GEISEL	69
PARTE III	
VISÃO RETROSPECTIVA: “COMO ERA VERDE O MEU VALE” – A GERAÇÃO QUE NÃO VIU O BRASIL CRESCER, AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 1990 E A REDESCOBERTA DO CRESCIMENTO (“LULA É NOSSO”) E DILMA	127
PARTE IV	
BRASIL: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA CRESCER NA GRANDE RECESSÃO E CRIAR A ERA DAS GRANDES OPORTUNIDADES – COMO EM 1929	153
PARTE V	
A PERGUNTA NÃO RESPONDIDA: SÉCULO DA CHINA OU SÉCULO DO BRASIL? TRÊS QUESTÕES E UMA PROPOSTA	183
CONCLUSÃO	215
EPÍLOGO	221

APRESENTAÇÃO

Ao publicar este *A solidão do corredor de longa distância*, de autoria do ministro João Paulo dos Reis Velloso, o Ipea presta merecida homenagem a seu fundador e primeiro dirigente no ano em que ele comemora 80 anos.

Trata-se de livro de grande relevância e alcance.

Nele, o ministro Velloso vê o desenvolvimento como uma corrida de longa distância. E enxerga nela um elemento de solidão: na busca obstinada do próprio caminho; nos dilemas da escolha das opções corretas; no próprio esforço empregado em sua consecução, que sempre envolve novas e criativas transformações.

Segundo ele, mestre de todos nós em planejamento estratégico, para que o Brasil se torne, em poucas décadas, um país desenvolvido, duas coisas, basicamente, são pressupostos necessários. Primeiro, um alto conteúdo de capital humano, obtido por meio de educação permanente e de qualidade. Segundo, levar o conhecimento, sob todas as formas, à economia, à sociedade, ao governo.

E duas importantes estratégias são essenciais.

De um lado, aproveitar grandes oportunidades econômicas (utilizar o pré-sal para transformar a economia; avançar na biotecnologia com base na biodiversidade; criar no país um centro global de tecnologias da informação e comunicação – TICs; construir grandes complexos industriais em torno de setores intensivos em recursos naturais – agronegócios e agroindústrias, mineração moderna e metalurgia, petróleo e petroquímica; e fomentar indústrias criativas – cultura, artes, *entertainment*, turismo, entre outras) de modo a viabilizar uma era de grandes oportunidades.

De outro lado, dar oportunidades a todos, no contexto do processo de crescimento e desenvolvimento grandemente gerador de empregos e em meio a clima propício à inovação insuflado pelo espírito de empreendimento.

Uma sociedade ativa e moderna, liderando tanto a democracia quanto o desenvolvimento, e um Estado capaz de atuar com visão estratégica, de destrinchar a questão política e tornar a Justiça ágil e acessível a todos, poderão interagir em mágica sinergia. E propiciar o avanço do Brasil como cultura e civilização, realizando nossa utopia: o sonho brasileiro, a busca da felicidade.

Eis, em síntese, o que nos ensina neste livro o ministro Velloso. Por dez anos ministro do Planejamento, ele propôs, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado por ele com o apoio do Ipea, uma solução positiva para

a crise do petróleo que imobilizava o Brasil. Em lugar dos ajustes recessivos, um programa de investimentos que tornou o país competitivo em energia, insumos básicos, petroquímica, muitos bens de capital. Assim, transformando crise em oportunidade, atualizando sua indústria, viabilizando mais crescimento e desenvolvimento e abrindo o caminho para a abertura política e a democracia.

Quem soube fazer está agora sabendo também ensinar e convencer.

Há mais de vinte anos, o ministro Velloso lidera um grupo de renomados economistas, sociólogos e cientistas políticos que instituiu, no Rio de Janeiro, o Fórum Nacional. Este é hoje o principal espaço público-privado – isto é, da sociedade – de diálogo das lideranças nacionais sobre o processo de modernização, desenvolvimento e crescimento do Brasil.

O Ipea orgulha-se de participar do Fórum desde sua fundação, ao lado de outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Aos oitenta anos, o ministro Velloso não se cansa de suas lutas pelo desenvolvimento e pela modernização do Brasil. Segue em frente, superando obstáculos, feliz pelo que faz. O destino é sua força. Ele é um patriota amante de seu país. É, acima de tudo, um grande brasileiro.

Este livro traduz o reconhecimento de todo o Ipea a seu ilustre e engajado servidor.

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

INTRODUÇÃO

A SOLIDÃO DO CORREDOR DE LONGA DISTÂNCIA E O MISTÉRIO DO CRESCIMENTO

É muito cedo, antes de o sol nascer, na manhã fria de início de inverno. O jovem de 17 anos, ao receber autorização do diretor do Reformatório para passar pelo portão de saída para a floresta, começa a correr. E vai aumentando a velocidade, seguindo a trilha entre as árvores quase sem folhas, *sozinho* no mundo.

Sua marcha é veloz, e vai percorrendo as distâncias, enquanto pensa: “Sinto-me como o primeiro e o último homem no mundo, os dois ao mesmo tempo”. Ninguém à vista. Após percorrer *longa distância*, ele desliza por suave encosta, para ficar sentado, olhando para o céu, gozando a liberdade de poder ultrapassar a ambição do diretor, de que ele conquistou para o Reformatório a taça de campeão em corrida de longa distância, entre todas as escolas de ensino fundamental na Inglaterra.

Ele está livre para correr na floresta, mas está sozinho. Em dois sentidos: porque é o único ser humano à vista, àquela hora; e porque tem de fazer sozinho a opção de se vai ou não quer vencer o campeonato, para agradar ao *establishment*. Logo ele, que é um *angry man*, um rebelde. Em suas palavras: “Correr tinha sido sempre uma coisa importante em minha família, especialmente correr da polícia”.

Assim se pode colocar a essência do belo filme de Tony Richardson – *A solidão do corredor de longa distância*.¹

E qual a relação com o Brasil?

É que o desenvolvimento é uma *corrida de longa distância*, e nela há um elemento de *solidão*, de ter de encontrar o próprio caminho e fazer o esforço próprio, sem o qual mesmo as favoráveis condições externas não irão trazer a realização do potencial do país e a condição de desenvolvido.

Vejam.

1. *The loneliness of the long distance runner*, filme de Tony Richardson (1962), baseado no romance homônimo de Alan Sillitoe.

A GRANDE QUESTÃO: POR QUE O BRASIL NÃO É PAÍS DESENVOLVIDO? – O DILEMA DAS OPÇÕES

Por que o Brasil não é país desenvolvido?

Porque fizemos opções erradas e perdemos a corrida para nossos concorrentes.

Opções erradas: 1820, 1850... 1920, 1979, 1981, 1985, 1990.

Porque não fizemos as mudanças e as reformas que deveríamos ter feito. E, por isso, ficamos, frequentemente, muito atrás de onde deveríamos estar.

Brasil – uma Revolução Passiva – *à la* Gramsci (“Se queremos que as coisas permaneçam como estão, as coisas terão de mudar”)?

Houve mudanças.

Até mudanças importantes.

Mas, principalmente a partir de 1980, faltaram as grandes concepções e a ênfase no crescimento, que só voltou a partir de 2002.

E grandes transformações – agenda incompleta de reformas nos anos 2000.

As “revoluções” brasileiras:

- Revolta da Armada.
- Revolução Federalista.
- Revolta dos Jagunços.
- Revoltas dos Tenentes.
- “Coluna Prestes”.
- Revolta dos Libertadores.
- Revolução de 1930.
- Revolução Constitucionalista.
- Revolta Comunista.
- Golpe do Estado Novo.
- Revolução “Integralista”.
- Revoluções Brancas – impedimento de Carlos Luz, Jacareacanga, Aragarças.
- Regime Militar de 20 anos.

*Não houve uma Verdadeira Revolução Brasileira. Só a “Política de Conciliação: história cruenta e incruenta”.*²

2. José Honório Rodrigues.

O DILEMA DAS OPÇÕES (I): POR QUE O BRASIL NÃO FOI UM RETARDATÁRIO À INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XIX, COMO OS ESTADOS UNIDOS?

A opção dos Estados Unidos

A opção americana, em fins do século XVIII, quanto à estratégia de desenvolvimento: integração imediata à Revolução Industrial da Europa (*Report on the subject of manufactures*, Alexander Hamilton).

A trajetória da industrialização americana – século XIX – para tornar-se a maior potência industrial do mundo, na altura de 1914: a agricultura era complementar à indústria.

A opção do Brasil

A opção brasileira, na altura da Independência: continuação do modelo agroexportador, baseado na escravatura.

A trajetória do desenvolvimento brasileiro, ao longo do século XIX: agricultura de exportação, principalmente à base do café, usando os *surtos de industrialização* para atender às suas necessidades. O motor do crescimento era a agroexportação.

TABELA 1
Consequência das opções brasileira e americana¹

Relação de renda <i>per capita</i>	EUA – Brasil
1820	1,7 1
1914	6/7 1

Nota: ¹. Ver estudos de Angus Maddison para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O dilema das opções (II): o Brasil e o “modelo escandinavo”

Exemplo histórico do “modelo escandinavo”: nas três primeiras décadas do século XX, os países escandinavos tinham renda baixa ou média e viviam da exploração de setores intensivos em recursos naturais – com grande desvantagem climática em relação ao Brasil.

Entretanto, passaram a aplicar ciência e tecnologia (C&T), modernos métodos de gestão, qualificação de mão de obra, produção de máquinas e equipamentos para todos os estágios das diferentes cadeias produtivas.

Resultado: hoje produzem – e exportam: aviões, carros de luxo, móveis de *design* sofisticado, equipamentos de telecomunicações, telefones celulares.

Adquiriram *aptidões modernas* e estão em tecnologias avançadas, dominando a Economia do Conhecimento.

O dilema das opções (III): por que o Brasil perdeu a corrida para a Coreia – nosso grande competidor, na altura dos anos 1970?

Desde os anos 1960, a Coreia colocou a educação de qualidade como base de seu modelo de desenvolvimento. O Brasil massificou a educação, mas, no processo, passou a ter educação de má qualidade.

A Coreia, dos anos 1960 ao fim dos anos 1990, soube usar bem seus conglomerados (*chaebol*), para construir uma boa base de espírito empresarial – com internacionalização –, e cobrar resultados – cumprimento de metas de exportação.

Nos acidentes de percurso (crises do petróleo – 1973-1983) e na fase de maior abertura da economia (anos 1985-1995), a Coreia soube sair-se melhor. Não houve *desconstrução do crescimento*.

No ano 2000, a Coreia aprovou seu Plano de Implantação da Economia do Conhecimento. O Brasil, nessa área, ainda não definiu uma estratégia clara, global. Entretanto, o Brasil tem hoje mais oportunidades que a Coreia – em potencial.

SUMA DAS SUMAS³

O *Brasil desenvolvido* é função, basicamente, de duas coisas:

- Educação de qualidade: Brasil como país de alto conteúdo de capital humano (desenvolvimento humano), educação e aprendizado (*skills*) permanente.
- Economia do Conhecimento: o conhecimento – sob todas as formas – levado a todos os setores, para o aproveitamento de *grandes oportunidades econômicas*; e a todos os segmentos da sociedade, para evitar *exclusões* – exemplo: exclusão digital.

A criação de *oportunidades para todos* exige um modelo de desenvolvimento *com grande geração de empregos* (“Só o emprego tira da pobreza”).

Entretanto, só haverá o aproveitamento de oportunidades – econômicas e sociais –, se for criado clima propício ao desenvolvimento do *espírito empresarial*, na *grande* e na *pequena empresa*.

Espírito empresarial como “arma secreta do Brasil”

Enquanto se universaliza a educação de qualidade – até o nível médio, pelo menos – e a expansão da Economia do Conhecimento, e se converte em realidade a grande geração de empregos, há necessidade de uma *estratégia de desenvolvimento social* – e

3. Ver fim de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

inclusão social –, que inclua a *redução da pobreza* – necessidades básicas – e a *eliminação da pobreza extrema* – necessidades alimentares. E também se realize a *inclusão digital* (banda larga).

Sem embargo, antes de desenvolver essas ideias, que nos devem levar a uma *Era das Grandes Oportunidades* e a uma *Visão de Brasil desenvolvido*, é necessário olhar para o espelho retrovisor, a fim de adquirir a necessária perspectiva histórica. Faremos, assim, breve viagem interpretativa pelas principais etapas do desenvolvimento brasileiro, até agora. É nossa interpretação do Brasil.

PARTE I

VISÃO RETROSPECTIVA: “UM NOVO MUNDO NOS TRÓPICOS”*
AS RAÍZES HISTÓRICAS DE UM PAÍS BARROCO – O BRASIL
ANTES DE 1930

* Freyre (1963).

PARTE I

PARA ENTENDER MELHOR AS RAÍZES DO BRASIL

O BRASIL EM *OS LUSÍADAS*

Os Lusíadas – épico poema de Camões – é a história de um povo e seus líderes, que, “no espaço de um século e meio, levaram sua bandeira e sua fé” por mares nunca dantes navegados, até alcançar a Índia, ligando o Ocidente ao Oriente.

E “estabeleceram não apenas um império, mas uma nova concepção de império, baseada no domínio das rotas oceânicas” (ATKINSON, 1952).

O poema épico é mais que a narrativa daquela realização. “É também uma interpretação da grandeza subjacente daqueles que a levaram a cabo”.

Lembrando: *Lusíadas* significa filhos de *Lusus*, companheiro de *Bacchus* e mítico primeiro conquistador de Portugal.

No canto I, os deuses se reúnem no Olimpo: *Bacchus* contra os portugueses, *Vênus* e *Marte* a favor deles, *Júpiter* inclinado favoravelmente. É que a esquadra de Vasco da Gama, em fins de 1497, está ultrapassando o Cabo das Tormentas – Cabo da Boa Esperança, segundo Dom Manuel, “O venturoso” – e tomando o rumo das Índias. A expedição anterior, de Bartolomeu Dias, decidira retornar a Portugal logo após sobreviver à aventura de contornar o Cabo.

O importante, entretanto, é assinalar que no fim de *Os lusíadas* (canto X), *Tathys*, a deusa do mar, leva Vasco da Gama ao topo de uma alta montanha e lhe faz a predição, depois de referir-se às grandes conquistas de Castela (Espanha):

Mas aqui, onde a terra tem mais largura, Portugal também terá sua parte, na região conhecida, por sua madeira vermelha (*Brazil Wood*), como *Brazil*. Na verdade, a próxima esquadra portuguesa a navegar irá descobri-la, e vocês irão dar nome a essa terra, primeiro, de ‘Santa Cruz’.

Mais adiante, concluindo, o poeta lamenta:

E agora, minha musa, que haja um final.

Pois minha lira não está mais afinada e minha voz se torna rouca, não pela minha canção, mas por ver que aqueles para quem estou cantando estão ficando surdos e de coração duro.

CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE *OS LUSÍADAS* (1572)

PORTUGAL NO “ANTIGO REGIME”¹

I

Na comunidade dos portugueses, conviviam uma multiplicidade de sentimentos de identidade, de diversas hierarquias e de diversos sentidos, por vezes contraditórios entre si.

“Eles sentiam-se, de certo, portugueses”, “mas, para além disso”, os estudos feitos permitem supor “que eles se sentiam católicos, hispanos, europeus, paisanos de uma província, membros de uma ordem (em concorrência com sentirem-se portugueses)”.

II

A favor de uma concepção pluralista de poder, à época, pesava também a referência contínua a certas instituições.

A começar da família – uma comunidade natural, fundada em um ato sacramental: o casamento.

Ou o “Ato da Graça” – “importância da liberalidade régia no fortalecimento do poder da Coroa”, ao mesmo tempo em que essa liberalidade régia era importante “na constituição e manutenção do patrimônio das grandes casas senhoriais”.

De forma mais concreta, a Igreja, que gozava de isenção jurisdicional no domínio espiritual e eclesiástico (para membros eclesiásticos e leigos) “Neste domínio – de contornos bem mais vastos que os de hoje –, vigorava o direito canônico, não sendo em geral autorizada qualquer intervenção do poder secular”.

Ao lado da Igreja, “A autonomia política das comunidades locais e seus concelhos”, permitindo “uma extensa capacidade de autorregulação”.

Havia, ainda, a autonomia senhorial, que “constituía um outro polo político da sociedade”.

A verdade é que tudo isso só iria mudar substancialmente durante a segunda metade do século XVIII

(...) quando, ao lado do conceito de uma administração ativa, tendente a realizar um disciplinamento da sociedade (...) surge, no plano da doutrina jurídica, da legislação e da prática dos tribunais, uma tendência para considerar como “indecentes” as pretensões dos vassallos a invocar direitos ou situações adquiridas, contra os projetos ordenadores do Estado (Regime Pombalino).

1. Ver, principalmente, Mattoso (1992).

Até então, prevalecia “o paradoxo de um sistema político a um tempo “monárquico e “pluralista”.

BRASIL: ECONOMIA E SOCIEDADE (ANTES DE 30) AS RAÍZES (OS “CLÁSSICOS”) E A ESCOLA REVISIONISTA

Sem fé, lei ou rei: visão inaugural do Brasil

No período pré-colonial – ou seja, antes da Capitania de São Vicente, de Martim Afonso de Souza – os textos primários (da época) revelam a “cosmovisão europeia. A religiosidade, a técnica, a estética, a ótica, as ilusões, os desencantos, a sobrevivência, tudo converge, na América, em um mundo estranho, repleto de sinais de *diferença*” (GIUCCI, 1993, grifo nosso).

Era o conflito de culturas.

Em um cenário em que se percebe, de um lado, o *expansionismo europeu da Renascença*, fazendo parte do *descobrimento do mundo*.

E, de outro, “o caráter fragmentário da relação entre os viajantes europeus e os nativos brasileiros.”

Nativos que, pelos principais cronistas – Caminha, Vespúcio, Gândavo –, eram considerados “Sem fé, lei ou rei”. Embora tivessem “formas alternativas de crenças sobrenaturais, modelos de organização social e figuras públicas de prestígio”.

Tinham, os novos senhores da terra, uma missão civilizatória. Entretanto, os nativos também vieram a revelar ter sua função civilizatória.

Desta forma, a questão da “diferença” era predominante.

O BRASIL E O BARROCO: O BRASIL É BARROCO. POR QUÊ?

“O Barroco (em Viena) era uma coisa dinâmica, cheia de paixão e sensualismo, pois reconhecia os mais ardentes desejos e os mais profundos impulsos criativos, assim como as fragilidades. Acima de tudo, era um apelo para sonhar.”

William L. Shirer (1992)

Se desejamos ter uma primeira ideia de por que o Brasil é tão complicado, econômica e socialmente, e tão desestruturado politicamente, é preciso lembrar a relação entre o Brasil e o Barroco.

Talvez quem melhor escreveu sobre este assunto foi Afrânio Coutinho (1994). Segundo este autor, o Brasil absorveu o Barroco, desde o século XVI, e assumiu identidade barroca, diretamente da Espanha, onde o barroco foi muito mais importante que em Portugal.

Importância pela mestiçagem – mistura de raças e culturas, e até religiões (o famoso sincretismo brasileiro). “Verdadeira salada de fatos contraditórios”.

Podemos, então, dizer do Brasil o que ele acentua em relação à Bahia. O Brasil é essencialmente Barroco, “de um barroquismo legítimo” e que adquiriu *status* internacional. Em dois sentidos, principalmente.

Primeiro, a influência, que significa universalidade e multiplicidade de formas.

O Barroco – principalmente na Arquitetura e artes plásticas – é importante em todo o Nordeste, em Minas e no Rio. Eduardo Etzel fala de sua importância em São Paulo, no Centro-Oeste e até no Sul.

Afrânio escreve que Jacques Maritain, quando esteve em Salvador em 1936, diante do fausto da Igreja de São Francisco, exclamou: “Não há igual em parte nenhuma. Nem na Europa Central”.

Mais recentemente (fins de 2006 e início de 2007), o brilho e a repercussão da exposição “Aleijadinho e seu tempo – fé, engenho e arte”, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), mostraram o milagre que foi o Barroco mineiro e, principalmente, o seu gênio maior (ao lado de Athayde).

Quanto à multiplicidade de formas, é só lembrar a importância do Barroco em nossa literatura, música, poesia, oratória.

Ainda Coutinho (1994, p. 207): “Com o conhecimento maior da arte barroca brasileira, cada vez mais nos tornamos aptos a compreender o papel que o Barroco desempenhou e desempenha em nossa cultura, como uma base, um rio subterrâneo em que se embebem as consciências e as faculdades criadoras”.

O segundo sentido em o Brasil é barroco refere-se ao modo de ser, desde o ecletismo (mestiçagem, mistura) aos excessos, os desbordamentos, a passionalidade (*cordialidade*, no sentido das *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda).

CARÁTER GERAL DA FORMAÇÃO BRASILEIRA

CARACTERÍSTICAS DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA

Tanto Caio Prado Jr. (1995) como Gilberto Freyre (1933), famosos intérpretes do Brasil, falam dos antecedentes europeus da colonização do Brasil.

O primeiro ressalta que a colonização das colônias de clima temperado – como os Estados Unidos – teve motivação político-religiosa e permaneceu por bastante tempo “adstrita à exploração de produtos espontâneos: madeiras, peles, pesca”. Eram “colônias propriamente de *povoamento*” (grifo do original), reconstituindo, no Novo Mundo, “uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus”.

Nos trópicos, foi diferente. Não se trata mais de construir feitorias (como na África ou Índia), mas a colonização vai ter caráter eminentemente mercantil – ou mercantilista, sistema dominante à época –, voltado para a exploração de produtos de alto valor econômico – como o açúcar e, em segundo plano, o tabaco, escassos, caríssimos, no continente europeu. É o europeu veio como dirigente – outros trabalhariam para ele (principalmente no caso de Portugal, onde a mão de obra era escassa): é o trabalho recrutado entre “raças inferiores” que domina: indígenas ou negros africanos importados.

Nessas circunstâncias, a colonização tendeu a realizar-se por meio da grande propriedade – a exemplo das *plantations* das colônias inglesas, inclusive porque a terra era o fator abundante por excelência, induzindo a métodos extensivos (e predatórios) de cultivo.

Nos trópicos, “surgirá *um tipo de sociedade inteiramente original*” (grifo nosso).

Gilberto Freyre explica a razão da adaptabilidade do português aos trópicos e da especificidade da colonização realizada no Brasil – formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida.²

Mais explicitamente: “Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular”. Por meio “das grandes famílias proprietárias de terras e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa, e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens”.

A origem dessa formação está nos antecedentes europeus: as raízes ibéricas e católico-latinos não fizeram do Brasil “simples e pura extensão da Europa”. Na Península Ibérica, “o resultado geral do longo contato dos espanhóis e portugueses com os árabes, os mouros e os judeus foi antes uma integração, ou equilíbrio,

2. A colocação está em sua *Interpretação do Brasil, no Novo mundo nos trópicos* e, ainda, no cap. I de *Casa Grande & Senzala*.

de elementos antagônicos do que a segregação ou diferenciação ostensiva de qualquer deles, ou mesmo choques violentos”.

No Brasil, em consequência, tendeu também a haver “um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de Economia e de cultura. A economia europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena”. Equilíbrio, claro, nem sempre fácil. *Equilíbrio e desigualdade*.

FUNDADORES VERTICAIS E HORIZONTAIS DO BRASIL

Foi também Gilberto Freyre que mostrou³ a existência, na formação brasileira, de fundadores *verticais e horizontais*.

Os verticais foram os de tipo social que, “por gosto de sedentariedade, se estabeleceram próximos à costa do Atlântico”. Tipicamente, os grandes senhores de terras, que “já vieram de Portugal com recursos bastantes para se estabelecerem como plantadores de cana e donos de escravos”, constituindo um elemento de feudalismo ou aristocracia na evolução brasileira. Aliás, Caio Prado Jr. fala de três aristocracias: a dos senhores de engenho, a dos grandes mineradores e a dos “barões” do café, ao longo dos tempos.

Os fundadores verticais é que mais se arraigaram à terra e constituíram sólidas casas grandes. E também sólidas senzalas, de pedra e tijolo. E igrejas ou capelas.

Já os fundadores horizontais eram homens móveis, migratórios. Tipicamente – os bandeirantes, que criaram a nossa fronteira móvel e trouxeram, até certo ponto, um elemento mais democrático para a formação brasileira.

Esses dois componentes não eram antagônicos, e sim complementares. E ambos contribuíram, à sua maneira, para a miscigenação e o individualismo ibérico que, nos fundadores verticais, se manifestava, inclusive, por certo “espírito de independência e até de rebeldia contra a Coroa”. Nos fundadores horizontais, pela fuga ao pagamento de impostos e o espírito de aventura.

Então, se, na famosa colocação de Vianna Moog, falarmos de “bandeirantes e pioneiros”, o Brasil teve os dois tipos. E dessa dualidade se originaram a concentração das cidades no litoral (*caranguejos arranhando a praia*, na expressão conhecida) e o expansionismo quase sem limites.

Finalmente, uma palavra – apenas uma palavra – sobre um terceiro componente – de outra ordem – da formação brasileira: a Igreja, e principalmente os jesuítas. É conhecido o papel dos jesuítas na proteção aos índios. Ainda em meados

3. Principalmente em sua *Interpretação do Brasil* (cap. II).

do século XVIII, estavam eles apoiando os guaranis, nas missões do Sul, contra os agressores espanhóis e portugueses. *Basta lembrar a figura de Sepé Tiaraju* (“Esta terra tem dono”), de quem se comemorou, em 2006, os 250 anos de morte.

Já quanto à Igreja em geral, o quadro é mais ambíguo, porque estava presa à armadilha da religião oficial e à instituição do padroado, que permitia a interferência da Coroa na administração eclesiástica. Então, vários elementos se colocam: o caráter democrático da Igreja, em sua estruturação, dando oportunidade a mestiços e negros pobres; o fato de que, em várias regiões, a Igreja era, ela própria, senhora de terras e escravos; e a posição *sui generis* dos padres e párocos em relação à família patriarcal, com elementos de dependência mas certa capacidade de influência benéfica.

CHINA TROPICAL?

O mosaico não estaria completo sem o elemento que Gilberto Freyre (2003) também incorporou: a forte presença de valores orientais na formação brasileira. A permeabilidade da colonização portuguesa também trouxe para o Brasil uma “infinidade de costumes, técnicas e valores orientais, principalmente originários da China e da Índia”.

Como assinala em *Sobrados e mucambos*: quase tinham sido transplantados para cá pedaços inteiros e vivos, não somente estilhaços ou restos, dessas civilizações extraeuropeias. Foram costumes, técnicas e valores sem os quais os portugueses não venceriam os trópicos. “O Oriente influenciou modos de viver, de trajar, de sentir e de pensar, concorrendo para o surgimento de uma civilização extraeuropeia, uma China Tropical, resultante da fusão de valores orientais, europeus, africanos e indígenas”.

Lembrando Fernando Pessoa:

“Uma folha de mim lança para o Norte

Outra folha de mim lança para o Sul

Outra folha minha atira ao Ocidente

E a outra, as outras, o resto de mim atira ao Oriente.”

FINAL DA COLÔNIA: OS BRASIS MÚLTIPLOS, DE CAPISTRANO

O próprio Caio Prado Jr. reconhece que, de fato, a dependência colonial do Brasil em relação a Portugal acabou em 1808, com a chegada da família real.

Se considerarmos o Brasil de fins do século XVIII, o ponto importante a ressaltar é que o imenso território (praticamente o mesmo de hoje) já estava conquistado, mas com grandes vazios no povoamento – a população era de cerca de

3 milhões de habitantes, para algo como 8,5 milhões de km². E não havia uma economia nacional, nem uma sociedade nacional.

O que havia eram os *múltiplos Brasis* de Capistrano de Abreu (1988) – um arquipélago, cheio de assimetrias, com diferenciação econômica e social (diferentes sociedades patriarcais). De passagem, o Brasil era conhecido na Inglaterra, à época, como “os Brasis”.

REVISÃO DA HERANÇA COLONIAL: A ECONOMIA

Interpretação dos Clássicos: a agricultura de exportação, à base da grande propriedade escravista

Não é fácil definir a interpretação dos clássicos, porque, principalmente a de Caio Prado Jr. é abrangente. E, em verdade, as três principais contribuições – de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais –, a rigor, constituem uma mesma interpretação.

Por isso, tomemos como núcleo a síntese do próprio Caio Prado Jr., quando fala do *Sentido da colonização* (1942): todas as atividades giram em torno do fim precípuo de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor, metais e pedras preciosas. O mais é secundário. Então, trata-se de uma exploração comercial “em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor, destinado a mantê-la em funcionamento”.

Isso não impede o autor de citar Gilberto Freyre (*Casa grande & senzala*), no sentido de que aqui se constituiu uma “sociedade com características nacionais e qualidades de permanência”, e não se ficou apenas na “simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros”.

E, igualmente, de reconhecer que, por causa da crescente importância das cidades, passou a haver outro tipo de agricultura (e a pecuária), voltada para o abastecimento dos “núcleos de povoamento mais denso”, por meio de alguma participação das grandes propriedades e, principalmente, de pequenas propriedades “que se aproximam do tipo camponês europeu”.

Entretanto, segundo Caio Prado Jr., essas duas realidades citadas são secundárias. O essencial é a grande agricultura de exportação.

Celso Furtado (1979), nos anos 1950, na mesma visão, colocou o elemento complementar de que, sendo um apêndice de sistemas maiores, a economia colonial *estava desprovida de ritmo próprio*. Ou seja, suas flutuações eram resultado das flutuações da economia internacional.

Nos anos 1970, Fernando Novais (1995) reafirma dois elementos da interpretação clássica: o fato de que o antigo sistema colonial (mercantilismo) se destinava a estimular “a acumulação primitiva de capital na economia metropolitana”, por meio do monopólio colonial de comércio (o “exclusivo” metropolitano); e a necessidade de que a estrutura produtiva, na colônia, se baseasse na escravidão, para obter melhor resultado (Paradoxalmente, é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário) (grifos no original).

Por outro lado, acrescenta um novo elemento: na época pós-pombalina, Portugal teria tentado superar a conjuntura de crise do sistema colonial, com um programa de reafirmação e modernização do pacto colonial (expansão de relações comerciais com o Brasil, estimulando na colônia a produção de manufaturas), combate ao contrabando. Esforço que não atingiu plenamente o objetivo, mas abriu o caminho para as aberturas que seriam feitas a partir da transferência da família real.

ESCOLA REVISIONISTA: PARA ALÉM DA *PLANTATION* AGROEXPORTADORA – MAIOR COMPLEXIDADE DA ECONOMIA

Principalmente a partir da década de 1990, o que poderíamos chamar de Escola Revisionista, originária principalmente de universidades,⁴ procurou mostrar a maior complexidade da Economia e da sociedade brasileiras, embora reconhecendo o núcleo de verdade da interpretação clássica.

Dessa forma, a Economia brasileira era muito mais que uma *plantation* agroexportadora, escravista e sob a égide do antigo sistema colonial.

Para situar a análise historicamente, cabe lembrar que em fins do século XVIII o eixo geoeconômico da colônia se transferiu para o Centro-Sul, sob a liderança do Rio de Janeiro, em dois movimentos.

De um lado, a transformação do Rio na principal praça comercial (e econômica, em geral) do Atlântico Sul. De outro, a emergência, ali, de uma elite mercantil (os comerciantes de “grosso trato”, ou seja, de atacado), cuja hegemonia passou a estabelecer-se sobre a citada região, a partir, digamos, de 1790, permanecendo até cerca de 1840. Tal elite exercia grande influência sobre a agricultura de exportação (dominando o comércio de mercadorias e fornecendo crédito à produção para Exportação), controlava o comércio de escravos (tal como na Bahia o faziam comerciantes locais), dominava o comércio de cabotagem e tinha elevado *status* econômico e social.

4. Entre os revisionistas poderíamos citar Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yeda Linhares, João Luís Fragoso, Manolo Florentino, Hebe Maria Mattos de Castro, entre outros.

Naquela altura, certas qualificações faz a bibliografia revisionista no tocante às avaliações tradicionais.

A primeira é que a colônia era dotada de certa autonomia. Ou seja, alguma capacidade de reagir às flutuações cíclicas da metrópole e da Europa. Assim, diante da queda de preços de seus produtos de Exportação, podia o Brasil aumentar a quantidade exportada (a fronteira econômica expandia-se continuamente), as atividades de abastecimento interno podiam manter o seu nível, novos produtos de exportação podiam ser lançados (fumo, cacau, índigo, arroz e – claro – café).

A segunda qualificação era sua razoável capacidade de acumulação: os negociantes de “grosso trato” (portugueses residentes no Brasil ou brasileiros) controlavam, segundo visto, as atividades mais lucrativas, deixando em segundo plano a antiga “nobreza da terra”.

“Tinham tanto dinheiro que um deles, Brás Carneiro Leão, deixou uma fortuna superior ao montante do capital necessário para a fundação do Banco do Brasil”. “Era uma gente rude, sem cultura, mas poderosa” (FRAGOSO, 1998).

A terceira era que o abastecimento interno constituía atividade de razoável importância, e era centrado no Rio de Janeiro. Em função da capital, colocava-se uma rede de regiões abastecedoras: Minas Gerais (alimentos e, depois, também café); São Paulo: tropeiros de gado, feiras de Sorocaba, monções comerciais destinadas a Cuiabá e Mato Grosso; Sul (gado e charque). No Nordeste, havia, claro, os centros da Bahia e Pernambuco (açúcar, na Zona da Mara, e gado, no Sertão). Cabe destaque também à função do Rio de Janeiro como reexportador de produtos do exterior para outras regiões do país.

Os elementos apresentados configuram o que Frago e Florentino (1993) consideram um *Projeto Arcaico* da elite mercantil do Rio de Janeiro, em uma concepção muito diferente, por exemplo, da classe comerciante de Boston, nos Estados Unidos, para a Nova Inglaterra.

Releva mencionar que, na essência, esse terminou sendo o projeto que prevaleceu no Brasil na altura da Independência, sob os auspícios da alta burocracia e das classes dominantes.

É oportuno recordar, igualmente, que essa opção pela escravatura (em um projeto de agroexportação de produtos tropicais) *deixava sem papel definido na Economia (e na sociedade) a grande massa de homens pobres livres (65% a 70% do total da população). Eram os “desclassificados”*.

Mas, voltando à colocação feita – arcaico por quê?

Por duas razões, basicamente.

Em primeiro lugar, porque, ao apoiar um modelo destinado a manter uma estrutura produtiva colonial orientada para transferir excedentes para a metrópole – por meio de uma associação da grande propriedade fundiária, a monocultura e a escravidão –, como, aliás, observaram os clássicos, estava a elite mercantil viabilizando um “sistema cujo funcionamento se identificava com a reiteração temporal de uma hierarquia a um só tempo diferenciada e excludente” (FRAGOSO, 1998).

A segunda razão é que tal elite experimentou, ao longo das primeiras décadas do século XIX, uma transformação: boa parte dos filhos e netos da geração que havia estabelecido a citada hegemonia passou a voltar-se para outro tipo de acumulação urbana (aquisição de imóveis para renda); e, principalmente, para o “ideal aristocrático” de serem senhores de engenhos de açúcar, no norte fluminense, e, após 1930, fazendeiros de café, no Vale do Paraíba (os “barões” do café).

Podemos, desta forma, entender *como permaneceu no Brasil, após a independência, um modelo historicamente solidário com a exclusão e a desigualdade extrema na distribuição de renda.*

Apenas como indicador, na distribuição da riqueza entre os inventariados do Rio de Janeiro, no período de 1790 a 1835, o decil mais elevado, tanto no meio rural como na cidade, detinha entre 68% e 73% do total. Os 40% inferiores da distribuição de riqueza possuíam 3,3% do total, no meio rural; e 2,6% do total, na cidade (CASTRO, 1977). Obviamente, essa amostra subestima a desigualdade, porque muita gente não era inventariada, por não ter bens a inventariar.

E a tendência de séculos anteriores não teria sido de menos extrema desigualdade de riqueza e renda. É que havia enorme concentração nas mãos dos senhores de terra e dos negociantes de “grosso trato”. E, no outro extremo, além dos escravos, a grande massa de homens livres pobres, sem bens ou quase isso, e com renda muito baixa.

Todo o exposto mostra estarmos bem longe das “teorias da dependência”, que, se têm um fundo de verdade, são, entretanto, alienadoras. Segundo observa um dos autores revisionistas, sobre o novo enfoque, muda a compreensão do que veio a ser o Brasil: *“Ajuda a procurar aqui, na terra em que vivemos, a causa dos nossos problemas”*.

A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL DO AÇÚCAR PELO BRASIL

Antonio Barros de Castro (1977) e outros autores mostraram como o Brasil havia transformado, na era colonial, a economia do açúcar no lado da oferta e no lado da procura, na ideia de obter “lucros produzindo quantidades cada vez maiores de açúcar a preços em diminuição, e extraindo disso maiores ganhos de um mercado em rápido crescimento”. O produto, de especiaria, virou artigo de consumo geral.

Isso se fez possível graças à utilização da mão de obra escrava (*As mãos e os pés do senhor de engenho*) e por meio do progresso técnico. Antonil, referindo-se às oficinas em que se fabricava o açúcar: “Quem quer que as vê e considere com a reflexão que merecem é obrigado a confessar que são um dos principais partos e invenções do engenho humano”. Daí a denominação “engenho de açúcar”.

Só que, como sabido, depois do apogeu brasileiro, originou-se uma corrida de revezamento, cada produtor líder passando o bastão ao sucessor (no caso as diversas Antilhas). E a conclusão de Castro: os portugueses como “aprendizes de feiticeiro”.

Sem embargo, por meio de inúmeras transformações, a cana de açúcar continuou desempenhando certo papel, ora mais relevante, ora menos, na economia brasileira. Até hoje.

É o mesmo autor que abre o caminho para a Escola Revisionista, ao observar ser conveniente abandonar “o esquema unidirecional metrópole – colônia”.

MAUÁ: O PROJETO MINORITÁRIO

Sabidamente, o país fez uma opção pela agricultura de exportação, à base da escravatura, na altura da Independência. E deixou de optar por uma imediata articulação com a Revolução Industrial que havia começado em torno de 1790, na Inglaterra e depois na Europa em geral (e nos Estados Unidos).

Foi esse o modelo de desenvolvimento que prevaleceu no Brasil, ao longo do século XIX, tendo sido reiterado pelo Conselho de Ministros, em 1850.

Entretanto, houve no Brasil, um *projeto minoritário*, liderado por Mauá, que se baseava no capitalismo moderno, procurando oportunidades fora da agricultura e que frequentemente criava empresas à base de *joint ventures* com capitais estrangeiros. Ou que, pelo menos, procurava parte do financiamento em Londres – então o maior mercado financeiro mundial.

Em um balanço feito por ele próprio, em 1861, Mauá era controlador de 17 empresas, instaladas em seis países (a maioria no Brasil). Nesse total, incluem-se oito das maiores empresas do Brasil.

Um verdadeiro império econômico, a despeito das dificuldades e interferências do governo imperial.

Suas grandes influências haviam sido o Visconde de Cairu, Adam Smith e David Ricardo.

Daí sua visão de capitalismo moderno e economia de mercado.

Visão que prevaleceu mesmo quando teve de enfrentar a falência – ver sua famosa Exposição aos credores e ao público – 1878).⁵ Preocupação básica: evitar qualquer prejuízo aos credores.

Grande brasileiro. Grande homem (inclusive como pai de família).

Pena: *Projeto minoritário*.

ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A partir de 1870, passou a haver maior complexidade no modelo de desenvolvimento do Brasil: começaram a acontecer surtos de industrialização: 1869-1873, 1880-1895 (o mais importante, pois compreende o período do *Encilhamento*), 1902-1913, 1919-1929. Com mais exatidão, esses períodos correspondem a surtos de investimento industrial, pois foram medidos por meio das exportações de equipamentos dos principais países industrializados para o Brasil, na forma do estudo realizado por Suzigan (1986).

A melhor explicação para a origem desses surtos está na “teoria dos produtos dominantes”, com suas *linkages* (encadeamentos), de diversos tipos: *linkages* de produção (para a frente e para trás – a conhecida teoria de Albert Hirschman), de consumo (o pagamento de remuneração a fatores de produção, levando a uma demanda por bens de consumo, na fase seguinte), de emprego e, até, *linkages* fiscais.

Dessa forma, o padrão de industrialização realizado no Brasil até a I Guerra Mundial teria como principal fator de estímulo a economia de agroexportação – café e outros produtos básicos. Foram indústrias, como têxteis (algodão, juta e lã), alimentícias, calçados, chapéus, moinhos de trigo, fabricação e refino de açúcar, cervejarias, vestuário, metal-mecânicas (moendas e peças para engenho de açúcar, moinhos para cereais, máquinas para beneficiar café e arroz, ferramentas e utensílios).

Além disso, a economia do café induzia investimentos de infraestrutura (estradas de ferro, rodovias, comunicações, energia elétrica) e serviços de apoio (bancos, seguros).

O ponto mais importante é que a predominância não é da substituição de importações (SI), e sim dos efeitos gerais do *boom* do café (e, em menor escala, de outros produtos de agroexportação).⁶

5. Sobre Mauá, ver Caldeira (1998), que contém a *Exposição aos credores*.

6. Não se deve deixar de mencionar que outra força por trás da industrialização, a partir de 1870, foi a urbanização, principalmente no Rio de Janeiro. São Paulo ainda era uma cidade de porte médio.

REVISÃO DA HERANÇA COLONIAL: A SOCIEDADE

Sociedade: a contribuição dos Clássicos

O precursor dos intérpretes do Brasil, como dito, foi Capistrano de Abreu, com os *Capítulos da história colonial*.

Não chegou a escrever uma nova história do Brasil, como tinha pensado, em oposição à historiografia oficial, representada principalmente por Varnhagem, nem realizou o projeto do Friedrich Von Martius, de 1844, de que se tomasse como temática central da nossa história a “fusão das três raças”. Isso ficaria, sabemos, para os anos 1930, principalmente com Gilberto Freyre. Mas ainda assim escreveu um livro que renunciou as diversas gerações de “inventores” do Brasil.

Vamos destacar os principais méritos dos “capítulos”: a ênfase nos “múltiplos Brasis” e na sociedade colonial, diversificada e complexa, embora com predomínio de forças centrífugas e dissolventes, e o deslocamento de foco, pois não era mais o da história da colonização portuguesa, e sim o da história da colônia e de sua sociedade. Esta é provavelmente a maior contribuição de Capistrano.

Em *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1902), a maior contribuição é, de um lado, a constatação de que o sertanejo, um mestiço, não era uma sub-raça degenerada como dizia a intelectualidade da época, mas “antes de tudo, um forte”. De outro, a denúncia do massacre de Canudos pelo Exército brasileiro. Apesar do cientificismo que a gente encontra no livro, por influência das ideias da época, no fundo a análise de Euclides ainda é válida.

A grande safra dos “descobridores” do Brasil veio nos anos 1930 e 1940: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., principalmente. Mas, dos três, há uma permanência maior de Freyre. Por isso, gostaria de voltar a fazer algumas observações, principalmente a respeito de *Casa grande & senzala* – eu sublinharia o & –, que completou 60 anos em 2003 e foi objeto de um documentário do Nelson Pereira dos Santos em 2001.

A grande questão que se colocou para ele na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, foi: *o que é ser brasileiro?* Os colegas dele sabiam o que era ser americano, o que era ser inglês, o que era ser alemão... e ele achava que não sabia direito o que era ser brasileiro. Esse foi o desafio que o levou a escrever a trilogia: *Casa grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*.

O caráter revolucionário da obra é o rompimento com o preconceito intelectual dominante na época, o racismo científico. Gilberto dizia que *era anti-científico ou acientífico falar de superioridade racial*, porque o elemento cultural precede o elemento racial. Outro rompimento: a refutação da impossibilidade de

civilização nos trópicos e a negação do determinismo geográfico. O ponto básico era a interpenetração de etnias, não apenas de raças e culturas, na formação brasileira. Lembrando: *Casa grande & senzala* significa interação.

Em termos de inovações, podemos citar o papel civilizador do índio: sua influência nos costumes das famílias dos primeiros tempos, na higiene, por exemplo, (tomar banho todo dia), nas danças, na religiosidade, na adaptabilidade às condições de vida nos trópicos. Outra inovação gilbertiana foi o papel civilizador do negro, lembrando que o negro brasileiro veio dos povos mais adiantados da África; a viabilidade de trabalho organizado nos trópicos; a adaptabilidade a diversos tipos de afazeres; o traço dionisíaco, expresso, por exemplo, no caráter sensual da dança; o tipo de música; e ainda a amenização da rigidez da religião, que, em parte, já vinha de Portugal, que amenizava tudo. Para Gilberto, tudo que aconteceu na Europa aconteceu em Portugal em escala menor.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque, em seu livro *Gilberto Freyre e a invenção do Brasil*, fala da utopia gilbertiana para o Brasil, do progresso, ou dos vários progressos, construídos por meio de um povo crescentemente mestiço, no sangue e na cultura. Acho que essa interpretação vai ao ponto.

Quero também falar da perspectiva aberta por Gilberto Freyre ao fazer pelo mestiço, em geral, o que Euclides havia feito pelo sertanejo: a abertura de caminho para que os homens livres pobres, que constituíam cerca de dois terços da população brasileira à época da Independência, na maioria mestiços, passassem a ter história. Até então, eram os “desclassificados”. E os “sem classe” eram também os “sem história”. Porque, em geral, a historiografia oficial brasileira ignorava essa população livre pobre. Depois, com os revisionistas, a coisa mudou.

Mas, a título de ilustração, gostaria de mencionar que um grande artista como Lasar Segall (pintor, escultor), de tal modo se impregnou da mestiçagem brasileira que em vários de seus autorretratos pinta a si mesmo como um mulato. Em seu autorretrato, de 1914, aparece como realmente era, as feições caracteristicamente russas. No autorretrato de 1924, ele aparece mulato, na cor, no cabelo, nas feições. É por isso que viveu bastante tempo no Brasil e aqui voltou frequentemente, ao longo de sua vida (morreu em 1957).

Com *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, vê-se a importância da superação das tensões entre as expressões sociais e políticas legadas pelo passado – e que são complicadas – e as novas condições urbanas e industriais do país que se estava tentando construir. Lembrando: estávamos nos anos 1930, Vargas, polarizações e extremismos políticos. A síntese da sociedade brasileira poderia ser esta: raízes personalistas, individualismo ibérico baseado no culto da personalidade, não temperado pela cultura cívica. Esse individualismo ibérico, como sabemos, é muito diferente do individualismo americano, que viceja em um ambiente de cultura cívica.

Aqui, temos o espírito de aventura, que orientou a colonização portuguesa, mesclado com a ordem patriarcal.

Tudo isso levando à falta de distinção entre domínio privado e domínio público, ao patrimonialismo e à predominância no Estado do “modelo de relações gerado na vida doméstica, a esfera dos laços afetivos e de parentesco”, como disse Brasília Sallum Jr. Cabe referência ainda à importância, para Sérgio Buarque de Holanda, de mudar a substância da política brasileira tradicional, incluindo no Estado as camadas sociais até então excluídas. A atualidade dessa referência pode ser buscada no fato de que só recentemente, e pela primeira vez desde a Independência do Brasil, temos a experiência de um governo com origens populares, o governo Lula.

ESCOLA REVISIONISTA: PARA ALÉM DA DICOTOMIA “SENHORES E ESCRAVOS” E COMPLEXIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA. MAS NEGLIGENCIAMENTO DOS HOMENS POBRES (LIVRES OU ESCRAVOS) PELO ESTADO

Dando um salto para a nossa época, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, de 1990, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta o Brasil como um caso de “oportunidade perdida de desenvolvimento humano sustentado”.

Cabe, então, assinalar que as origens dessa “oportunidade perdida” devem ser procuradas nos padrões de desenvolvimento econômico e social, adotados desde longa data.

Tomando como referência as primeiras décadas do século XIX, deve-se reconhecer a importância da contribuição dos clássicos (os citados intérpretes do Brasil), salientando, contudo, haver ela sido focada em outros aspectos da formação da sociedade brasileira. A Escola Revisionista ampliou muito o campo de visão, passando a incorporar várias dimensões, que mostram a complexidade de nossa sociedade.

Duas dimensões, em particular, devem ser salientadas.

A primeira refere-se à diversidade dos atores e sua relevância como personagens históricos.

Inicialmente, como assinalado, a grande presença dos homens livres pobres: cerca de 65% a 70% da população, na altura de 1820 (85% em torno de 1870). Como agente social, vamos encontrá-lo, na área rural, como tropeiro de gado (basta lembrar a grande Feira de Sorocaba), vendeiro (mascate), sitiante (ocupante), agregados (vivendo de favor), camarada (assalariado).

Na cidade, aparecia como mascate, comerciante, artesão, profissional liberal.

E a dominação pessoal, na relação com o grande proprietário, não era situação geral, pelas condições do país. A abundância de terras tornava frequente a ocupação de fato (camponeses, pequenos proprietários). Os grandes proprietários alugavam ou faziam parceria em terras. Grande era a mobilidade dos sitiantes. E existia agricultura comercial, pela venda dos excedentes nos mercados locais ou feiras.

Dessa forma, a população pobre livre soube encontrar, a seu modo, diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, por meio de “estratégias de sobrevivência” e “estratégias de negociação”. E sua atividade tinha considerável importância, se levarmos em conta a significação, notadamente para o Rio de Janeiro e outras cidades principais, da agricultura de abastecimento interno. Mesmo reconhecendo o caráter eminentemente rural da colonização brasileira, deve-se lembrar o fato de serem desproporcionalmente grandes as nossas principais cidades: o Rio de Janeiro era provavelmente maior que Nova York; Salvador maior era que qualquer outra cidade americana (salvo, talvez, Filadélfia).

Sem embargo, esse enorme contingente de homens pobres livres (os “desclassificados”, como dito) não tinham papel definido no modelo econômico da época. E havia contra eles o preconceito, que o relegava à condição de “desocupado”, existente até o fim do século XIX.

Essa predominância dos “desclassificados” é que levou Couty (1881) a usar a famosa expressão: o Brasil como “um país sem povo”. Ou seja, a maioria da população passava a não ter história.

Mas nada melhor que deixar o próprio Couty, em outro livro, de *Esboços sociológicos*, a desnudar o seu preconceito. Como escreveu:

(...) o Brasil não tem povo, ou melhor, o povo que lhe foi dado pelas misturas de raças e pelas alforrias não desempenha um papel ativo e útil.

(...) Esta mestiçagem biológica e social produziu muitos homens notáveis na política, na administração e até nas letras: e, como escrevemos a propósito da escravidão, as Províncias onde havia maior número de pessoas de cor mais escura foram durante muito tempo as mais influentes na Nação. Mas, como todos reconhecem, essa mestiçagem não construiu um povo de trabalhadores constantes e econômicos.

(...) O trabalhador permanente, que comparece ao trabalho diário, quase não existe na população livre dos campos brasileiros.

Não é outra ideia que um personagem de *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, apresenta como sua concepção de povo:

Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, empaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso que mostraríamos a um estrangeiro, como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus, As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo.

Só que, como já ficou evidenciado, os “desocupados” – ou “desclassificados” – encontravam múltiplas formas de ocupação. Estavam, quase sempre, ocupados.

Se passarmos ao mundo dos escravos, grande era, também, sua complexidade.

Para começar, a escravidão era muito disseminada: até escravos, às vezes, possuíam escravos. Outras vezes, o escravo funcionava como camponês (cultivo de lote na fazenda do senhor). Nas cidades, múltiplas eram suas atividades: “escravos de ganho” (vendedores de rua, em sociedade com o dono), artesãos, músicos, trabalhadores de fábricas. E faziam também a ligação entre cidades e regiões (tropeiros).

É hora de passar à outra dimensão que a Escola Revisionista focalizou: o negligenciamento, pelo Estado (e Sociedade), dos homens pobres, fossem eles livres, escravos ou ex-escravos. Negligenciamento que se revela, antes de tudo, *na falta de compromisso com um mínimo de educação, a despeito da universalidade e gratuidade asseguradas na Constituição de 1823* (Art. 179). Compromisso também faltou no tocante a direitos políticos e direitos civis, (cidadania).

Como resultado, segundo os censos, em 1872 somente cerca de 19% da população livre eram alfabetizados; e em 1890, apenas 16%, aproximadamente, da população total.

Outra consequência: a criação de mecanismos de reprodução da pobreza em relação aos ex-escravos. A razão básica é que, como a eles não foi dada qualquer assistência – financeira, de emprego ou de educação – foram os libertos lançados na grande massa da população pobre, com o agravante – para todos os participantes da “geleia geral” – do preconceito de cor.

ESTADO E SISTEMA POLÍTICO: PATRIMONIALISMO E PODER LOCAL

Complementando a discussão sobre as *Raízes do Brasil*, na visão dos clássicos e da Escola Revisionista, é chegada a oportunidade de considerar a questão do tipo de Estado e de sistema político que tivemos antes de 1930, e sua relação com a sociedade.

O clássico – no caso, um clássico temporão (seu livro data de 1958) – é Raymundo Faoro (2001), com *Os donos do poder*. Este apresenta uma das duas interpretações básicas sobre o tema.

Sua conhecida tese é que o patrimonialismo⁷ do Estado português foi transferido para o Brasil, ao longo do processo de colonização, dando origem a um Estado brasileiro eminentemente centralizador e (estruturalmente) autoritário.

7. Não é demais recordar o ponto básico do patrimonialismo, segundo Max Weber (1978, cap. XII): “Falta ao sistema patrimonialista, acima de tudo, a separação burocrática das esferas *privada e oficial*”. Daí decorreriam duas características desse tipo de Estado. De um lado, o Estado procura cooptar os diversos segmentos da sociedade – que, portanto, não são independentes. De outro, o mesmo Estado fica sujeito a fenômenos de *rent seeking* (porque do casuísmo e ausência de regras impessoais necessários à cooptação surgem oportunidades de parcelas dos diferentes setores da sociedade retirarem benefícios para si próprios).

Para entendimento dessa interpretação, devemos dar destaque a dois momentos da evolução histórica de Portugal.

Em primeiro lugar, a fase que Faoro denomina de “A Revolução Portuguesa – 1383-1385”.⁸ Trata-se da revolta popular (com apoio dos comerciantes) ocorrida em 1383, contra a regência de Dom Leonor Teles, e que conferiu ao Mestre de Avis, filho bastardo do rei falecido um mês antes, o título de “Regedor e defensor do reino”. Dois anos depois, seria ele coroado rei, com o nome de Dom João I.

Na essência, a Monarquia que então se consolidou foi um sistema nitidamente patrimonialista, com enorme concentração de poderes na Coroa, que para governar tinha o auxílio de uma estrutura especial “o estamento”. As classes mais importantes – nobreza, clero, comerciantes – ficavam na dependência do monarca.

Dessa forma, não houve em Portugal uma *Magna Carta*. Ao contrário: os “barões” foram derrotados. E, a partir de então, consolidando uma tendência que vinha desde, principalmente, a altura de 1325 (com Dom Afonso IV), deixou de existir no país um sistema do tipo “feudalismo ocidental” (na concepção de Weber, significando uma relação contratual entre rei e vassalos). O que se instalou foi um Estado patrimonialista (em que, como visto, a relação é de dependência em relação ao rei).

A Monarquia que lhe correspondeu não apenas cobraria impostos (inclusive da nobreza), como teria caráter empresarial – participando de negócios e empreendimentos. Com Dom João I se iniciaria a fase de construção de um Império Marítimo – deu ele o primeiro passo em direção ao mar, com a conquista de Ceuta.

Segundo Faoro, o Estado patrimonial foi trazido por Portugal para o Brasil, embora de forma progressiva, em razão das dificuldades naturais de exercer controle sobre um imenso território, e da diversidade dos vários Brasis.

A despeito do efeito descentralizador da primeira tentativa de ocupação do território e colonização (as capitânicas hereditárias), sempre novos instrumentos de centralização passaram a ser utilizados.

Logo de início, o regime fundiário utilizado para as capitânicas foi o de sesmarias – instituto jurídico que inclui a cláusula de reversão à Coroa. Em seguida, vem o período dos governadores gerais, que passaram a supervisionar as capitânicas, em assuntos militares, da Fazenda e da Justiça.

8. O fato de a Revolução Portuguesa ter sido, em última análise, uma revolução às avessas (concentração de poder nas mãos do rei) deve-se, em grande medida, a ter entrado em jogo o nacionalismo português: a nobreza, em sua maioria, se havia aliado ao rei da Castela, em sua pretensão ao trono português, por meio do casamento com a sucessora natural do trono, filha do soberano falecido um pouco antes.

A partir daí, e principalmente depois que o açúcar deu origem a um importante modelo de agroexportação, à base da escravatura, o que se observou foi a tendência a uma tensa convivência com o poder local (representado principalmente pelos senhores de engenho e os lavradores de cana), que procurava controlar as câmaras municipais (então denominadas Senado da Câmara) e que em geral conseguia, pelo menos, obter um sistema de representação limitada.

Os instrumentos de controle usados pela Coroa incluíam a nomeação dos juízes de fora, a extinção da prerrogativa de eleição dos vereadores e o aumento da máquina burocrática.

É sabido que houve agravamento da centralização, por parte da metrópole, na segunda metade do século XVIII. E isso nos leva ao segundo momento a destacar, na história de Portugal: o período da modernização empreendida pelo Marquês de Pombal, nos quadros do Antigo Regime (Monarquia Absolutista), com ênfase em um grande programa de industrialização e desenvolvimento do comércio com a principal colônia, o Brasil.

Como se observou: a reação de Pombal à crise em que havia estado a economia portuguesa

(...) tinha por objetivos estratégicos de médio-longo prazo tornar o país menos dependente de importações, reforçar a articulação (exclusiva) entre a economia metropolitana e a economia colonial e recuperar o atraso. E, no que ao setor industrial diz respeito, pode dizer-se que impulsionou, efetivamente, um crescimento duradouro. Crescimento esse prolongado, com as suas cambiantes e os seus percalços, até à primeira década do século XIX. (MATTOSO, 1992).

De um lado, essa política industrial consistiu, fundamentalmente, na criação de inúmeras novas “fábricas” (muitas delas de propriedade régia), “na atribuição de subsídios financeiros ou benefícios fiscais, na concessão de privilégios (mormente exclusivo de mercado) e no aproveitamento da experiência, mais do que dos cabedais, de técnicos e homens de negócio estrangeiros”.

De outro, “no fomento à criação de fábricas de transformação de produtos de origem colonial, principalmente o algodão e os couros, mas também o açúcar e o tabaco, com o que se pretendia reforçar a articulação e o ‘exclusivo’ entre a economia metropolitana e a colonial. Na mesma linha, mas em sentido inverso, merecem destaque todas as medidas tendentes a facilitar o acesso de produtos manufaturados nacionais (portugueses) ao mercado colonial”.

As implicações para o Brasil já ficaram evidentes: aos controles antes estabelecidos, para tirar o maior proveito possível do ciclo do ouro brasileiro (já em declínio), somaram-se decisões destinadas a impedir o florescimento de manufaturas no Brasil (haja vista o alvará de Dona Maria I proibindo indústrias têxteis no país).

Proclamada a Independência, e feita a opção pela reafirmação do modelo de desenvolvimento à base da agroexportação de produtos tropicais, sustentada pela escravatura, cabe examinar as duas interpretações sobre o Estado e sua articulação com a sociedade.

Para Faoro, a Monarquia brasileira não descontinuou o patrimonialismo, que se foi adaptando às circunstâncias e instituições de um país nas condições brasileiras, nominalmente liberal. Nominalmente porque, segundo outro estudo do mesmo autor,⁹ na altura da Independência, houve uma disputa entre dois tipos de liberalismo. De um lado, um liberalismo mais social e popular. De outro, o liberalismo conservador.

O primeiro envolvia riscos: de que correntes mais populares viessem a fazer parte da coalizão dominante; e problemas para a consolidação da Monarquia e da unidade nacional.

Como a corrente conservadora terminou vitoriosa, a ela coube superar os riscos mencionados. E, desta forma, política e administrativamente, o regime monárquico se revelou centralizador, principalmente após a consolidação da Monarquia e da unidade nacional. “O exemplo norte-americano serviu para muitos enganos: em lugar da Suprema Corte, árbitro dos poderes, o Poder Moderador (do imperador), armado com o Conselho de Estado, aniquila todos os dissídios e todas as veleidades liberais.” (FAORO, 2001).

Uma comparação da burocracia brasileira de então com a norte-americana mostra que a brasileira tinha a forma de uma pirâmide invertida, com grande número de posições de nível nacional e poucas de nível local. O contrário da estrutura norte-americana.

No campo econômico, a ação do governo (a despeito da pouca explicitação de políticas) era de apoio à agricultura de exportação, e principalmente ao café. E de decisões *ad hoc* em relação à indústria, considerada complementar ao setor agrícola.

A vida econômica dependia muito de um Estado Cartorial. “O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros” (nas concessões).¹⁰

9. Na revista *Estudos Avançados*, da USP.

10. Temos dúvida sobre a denominação de mercantilismo aplicada à atuação política do Império. O mercantilismo, tanto na experiência inglesa como francesa (e principalmente o período Colbertiano), tinha política de promoção industrial. O Império brasileiro, mesmo após 1870, não tinha política de apoio à Indústria. A melhor colocação ainda nos parece a do Conselho de Estado: manter o modelo agroexportador, considerando a Indústria um complemento deste. Havia, quanto à Indústria, uma ação *ad hoc*, de resposta a reivindicações do setor privado. E isso, sem dúvida, dava margem ao *rent seeking*, um dos elementos básicos do mercantilismo. Mas faltava o outro, a política de promoção industrial explícita.

Existia, é verdade, a atuação do Estado Cartorial (autorizações, concessões), mas que se referia primordialmente à área de infraestrutura (empresas concessionárias de serviços públicos), para atender à economia do café e para viabilizar a expansão urbana.

Por outro lado, existe outra interpretação das relações Estado – sociedade. Seu clássico moderno é o livro de Richard Graham: *Patronage and Politics in Nineteenth Century Brazil*.¹¹

A tese central é que, no século XIX, o clientelismo (*patronage*) formava a rede de conexão da política brasileira. Rede que ia da proteção aos clientes humildes, inclusive trabalhadores agrícolas sem terra, até o preenchimento de cargos públicos, em diferentes níveis. E a ligação dessas duas funções se fazia pelas eleições.

As eleições testavam a liderança do político local. Os votantes escolhiam, em geral, as figuras proeminentes da localidade, para formar o colégio eleitoral, que, por seu turno, escolhia deputados para o Parlamento”.¹²

Tal sistema terminava, em última análise, legitimando a estrutura social existente, mas não de uma forma direta ou simples.¹³

Em verdade, “o debate entre as teorias da centralização e do poder descentralizado está mal colocado”, segundo Simon Schwartzman (1988).

A síntese

Não ocorria uma destas coisas, mas as duas. De um lado, um Poder Político centralizado e hierárquico, que não dependia de bases locais de sustentação, apoiando-se na própria máquina administrativa governamental para subsistir e afirmar-se. De outro, um Poder Privado e Autônomo difuso, que só adquiria expressão política quando era cooptado pelo Estado, e que entrava em uma trajetória de conflito e derrota quando pretendia se articular, minimamente que fosse, como força política autônoma e representativa de seus interesses.

Como é sabido, a consequência política imediata do advento da República e, com ela, da Federação, foi a maior margem de manobra dada aos governadores dos estados, e também ao poder local, desde que o governador mantivesse sob controle os senhores do poder local (os coronéis), assegurando nas eleições do âmbito do estado o resultado desejado pelos líderes nacionais do partido situacionista. Prevalcia, assim, uma variante (o “coronelismo”) do sistema existente na Monarquia.

Sem embargo, havia um fator político importante a manifestar-se no período de 1889 a 1930: com a urbanização e os surtos industriais – que transferiram o eixo geoeconômico para São Paulo e Rio de Janeiro –, passaram a expressar-se de forma difusa as aspirações por reformas políticas, econômicas e sociais. E por certa presença do governo em relação a elas.

11. Stanford University Press, 1990.

12. O sistema de eleição indireta prevaleceu até a lei de 1881.

13. O sistema de poder local à base de relações pessoais e familiares, quase sempre beneficiando as famílias ricas ou poderosas, remonta à época colonial.

O “tenentismo”, com suas manifestações revolucionárias, foi um indicador e um instrumento de tais aspirações. E tudo foi descambar na Revolução de 1930, com a crise econômica ligada à Grande Depressão Mundial.

Tal revolução, portanto, veio encontrar o país com um Estado patrimonialista, e, pois, autoritário (estruturalmente), e um sistema político baseado em um fundamento hierárquico, e, pois, desigual e autoritário (também estruturalmente), em particular no nível local. Que modificações iriam ocorrer?

MOMENTOS ESPECIAIS DO BRASIL: DA INDEPENDÊNCIA ATÉ 1930

MOMENTOS ESPECIAIS (I): A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E PROJETOS PARA O BRASIL

I

Em 1822, o Brasil era “improvável” como país independente.

Havia, de um lado, os “vários Brasis” (de Capistrano), que pouco se comunicavam, e a Província do Maranhão e Grão Pará era distinta da Província do Brasil, comunicando-se diretamente com Portugal.

De outro, havia diferentes alternativas, incompatíveis entre si: união com Portugal, Proclamação da República (no modelo dos Estados Unidos, com Presidencialismo e Federação).

O que viabilizou a Independência, sob a forma de Império do Brasil, foi a conjugação de receio de caos social e político, por parte da pequena elite brasileira, com o comportamento de “Marcha da Insensatez”, por parte do governo e cortes (Assembleia Constituinte), em Portugal.

Dom Pedro optou pelo “Fico”, em janeiro de 1822. E já em fevereiro começa a Guerra da Independência, na Bahia.

Em 7 de setembro, Dom Pedro proclamou a Independência do Brasil, às margens do Ipiranga.

A Declaração de Independência, redigida por José Bonifácio, foi assinada pela princesa Leopoldina (GOMES, 2011).

II A “guerra do Fidié”

A maior batalha da Guerra de Independência ocorreu às margens do rio Jenipapo, em Campo Maior, Piauí (março de 1823).

A Proclamação de Independência havia ocorrido em 19 de outubro de 1822 (em Parnaíba). O major Fidié veio de Oeiras (então capital do Piauí), para enfrentar

os revoltosos, e o encontro resultou em carnificina, pois o lado piauiense (na verdade mistura de piauienses, cearenses e maranhenses), mal armado, teve enormes baixas.

Entretanto, a guerra continuou, e Fidié terminou exilado, enquanto a Província do Maranhão e Grão Pará se incorporava ao Brasil independente.

III A carta outorgada e os projetos para o Brasil

Como é sabido, Dom Pedro foi coroado Imperador em dezembro de 1822, houve a convocação da Assembleia Constituinte, que terminou sendo dissolvida, e vários de seus membros exilados (inclusive José Bonifácio).

Não obstante, a Constituição que veio a ser outorgada, em 1824, era avançada para o seu tempo. Sem embargo, trouxe a inovação do Poder Moderador (do Imperador), para “equilibrar” os três poderes tradicionais (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A propósito, Bonifácio tinha para o Brasil um projeto civilizatório – “um país europeu na América” (DOHLNIKOFF, 1998) – que incluía a abolição (gradual) da escravatura (apresentado à Assembleia Constituinte), construção de um Estado nacional, agenda de reformas (inclusive nova política indigenista, algo na linha de reforma agrária).

Como pessoa, revelou uma “inacreditável capacidade de colecionar inimigos”. Mas foi escolhido por Dom Pedro I para ser o preceptor do herdeiro do trono, na volta do imperador a Portugal.

MOMENTOS ESPECIAIS (II): O BRASIL DOS VIAJANTES, MISSÕES ARTÍSTICAS E MISSÕES CIENTÍFICAS (SÉCULOS XVI A XIX) – VISÃO SINTÉTICA E INTERPRETAÇÃO

O CONHECIMENTO DO BRASIL

Antes de 30: ficaria incompleto se não considerássemos, em síntese, a visão dos viajantes, missões artísticas (ou artistas, isoladamente) e missões científicas, desde cerca de 1530 até a altura de 1830.

Três séculos de descobertas, descrições, avaliações, quase sempre ilustradas (desenhos, aquarelas, pinturas), sobre a natureza brasileira, seus habitantes, às vezes sua alma.

Essa síntese interpretativa será feita em cinco momentos:

1. A viagem de reconhecimento da costa brasileira, por Martim Afonso de Sousa (1530-1532).
2. A viagem ao Brasil de dois grandes pintores, durante o reinado do príncipe Maurício de Nassau no domínio holandês do nordeste do Brasil (Post e Eckout).

3. A expedição de reconhecimento da Amazônia brasileira (1783-1792).
4. A Missão Artística Francesa (1816-1831) e a Expedição Langsgorff (1821-1829).
5. “Visões de Paraíso” (inclusive “Paraíso Perdido”): Rio de Janeiro dos viajantes (últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do século XIX).

Primeiro momento: visão dos argonautas e guerreiros – viagem de Martim Afonso de Sousa¹⁴ ao Rio da Prata e início da colonização

Em 1530, a epopeia – viagem exploradora de Martim Afonso de Sousa (com seu irmão Pedro, que escreveu o *Diário*), pela Costa Brasileira, desde a Paraíba até o Rio da Prata (e rio Paraná).

Em resumo, os exploradores tiveram de ser argonautas, pelos desafios de navegação enfrentados, com seus “insignificantes barcos de madeira”; e guerreiros, pelas batalhas navais enfrentadas desde a chegada: “ao chegar à Costa de Pernambuco – Cabo de Santo Agostinho – a esquadra persegue e aprisiona três naus francesas”.

O itinerário prossegue, em etapas: entrada na Baía de Todos os Santos (Salvador); do Rio de Janeiro a Cananeia (São Paulo); “ventos, mar e aventura” (Rio da Prata).

Entrando no Rio da Prata, vêm a acontecer vários naufrágios, até da nau capitânia: “agarrado em uma tábua”, foi como Martim Afonso se salvou. E dos tripulantes, apenas seis se afogaram, e um, segundo Pedro, “morreo de pasmo”.

Depois, o retorno a São Vicente e o início do papel de Martim Afonso como colonizador: fundação das duas primeiras Vilas do Brasil – Vila de São Vicente e Vila de Piratininga (São Paulo).

Importância histórica da expedição:

Pode-se avaliar a importância da expedição sabendo que foram principalmente seus resultados o que provavelmente levou Dom João III ao plano de subdividir o Brasil em Donatárias, primeiro passo positivo no sentido de sua colonização regular ... Essas Donatárias, ou Capitanias Hereditárias, inauguram uma fase bem definida na Política adotada pela Coroa Portuguesa com relação ao Brasil. Reproduzia-se assim, com pouca diferenciação, o sistema já adotado pelo Governo Português em suas possessões insulares do Atlântico.¹⁵

O resto é sabido.

14. Keatino e Maranhã (2011).

15. Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, v. 1.

Segundo momento: domínio holandês no Brasil – Maurício de Nassau e os dois grandes pintores, Post e Eckout

Nomeado governador geral do Brasil Holandês (em 1636), Maurício de Nassau trouxe para o Brasil artistas e cientistas, para conhecer e revelar o novo mundo.

Nesse contexto, enquanto Albert Eckout “representava em desenhos e pinturas a população, as plantas e os animais locais, Frans Post se ocupava do registro visual, da paisagem brasileira” (além de batalhas).

Post foi o primeiro pintor e desenhista europeu a “retratar paisagem tropical com suas palmeiras e fauna e flora exóticas”.

O primeiro estágio do trabalho de Post foram os sete anos passados no Brasil (1637-1644), provavelmente seu período mais espontâneo e criativo, com registro de 18 quadros de paisagens, “representando as localidades sob o controle de Nassau” – conjunto de grande força e originalidade – “representam o momento excepcional da descoberta da paisagem da América pelo primeiro artista formado na Europa”.

No segundo estágio de sua carreira, Post, de volta à Europa, continua tendo como tema principal o nordeste holandês, com base em cadernos e esboços que daqui levava.

Tem-se a terceira fase como a de sua maturidade artística, “com pleno domínio de sua técnica e de seus temas brasileiros.” Foi, igualmente, “o auge de sua carreira em termos comerciais”. Embora se diga que sua obra perde muito da espontaneidade dos quadros pintados no Brasil e da fidelidade aos temas abordados.

Já a quarta fase é de decadência, artística e pessoal (alcoolismo, doença de Parkinson). Mas seu legado é excepcional. E há a registrar, ainda, o fato de que 27 telas de Frans Post foram presenteadas a Luiz XIV por Nassau, em seu regresso a Europa (18 peças pintadas no Brasil). E esse acervo foi objeto da primeira exposição no Museu do Louvre sobre tema brasileiro: “Frans Post (2005) – o Brasil na corte de Luís XIV” (setembro-2005 a janeiro-2006).

Albert Eckout é denominado “pintor de Maurício de Nassau no Brasil”, no livro de Clarival do Prado Valladares (1981).

E o pórtico diz: “Uma coisa é saber da história segundo historiadores, e outra é vê-la através dos olhos que a viram”.

Síntese crítica: “*Pintor naturalista*, com abrangência da paisagem (*habitat*) e do *modelo vivo* (seres vivos), com maior ênfase na figura humana (tipos raciais, seus costumes e seus objetos). E ainda: “(...) um inovador da pintura da escola holandesa, por conseguinte um renovador de estilo”.

Neste segundo momento do Brasil dos viajantes, cabe referência ainda ao “Viajante que não viajou” – Caspar Barlaeus, que nunca esteve no Brasil, mas escreveu o panegírico da obra de Nassau no Brasil, publicado em 1647.



Frans Post, *A Igreja de São Cosme e Damião e o Mosteiro Franciscano de Igarauçu*, c. 1660-1680, óleo sobre tela. Museu Thyssen-Bornemisza (Madri)

Terceiro momento: “viagem ao Brasil” – “a expedição philosophica pelas capitânicas do Pará, rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá” (Amazônia e Centro-Oeste)

A origem da “viagem filosófica” foi a preocupação da Coroa portuguesa com o fato de que a ocupação da Amazônia e de Mato Grosso (duas enormes províncias) era rarefeita, até então (reinado de Dona Maria I, na altura de 1786). Estava, por isso, a região exposta à “cobiça internacional”.

Foi então, incumbido o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, “oficial da Secretaria D’Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos” (e membro da Academia Real) de proceder ao levantamento das “riquezas” dessa região.

Realizou-se, então, entre 1783 e 1792, a *Expedição Filosófica*, “impressionante façanha científica, somada a notável resistência física e amor ao saber”.

Filosófica – por quê? Alexandre Rodrigues Ferreira havia estudado Filosofia da Natureza na Universidade de Coimbra, e por isso comentava política e filosoficamente tudo que observava e todo o material que recolhia.

O resultado da expedição está contido em três coleções de livros, cada uma constituída de três volumes (FERREIRA, 2005).

A primeira série contém a *Coleção Etnográfica*, assim como os textos descritivos do próprio naturalista sobre “as tribos indígenas, seus artefatos, usos e costumes”.

Na segunda série estão as “observações, gerais e particulares, sobre a classe dos “mamais” (o homem, os quadrúpedes, os anfíbios, os alados (pássaros), os pinados (peixes)); textos e objetos sobre “herbário de peixes” (com ilustrações) e identificação dos pássaros, com ilustrações.

A terceira parte apresenta a avaliação científica da Coleção Botânica de Alexandre Rodrigues Ferreira (com ilustrações); o relatório de Antônio José Landi sobre a demarcação de fronteiras na Amazônia setecentista (com ilustrações); e os diários de viagem (e notícia histórica) às regiões do rio Branco, Marajó e rio Negro.

Sem dúvida, a maior expedição científica do Brasil, no século (percorreu 39 mil quilômetros).

Quarto momento: a Missão Artística Francesa (1816-1831) e a Expedição Langsdorff (1821-1829)

A missão artística francesa chegou ao Brasil em março de 1816, em um momento em que a colônia, com a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, se abria à Europa, em geral.

O principal participante, sabidamente, foi Jean-Baptiste Debret, o mais famoso artista estrangeiro a pintar o Brasil no século XIX.

Hoje, toda sua obra está reunida em um só livro: *Debret e o Brasil* (DEBRET, 2005), que incorpora seus quadros, aquarelas, desenhos e gravuras, no período de sua vida no Brasil de 1816-1831. E tudo isso, frequentemente, com os comentários do próprio Debret (da “viagem pitoresca”).

Nela, está todo o mundo brasileiro da época, desde as cenas históricas – Desembarque de Dona Leopoldina no Brasil e Coroação e Sagração de Dom Pedro I, Retrato de Dom Pedro II, com um ano de idade, por exemplo –, às cenas da vida cotidiana do Rio de Janeiro, cenas da vida dos escravos, cenas das vidas de diferentes tribos indígenas.

Realmente, um acervo indispensável à cultura brasileira.

Chegamos agora à famosa Expedição Langsdorff, convencidos de sua singular importância.

Nasceu a expedição da iniciativa do cônsul geral da Rússia no Rio de Janeiro, Grigori Inanovitch Langsdorff,¹⁶ que obteve o apoio do Czar Alexandre I, passando com isso a ter *status* imperial.

A expedição era, de um lado, científica-naturalista; e, de outro, artística. Langsdorff era eminente naturalista viajante, geógrafo e etnólogo, membro da Academia de Ciências da Rússia.

As pesquisas foram realizadas nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Paraná, objetivando o estudo da natureza, população e economia do país.

Percorreu mais de 16 mil quilômetros.

Sob a direção de Langsdorff, a duração das pesquisas foi de 1821 a 1829. De 1831 a 1836, o botânico L. Riedel – que tinha sido companheiro de Langsdorff, na fase principal – deu continuidade à expedição.

Graças ao apoio do Czar pode Langsdorff, um apaixonado pelo Brasil, contratar, de um lado, botânicos, zoólogos, astrônomos, navegadores.¹⁷ E, de outro lado, os artistas Johann Moritz *Rugendas*, Adrien *Taunay* e Hércules *Florence*. Com isso, a Expedição Langsdorff adquiriu proporções de verdadeira epopeia, causou-lhe a perda da razão e, em consequência, o sacrifício da própria vida.

Avaliação cultural e científica:

Considerando o quadro da história natural brasileira, não há como negar a originalidade do itinerário percorrido por Langsdorff, que representa a primeira tentativa de exploração científica de uma ampla área do *Brasil Central*, até então por completo ignorada. Além disso, cabe notar que a enorme extensão percorrida, somada aos anos de permanência no Rio de Janeiro, fez com que os viajantes tivessem a oportunidade de entrar em contato com uma Fauna (e Flora) extremamente diversificada, uma vez que os azares da expedição os levariam a percorrer tanto os domínios das matas atlânticas como os ‘Cerrados’ do Brasil Central, o complexo do Pantanal Matogrossense e o variado universo da Amazônia. (grifo nosso).

E os destaques:

De *Rugendas*, estão presentes 78 aquarelas e desenhos relacionados a plantas e animais (peixes, anfíbios, répteis e mamíferos) e, a maior parte, voltada para a representação de localidades e paisagens, abrangendo simultaneamente aspectos tanto da paisagem natural, antropizada (isto é: com ação humana em maior ou menor grau), quanto da paisagem natural. A contribuição de *Rugendas* se estende de 1822 a 1824, quando rompe com Langsdorff.¹⁸

16. Nascido na Alemanha, onde era conhecido como barão Heinrich von Langsdorff.

17. Ver *Rugendas, Taunay e Florence* (1988).

18. *A importância cultural e científica do acervo iconográfico da Expedição Langsdorff*, de Luiz Emygdio de Mello Filho (vol. I da coletânea citada).

A propósito, anotação no diário de Langsdorff: “Dia agradável. Ele proporcionou-me muitas horas de calma. Partida do Sr. Rugendas. Que Deus o acompanhe”.

Prosseguindo:

Taunay, cuja contribuição se estende de 1825 a 1828, interrompida por sua morte trágica nas águas do Guaporé, aos 25 anos, é o de maior contribuição nesse acervo preservado, com um total de 151 ilustrações. No campo da etnografia, fez 41 representações de figuras indígenas, mestiços e colonizadores. As ilustrações de animais somam 69 itens e as paisagens são em número de 20.

Ainda:

Florence contribuiu com 139 imagens, sendo, dos três, o de maior rigor científico: suas representações de plantas são as de maior fidelidade botânica, assim como a componente vegetal de algumas de suas paisagens.¹⁹

Como Rugendas é, dos três, o mais importante pintor, vale a pena uma referência geral a sua obra completa. (DIENER, 1997).

Se há uma obra que ilustra a realidade de grande parte do Continente Americano na primeira metade do século XIX é por certo a contribuição de Johann Moritz Rugendas. Por isso, Humbolt o denominou “pintor das Américas”.²⁰ E principalmente do Brasil.

A “viagem artística” de Rugendas pode ser dividida em cinco fases: artista viajante no Brasil (1822-1825), Expedição Langsdorff; permanência em Paris e Itália; início da Grande Viagem Americana (o paisagismo no México); Rugendas na América do Sul (a sedução dos temas culturais); e conclusão da Grande Viagem Americana, volta ao Rio de Janeiro (1845-1846). E aqui, verdadeira consagração.

Quinto momento: “Visões de Paraíso” (inclusive “Paraíso Perdido”) – Rio de Janeiro dos viajantes e o outro lado – Rio dos escravos (“as nações do Rio”)

Os dois mundos do Rio

O Rio de Janeiro, desde o início da colonização, sempre foi a “Cidade Maravilhosa” (“Cheia de encantos mil”) dos viajantes.

Em 1553, Thomé de Sousa, primeiro governador geral do Brasil, escreveu a Dom João III:

Senor

Eu entrey no Rio de Janeiro que esta nesta costa na Capitania de Martim Afonso, 50 lleguas de São Vicente e 50 do Espírito Santo, mando ho debujo dela a V.A., mas

19. *Op. cit.*

20. Aracy Amaral, *Rugendas: ilustrador dos novos territórios do mundo* (obra citada).

tudo he graça ho que della pode dizer se não que pinte quem quiser como deseje hum Rio isso tem este de Janeiro, parece-me que V.A. deve mandar fazer ally hua povoação honrada e boa (...) (COHEN; FRIDMAN, 1998).

E, em 1823, Pedro I, como “Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Império do Brasil”, enviou ao Senado da Câmara a comunicação: “Hey por bem conceder à Cidade do Rio de Janeiro o título de muito leal e heróica, de que ficara gozando perpetuamente”. (COHEN; FRIDMAN, 1998).

Mas foi nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX que a magia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – “Carente de facilidade, mas que transbordava de beleza” – se fez sentir de forma mais visível aos viajantes.

A cidade do Rio de Janeiro já nasceu etnicamente múltipla, com a presença de índios, assim como de europeus, na maioria portugueses, sem mencionar franceses e outros aventureiros nascidos no Velho Mundo, que desde o início se miscigenaram aos moradores da terra, e aos quais se veio juntar o sangue do escravo africano, constituindo assim um caldeirão cultural, a partir do qual se desenvolveu sua população (grifo nosso).

E assim chegamos ao outro mundo carioca – o mundo dos escravos.

O Rio era assim. O Rio é assim. “O Rio de Janeiro continua lindo”, mas tem algo como 530 favelas (ou complexos de favelas, como o da Maré – 16 favelas).

O primeiro mundo: “Visões de Paraíso” dos viajantes

O excelente *Paisagem do Rio de Janeiro* (ERMAKOFF, 2011) apresenta cerca de 200 imagens, com sua descrição e a crônica dos viajantes que as produziram, principalmente no período entre 1790 e 1830.

Dos cerca de 60 artistas-viajantes apresentados, destacaremos os que nos parecem merecer referência especial.

Thomaz Ender, entre os melhores, veio na Missão Científica Austríaca, acompanhando os naturalistas Martius e Spix, na comitiva da Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, em 1817. Executou 652 desenhos e aquarelas do Rio de Janeiro e mais 130 de outros locais – destaques: *Vista do centro do Rio de Janeiro, tomada do Morro da Conceição* e *Vista panorâmica tomada do alto do Corcovado, com o Pão de Açúcar à frente*.

Com a ascensão de Luis XVII novamente ao trono (Napoleão desterrado em Santa Helena), chegou ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton e trazendo, como sabido, Jean-Baptiste Taunay, Granjean de Montigny e Nicolas-Antoine Taunay (com seus filhos), entre eles Felix-Emile, futuro Diretor da Academia Imperial de Belas Artes – destaque: *Panorama do Rio de Janeiro*.

Henry Chamberlain, filho do cônsul inglês no Rio de Janeiro, ficou aqui dois anos – destaques: várias visitas, tendo sempre o Corcovado ao fundo.

Excepcional artista inglês, Augustus Earle (1820). Deixou a curiosidade: um autorretrato (de fraque e cartola), no cume do Corcovado – com vista de toda a Baía do Rio. *A Cidade está a seus pés*.

Atenção especial merece Maria Graham.

Amiga do Almirante Thomas Cochrane (contratado por Dom Pedro I para consolidar nossa Independência), esteve no Brasil em 1821, 1822, 1823, e 1824, ano em que foi preceptora de Dom Maria da Glória, futura rainha de Portugal. Escreveu o livro *Journal of a voyage to Brazil*, em que há excelente e afetuoso depoimento sobre o Rio de Janeiro (inclusive o *Dia do fico*) – destaques: *Rio, visto do Outeiro da Glória* com os Arcos da Lapa ao fundo; e várias *vistas do Corcovado, O cemitério dos ingleses* (na Gamboa).

Outros visitantes-artistas dignos de destaque são Charles Landseer: *Entrada da Barra, vista da Praia Vermelha; Corcovado, visto da Baía de Botafogo* e *Cidade nova, com vista do aqueduto da Carioca*. Edmond B. de La Touanne: *Oficiais da marinha francesa no alto do cume do corcovado*. Carl Edouard Kretschmar: *Panorama do Rio de Janeiro*; desde Benfica, Ponta do Caju, Morro do Castelo, Santa Teresa, Aqueduto, Engenho Velho, Engenho Novo (Corcovado ao fundo), Andaraí, Rio Maracanã, Montanha da Tijuca ao fundo, Palácio de São Cristóvão. William Smith: *Rio de Janeiro visto do Convento de Santa Teresa*.

Volta à cena Debret: *Vista da Praça do Palácio* (Largo do Paço) e *Vista geral do Rio de Janeiro, tomada do Mosteiro de São Bento*.

E, retorna também Rugendas: *Colheita de café, vendo-se o Pão de Açúcar ao fundo, Plantação chinesa de chá, Vista do Rio de Janeiro, tomada do Outeiro da Glória* e *Vista da Cidade tomada do Mosteiro de São Bento, vendo-se a Rua Direita* (1ª de Março) e ao fundo o Morro do Castelo.

"Paraíso Perdido" (e reconquistado): o mundo dos escravos no Rio

Ninguém melhor para mostrar esse outro mundo que Mary C. Karasch.²¹

“Na primeira metade do século XIX, o testemunho dos viajantes revela que o Rio de Janeiro era *unique* (ou seja, diferente de qualquer outro lugar), não apenas por sua beleza natural, mas também por sua grande população escrava africana”.

Em verdade, o Rio de Janeiro tinha a maior população de escravos urbanos nas Américas – em grande parte responsável “pela atmosfera e vitalidade da

21. *Slave Life in Rio de Janeiro: 1808-1850*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey (EUA), 1987.

cidade. O livro de *Karasch* “proporciona uma descrição e análise abrangente da rica cultura afro-carioca da cidade, incluindo seu folclore, suas canções e relatos de sua história oral.”

A pesquisadora americana centra sua análise na ideia das “nações do Rio”.

Nação era o termo preferido para qualquer grupo de africanos, desde uma pequena tribo até um grande reino. “E isso se aplicava não apenas às origens africanas mas também aos novos grupos que se formavam no Rio de Janeiro. Assim, as principais “nações brasileiras” do Rio eram o “crioulo”, o “pardo”, o “cabra”. E as “nações” (comunidades) aqui criadas mantinham *identidades separadas*.”

Importa referir as funções dos escravos, no mundo complexo então criado: jardineiros, caçadores, carregadores, barqueiros, marinheiros, trabalhadores de fábricas, limpadores de ruas, criados, artesãos, músicos, artistas.

E havia também os “escravos de ganho” (parceiros dos patrões) e proprietários (inclusive de escravos, segundo dito).

Conhecida é, igualmente, a criatividade do sincretismo religioso dos escravos, formando diferentes grupos religiosos e confrarias. E, nesse aspecto, a devoção à Virgem Maria, que era conhecida por “pelo menos vinte nomes, cada uma com sua própria imagem e seus símbolos”. Daí, enorme número de irmandades.

MOMENTOS ESPECIAIS (III): OS SETES POVOS DAS “MISSÕES”

O fenômeno da implantação das “Missões” jesuíticas durante os 150 anos de existência da “Paraquária” – extensa região entre os rios Paraná, Uruguai e zonas limítrofes – constitui um dos mais belos momentos da colonização brasileira, pelo seu prodígio e surpresa.

Referência especial cabe aos *Sete Povos das Missões* (ESCRIVÁ, 2011) (eram 60 ao todo). Povos que sofreram – principalmente os antigos habitantes Guaranis – “dupla injustiça por parte de espanhóis e portugueses”, sendo “*O sacrifício do herói nacional – Sepé Tiaraju – a mostra palpável dessa desgraça*”.

Esclarecendo: “A Missão, que se estabelecia nos locais em que havia mais aldeias e viviam mais caciques, começava com a construção de uma Igreja de troncos e palhas, junto com uma pequena casa para o missionário, a qual imediatamente começava a servir de escola para os numerosos meninos”.

“Logo se fazia a eleição das autoridades responsáveis pela comunidade (...) e se iniciava a estruturação física e econômica do povoado, que aumentava rapidamente, com a chegada de mais e mais caciques, até atingir alguns milhares de habitantes”.

As “Missões” viviam do produto de suas próprias plantações: algumas plantas de origem europeia e erva – mate nativa, ao lado de pequenos rebanhos de gado *vacum*. E os excedentes eram vendidos na região do Rio da Prata, em troca de mercadorias não produzidas na “redução” (Missão).

Intensa era a atividade na área de cultura e artes, por causa dos jesuítas, principalmente música: “O guarani aceitou a música renascentista, apaixonou-se pela barroca”. Vários tipos de instrumentos musicais eram produzidos, e alguns até exportados.

Nos festejos havia óperas barrocas e até óperas italianas. Eram “dramas musicados, com cantos, danças e temática cristã”.

Com a evolução, destaque também para a influência barroca na Arquitetura (principalmente igrejas), pintura e escultura. Houve o desenvolvimento da arte de impressão e da gravura.

“Centena de milhares de guaranis e menos de quinhentos jesuítas são os protagonistas dessa história sofrida e gloriosa, que se estendeu por 160 anos”.

O monumento ao Índio Sepé Tiaraju (*Esta terra tem dono*) fica em Santo Ângelo, como homenagem ao líder que “lutou contra os exércitos espanhol e português, morrendo durante a batalha”.

MOMENTOS ESPECIAIS (IV): 1831 – O PRIMEIRO ROMANCE BRASILEIRO – FREY APOLLONIO, DE VON MARTIUS

O autor

Von Martius²² integrou a Missão Científica que acompanhou a Arquiduquesa Dona Leopoldina (futura Imperatriz), havendo permanecido no Brasil de 1817 a 1820. Como decorrência, escreveu com o zoólogo Spix a célebre *Viagem pelo Brasil* – publicada em Munique na década seguinte.

É, também, autor do ensaio: *Como escrever a história do Brasil* (1842), que influenciou Varnhagen e, até, Capistrano de Abreu.

Pode, assim, ser considerado o primeiro “*brazilianist*”, pois dedicou sua carreira ao Brasil, após a volta à Europa.

O livro *Frey Appolonio: um romance do Brazil*²³

Escrito em 1831 – embora publicado apenas em 1992 –, pode ser considerado o primeiro romance brasileiro, retratando, em forma ficcional, as experiências de Von Martius em viagens pela Amazônia.

22. Carlos Frederico Felipe Von Martius, Botânico e Zoólogo.

23. Martius (1992).

Pontos a destacar, pela atualidade:

- Nos diálogos entre o jovem cientista (*alter ego* de Von Martius) e *Frey Apollonio* discute-se a “miscigenação como fator favorável à renovação. E, contrariamente a tantos outros cientistas de sua época, defendendo a mistura de raças”.
- Principal tema: defesa da ecologia – fauna e flora, no Brasil, e principalmente na Amazônia.

MOMENTOS ESPECIAIS (V): “BARROCO, ALMA DO BRASIL”²⁴

Barroco como visão do mundo: “Com o barroco, não era apenas um estilo artístico que estava em voga, era toda uma visão de mundo”

Hatzel: “A vontade barroca de integrar a natureza pagã no universo da fé católica, não a descobrimos somente nas artes: ela caracteriza toda uma civilização”:

- Forma de Estado barroco: Monarquia absoluta cristã.
- Política barroca: política que procura justificar o imperialismo dos reis com argumentos tirados da Bíblia.
- Moral barroca: indignação de Pascal ante os acomodamentos de consciência.
- Estilo de vida barroca: aquele dos príncipes da Igreja e dos grandes senhores cristãos.
- Literatura barroca: principalmente os autos (Calderón, Lope da Vega, Tirso de Molina), mas também Tasso, Milton e Shakespeare.

No Brasil, desembarcou a Idade Média fundida ao Renascentismo, “no composto estranho chamado *barroco*”, que aqui sofreria modificações, para transformar-se “numa expressão cultural capaz de explicar componentes essenciais da cultura brasileira”.

(...) “Nas Minas Geraes se dramatiza o triunfo da fé, do ouro e dos diamantes”, ao som da música de orfeus morenos

Em 1733, em Vila Rica (Ouro Preto), “testemunhava-se a estrondosa harmonia dos sinos, a melodia artificiosa das músicas, o estrépito das danças, o adorno das figuras, a formosura na variedade, a ordem na multidão”.

Nas janelas, sedas e damascos em um “contencioso triunfo de ouro e diamantes”.

24. Ver Sant’anna (1997).

Seguiram-se três dias de cavalhadas de tarde, três de comédias de noite e três corridas de touros (touradas) de tarde.

Nos banquetes, misturavam-se senhoras e escravos, “porque tudo existe no espírito barroco para ostentar a glória do Senhor e a fidelidade de seus servos”.

O TEATRO TEVE UMA EXTRAORDINÁRIA EVOLUÇÃO E TORNOU-SE UMA METÁFORA DA VIDA HUMANA, PERDIDA ENTRE O SONHO E A REALIDADE

Em Vila Rica, no teatro mais antigo (e belo) da América do Sul, encenavam-se as peças mais conhecidas da época. O mesmo acontecia na Casa de Ópera de Sabará.

O teatro, para os governantes portugueses, era “onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade aos soberanos”. Teatro como necessidade (1771).

Setenta óperas e tragédias foram representadas (entre 1770 e 1775) no Rio de Janeiro, Vila Rica (e Cuiabá). Molière, Goldoni, Voltaire – e Antônio José, o judeu.

“O teatro. A ilusão. A realidade”.

“O barroco. O ser e o parecer”.

“Sonhos. Até sonhos políticos” (Inconfidência).

BARROCO E MESTIÇAGEM: ARTES PLÁSTICAS, ARQUITETURA, MÚSICA

A mestiçagem, no Brasil colonial, transformou-se em produto estético tropical.

O Aleijadinho “esculpia a Bíblia em pedra sabão” e construía igrejas. Era a expressão máxima do Barroco.

“Antônio Francisco (Lisboa) era pardo. Escuro, tinha voz forte, a fala arrebatada e o gênio agastado. A estatura era baixa, o corpo cheio e mal configurado, o rosto e a cabeça redondos, e esta volumosa, o cabelo preto e anelado, o da barba cerrado e basto, a testa larga, o nariz regular e algum tanto ponteagudo, os beiços grossos, orelhas grandes e o pescoço curto”. Sabia ler e escrever (talvez um pouco de latim) (Bretas).

Nada mais barroco que o Aleijadinho.

Richard Burton, viajante inglês (1868): “As esculturas de São Francisco de Assis, de São João Del Rei, são fruto da inacreditável habilidade *manual* de um *homem que não tinha mãos*”.

No caso de Athayde, vê-se, no forro da nave da Capela da Ordem Terceira de São Francisco, em Ouro Preto, uma figura da Virgem, bem no centro – uma mulata saudada por anjinhos morenos.

O modelo: Maria do Carmo, mulher de Athayde, escrava. Passou a ser a Madona tropical, formas recheadas, grandes olhos escuros, lábios e nariz como qualquer outra escrava roliça de Vila Rica (ou da Bahia).

Na música clássica, são considerados excepcionais, no período, dois mulattos: José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, em Minas; e o Padre José Maurício Nunes Garcia, no Rio. Ponto alto de “movimentos musicais instauradores da música clássica no país”.

“OS POETAS FORMADOS EM PORTUGAL SE FINGIAM DE PASTORES, VIVIAM SONHANDO COM NINFAS E CHEGARAM A SE METER EM UMA REBELIÃO PARA LIBERTAR O BRASIL

Os poetas que, nos idos de 1700, moravam em Minas, diziam viver na Arcádia (a região dos pastores, na Grécia clássica).

Gonzaga, ouvidor em Vila Rica, bordou o vestido da noiva, Marília.

Alvarenga Peixoto, também ouvidor, em São João Del Rei, teve uma filha com a namorada, Bárbara Heliodora, mas três anos depois casou com ela – prova de bom caratismo.

O terceiro poeta, Cláudio Manoel da Costa, era secretário de governo.

Após a prisão e processo, tomaram rumos diferentes.

Alvarenga, enviado para degredo na África, logo morreu, de doenças nativas. Cláudio Manoel, sem espírito poético, enforcou-se na sua cela. Boa sorte teve Gonzaga: exilado para Moçambique, ali se tornou procurador da Coroa e Fazenda, vindo a casar-se com mulher rica, “herdeira da casa mais opulenta de Moçambique em negócios de escravatura”.

Quanto a Tiradentes. Sim, Tiradentes, o “poeta que não escrevia”, mas que era um bom tocador de flauta e violão, foi enforcado e, depois, esquartejado, teve um dos quartos exposto em Cebolas; o outro, em Barbacena; o terceiro em Varzinha, o quarto em Bandeirinhas.

A cabeça, em Vila Rica (alto da Rua das Cabeças).

“Não há informações de onde deixaram seu coração”.

O MODERNISMO REDESCOBRE O BARROCO

Em 1919, Mário de Andrade, saindo de São Paulo, atravessou as não estradas de Minas para ir conhecer, em Mariana, o maior poeta brasileiro de seu tempo, Alphonsus de Guimarães. E, juntos, visitaram todos “os velhos templos da cidade”.

Resultado: Mário de Andrade encabeçou o redescobrimento do barroco, e, em consequência, em 1924, “um grupo de artistas, intelectuais e mecenas de São Paulo foi conhecer as cidades históricas de Minas”: Mário, Oswald de Andrade, Blaise Cendrars, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteadó.

Como consequência, Mário de Andrade veio a escrever um memorável texto sobre o Aleijadinho. Mais tarde, Manoel Bandeira escreveu o *Guia de Ouro Preto*, Lúcia Machado de Almeida publicou o *Viagem a Sabará*, Drumond e Oswald tematizaram as cidades barrocas.

Na trilha de Cendrars, Germain Bazin (curador do Louvre) veio ao Brasil e converteu-se: *Foi o caminho de Damasco*.

Em 1936, sob a orientação de Rodrigo Mello Franco, estrutura-se o IPHAN – então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MOMENTOS ESPECIAIS (VI): A QUESTÃO NACIONAL – DA MONARQUIA À REPÚBLICA (“VELHA”)

I

Já em meados do século XIX, estava o Brasil, especialmente nos meios ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), voltado para a questão nacional – que visão se deve ter para o país?

Naquela altura, poder-se-ia dizer que essa ideia de *Projeto de país* envolvia, principalmente, duas dimensões.

De um lado, a visão que Von Martius propôs se definiu como: “fusão de três raças – branca (portuguesa, europeia), índia e negra”.

Em verdade, deveriam ser três mundos, a serem integrados ou conciliados. Ou três culturas, ou três civilizações.

De outro, a questão de, como foi dito, ter-se no país um Estado e uma sociedade construídas de cima para baixo. Ou seja, estruturalmente autoritários.

II

Temos, a seguir, uma fase de transição. Ou seja, o processo de passagem da Monarquia para a República.

Na altura de 1989, a Monarquia se havia indisposto com as lideranças civis, militares e eclesiásticas. Mas a Proclamação da República foi, de fato, uma quartelada – a propaganda republicana desejava era a implantação do novo regime por mudanças constitucionais. E não como foi feito.

Adicionalmente, é sabido que a República começou com crise econômica, inflação, desemprego.

E o que tivemos, nas primeiras três décadas do século XX, foi realmente uma república “velha” – “república de governadores”, conflito constante entre oligarquias estaduais (os “coronéis”, com seus exércitos particulares) ou a eternização de oligarquias (como no Rio Grande do Sul). Ou a fraude escancarada nas eleições.

Na altura de 1920 (OLIVEIRA, 1997), quando já havia começado o Movimento Tenentista, a colocação da questão nacional se fazia em outros termos, mais ideológicos: conservadores monarquistas – como Eduardo Prado, sofisticado crítico da República – e republicanos progressistas (ou revoltados) – como Raul Pompéia, Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Alberto Torres.

Enquanto isso, entre 20 e 30, tivemos a “Seara de Caim” (na expressão de Rosalina Coelho Lisboa) – *Tenentismo, 18 do Forte, Coluna Prestes*.

E, para culminar, a Revolução de 1930, viabilizada pela pacto entre a “Aliança Liberal” e as forças tenentistas. Morria, assim, a república “velha”, no momento em que o mundo – e o Brasil, em particular – sofria o impacto da “Grande Depressão”.

MOMENTOS ESPECIAIS (VII): A MULHER NO BRASIL²⁵ – DO BRASIL COLÔNIA ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

I

Começamos pelo pano de fundo: até o período em que se deu a Independência, vivia-se na América Portuguesa num cenário com algumas características: a Família Patriarcal era o padrão dominante entre as elites agrárias, enquanto nas camadas populares rurais e urbanas os casamentos, uniões informais e não legalizados, e os filhos ilegítimos eram a marca registrada (MARY DEL PRIORE).

II

Família indígena: relações pouco rígidas. Tio poderia casar com sobrinha, mas casamento entre filho e mãe, irmão e irmã, pai e filha eram proibidos.

Regras matrimoniais simples: varão propunha; se moça aceitasse, estavam casados. E um ou outro poderiam desfazer laço matrimonial.

Maioria dos homens tinha uma só mulher. Mas os grandes guerreiros e caciques podiam ter várias mulheres (RONALD RAMINELLI).

25. Ver, principalmente, Del Priore (2010, 2011).

III

Represamento à sexualidade feminina, pela sociedade machista e pela Igreja.

O recolhimento (confinamento) era a forma usual de evitar adultério pela mulher casada. E havia tolerância em relação ao marido que punisse a mulher adúltera – “na época colonial, a mulher arriscava-se muito ao cometer adultério”.

Entretanto, as mulheres reagiam por meio do poder da sedução, ou até da transgressão (inclusive com outra mulher) “Pecado *contra natura*”. (EMANUEL ARAÚJO).

IV

O *Médico e o monstro*: o corpo feminino – magia e medicina.

Em um cenário em que doença e culpa se misturavam (herdado de Portugal), o corpo feminino era visto, inclusive por médicos, como um palco nebuloso em que Deus e o diabo se degladiavam.

Para a maior parte dos médicos, a mulher não se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e suas características morais. [E espirituais].

Nas sociedades tradicionais, como era a do Brasil colonial, acreditava-se na existência de um círculo vicioso que submetia as mulheres à influência cósmica, ligando-as aos mistérios da natureza. Era preciso ser filha, mulher e mãe para completar o ciclo natural. (MARY DEL PRIORE).

V

A realidade da mulher, inclusive seu erotismo.

Inúmeros historiadores demonstraram, em pesquisas recentes”, (...) as mulheres de carne e osso, ganhando a vida como vendedoras de quitutes, nas ruas de Minas, agindo como chefes de famílias, sós, sem os maridos ou companheiros. Que saíam à cata de ouro e aventuras e não voltavam jamais. Mulheres que, apesar de oprimidas e abandonadas, souberam construir sua identidade e *amansar* os homens, ora recorrendo a encantamentos, ora solicitando o divórcio à Justiça Eclesiástica.

Mulheres que gerenciavam, com conhecimento de causa, tudo que dizia respeito à maternidade, desde os mistérios do parto até as práticas da contracepção. (RONALDO VAINFAS).

VI

Mulheres pobres e inserção no Brasil urbano:

Durante a *Belle Époque* (1890/1920), com a plena instauração da ordem burguesa (...) os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção, no momento em que o *trabalho compulsório* passava a ser *trabalho* livre.

Convergiam as preocupações para a organização da Família e de uma classe dirigente sólida. Das camadas populares se esperava um força de trabalho adequada e disciplinada.

Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na Nova Ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos (RACHEL SOIBET).

VII

“A revolução da mulher foi a mais importante Revolução do século XX”, disse Norberto Bobbio.

Quero lembrar aqui que não se trata da chamada revolução feminista, com tantas polêmicas e conotações ideológicas.

No seu planejamento e estrutura seria uma revolução mais prudente e mais paciente, obscura, talvez. Contudo, ambiciosa na sua natureza mais profunda e que teria seu nascedouro visível no fim do século passado (século XIX), para vir a desenvolver-se plenamente durante a Segunda Guerra Mundial.

A difícil revolução da mulher, sem agressividade, ela que foi tão agredida. Uma revolução sem imitar a linha machista, na ansiosa vontade de afirmação e de poder, mas uma luta com maior generosidade, digamos. Respeitando a si própria e nesse respeito pelo próximo, o que quer dizer *amor* (LYGIA FAGUNDES TELES).

MOMENTOS ESPECIAIS (VIII): OUTRA DIMENSÃO DA QUESTÃO NACIONAL – O MODERNISMO BRASILEIRO (LETRAS E ARTES) (AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX)

A referência: a vanguarda europeia

Cabe referência, principalmente, a movimentos de vanguarda como o futurismo (1909), o expressionismo (1910), o cubismo (1913), o dadaísmo (1916) e o surrealismo (1924).

É a ideia do “espírito novo”, que muito iria influenciar o meio artístico e intelectual (e político) brasileiro das primeiras décadas do século XX.

Destaque especial merecem o expressionismo, o cubismo e o surrealismo, por verem na superação do passado uma forma de “construção de uma nova estrutura estética e social”. E, igualmente, por terem influenciado não apenas as artes plásticas e a literatura, como também o cinema, que estava emergindo.

Estamos, assim, diante de “duas faces de uma mesma realidade – a expressão caótica ou ordenada do universo, seja ele o mundo exterior ou a dimensão psicológica da vida interior”.²⁶

MODERNISMO BRASILEIRO (A PARTIR DE 1922)

Como é sabido, houve dois eventos que impulsionaram o movimento modernista: a Semana de Arte Moderna, de 1922; e a Conferência de Graça Aranha, na Academia Brasileira de Letras, em 1924.

Entretanto, é grande a lista dos manifestos modernistas lançados pelas principais figuras do movimento, com a orientação geral: rompimento com o passado, antiburguesismo, nacionalismo (com ou sem ideologia), procura da liberdade (e espiritualidade, nos casos de Tasso da Silveira e Cecília Meireles).

Destaques a fazer:

Mário de Andrade

- *Prefácio interessantíssimo* (1921)
- *A escrava que não é Isaura* (1924-1925)
- *O movimento modernista* (1942)

Oswald de Andrade

- *Manifesto Pau-Brasil* (1924)
- *Manifesto antropofágico* (1928)

Cassiano Ricardo (concretismo e praxismo)

- Vamos caçar papagaios, Martim Cererê

Tasso da Silveira (revista *Festa*)

- A alma heroica dos homens
- Alegorias do homem novo

Plínio Salgado

- *O estrangeiro* (romance, 1926)
- *O curupira e o carao* (ensaio sobre o movimento modernista, em colaboração com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia)

26. Ver Teles (1976), Sudameris (1978), Zanini (1983) e Coutinho: *Literatura no Brasil: modernismo*.

Carlos Drummond de Andrade

- *Procura da poesia* (meta poema) (1944)

Manoel Bandeira: O são João Batista do modernismo

- *Carnaval* (1919)
- *Libertinagem* (1930)
- *Itinerário de Pasárgada* (1954)

Cecília Meireles

- *Viagem* (1939)

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ATKINSON, W. C. **The lusiads**. Introduction. New York: Penguin Classics, 1952.
- BANDEIRA, J.; LAGO, P. C. **Debret e o Brasil**. Editora Capivara, 2009. Obra completa.
- CALDEIRA, J. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Autobiografia: Visconde de Mauá**. Rio de Janeiro: Tobbooks, 1998.
- CASTRO, A. B. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1977.
- COHEN, A. A.; FRIDMAN, S. A. **Rio de Janeiro: ontem e hoje**. Amazon, 1998.
- COUTINHO, A. **Do barroco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- COUITY, L. **L'Esclavage au Brésil**. Paris: Librairie de Guillaumin *et cie.*, 1881.
- DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.
- DIENER, P. **Rugendas 1802-1858**. Wibner, Alemanha: Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), 1997.
- DOHLNIKOFF, M. (Org.). **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ERMAKOFF, G. **Paisagem do Rio de Janeiro: aquarelas, desenhos e gravuras dos artistas viajantes 1790-1890**. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2011.

ESCRIVÁ, J. M. P. **São Miguel das missões: arte e cultura dos sete povos**. Porto Alegre: Unisinos, 2011.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001. Edição revista.

FERREIRA, A. R. **Viagem do Brasil**. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2005. 3 séries contendo 9 volumes com patrocínio da FINEP e da Academia Brasileira de Ciências.

FRAGOSO, J. L. Entrevista concedida a Elio Gaspari. **Jornal do Brasil**, p. 14, 19.7.1998.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Editora Diadorim, 1993. c. 1790-c. 1840.

FREYRE, G. **New World in the Tropics**. Vintage Books, 1963.

_____. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980. Primeira edição de 1933.

_____. **China tropical**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 16. ed. Companhia Editora Nacional, 1979.

GIUCCI, G. **Sem fé, lei ou rei: Brasil, 1500-1532**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

GOMES, L. **1822**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

KEATINO, V.; MARANHÁ, R. **Diário de navegação: Pero Lopes e a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532)**. Com ilustrações. Editora terceiro nome, 2011.

MATTOSO, J. **História de Portugal: o antigo regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. v. 4.

OLIVEIRA, L. L. **Questão nacional na primeira república. A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

POST, F. **O Brasil na corte de Luis XIV**. Milão: Editora 5 Continentes; Paris: Museu do Louvre, set. 2005.

PRADO JR., C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. Primeira edição de 1945.

SANT'ANNA, A. R. **Barroco, alma do Brasil**. Rio de Janeiro: Bradesco Seguros, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SHIRER, W. L. **A native's return**. Nova York: Bantam Books, 1992.

SUDAMERIS. **O modernismo no Brasil**, 1978.

TAUNAY, A.; FLORENCE, H. **Johann Moritz Rugendas: expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829**. Rio de Janeiro: Edições Alumbamento, 1988. v. 3.

TELES, G. M. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

VALADARES, C. P. **Albert Eckout: pintor de Maurício de Nassau no Brasil 1637-1646**. Rio; Recife: Livroarte Editora, 1981. Verbetes científicos de Luiz Emygdio de Mello Filho.

VON MARTIUS, C. F. F. **Frey Apollonio: um romance do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

WEBER, Max. **Economy and Society**. Berkeley, US: University of California Press, 1978. cap. XII, v. 2.

WILSON, S. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ZANINI, W. **História geral da arte no Brasil**. 1983.

PARTE II

**“SOB O OLHAR MALICIOSO DOS TRÓPICOS”:^{*} AS TRÊS GRANDES
CONCEPÇÕES – A ERA VARGAS, A ERA JK E A ERA GEISEL**

^{*} Romance de José Barreto Filho, 1929.

PARTE II

INTRODUÇÃO (I): REALIZANDO AS GRANDES CONCEPÇÕES – QUESTÕES BÁSICAS

No momento de estruturar uma *grande concepção*, faz-se indispensável considerar duas questões básicas, tendo em vista as lições dos principais países ao longo da Revolução Industrial, no século XIX.

De um lado, a estratégia de desenvolvimento – implícita ou explícita – tem que ser estratégia de duplo mercado. Ou seja – mercado interno e mercado externo. Em maior ou menor escala, conforme as circunstâncias.

De outro, deve-se ter como objetivo criar elasticidade em nossas vantagens comparativas. Ou seja, obter uma situação em que, se perdermos uma vantagem comparativa no comércio internacional, seja logo possível criar outra. Ou outras. Com isso, vamos sempre alimentando a pauta de exportações com novos produtos, de preferência *produtos dinâmicos* no comércio mundial.

A origem dessa orientação está na colocação feita por Hicks (1959). A questão para a qual se voltava ele era saber qual a diferença fundamental entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, em matéria de inserção internacional.

Sua resposta foi:

(...) A partir de quando um país alcança um certo estágio de desenvolvimento parece adquirir (ou ser capaz de adquirir) uma espécie de elasticidade (*resilience*) contra mudanças em suas vantagens comparativas. Uma das vantagens das especializações “avançadas” é que trazem consigo a *capacidade* de gerar outras coisas; assim, se uma nação “avançada” é colocada fora de uma especialização, não lhe é insuperavelmente difícil *criar* (grifos nossos) uma outra.

Ou seja, especializações “avançadas” – não confundir com altas tecnologias – significam *elasticidade nas vantagens comparativas*. Ter uma base de competência que permite reagir adequadamente aos avanços de novos concorrentes, e, dentro do cardápio de opções quanto a setores ou linhas de produtos em que somos potencialmente competitivos (por vantagens naturais ou *criadas* – daí a ideia de especializações avançadas), escolher as melhores alternativas. Principalmente aquelas que têm demanda dinâmica no comércio mundial, como já dito.

INTRODUÇÃO (II): VISÃO REVISIONISTA – O QUE ERA, REALMENTE, O MODELO DE ALTO CRESCIMENTO? MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES? MODELO FECHADO?

Dúvidas sobre a natureza do modelo

Em geral, tem-se como certo que o Brasil, no período de alto crescimento, de 1930 a 1980, vivia sob um modelo, essencialmente, de substituição de importações (SI). Será? Talvez seja bom começar a levantar dúvidas. Sempre as dúvidas, que ajudam a refletir.

Vejamos, por exemplo, o que aconteceu em dois momentos especiais: o do chamado “Milagre” e o do II PND (Estratégia de 74).

Segundo estudo do Banco Mundial *Brazil – Industrial Policies and Manufactured Exports*,¹ no período 1970-1974, ou seja, *grosso modo*, a fase do Milagre, o crescimento industrial brasileiro teve como principais fontes a expansão de exportações (EE), responsável por 12%, e a expansão da demanda interna (EDI) (96%). A SI foi negativa (-8%). Negativa em bens de consumo e bens de capital, e, mais ainda, em bens intermediários (quase -12%). Isso não significa que em todos os ramos da indústria de transformação haja esse caráter negativo. Estamos tomando as grandes categorias.

Na fase de 1974 a 1979, a situação foi mais equilibrada: expansão das exportações (10%), substituição de importações (16%) e expansão da demanda interna (80,5%).

Então, talvez se possa dizer: o ciclo de alto crescimento era sempre deflagrado por uma conjugação de duas fontes, mas essencial se fazia impulsionar a demanda interna, pela sua importância quantitativa. Basta dizer que em 1949 o coeficiente de importações (relação importações – oferta total), na indústria de transformação, era de apenas cerca de 14%. Significando que, globalmente, nossa indústria já atendia a 84% da demanda interna (1949).

Sem embargo, faltava avançar na SI de certos ramos industriais importantes, em muitos dos quais éramos potencialmente competitivos. Ilustrando, consideremos os coeficientes de importações: maquinaria (66%), equipamentos de transportes (52%), equipamentos elétricos, (47%), indústria química (38%) e metalurgia (24%). Assim, não é coincidência que, quando a primeira Crise do Petróleo desabou sobre nós, foi exatamente para esses setores que nos voltamos. De forma estrategicamente correta.

Outra dúvida relativa ao modelo refere-se à inserção internacional: tratava-se de modelo fechado? Lembre-se que, no Milagre, entre 1968 e 1973, a taxa de crescimento anual das exportações foi de 25%, e das importações de 28%.

1. Estudo publicado em 1983 – com base no relatório de uma missão que esteve no Brasil em julho e agosto de 1981.

Talvez se possa dizer que o modelo era *assimetricamente aberto*. A proteção efetiva era alta para bens de consumo, mas quanto a bens intermediários e bens de capital, a tendência era para a abertura. Mesmo porque havia os regimes especiais de câmbio, que faziam com que a tarifa realmente aplicada, na segunda metade dos anos 1970 – época de restrições, por causa da Crise do Petróleo – variasse entre 10 e 15%.

Especificamente quanto a exportações, estudo realizado por Pedro Mota Veiga² conclui: “cerca de 4/5 do incremento das exportações no período 1967/1990 foram obtidas até 1981” (grifos nossos).

Importa, igualmente, destacar o tratamento dado ao investimento direto externo (IDE) na era do alto crescimento: não havia nenhuma restrição legal, podendo o IDE dirigir-se a qualquer setor. E seu papel foi relevante, como “substituto histórico”, já agora principalmente no desenvolvimento industrial – antes era em setores de infraestrutura.

Estudo de Marcelo Nonnemberg (Ipea) destacou três surtos de IDE, nos períodos: 1955-1961 (Plano de Metas), média anual de US\$ 521 milhões; 1968-1973 (Milagre), US\$ 680 milhões; e 1974-1981 (II PND), US\$ 2478 milhões – sempre em dólares de 1996. E, em cada ciclo, o IDE se orientava para os setores prioritários daquele momento especial – evidentemente, para beneficiar-se de melhores incentivos.

Complexidade do modelo e do sistema de incentivos – e proteção

O primeiro ponto a assinalar, quanto à complexidade do modelo de alto crescimento, é a *importância de sua dinâmica econômica*. Essa dinâmica era, geralmente, criada pela realização de um bloco de investimentos interligados – setores diretamente produtivos, tendo a indústria na liderança, mas incluindo a agricultura moderna e os serviços modernos, tudo isso apoiado em boa infraestrutura econômica – que à época dependia, essencialmente, de empresas estatais.

Dentro desse núcleo de investimentos básicos havia interligações setoriais, as *linkages*, para frente e para trás – à la Hirschman. Tais interligações ampliavam o efeito dos investimentos e realimentavam o processo, pelo efeito sobre geração de renda e consumo.

Naturalmente, o objetivo desse núcleo de investimentos em acionar duas ou três fontes de crescimento (SI, EE e EDI), que, por sua vez, tinham interações e complementaridade, além de incluírem sempre, como frente estratégica, uma, e de preferência duas, áreas de *tradeables*, ou seja, produtos comercializados internacionalmente, com os efeitos positivos da inserção internacional.

2. Ver *Exportações brasileiras: desempenho e especialização internacional* de 1991, realizado para a FUNCEX.

O segundo ponto referia-se à *importância dos substitutos históricos*, principalmente a ação estratégica do Estado, em parceria com o setor privado; os bancos de desenvolvimento – instrumentos dessa ação; as empresas multinacionais, como apresentado.

Em terceiro lugar, a *importância das opções e oportunidades*. Mais exatamente, as opções eram feitas com o objetivo de criar ou aproveitar Oportunidades, segundo veremos na interpretação dos três momentos especiais. Oportunidade criada foi, notadamente, o II PND, no governo Geisel, porque se fez uma opção diferente – e controversa –, no momento em que o país enfrentava o citado choque da Crise do Petróleo.

O quarto, e último ponto é constituído pela *complexidade do sistema de incentivos*. Para realizar os três momentos, usaram-se instrumentos como o *similar nacional*, que dava certa margem de preferência ao produto nacional; os incentivos fiscais às exportações – créditos fiscais, programas especiais, como o Befiex; os regimes especiais de câmbio, que tinham o efeito de reduzir elevadas tarifas nominais a baixo nível de tarifas realmente aplicadas, como é sabido.

Naturalmente, houve distorções. Destacaríamos três: a necessidade de ter havido mais seletividade na substituição de importações, para que esta se concentrasse nos setores e nas linhas de produtos em que éramos, de forma clara, potencialmente competitivos; a falta de compromisso inequívoco com metas de exportações, quando os incentivos eram concedidos; e a falta de prazos definidos para o uso do argumento da indústria nascente – na forma concebida pelos clássicos, como Stuart Mill.

GRANDE CONCEPÇÃO (I): A ERA VARGAS – MUDANÇA DE MODELO E A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO SUSTENTÁCULO DO “PROJETO DE BRASIL”

Oportunidade criada: a mudança do modelo de desenvolvimento – anos 1930

A Grande Depressão de 1929 atingiu a economia brasileira como um choque. A Inglaterra e os Estados Unidos haviam abdicado de sua condição de líderes, e, com isso, o padrão ouro desabou e a recessão – depois Depressão – americana foi exportada para o resto do mundo.

O Brasil, com seu modelo agroexportador, em que o café representava de 60% a 70% das exportações, era particularmente vulnerável. Sem embargo, o produto industrial brasileiro voltou a crescer em 1931, e o produto interno bruto (PIB) em 1932. Mais: entre 1932 e 1939, o crescimento do produto industrial ocorreu à taxa de cerca de 10% ao ano (a.a.).

Como foi essa virada possível?

É conhecida a controvérsia sobre a tese de Furtado (1979).

Entretanto, sua ideia básica estava certa: o país fez a sustentação da economia do café, e, por meio dele, da renda nacional. O instrumento principal foi a compra e queima dos excedentes de café. Certo, o financiamento foi feito em parte (menos de 50%) com tributos sobre o setor; o Banco do Brasil e o Tesouro financiaram o restante e a coisa funcionou, principalmente porque houve geração de grandes déficits fiscais – em particular em 1932 e 1933.

Em suma, uma espécie de keynesianismo sem Keynes.

Segunda questão a ser colocada: houve crescimento, mas por que a mudança de modelo de crescimento? Efetivamente, a industrialização passou a ser o motor do crescimento, porque os preços relativos passaram a funcionar em favor da indústria – e de produtos agrícolas que não o café –, houve controle de importação de produtos industriais, desvalorização do câmbio, elevação das tarifas e uso de outros instrumentos de proteção e incentivos, como a Lei de Similares e o início dos regimes especiais de câmbio de importações.

Notar que, além da mudança em favor da industrialização, mudou o padrão industrial do país, que se voltou mais para a SI, principalmente de produtos intermediários (metalurgia, cimento, papel e celulose – à base de carvão vegetal) e algumas linhas de bens de capital.

No início dos anos 1940, até os Estados Unidos (Relatório da Missão Cooke) estimularam a industrialização para substituição de importações, por razões ligadas à guerra.

Projeto de Brasil: a industrialização como sustentáculo do desenvolvimento

A Revolução de 1930 trouxe apenas, na área econômica, uma ideia de agenda de reformas. A realidade da Grande Depressão, como visto, levou à mudança de modelo.

Mas não havia ainda uma Grande Concepção – um Projeto de Brasil. Tal Projeto se foi estruturando ao longo dos anos 1930 e 1940.

Mencionado por Getúlio já ao anunciar o Golpe de 10 de novembro (“Estado Novo”), o projeto ganharia forma em documento que ficaria conhecido como “Carta de São Lourenço”, dado a conhecer em entrevista à imprensa, entre fevereiro e abril de 1938 (FAUSTO, 2006).

Na Carta, falava-se em implantação da indústria de base – particularmente a grande siderurgia –, a nacionalização de jazidas minerais e a expansão da rede de transportes.

Os Acordos de Washington deram origem à Missão Cooke, em 1942, especificamente para propor os rumos da colaboração Estados Unidos/Brasil no

tocante ao nosso processo de industrialização. Mas, como nada de importante dela pareceu resultar, era preciso que a iniciativa surgisse do próprio país.

E ela veio em duas dimensões, interligadas.

De um lado, a estruturação do Estado capaz de liderar o projeto, inclusive pela criação de substitutos históricos, *à la* Gerschenkron.³

O progresso começou com a criação da burocracia weberiana – não patrimonialista –, por meio do DASP (1938), que estabeleceu o sistema do mérito – concursos públicos.

Mas foi muito além.

Houve uma verdadeira metamorfose do Estado brasileiro, criando-se instituições voltadas para o desenvolvimento, como:

- Conselho Federal de Comércio Exterior.
- Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI).
- CEXIM – depois CACEX.
- Conselhos Técnicos: Conselho Nacional do Café – depois, Departamento Nacional do Café; Conselho Técnico de Economia e Finanças; Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; e Conselho Nacional do Petróleo.
- Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.
- SUMOC – embrião do Banco Central.
- Comissão de Planejamento Econômico.
- Conselho de Desenvolvimento Econômico.

3. É sabido que Alexandre Gerschenkron (*Economic Backwardness in Historical Perspective*) mostrou como os retardatários à Revolução Industrial no século XIX, utilizaram substitutos históricos, para suprir a falta de certas pré-condições à industrialização – bancos industriais (Alemanha), o Estado, empresas estrangeiras (Rússia). E até a ideologia do desenvolvimento – os mais atrasados.

Além disso, criaram-se várias empresas estatais – ou mistas –, ainda hoje importantes para o desenvolvimento brasileiro:

- Companhia Siderúrgica Nacional (1941).
- Companhia Vale do Rio Doce (1942).
- BNDES, então BNDE (1953).
- Petrobras (1953)
- Banco do Nordeste (BNB).

Ao lado disso, cabe referência à criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930). Assim, a “questão social” passou a ser um problema do Estado – inclusive com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Relevante mencionar, ainda, a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1936, como já referido.

Mudou o Estado, no Brasil, mas houve “as duas faces de Janus”: a face moderna (que procurava fugir ao patrimonialismo do Estado) e a face pela qual o Estado fazia a cooperação das instituições de representação empresarial e sindical (o sistema corporativo de sindicatos, federações e confederações, que existe até hoje, embora sem a dependência das primeiras décadas).

Da mesma forma, quanto a benefícios, a Era Vargas sempre foi ambígua – “o pai dos pobres” e a “mãe dos ricos”: legislação trabalhista (CLT), institutos de previdência, para os trabalhadores; e generosos subsídios, para as empresas.

Igualmente, ambiguidade na área política: PSD, o partido dos “coronéis” e líderes conservadores; e PTB, o Partido dos Trabalhadores e do “peleguismo” – atrelamento aos sindicatos trabalhistas.

Enquanto se verificava a metamorfose do Estado, havia, por outro lado, a segunda dimensão: a mobilização das lideranças empresariais, tendo à frente, notadamente, Roberto Simonsen, presidente da FIESP, com o objetivo de viabilizar uma industrialização capaz de ser o motor do projeto de desenvolvimento.

As lideranças engajadas nessa mobilização – porque havia ainda as que preconizavam um Brasil eminentemente agrícola – concentraram seus esforços em três frentes:

- A Campanha Protecionista, para dar apoio à indústria nascente, por meio de suficiente nível de tarifas – ou outros instrumentos, como houve no segundo governo Vargas, pelo fato de as tarifas serem específicas, e não proporcionais.

- Pressões pela institucionalização do crédito industrial – resultando na criação da CREAL, no Banco do Brasil, em 1937.
- Utilização dos conselhos técnicos como peça básica da nova engenharia institucional (DINIZ, 1978).

A CONTROVÉRSIA SOBRE O PLANEJAMENTO ECONÔMICO – E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Assinalar que a controvérsia havida em 1944-1945, entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin (IPEA, 2010) era, na verdade, dupla: planificação brasileira – a face explícita. Mas, por trás, uma discussão, implícita, sobre o que realmente caracterizava o modelo brasileiro de desenvolvimento – ou seja, qual era o seu motor. E isso coloca em destaque o papel da industrialização.

O professor Gudin abordou o assunto, diretamente, em artigo com o título *Industrialização panaceia*.

A industrialização *per se* não assegura de forma alguma um aumento da renda real *per capita*... Mas se a industrialização se processa *com mão de obra que se tornou supérflua* no setor agrícola (grifos nossos), por melhoria de sua produtividade, e se ela dispõe da capacidade técnica e administrativa para uma produção eficiente, não há dúvida de que ela representa um excelente elemento de reforço estrutural da economia e dos países de produção primária. (GUDIN, 1965).

Coloquemos o contexto.

O governo americano queria contar com o apoio brasileiro para o esforço de guerra. E, por isso, enviou ao Brasil a Missão Cooke, em 1942. O relatório da missão – feito conjuntamente com técnicos brasileiros – ressaltava a necessidade de melhoria da infraestrutura econômica do país, de suas indústrias de base e, em geral, da industrialização.

Citando: “*A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos*”. (grifo nosso).

Isso vinha a calhar para a orientação que o governo Vargas estava procurando seguir, de criação dos mecanismos capazes de estruturar a política de desenvolvimento, inclusive com montagem de vários substitutos históricos, para suprir a carência de pré-condições. Como observou Gerschenkron, as pré-condições acabam se tornando pós-condições.

Primeiro round: Simonsen – a planificação como forma de mobilização econômica do país

A motivação do parecer apresentado por Roberto Simonsen, em agosto de 1944, ao CNPIC foi: a evolução econômica do país já permite esperar que o fortalecimento de nossa economia ocorra naturalmente?

Para responder a essa colocação, Simonsen parte do relatório da Missão Cooke que diz estar o Brasil “como nação industrial, ainda na adolescência”, embora com grande potencial.

A missão destaca as deficiências do país em energia elétrica e a falta de petróleo e carvão, aspectos da infraestrutura. salienta ainda nosso atraso na indústria metalúrgica – aço, principalmente – e nas indústrias químicas.

Por outro lado, Simonsen assinala: “*É impressionante a estagnação que se observa em muitas das atividades primárias, principalmente em relação à agricultura da alimentação.*” (grifos nossos).

Para sanar tantas e tão grandes deficiências, propõe ele “lançar mão de novos métodos, utilizando-nos, em gigantesco esforço, de uma verdadeira mobilização nacional (...)”

Tal mobilização seria obtida como? Resposta: “Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações, e prover o país de uma estrutura econômica e social forte e estável (...)”

E complementa: “A parte nuclear de um programa dessa natureza (...) tem que ser constituída pela industrialização. *Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada*” (grifo nosso).

Em seguida, Simonsen indaga: “Até que ponto seria exercido o intervencionismo do Estado na concretização dos planos?”

Resposta: “O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe, para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada, e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes”.

E a conclusão: “Dadas todas essas circunstâncias, é aconselhável a planificação de uma nova estruturação econômica, de forma a serem criadas, dentro de determinado período, a produtividade e as riquezas necessárias para alcançarmos uma suficiente renda nacional (grifo nosso)”.

Segundo round: Gudin – produtividade e não plano

Ao dar parecer (março de 1945) na Comissão de Planejamento Econômico (CPE), sobre o Relatório de Simonsen a respeito dos rumos da política de desenvolvimento no Brasil, o professor Eugênio Gudin colocou sua posição nos seguintes termos:

A mística da planificação é, portanto, uma derivada genética da experiência fracassada e abandonada do *new deal* americano (roosevelt), das Ditaduras italiana e alemã, que levaram o mundo à catástrofe, e dos planos quinquenais da Rússia, que nenhuma aplicação pode ter a outros países.

Curiosamente, diz Gudin: “O sucesso dos Planos Quinquenais na Rússia é indiscutível. O progresso do aparelhamento econômico do país em tão curto prazo ultrapassou o ritmo do que se fizera em qualquer outro país do mundo, inclusive os Estados Unidos”.

Prioridade do Brasil deve ser Agricultura. “Para nós, brasileiros, basta que olhemos para a Argentina”.

Por quê?

Tudo está na produtividade (...) “Precisamos é de aumentar nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a *única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar* (grifos nossos). E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção de “pesadas” Tarifas Aduaneiras e do Câmbio Cadente, continuaremos a ser um país de pobreza, ao lado do rico país que é a Argentina.

Em seguida vem a curiosa observação: “Não se pode dizer que a natureza tenha sido especialmente generosa para conosco em suas dádivas de terras férteis e planas”.

Os princípios a serem observados:

- Uma vez atingido o “emprego total”, novos empreendimentos farão subir os preços, mas não farão crescer a produção.
- Para uma situação de inflação e de emprego total – como a atual –, o remédio é estancar a inflação e não o de tentar aumentar a produção.
- Porque se impõe a necessidade de moderar as “obras novas”.⁴

4.⁴ Importante notar: o que se conclui é que Gudin estava tratando de uma economia cuja oferta havia deixado de crescer. Ou seja, sem crescimento. Nesse caso, o esforço de aumentar a produção levava à plena utilização de capacidade e à inflação.

A bandeira que precisamos levantar no Brasil não é a de “um plano” e sim a da *produtividade*, não só na indústria, mas em todas as “atividades econômicas”. Em suma, o *plano* de Gudin era a *produtividade*.

O cenário “economia liberal”, baseada em:

- Ao engenho e à capacidade da iniciativa privada, amparada e fomentada pelo Estado, cabe promover o bem-estar econômico e a melhoria do padrão de vida do povo brasileiro.
- Ao Estado cabe cooperar com a iniciativa privada, através de medidas legislativas e administrativas, que permitam e facilitem a livre expansão de seus empreendimentos.
- Recomenda-se, portanto, que o governo promova o retorno gradativo ao campo da iniciativa privada dos empreendimentos industriais do Estado. E que, também gradativamente, à medida que se for normalizando a situação econômica nacional e internacional, suprima o controle ora exercido sobre vários setores da economia privada pelos respectivos institutos.

Terceiro round: Simonsen – planejamento e iniciativa privada

Diante do parecer do professor Gudin, Roberto Simonsen, também no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico (junho de 1945), apresentou sua resposta, em que destacamos:

O Estado Liberal vem planejando de há muito e progressivamente.

O Planejamento Econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito de propriedade.

Refere-se Simonsen, em seguida à realização do Congresso Brasileiro da Indústria e da Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis, para concluir:

Nos objetivos básicos da Conferência de Teresópolis estão mencionados, por ordem de importância, o combate ao pauperismo (pobreza), o aumento da renda nacional, o desenvolvimento das nossas forças econômicas, a implantação da democracia econômica e a obtenção da justiça social – objetivos que devem ser alcançados com indispensável rapidez, através de um largo planejamento.

Último round: Gudin – o que é privativo de o Estado planejar

Tomando conhecimento da réplica de Simonsen, Gudin, em carta à Comissão de Planejamento (agosto de 1945), diz que sua crítica a “certos tópicos” do primitivo Relatório do Dr. Simonsen “decorre, não de qualquer prevenção pessoal, longe disso, e sim de minha radical divergência com S. Sa. sobre a matéria em debate”.

Para tornar claro o ponto básico das divergências, assinala:

É, a meu ver, função privativa do Estado planejar: a Saúde e a Educação; a Moeda, o Crédito, as Finanças Públicas, o Regime Tributário; as Obras Públicas; os *Serviços de Utilidade Pública*, com execução por Concessão ou Delegação, especialmente os de Transportes, Comunicações e Energia Elétrica; a *Política de Fomento à Produção Industrial, Agrícola e Mineira*; a Defesa e a Segurança nacionais; a Organização do Serviço Público Civil; a Imigração, a Legislação e o Seguro Sociais; as medidas de Proteção ao Solo, de Fiscalização de Gêneros Alimentícios, *de combate aos abusos do Capitalismo, etc.*, etc. (grifos nossos).

Tudo em suma, que é necessário fazer e que não cabe à iniciativa privada.

E acrescenta: “Ampare o Estado as indústrias merecedoras de proteção, incentive a formação de novas indústrias pela concessão de favores, indo até à garantia de juros ou à subvenção – mas não participe diretamente dos empreendimentos industriais”.

CONCLUSÃO

A suma das sumas, como diria Dom Casmurro, é que, pensando bem, as divergências não eram tão grandes. Que havia, havia. Mas os contendores as agravavam.

Guardadas as diferenças de época, os dois estavam preconizando, como constou, pouco depois, da Constituição de 1946, e como consta da Constituição de 1988, a ação supletiva do Estado em matéria econômica:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da Segurança Nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definido em Lei.

Então, por que a controvérsia sobre o Planejamento?

Creio que a resposta está na citação feita há pouco: os dois gladiadores eram radicais. Então, na expressão de Gudín, não se falava em divergência. Dizia-se “divergência radical”. É como em certos casamentos: incompatibilidade de temperamentos, manifesta em vários congressos de que participaram.

Uma última questão: planejamento – de que estamos falando?

Na minha colocação, estamos falando, principalmente, de visão estratégica, no país e nas empresas.

Salvador de Madariaga, o conhecido liberal espanhol, nos anos 1970, escreveu um *paper* famoso, com o título *Planning for Freedom* (Planejando para a liberdade). Essencialmente, sua ideia era que *o planejamento fosse o instrumento para impulsionar as forças criativas da sociedade*.

STEFAN ZWEIG E “BRASIL, UM PAÍS DO FUTURO”

O livro de Zweig é o exemplo clássico de livro muito citado, e até criador de símbolo, mas, na verdade, pouco lido.

A questão a levantar é: Qual foi, realmente, a interpretação de “Brasil, um país do futuro” (lançado em 1941) a respeito de nosso país?

Fora de dúvida, Zweig falou do potencial do Brasil em termos de recursos naturais, e, também de recursos humanos. Mas seu ponto básico é quando faz um contraste com a Europa de que havia fugido. A Europa de *O mundo que eu vi*, como “austríaco, judeu, escritor humanista, pacifista”, e tendo “estado sempre ali onde esses tremores de terra tinham os seus efeitos mais violentos”.

Enquanto isso, a síntese do que aqui encontrou refere-se a “um problema que me parece o mais atual e que confere ao Brasil um lugar especial entre todas as nações do mundo (...)”

Esse problema central (...) é a necessidade de responder à pergunta tão simples e, ao mesmo tempo, tão imperiosa: como conseguir em nosso mundo uma convivência pacífica entre as pessoas apesar da diversidade de raças, classes, cores, religiões e convicções? (...) E nenhum outro país (...) conseguiu resolvê-lo de maneira tão feliz e exemplar como o Brasil.

E conclui: “*Ao vislumbrar esperanças de um novo futuro* em novas regiões em um mundo transtornado, é nosso dever apontar para esse país e para tais possibilidades.” (grifos nossos).

Diante do que aconteceu nas últimas décadas, Alberto Dines, no prefácio à nova edição do livro, de 2006, faz a pergunta, que é nossa: “Zweig errou ou foi o Brasil que escolheu o modelo errado?”

Voltaremos ao assunto.

UMA TRAGÉDIA BRASILEIRA

Pano de fundo da Era Vargas politicamente: o radicalismo político, que vinha de antes dos anos 1930, com as sucessivas gerações de “revolucionários” (A Seara de Caim), civis e militares.

Não havia um governo confiável (Golpe do Estado Novo), nem uma oposição confiável (UDN e Lacerdismo, de tendência golpista).

O resultado era certa instabilidade política, e os riscos de ruptura tradicional – com facções civis bancando “vivandeiras”, para tentar facções militares “revolucionárias” a fazer intervenções.

A consequência foi o 24 de agosto de 1954 – uma tragédia brasileira.

Tentando interpretar:

Em muitos aspectos, tanto o Ditador como o Presidente eleito Getúlio Vargas realizaram reformas na economia e na sociedade brasileiras, sendo que muitas de suas diretrizes alcançaram sucesso e continuidade no tempo. Essa constatação, contudo, não o torna, de forma alguma, um exemplo de líder democrático (...) (GOMES, 2004).⁵

FIM DA ERA VARGAS: AS EXPLOSÕES EMERGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Em fins dos anos 1940 e primeira metade dos anos 1950, já estavam emergindo as explosões que se iriam fazer sentir nas décadas seguintes. E algumas delas ainda estão conosco.

Principalmente:

- *Aceleração (convertendo-se em explosão) da urbanização.* Em três décadas, ou pouco mais, o país passou de essencialmente rural a essencialmente urbano (embora haja as “cidades imaginárias” – áreas tidas como urbanas e que, na realidade, são uns pequenos aglomerados urbanos no meio de uma zona rural).
- Mas a realidade geral, ainda hoje, após duas décadas e meia de baixo crescimento (ou por isso mesmo), a indagação é – para onde vão as cidades brasileiras? Para a evolução caótica e a ingovernabilidade?
- *Início da explosão demográfica,* com duas transições populacionais: nas décadas de 1960 e 1970, a população brasileira crescia a cerca de 3% a.a. Depois, começa a haver a segunda transição e hoje estamos com Crescimento Demográfico da ordem de 1% a.a. Mas essa taxa, para uma população da dimensão da nossa, ainda significa um aumento anual de mais de 2 milhões de pessoas.
- *Começo da explosão da política de massas.* Para repetir o dado que sempre lembramos: em 1945, na altura da primeira redemocratização, o Brasil tinha 7,4 milhões de eleitores (16% da População). Atualmente, cerca de 126 milhões (70% da população).

Como tornar essa massa eleitoral (o que é bom) a base de uma sociedade de massas ativa e moderna?

Essas explosões é que constituíram o caldo de cultura da “industrialização convulsiva” –na expressão de Jorge Guilherme Melgnior –, quando foi superposta uma estrutura industrial moderna a uma base ainda pobre e atrasada – econômica, social e politicamente.

5. Pesquisadora do CPDOC/FGV e professora da UFF.

GRANDE CONCEPÇÃO (II): A ERA JK – DESENVOLVIMENTO COMO VALOR UNIVERSAL (50 ANOS EM 5, MAS...)

INTRODUÇÃO: QUE PAÍS ERA AQUELE?

Apesar dos progressos realizados na Era Vargas, o Brasil ainda era país de graves carências políticas, sociais, econômicas: apenas 15% da população eram eleitores; o analfabetismo ainda estava na ordem de 52% da população; a mortalidade infantil era mais de 6 vezes a de hoje; a expectativa de vida ao nascer era de 43 anos. Ao lado disso, quase 70% da população economicamente ativa (PEA) ainda estavam na área rural.

Vivíamos no país dos “ismos”: estruturalismo *versus* monetarismo, segundo a colocação maniqueísta da Cepal. Não se falava muito em política de desenvolvimento. Falava-se era em “desenvolvimentismo”. Melhor: “nacional-desenvolvimentismo”. Ideologismos sem muito sentido.

O SEGREDO DA PERMANÊNCIA DE JK

Juscelino Kubitschek transcende o seu Plano de Metas. Mais de cinquenta anos depois, ainda tem ele permanência. Por quê? Talvez porque alcançou o nível dos símbolos. Interpretação da revista *ISTO É* (ISTO É, 2006), na edição especial sobre o cinquentenário da sua ascensão à presidência da República: “Mais do que um projeto de poder, JK carregava consigo um *projeto de país*. Essa, a base da sustentação do *mito*”.

Roberto Campos depôs (O GLOBO, 1999, p. 7):

Foi, de fato, um período apaixonante de nossa história, *um tempo de esperança, quando achávamos que tínhamos o futuro nas mãos* e que, diante da obra por fazer, era tocar para a frente, deixando que o tempo corrigisse nossos ocasionais erros. JK foi um grande mercador de esperanças, tão bem sucedido que pouca gente se lembra de que no fim de seu governo o País estava na bancarrota (...) (grifo nosso).

Eram os “Anos Dourados”. O desenvolvimento se tornara o “sonho brasileiro”. Era um grande valor social.

IDEIA CENTRAL DO PLANO DE METAS

O cenário: o Brasil longe de dominar o paradigma industrial da época (paradigma metal-mecânico); dificuldade de implementar um plano de desenvolvimento (reforma administrativa parada no congresso, segundo Amaral Peixoto); autoestima nacional muito baixa (sucessão de crises no segundo governo Vargas).

Qual a ideia central do plano? O grande salto no crescimento e seus símbolos.

De um lado, trazer para o Brasil uma indústria moderna – no caso, a indústria automobilística, símbolo do consumismo moderno – ao mesmo tempo, indústria básica, para a Cepal; ou indústria dinâmica, na visão dos economistas, em geral.

E a base, para essa e outras indústrias dinâmicas (bens de consumo duráveis, em geral; indústria de construção naval e outros segmentos de bens de capital): o binômio energia – transportes. Em verdade, energia elétrica, simbolizada em Cemig e Furnas, e transporte rodoviário, simbolizado na construção da Belém – Brasília.

De outro lado, a transferência da capital da República para o Planalto Central – velho sonho brasileiro, que extinguiria a maldição do Brasil Colonial – a colonização portuguesa retratada na imagem do caranguejo arranhando as praias.

E toda a sua simbologia: a cidade mágica – em forma de avião –, que transferiria a fronteira econômica do país para o centro geográfico, mudando o eixo geoeconômico e geopolítico nacional.

SIGNIFICADO DO PLANO DE METAS E FORMA DE SUA VIABILIZAÇÃO

Inicialmente, a dúvida: era o Plano de Metas realmente um plano de desenvolvimento? Talvez fosse melhor considerá-lo um programa: não tinha estratégia de desenvolvimento econômico, e menos ainda de desenvolvimento social. Mas foi válido, dentro do que se propôs fazer. Foi uma primeira experiência nacional de planejamento indicativo – ou seja, que respeita a economia de mercado e procura estimulá-la –, e teve um grande mérito: havia prioridades definidas e o plano aconteceu, em grande medida.

Pelas prioridades estabelecidas, 71% dos investimentos se destinaram a energia e transportes (principalmente rodovias – foi um programa essencialmente rodoviário, não tendo tido sucesso na parte ferroviária). Indústrias básicas – automobilística e siderurgia (22%). Alimentação e educação (6/7%). O setor público respondia por 50% dos investimentos.

O arcabouço institucional utilizado foi algo *ad hoc*: como, segundo dito, a reforma administrativa estava parada no Congresso, fazia anos, recorreu-se a uma administração paralela. O conselho de desenvolvimento supervisionava e os grupos executivos implementavam o plano. Sua vantagem é que, constituídos pelos vários ministérios e entidades envolvidas, concediam os incentivos às empresas e faziam acontecer.

O BNDE e o Banco do Brasil eram os grandes financiadores, concedendo crédito subsidiado. Mas, quando tentaram obter do Tesouro o ressarcimento, este tinha dificuldade de pagar. Era difícil aumentar o principal tributo – IVC, que

não era sobre valor adicionado, e sim sobre o valor da venda. Não havia crédito público, ou seja, o Tesouro Nacional não tinha credibilidade para endividar-se – havia Inflação ascendente e não existia nenhuma forma de indexação.

O papel das empresas estrangeiras foi muito importante, principalmente para a implantação da indústria automobilística e a indústria de construção naval. Com esse propósito, recorriam principalmente ao mecanismo criado pela Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que permitia a importação de equipamentos, inclusive usados, sem necessidade de cobertura cambial. Podiam também recorrer ao BNDE, que, inclusive, concedia avais para financiamentos externos. E traziam recursos próprios (investimento direto externo – IDE).

A partir dos anos 50, houve a reorientação do IDE, em favor da Indústria – antes eram os setores de infraestrutura. No primeiro dos três surtos, entre 1950 e 1980, a média de IDE aplicado no Plano de Metas foi de cerca de US\$ 61 bilhões por ano (dólares constantes de 1995).

DÚVIDAS E CONTROVÉRSIAS: FONTES DE CRESCIMENTO, DISTORÇÕES

A primeira questão que se pode levantar é: por que a ênfase excessiva na substituição de importações? A verdade é que a política econômica tinha um *bias* contra as exportações, por causa do pessimismo exportador da Cepal. De 1954 a 1965, a taxa de câmbio média para importações era de 2 a 4 vezes a taxa para exportações. Como consequência, de 1956 a 1960, o crescimento médio das importações foi de 3,2% a.a., enquanto o das exportações foi negativo (-2,3% a.a.). Desta forma, enquanto o Japão e outros países asiáticos conseguiram expandir rapidamente suas exportações de manufaturados tradicionais, o Brasil nada fez nessa área, e confinou suas exportações ao setor agrícola.

Foi, em consequência, uma “década perdida para as exportações”.

Por outro lado, mesmo dada a prioridade à SI, por que a ênfase em bens duráveis de consumo, e principalmente na indústria automobilística? A razão é que, no estabelecimento dos ágios para o sistema de taxas múltiplas de câmbio, então em uso, o critério era de *essencialidade*, e os bens duráveis eram *não essenciais*. Por isso, a eles se aplicava ágio maior, para efeito de importações. E a indústria automobilística era considerada *indústria básica*, segundo dito, e por isso prioritária para implantação no país.

AVALIAÇÃO GERAL DO GOVERNO JUSCELINO

Deve-se reconhecer que o Plano de Metas representou um salto para a industrialização brasileira, que incorporou setores como os já citados (automobilística e construção naval). Entre 1956 e 1961, o produto da indústria (setor secundário) passou de 27% a 32,5% do PIB. E o da indústria de transformação, de 21 para 27% do PIB.

Entretanto, se nos voltarmos para os “fundamentos”, a inflação também deu um salto, e, em 1959, chegou à taxa de 40% a.a. – sem qualquer tipo de indexação. Os desequilíbrios internos e externos tenderam a agravar-se, e é fácil imaginar o destino dado ao Programa de Estabilização Lucas Lopes/Roberto Campos, de 1958 – a gaveta, ou se preferirem, a lata de lixo. Brasília foi construída com emissões de papel moeda.

Lucas Lopes, em seu depoimento à FGV (CPDOC), foi cáustico: “A palhaçada do rompimento com o FMI”.

Por falar nisso, que dizer da “meta-síntese” do Plano de Metas – a transferência da capital, do Rio de Janeiro para Brasília, consumada em maio de 1960.

Solicitado a falar, cinco anos atrás, sobre a minha experiência de haver residido em Brasília durante sete meses, em 1960 – eu era assessor da presidência do Banco do Brasil –, minha síntese foi: “poeira e solidão”.

Existem os aspectos, de transparência, obviamente desfavoráveis: a forma, já mencionada, de financiar a construção; a corrupção existente em várias empreiteiras⁶ que trabalharam na construção da nova capital; o fato de que os Poderes Legislativo e Judiciário foram “persuadidos” a transferir-se por meio de altas mordomias, antes inexistentes, e que de lá para cá só fizeram aumentar.

Quando o Rio de Janeiro era capital, congressistas, membros do Poder Judiciário e altos funcionários do Executivo aqui residiam, só viajando para seus estados de origem no período de férias – ou recesso. Em Brasília, ainda hoje, 51 anos depois, todos esses altos servidores públicos residem em seus estados – com exceções, naturalmente –, e passam em Brasília entre três e cinco dias durante a semana. O único governo que exigiu a residência dos ministros – e suas assessorias – em Brasília foi o governo Geisel, entre março de 1974 e março de 1979.

Pode-se também discutir Brasília em si, como cidade. Se considerarmos o que um clássico do planejamento urbano dos Estados Unidos (Jane Jacobs, *A morte e vida das grandes cidades americanas*) define como condições para uma cidade agradável de viver, talvez cheguemos à conclusão de que Brasília é um excelente exemplo de negação a essas condições (cidade sem praças, sem calçadas, sem acidentes geográficos (vales, montanhas), sem locais para convivência, sem mistura – setor residencial (para ter como vizinho o seu colega de trabalho), setor hoteleiro, setor bancário, setor de autarquias). Washington foi uma cidade planejada, mas não tem nada disso. Todavia, é questão subjetiva, porque sei que muita gente – principalmente quem nasceu lá – adora Brasília. E a cidade mudou muito. Para melhor.

6. Ver, a propósito, o livro de Memórias de Samuel Wainer, dono e diretor do jornal Última Hora – *Minha razão de viver*. Conta Wainer que, “quando estava novamente às voltas com dívidas junto ao Banco do Brasil”, foi procurar Juscelino, para e através dele conhecer “uma figura indispensável à decifração dos jogos de poder no Brasil: o empreiteiro Marcos Paulo Rabello”, um dos construtores de Brasília. E que comprou 45% das ações da empresa de Wainer.

Recentemente, divulgaram-se as mensagens de esperança deixadas por operários que trabalharam na construção de Brasília. Por exemplo, no subsolo da Câmara dos Deputados: “Que os de amanhã que aqui vierem tenham compaixão de nossos filhos e que a lei se cumpra” (O GLOBO, 2011; O ESTADO DE S.PAULO, 2011).

Em uma dimensão mais ampla, pensando em Brasil, a transferência da capital para o Planalto Central mudou a história do país. Sem tal fato, continuaríamos “arranhando o litoral como caranguejos”. Houve a oportunidade de desenvolvimento do Centro-Oeste, e, principalmente, a criação da nova fronteira agrícola e a descoberta dos “cerrados” – sobre isso, mais adiante.

O final desse momento é conhecido: no início de 1961, eram muito graves os desequilíbrios internos e externos da economia brasileira. O país, inclusive, estava com uma dívida externa impagável – nos termos assumidos – e tinha atrasados comerciais – isto é, Importações realizadas e não pagas.

Felizmente, o ministro da Fazenda do governo relâmpago de Jânio Quadros colocou os fundamentos econômicos razoavelmente em ordem, em um período de alguns meses. Para isso, fez ajuste fiscal, controlou – também razoavelmente – a expansão monetária e renegociou a dívida externa.

As “heranças malditas” não nasceram em nossa época.

CONCLUSÃO: “O OVO DA SERPENTE”

Datam dessa época duas vulnerabilidades que só foram sanadas duas décadas depois, embora tenham sido detectadas no *Diagnóstico da indústria* elaborado pelo Ipea em meados dos anos 1960: primeiro, na Era JK, grande dinamismo econômico, mas baixa geração de emprego na indústria de transformação. E, com isso, devido à alta migração para as grandes cidades do centro-sul, verificou-se grande acumulação de subemprego, que só tinha como saída o setor terciário.

Como indicador, a participação do emprego na PEA ocupada, em fins dos anos 1950, era de 8,3%, enquanto a participação do produto industrial no PIB ultrapassava 30%. O problema é que o salto tecnológico dado no período foi muito grande.

A outra vulnerabilidade é que a pauta de importações, naquela altura, era concentrada em insumos industriais (42%) e bens de capital (25%), sendo o Brasil altamente competitivo (potencialmente), em particular nos insumos básicos e materiais para construção (cerca de 50% da pauta). Temos aí um ovo da serpente, como vai ficar claro mais adiante.

A TRANSIÇÃO 1961-1973: CRISE, REAÇÃO E VOLTA GRADUAL AO ALTO CRESCIMENTO – COM DIREITO A “MILAGRE”

O interregno João Goulart: instabilidade, crise, ruptura institucional

Com a renúncia de Jânio e a tentativa mal-sucedida de funcionamento do parlamentarismo no Brasil, João Goulart passou a governar como presidente de um regime parlamentarista.

Durante seu breve governo, o Brasil foi um país dividido e polarizado. Governo dividido: os ministros da Fazenda, em geral com orientação de *mainstream* econômico, eram sempre combatidos por Brizola e seu grupo – um governo dentro do governo. Forças Armadas divididas – havia a facção, menor, apoiando Jango, e o grosso das Forças Armadas, que temiam fosse o governo tentar implantar uma República sindicalista, no estilo Peron.

Sociedade dividida, por essa razão e por causa das reformas de base, que nunca ninguém – inclusive o governo – soube o que realmente eram, em termos programáticos.

Nesse quadro, o destino do Plano Trienal do ministro Celso Furtado, do Planejamento, era inevitável. O mesmo do Programa de Estabilização de 1958.

E, em seguida, a questão: Era a ruptura institucional ocorrida de 31 de março para 1º de abril de 1964 inevitável?

Em documento divulgado há uns oito anos, o embaixador da Rússia no Brasil, à época, diz que a dúvida era saber se havia dois ou três golpes em preparação: um de Jango, um de Brizola e um dos militares. O que ocorreu foi este, sem que um tiro fosse disparado.

Independentemente de posicionamentos políticos, há uma razão pela qual algum tipo de intervenção militar, para afastar Jango, se tornara inevitável. O presidente da República havia subvertido a hierarquia militar, falando diretamente, no Automóvel Clube, a suboficiais e sargentos. A politização dos não oficiais das Forças Armadas era promovida pelo próprio presidente da República.

Tal subversão da hierarquia militar nenhum país aceita.

Regime militar, economia e sociedade

Embora nossa preocupação básica seja com o desenvolvimento – nas várias dimensões –, é indispensável uma referência ao período militar, que serviu de pano de fundo para o mesmo desenvolvimento, de 1964 a 1980. A propósito, Otávio Frias Filho, em uma de suas colunas, falou do perigo do maniqueísmo: “Ditadura foi pintada como materialização do mal”.

Inicialmente, a relação entre regime militar e política econômica: a economia foi deixada com os economistas, geralmente da linha *mainstream*, dentro da ideia que essa área era técnica e deveria ser deixada com os técnicos. Desta forma, os ministros do Planejamento e da Fazenda respondiam ao presidente da República. São, por isso, responsáveis pelo que de certo ou errado se fez no período.

Em seguida, a questão do regime militar, em si mesmo: por que durou tanto tempo? A verdade é que a intervenção militar deveria ter-se limitado a um período curto, correspondente ao governo Castello Branco. Então, teria havido o Ato Institucional – aliás, sem número. Nada de AI-2 e os que se seguiram.

Para considerar apenas o aspecto principal, segundo a análise de Elio Gaspari, na sua trajetória houve um erro capital, por parte dos sucessivos presidentes militares, que não responsabilizavam os comandantes dos exércitos pelo que acontecia, de descontrole, em sua área. Daí a existência dos “porões” (torturas etc.). Só o presidente Geisel adotou a atitude certa, e, por isso, pode realizar a abertura “lenta, gradual e segura”.

Por outro lado, como observa Jacob Gorender – líder comunista – no seu *Combate nas trevas* (GORENDER: 1987): *os grupos armados de esquerda não lutavam pelo restabelecimento da democracia no Brasil. Lutavam pela implantação da República Socialista (comunista).*

E os dois lados cometiam um erro de avaliação: os comandantes militares superestimavam o poder dos grupos de esquerda armada, que só recorreram à luta armada quando os militares já se encontravam estabelecidos no poder. Não representavam perigo real para a estabilidade do regime. Por seu turno, a esquerda armada subestimava o poder militar: no momento em que recorreram às armas, não tinham qualquer chance de ganhar. E os métodos que usaram – assaltos a bancos, terrorismo – alienaram seus potenciais aliados no proletariado e na sociedade em geral.

Foi uma tragédia de erros.

Real importância do governo Castello e do PAEG:⁷ reconstrução da economia e novas bases

Após a devastação feita, na Economia, pelo governo Jango, e a instabilidade econômica, social e política então existente, havia que fazer uma verdadeira reconstrução da economia.

O processo foi liderado pelo Ministério do Planejamento (Roberto Campos), em ligação estreita com o da Fazenda – a dupla Campos/Bulhões. A estratégia a ser seguida e os instrumentos a serem utilizados, assim como os programas

7. *Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): 1964-1966* (v. I e II). Existe também a *Síntese do PAEG*, que é o texto mais conhecido.

setoriais, estão no PAEG. Sua versão preliminar, relativa à parte macroeconômica, foi elaborada por Mario Henrique Simonsen, que atuava – com Bulhões Pedreira – como consultor informal de Campos. A versão final foi elaborada pelo Ipea – instituto, que começou como Epea.

Nessa reconstrução, deve-se destacar, desde logo, o papel do Ministério do Planejamento e do Ipea – criado por inspiração do mesmo Campos. Era a ideia do planejamento em uma economia do mercado

A ação governamental, nos sistemas políticos democráticos, deve orientar-se no sentido do estabelecimento das condições que assegurem a maior eficiência possível ao funcionamento da Economia de livre empresa, ou seja, do Sistema de Preços. Em tal contexto, o Planejamento Econômico vai importar numa definição, sistemática e coerente, por parte do Governo, das medidas tendentes à criação da ordem dentro da qual operará aquilo que se convencionou chamar de “forças de mercado”, de maneira compatível com a Distribuição de Renda desejada e a meta pragmática da maximização da taxa de Desenvolvimento Econômico. (PAEG, 1965).

Em seguida, uma palavra sobre os principais instrumentos usados na reconstrução e na reformulação dos fundamentos da economia: correção monetária (indexação), reconstrução do sistema tributário e do crédito público, nova política salarial (a “fórmula salarial”), reconstrução do sistema de tarifas de serviços públicos (infraestrutura).

Com inflação alta, na ordem de 90% a.a., recorreu-se à correção monetária (indexação), como forma de permitir a reconstrução de certas políticas macroeconômicas. Entretanto, pela legislação inicial, a correção monetária era anual e só poderia ser aplicada a três instrumentos: impostos, títulos públicos (ORTNs) e contratos de longo prazo (setor público e setor privado). Nada mais: especificamente, não poderia ser aplicada a salários, à taxa de câmbio e a depósitos à vista.

Era algo racional. Parecia. Só que, naturalmente, foi surgindo a tendência a usá-la para diversos fins – era ilusão pensar que os interessados, em diferentes áreas (sindicatos, empresas), iriam aceitar ver-se privados deste mecanismo protetor contra a inflação. Foi um ovo da serpente.

A reconstrução do sistema tributário era fundamental: o mecanismo de arrecadação era virtualmente inoperante e os impostos, corroídos rapidamente pela alta inflação. Daí o uso da correção monetária nessa área. O mesmo aconteceu quanto ao crédito público, que havia desaparecido desde os anos 1950. Foram, então, criadas as obrigações do Tesouro (ORTNs), com correção monetária, e o sistema logo passou a funcionar.

Destruído estava, igualmente, o sistema de tarifas para os setores de infraestrutura, principalmente energia elétrica e comunicações. Sua reconstrução foi feita por meio do estabelecimento da correção monetária e de seus reajustes pe-

riódicos. Reajustes que, em certos casos, ultrapassaram 1.000% a.a., segundo a declaração do próprio Roberto Campos, anos depois.⁸

Começaram, todavia, a surgir as facas de dois gumes. Com impostos em elevação rápida e tarifas de serviços públicos também, surgiu o fenômeno da “inflação corretiva”. A existência de brutal déficit nas contas públicas e nos serviços públicos exigiu enormes reajustes. Estancava-se uma fonte de inflação permanente, mas criava-se uma fonte de inflação transitória – até que o equilíbrio financeiro fosse alcançado.

Quanto à questão da política salarial, no governo Jango se havia criado uma verdadeira corrida salários-preços. E o resultado era a inflação sempre ascendente. Surgiu, então, a nova política salarial, tendo como instrumento a fórmula salarial – também de autoria de Simonsen –, aprovada em lei. A ideia essencial era que os salários passassem a ser reajustados de forma a reconstituir, no momento do reajuste (anual), o nível médio do salário ao longo do período. E não o pico salarial anterior, ou seja, o nível do momento do reajuste anterior.

A ideia era racional, mas, evidentemente, difícil de “vender” aos sindicatos de trabalhadores. E havia um complicador: como a inflação ainda iria continuar, embora mais baixa, o ministro da Fazenda fixava, anualmente, o “resíduo inflacionário”, para ser computado na ocasião do reajuste. Só que o Dr. Bulhões sempre estabelecia o “resíduo” ao nível de 10% a. a. (irreal, evidentemente). E por causa disso havia um certo achatamento inflacionário, que veio a servir de argumento, no início dos anos 1970, para dizer-se que a política econômica era responsável pela piora da distribuição de renda.

Importância do PAEG: novas bases para o crescimento rápido

A outra dimensão da política econômica do governo Castello, apoiado no PAEG, foi construir fundamentos e realizar reformas que viabilizassem o desenvolvimento, econômico e social, em caráter acelerado.

Vejamos as principais ações.

Primeiro, a construção de instituições: Ipea, FINEP, Banco Nacional de Habitação (BNH) e Sistema Financeiro de Habitação (SFH),⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (reestruturação).

O Ipea veio dar visão estratégica ao planejamento, por ter sido criado para “pensar o Brasil, principalmente no médio e longo prazo”. E o Ipea, como é sabido, já nasceu pluralista e com liberdade de pensamento e de criação.

8. Em debate na série de programas feitos pela TV Educativa, a respeito de meu livro *O último trem para Paris*.

9. Apoiados, BNH e SFH, financeiramente, no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu o antigo regime de efetivação do trabalhador ao completar dez anos de serviço.

Na equipe inicial, havia Og Leme, que fizera pós-graduação em Chicago; eu, com pós-graduação em Yale; um hindu, com pós-graduação em universidade inglesa; Arthur Candal, da esquerda – com fama de comunista; e o Grupo da Universidade de Berkeley – nossa consultoria internacional – coordenado por Albert Fishlow. Além disso, havia regularmente no Ipea algum grande economista do exterior – exemplos: Rosenstein-Rodan e Benjamin Higgins.

Grande transformação na economia foi representada pela aprovação do novo modelo institucional da infraestrutura – energia elétrica e comunicações, principalmente –, que passou a ser realizada por conglomerados estatais, como Eletrobras e Telebrás. Antes, era um modelo de concessionárias estrangeiras, como a Light (o “polvo” canadense).

A mudança foi proposta por um grupo ministerial coordenado por Roberto Campos, como ministro do Planejamento e coordenação econômica. E dele faziam parte outros liberais como o ministro Mauro Thibau, das Minas e Energia, e John Cotrim, presidente de Furnas. O que aconteceu? O espírito pragmático do governo Castelo prevaleceu sobre tendências político-ideológicas: o modelo anterior havia deixado de funcionar, por razões políticas e econômico-financeiras, e o país precisava construir uma boa infraestrutura.

Para que o novo modelo funcionasse, foi estabelecido um sistema de financiamento que garantia recursos amplos para todos os setores da área: imposto único e empréstimo compulsório – incidentes sobre o usuário –, além de financiamentos internos e externos. E em alguns casos – como o de rodovias – também recursos orçamentários.

Outra inovação importante foi a política de promoção de exportações, principalmente de manufaturados, com a reorientação da Cacex, que criou o *slogan*: “exportar é a solução”. Para que a coisa funcionasse, foram criados incentivos, e principalmente o crédito fiscal. Significando: *além da exoneração de impostos, a exportação de manufaturas dava direito a um crédito.*

Referência é devida, também, à nova legislação para o sistema financeiro e mercado de capitais e ao Estatuto da Terra. Era este um modelo de reforma agrária baseado, principalmente, no Imposto Territorial Rural e no Incra. Só que pouco funcionaram: o primeiro, por estar a cargo dos municípios, onde prevaleciam os interesses da grande propriedade; e o segundo, por ter ficado na área do Ministério da Agricultura, cujos ministros estavam voltados, principalmente, para a grande agricultura.

Houve, ainda, a recuperação do crédito externo, com a renegociação da dívida externa e o restabelecimento de relações normais com as instituições financeiras internacionais (BIRD, FMI, BID, USAID).

Na fase final do governo, houve duas grandes decisões: a da reforma tributária, que criou o ICMS, na base de valor adicionado, em substituição ao IVC, que era sobre valor de vendas – e, pois, sobre valor de produção. Foi, assim, o Brasil pioneiro em matéria de impostos sobre valor adicionado. O problema com a reforma – ainda, hoje existente – estava na faculdade dada aos estados, de cada um fixar sua estrutura de alíquotas.

A segunda decisão de grande importância correspondeu à Lei da Reforma Administrativa, que institucionalizou os sistemas de planejamento, orçamento, acompanhamento da execução, programação financeira e auditoria. Além disso, deu grande flexibilidade à administração pública federal, por meio da orientação: *descentralização e diferenciação*. Ambas essenciais em uma administração pública moderna, principalmente em país com a dimensão continental do Brasil.

BALANÇO ECONÔMICO DO GOVERNO CASTELO BRANCO

O governo Castello realizou, como dito, a reconstrução econômica e construiu as bases para o crescimento acelerado, pelo menos ao ritmo dos anos 1950.

Entretanto, não alcançou os objetivos de relativa estabilidade de preços – inflação ainda estava no nível de 50% a.a. –, nem de retomada do crescimento. Tentou fazer o controle da inflação com duas recessões – a despeito da posição contrária do Simonsen e minha.

Foi, por isso, muito criticado: os ataques de Carlos Lacerda na televisão e, também, o documento da CNI, altamente crítico. Todos pelas razões erradas.

Sem embargo, o balanço final é muito positivo. Segundo recente livro organizado por Alkimar Moura, o PAEG foi um de dois planos que mudaram a economia brasileira (MOURA, 2007).

OPORTUNIDADE APROVEITADA: O SEGREDO DO “MILAGRE” QUE NÃO PODERIA TER ACONTECIDO

“Qualquer pessoa que não acredita em milagres não é um realista”.
Billy Wilder

INTRODUÇÃO

POR QUE O SUPERCRESCIMENTO DO MILAGRE NÃO PODERIA TER ACONTECIDO

Em fins dos anos 1960, Celso Furtado desenvolveu a *Tese Estagnacionista*, de grande influência sobre as esquerdas. A formulação de seu livro *Análise do modelo brasileiro* é a seguinte: “A concentração de renda (...) tende a repercutir negativamente no Crescimento” – principalmente se este for baseado na expansão do setor de bens de consumo duráveis.

Ora, naquela altura – e seu livro foi publicado em 1972 –, o “Milagre” já estava navegando a pleno vapor. Ilusão de ótica?

IMPORTÂNCIA DAS OPÇÕES: PORQUE E COMO ACONTECEU O SUPERCRESCIMENTO DO “MILAGRE”

Tudo começou com o chamado Diagnóstico de 67, estudo preparado, a pedido do ministro da Fazenda, Delfim Netto, por equipe conjunta Ministério da Fazenda/Ipea. Suas conclusões foram, essencialmente:

- Debilitamento do setor privado, pela rápida elevação das tarifas de serviços públicos e dos impostos, principalmente.
- Em decorrência, necessidade de flexibilização das políticas macroeconômicas e de desaceleração dos reajustes desses ônus sobre a empresa privada.

Entra em cena a “política econômica como arte”.

Na fase inicial, como havia ampla capacidade ociosa, o importante era impulsionar a demanda interna e externa. No primeiro caso, houve políticas expansionistas, em geral: manteve-se baixa a taxa de juros – mediante incentivo dado pela redução dos depósitos compulsórios –, houve rápida expansão do crédito bancário (média de 48% a.a., de 1968 a 1973); e dos meios de pagamento (M1) (taxa de 36% a.a., no mesmo período).

A agricultura foi estimulada por meio do Programa de Insumos Modernos e, em geral, de crédito subsidiado. As exportações, por meio dos créditos fiscais e do Befix – este beneficiando principalmente têxteis e indústria automobilística. Houve grandes investimentos governamentais, principalmente na infraestrutura (energia, transportes e comunicações). Os programas de habitação e saneamento deslançaram.

Os salários reais passaram a crescer, embora abaixo do aumento de produtividade.

Progressivamente, caminhou-se para um *boom* geral de investimentos, com o setor privado, nacional e estrangeiro, passando a investir maciçamente. A taxa média de formação bruta de capital fixo foi de 23% no período 1970-1973.

Com isso, chegou o supercrescimento: o PIB cresceu, em média, 11% a.a., entre 1968 e 1973; e o produto industrial (13%). As exportações (25%), e as importações (28%), notadamente em produtos intermediários e bens de capital, para alimentar o supercrescimento.

E qual foi a *dinâmica econômica* do período?

Sinteticamente, de 1970 a 1974 (Banco Mundial), a economia brasileira, nessa fase, foi impulsionada essencialmente por uma conjugação de expansão da demanda interna (EDI) (96%) e expansão das exportações (EE) (12%). A substituição de importações (SI) foi negativa (-8,4%). Isso é consistente com a observação feita, *de termos realizado grande volume de Importações de produtos em que éramos competitivos*.

E vejamos a decomposição do crescimento industrial (no período 1968-1974): bens de consumo duráveis (23%) – taxa mais alta na indústria automobilística; bens de capital (18%); bens intermediários (13%); bens de consumo não duráveis (9%).

Podem, então, colocar-se duas questões.

Primeiro, por que a ênfase em bens de consumo duráveis? É que o Sistema de Crédito ao Consumidor estava montado para atender principalmente a essa área, e para lá é que a demanda era generalizada. Pode-se chamar de efeito demonstração internacional – *à la Duesenberry* – ou de consumismo moderno, movido pela emoção e a imaginação – *à la Colin Campbell* (1987). O fato é que mesmo as classes de renda baixa procuravam bens duráveis. Pesquisa realizada em fim dos anos 1960, nas favelas cariocas, mostra que, ao chegar-se a um nível de renda familiar de dois salários mínimos já começava o consumo de bens duráveis.

Significava: não havia – e hoje há menos ainda – demanda segmentada: as classes de renda alta, média alta e média seriam consumidores de bens duráveis e outros supérfluos. Os pobres, de produtos essenciais. Ora, há hoje enormes supermercados e *shopping centers* em áreas dominadas pelas classes C e D.

Ao lado disso, os bens duráveis, e os bens finais de consumo, em geral tinham, para a política econômica da época, a vantagem de serem bens finais, apresentando baixa relação capital – produto. Quer dizer: crescimento maior com necessidades razoáveis de investimento. maiores taxas de crescimento com menor esforço de investimento.

A segunda questão é: como se conseguiu o supercrescimento sem que a inflação saísse do controle – aquilo que então se denominava *relativa estabilidade de preços*? Inicialmente, como visto, existia boa margem de capacidade ociosa. Depois, havia a política de juros baixos e a política de preços – controle dos preços essenciais, principalmente em supermercados. E mais: a enxurrada de importações, para manter baixos os custos de matérias primas e equipamentos.

CALCANHARES DE AQUILES E O BALANÇO DO MILAGRE

Quais foram, realmente, os calcanhares de Aquiles do Milagre?

Principal problema: o supercrescimento virou armadilha: o Brasil transformou-se em máquina de importação no segundo semestre de 1973. O crescimento de 14%, associado à abertura assimétrica – regimes especiais de câmbio para os insumos industriais básicos e bens de capital, levando a que as importações, globalmente, crescessem ainda mais que as exportações –, produziu duas perigosas vulnerabilidades externas – dependência não só quanto a grandes volumes de importação de petróleo e derivados – Brasil só produzia 15% do que consumia –, mas também, *e principalmente, de insumos industriais básicos (além de bens de capital)*. Houve alguma expansão de capacidade de produção na siderurgia e em petroquímica, mas insuficiente. Continuava, pois o ovo da serpente, pois éramos altamente competitivos, nessas áreas.

Outro problema: a questão dos subsídios no orçamento monetário – programa de insumos modernos com correção monetária de 10%, subsídios às importações de trigo etc.

O orçamento monetário tivera sua utilidade, como instrumento de racionalização da política monetária, mas terminara tornando-se uma dependência, para os Ministros da Fazenda, pela facilidade de conceder subsídios sem necessidade de autorização orçamentária. E a forma como a “conta de movimento”, do Banco do Brasil, era operada agravava o problema.

Questão: o Milagre foi a única coisa importante do período? Não. Outras dimensões:

- Descoberta do grande potencial agrícola dos Cerrados – estudo do Ipea.
- Emergência da política de desenvolvimento científico e tecnológico e o I PBDCT. Os instrumentos: FNDCT, FINEP, CNPq – reestruturado.
- A Reforma Universitária de 1968 e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A criação do sistema de centros regionais de pós-graduação.
- O Proterra – nova tentativa de reforma agrária, que não funcionou porque os recursos foram direcionados para a simples expansão do crédito agrícola.

- Criação do PIS/PASEP e sua concepção – fundo de propriedade do trabalhador, com contas pessoais.

Como balanço, e sem maniqueísmos, o “Milagre”, mesmo com suas distorções, conseguiu usar com flexibilidade os instrumentos das políticas macroeconômicas para conseguir altíssimas taxas de crescimento e grande geração de emprego, com elevação de salários reais.

O endividamento externo foi grande – a dívida bruta passou de US\$ 3,5 bilhões em 1968 para US\$ 6,2 bilhões em 1973. Mas foi utilizada, essencialmente, para aumentar as reservas internacionais, e não para financiar o hiato de recursos reais – ou seja: o excesso de importações de mercadorias e serviços não fatores (frete e seguros) sobre as exportações de mercadorias e serviços não fatores.

Só que em 1973 o quadro mudou: a economia caminhou para o superaquecimento – taxa de crescimento de quase 14% (13,6%), como dito. E a inflação tendeu a elevar-se. Para evitar problema maior, recorreu-se a importações maciças de matérias-primas. A tarifa aduaneira, nessa categoria, tendeu a zero, tantos foram as autorizações dadas pelo Conselho de Política Aduaneira (CPA), com isenção de tarifa, para evitar desabastecimento e maiores elevações de preços.

No momento em que houve o Choque do Petróleo, em outubro de 1973.

GRANDE CONCEPÇÃO (III): A ERA GEISEL – RASHOMON,¹⁰ REAÇÃO À CRISE DO PETRÓLEO – OPORTUNIDADE CRIADA OU ERRO ESTRATÉGICO? E OUTRAS DIMENSÕES

*“Achamo-nos na primeira semana da criação,
ainda aturdidos pela luz do gênese.
Enchamos os nossos dias de movimento e de ruído.
E propugnemos uma Educação, uma mentalidade
apropriada a essa tarefa, isto é, uma necessidade
em virtude da qual (...) todo brasileiro, ao ver um abismo,
imagine logo uma ponte sobre o abismo”.*
Gilberto Amado

INTRODUÇÃO

O MUNDO MUDOU: A OPEP E A CRISE DO PETRÓLEO

Em 6 de outubro de 1973, um ataque conjunto do Egito e Síria a Israel deu início à Guerra do Yom Kippur – a IV Guerra Árabe-Israel.

10. Filme de Akira Kurosawa, baseado em conto de Akutagawa.

Pela primeira vez, a “arma do petróleo” foi usada como instrumento político. Como é sabido, fez-se um embargo contra os Estados Unidos e a Holanda e se estabeleceu um esquema de cortes mensais de produção. Dadas as condições conjunturais e estruturais do mercado de petróleo e o pânico entre os países consumidores, em curto período, a partir do início da guerra, o preço do petróleo, por decisão da OPEP, havia passado de US\$ 3 o barril para US\$ 12 – ou de US\$ 2 para US\$ 12, se considerarmos o preço do dia 1º de outubro.

Às vésperas da crise, estava ocorrendo o crescimento rápido e sincronizado dos países industrializados, dando origem a um leilão de matérias-primas, no primeiro semestre de 1973. Com isso, o mercado de petróleo estava sem qualquer folga.

O efeito conjugado dos dois fatores foi uma bruta recessão mundial.

EFEITO SOBRE O BRASIL: DESABOU O MODELO DE SUPERCRESCIMENTO

O efeito sobre o Brasil foi imediato – e não apenas porque importávamos 85% do petróleo que consumíamos.

Vejamos o que aconteceu, na comparação entre 1973 e 1974, na nossa balança comercial e na conta-corrente (balanço de pagamentos).

TABELA 1
Importações
(US\$ milhões)

	1973	1974	Aumento (%)
Petróleo e derivados	711	2840	299
Matérias-primas	2560	5588	188
	3271	8428	158
Balança comercial (saldo)	7	(-) 4690	–
Conta-corrente (saldo)	(-) 1688	(-) 7122	322

Em síntese:

- O aumento das importações, de um ano para o outro, nas duas principais categorias, foi de US\$ 5,1 bilhões – *quase 160%*. Embora se saiba que parte das importações de matérias-primas em 1974 foi para formação de estoques – na antecipação de novos aumentos de preços –, ainda assim, como ordem de grandeza, o salto – para pior – foi brutal.
- A balança comercial, repentinamente – o padrão anterior era de pequeno superávit ou déficit –, tornou-se altamente deficitária. E o déficit em conta- corrente quadruplicou.

- Importante: o problema não era só com o salto nas importações de petróleo e derivados – o que seria de esperar. Era também em matérias-primas, em um país riquíssimo em recursos naturais. E nessa categoria, quantitativamente, o buraco era muito maior.

O problema geral era: pela eclosão dos dois graves focos de desequilíbrio *estrutural* no balanço de pagamentos, que não podiam ser corrigidos rapidamente, por meio da simples continuação do esforço anterior de aumento de exportações – agora em um ambiente de recessão Internacional –, *estava inviabilizado o modelo de rápido crescimento brasileiro*.

E vejamos: as importações mundiais – ou seja, o nosso mercado potencial de exportações –, que em volume cresceram a quase 30% em 1973 e 1974, experimentaram queda de 6% em 1975 e a partir daí cresceram a taxas entre 5% e 8%, até 1978.

A consequência, para o país: o poder de compra de nossas exportações foi afetado tanto pela queda da relação de trocas – preços de exportações sobre preços de importações – como pela maior dificuldade de expansão de volume.

No médio prazo, a quantificação dos efeitos da crise externa foi feita em um estudo FGV/FUNCEX/OECD.¹¹ No conjunto, o balanço de pagamentos do Brasil sofreu impactos externos – principalmente queda das relações de troca e retração das exportações – que resultaram *em uma perda anual de quase US\$ 2.900 milhões (preços médios de 1971-1973). Nada menos que 2,7% do PIB brasileiro, anualmente*.

É como se tivéssemos, por conta da crise, passado a pagar no exterior – *e principalmente à OPEP, o cartel do petróleo – um imposto anual de 2,7% do PIB. É o imposto do petróleo*.

Cabe, então, a pergunta: Como ficamos tão vulneráveis?

De um lado, existe o fato de que, importávamos 85% do petróleo – e derivados – que consumíamos. A propósito, falou-se em *imprevidência energética* (CAMPOS, 1983). Vejamos os fatos.

Reconhecendo a realidade, de que, com as tecnologias da época, o que o Brasil havia conseguido descobrir, em matéria de reservas em bacias sedimentares de terra, era muito pouco. Daí a decisão, tomada anos antes pela diretoria da Petrobras – sob a presidência do general Ernesto Geisel –, de concentrar esforços de pesquisa na plataforma submarina. E utilizando a mais avançada tecnologia, que a própria empresa havia desenvolvido, por meio do seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD).

11. *Choques externos e resposta da política econômica do Brasil*.

Foi isso que permitiu, em abril ou maio de 1974 – ou seja, logo no início do governo Geisel –, que, em uma reunião, à noite, no Palácio da Alvorada – à qual Simonsen e eu estivemos presentes – a diretoria da Petrobras informasse alta possibilidade de vir-se, em breve, a ter o primeiro campo gigante de Petróleo no Brasil. Embora petróleo seja questão de ter ou não ter, pois se trata de algo dependente do ocorrido há milhões de anos.

De passagem, como se falou em imprevidência *energética*, deve-se lembrar que à época o Brasil já estava desenvolvendo um dos maiores programas de investimento em hidroeletricidade do mundo – o outro era da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

De outro lado, a segunda vulnerabilidade – o fato de sermos grandes importadores de matérias-primas – era fruto de opções feitas por nós, na política de desenvolvimento, desde os anos 1950. Nesse caso, tínhamos de repensar toda a questão de desenvolvimento das vantagens comparativas do país. Por que tinha havido tanta ênfase na expansão dos setores de bens duráveis de consumo, e tão pouca ênfase na área de insumos industriais básicos – siderurgia, celulose e papel, petroquímica, metais não ferrosos –, intensivos em recursos naturais no qual o Brasil era muito rico?

Vale a pena recordar que, no *Diagnóstico da indústria*,¹² elaborado pelo Ipea em 1966-1967, já se dizia:

Constata-se, assim, que a Substituição predominante de bens de uso final, especialmente de Bens de Consumo, e o relativo descaso da Substituição de Bens Intermediários, conduziu a uma pauta de Importações relativamente rígida (...). A expansão da capacidade produtiva ou mesmo a manutenção do nível de atividade econômica exigia um elevado componente de Insumos importados (60% a 70% da pauta de Importações).

E a conclusão:

Disso decorre que, tivesse sido inversa a sequência seguida, isto é, com atenção prioritária para a produção nacional de *Bens Intermediários e de Capital*, ter-se-ia hoje uma pauta de Importações com maiores graus de liberdade e com menor possibilidade de se transformar elemento de principal restrição para a ampliação da capacidade produtiva interna¹³ (grifo nosso).

Em verdade, o que se tratava, em 1974, era de ter melhor equilíbrio entre a produção de bens de consumo e de bens intermediários – nas quais éramos potencialmente muito competitivos – e outras linhas de bens de capital.

12. *Industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas*, um dos diagnósticos integrantes do Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED.

13. Para recordar: o sistema de reajustes da taxa de câmbio então adotado era de minidesvalorizações, acompanhando a inflação interna – descontada a inflação externa.

ALTERNATIVAS PROPOSTAS COMO SAÍDA PARA A CRISE DO PETRÓLEO

A primeira opção sugerida – à época – foi seguir o padrão de ajuste dos desenvolvidos, com redução dramática na demanda global – e no crescimento –, por meio de recessão, ou, pelo menos, de crescimento zero. E um grande esforço adicional de expansão de exportações.

Crítica implícita – e às vezes explícita: o Brasil não se ajustou, apenas financiou o desequilíbrio.

E a alternativa foi considerada uma *não solução* – por Simonsen e por mim. Por quê?

- Quando o país tentasse retomar o crescimento, voltaria um grande déficit na balança comercial e na conta-corrente – havia um problema *estrutural* na economia, e no balanço de pagamentos.
- Os pobres, e principalmente os desempregados, é que iriam pagar a conta da crise do petróleo. Desemprego em massa.
- Com recessão interna – além da externa –, o setor privado não se iria engajar em nenhum programa de investimentos para resolver o *problema estrutural*.

A outra opção apresentada, já com o benefício da sabedoria *a posteriori* – porque ocorreu após a Crise da Dívida, em 1982 –, era uma alternativa válida, que poderia ter sido adotada: drástico realinhamento de preços relativos, consistindo principalmente em maxidesvalorização¹⁴ e uma elevação dos preços de petróleo/derivados até o nível do preço internacional.

Por que não se fez a maxidesvalorização, que Simonsen não aceitou, é ele próprio quem explica:¹⁵

Primeiro, porque os responsáveis pela Política Econômica temiam que, dado o regime de indexação de salários voltado para o período (ou períodos) anterior, uma desvalorização real da Taxa de Câmbio iria elevar permanentemente o patamar da Inflação. Segundo, porque essa mudança drástica traria fortes perdas para as firmas endividadas em moeda estrangeira, minando a confiança na regra da Política de Câmbio, e desencorajaria endividamento posterior em fontes externas.

O que realmente se fez, em matéria de realinhamento de preços relativos, será explicado adiante. Foi algo equivalente.

14. Para recordar: o sistema de reajustes da Taxa de Câmbio então adotado era de minidesvalorizações, acompanhando a Inflação interna (desconto a Inflação Externa).

15. Mário Henrique Simonsen – *Brasil: condições para a recuperação econômica*, *paper* mimeografado – em inglês.

RASHOMON:¹⁶ A ESTRATÉGIA DO GOVERNO GEISEL (II PND) E A INEVITABILIDADE DE CONTROVÉRSIA

Logo na primeira reunião ministerial de seu governo (19 de março de 1974), o presidente Geisel definiu:

Deve admitir-se, no entanto, que a Crise Internacional de Matérias-primas exigirá o realinhamento de vários preços internos, como os de Derivados de Petróleo, que terão de ascender necessariamente a um justo patamar mais elevado (...). A alternativa a esse realinhamento seria a criação ou manutenção de subsídios expressos ou encobertos, por todos os títulos desaconselháveis e mesmo injustos.

Em 30 dias, estava eliminado o subsídio aos preços de derivados, orientação que se observou, estritamente, até o fim do governo.

Um pouco adiante, na reunião ministerial em 10 de setembro de 1974 que precedeu o encaminhamento ao Congresso do projeto de II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o presidente estabeleceu a orientação geral do plano: “*ajustaremos a economia nacional, no mais curto prazo possível (...) às novas condições do ambiente internacional, ora tão conturbado (grifo nosso)*”.

E o texto do próprio PND (capítulo 1):

Diante de tudo isso, o importante a estabelecer é a orientação básica que o país pretende adotar, no presente cenário internacional. *Está o Brasil procurando ajustar-se, rápida e integralmente*, às novas circunstâncias, tanto quanto possível adotando ainda este ano as medidas para isso necessárias (grifo nosso). A principal preocupação é, adaptar-se, do ponto de vista de estrutura econômica, de forma segura e rápida, às necessidades da situação criada.

O ajustamento impunha a flexibilidade na implementação do plano. Por isso, a lei que aprovou o II PND definiu:

Art. 1º: São aprovadas as *diretrizes e prioridades* estabelecidas no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período de 1975 a 1979 (...) (grifo nosso).

Art. 2º: O Poder Executivo adaptará o Plano (...) às circunstâncias emergentes e atualizará os elementos quantitativos a que ele se refere.

Daí o sistema a que se passou a adotar, no início de cada ano, de aprovação, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), de diretrizes e prioridades para aquele exercício. Logo de saída, em janeiro do primeiro ano de vigência do plano, “Diretrizes para 1975”, foi deixado claro: “*É evidente que não podemos pretender navegar em tranquilidade, particularmente ante as incertezas que cercam a situação de liquidez Internacional*” (grifo nosso).

16. Filme de Akira Kurosawa sobre as várias visões da verdade, 1951.

Certas coisas, então, já ficaram evidentes:

- Não houve subestimação do problema criado pela crise do petróleo e resultante situação internacional.
- A ideia central do plano era de ajustamento, não necessariamente nos moldes do adotado pelos desenvolvidos.

Na implementação, duas ideias estavam sempre presentes: fazer ajuste diferente significava *risco* – e, achávamos, oportunidade – os dois elementos da concepção de crise, em chinês; mas, ao mesmo tempo, *havia o medo do abismo* – isto é, limites claros ao risco que se poderia correr. Vejamos como isso funcionou.

Consideremos, então, os componentes básicos da Estratégia de 74 (CASTRO; SOUZA, 1985).

- Ajuste macroeconômico: ao invés de recessão – ou crescimento zero –, a *gradual desaceleração da economia*.

Na prática, a taxa de crescimento declinou – com altos e baixos –, de quase 14% em 1973 para 5% em 1977 e 1978.

Por que gradual: a fim de ganhar tempo para a implementação do programa de investimentos necessário à realização da mudança estrutural – na economia e na balança comercial.

Preço a ser pago: crescente endividamento externo no período de ajustamento. Mas sob controle.

- Mudança drástica de preços relativos – preços de derivados do petróleo e preços de exportações e importações.

Em lugar de maxidesvalorização, uma substancial desvalorização foi obtida por meio de um, na prática, sistema de taxa de câmbio múltipla, tanto do lado das exportações como das importações.

Resultados: as exportações dobraram em valor, de 1973 a 1978, crescendo a uma taxa de 15% a.a. – com as exportações de manufaturados aumentando sua participação, de 32%, em 1974, para 46%, na média 1977-1978.

E as importações, depois do salto de 1974, permaneceram praticamente constantes – em valor.

Os preços de derivados de petróleo, como informado, tiveram o subsídio eliminado e a “conta do petróleo” – pela qual o subsídio era pago – foi simplesmente fechada em abril de 1974.

Então: *subsídio zero* a partir daí, embora o preço de derivados não tivesse de ser quadruplicado, como ocorreu com o preço do petróleo. Alguns dos proponentes da mudança drástica de preços relativos queriam que isso tivesse sido feito –quadruplicação dos preços de derivados –, mas o raciocínio não estava correto.

O preço internacional do petróleo bruto é apenas uma parcela do preço final, ao consumidor, dos derivados de petróleo – gasolina, óleo diesel, óleo combustível, GLP etc.). Por exemplo, na média de 1973, o petróleo bruto representou *cerca de 37% da estrutura de custos dos derivados*. Os restantes 63% eram constituídos pelas chamadas margens e pelos impostos diretos – imposto único de combustíveis e lubrificantes –, depois, surgiram os adicionais estabelecidos em resposta à Crise do Petróleo.

Assim sendo, por exemplo, se o preço do petróleo importado aumentou 300% (quadruplicação), o reajuste que cabe fazer no preço dos derivados para internalizar de forma integral o aumento externo é de 11% –, ou seja, 300% de 37%.

Complementando: um estudo feito pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) – como era no período Geisel – permite acompanhar a internalização dos preços do petróleo importado.¹⁷ O resultado foi que, tomando-se como base o ano de 1973, o grau de internalização do preço externo passou a 80% em 1974 – por causa do subsídio nos primeiros meses; 94% em 1975; 95% em 1976; 113% em 1977; e 112% em 1978. *Na média, um pouco acima de 103% de internalização.*

Importante notar que, nesse problema, nossa posição tendeu até a certo radicalismo.

Como informação: em fins de 1973, como ministro do Planejamento, fui propor aos ministros da Fazenda e Minas e Energia, como reação imediata à elevação do preço do petróleo de US\$ 3 para US\$ 12 – feita pela OPEP –, que se aprovasse o racionamento de gasolina. Em fim de governo, não houve clima para tal medida. E já no governo Geisel, no segundo semestre de 1976, quando houve problema com a credibilidade do país no exterior, Simonsen e eu propusemos a mesma coisa, dentro de um programa geral de contenção maior do consumo de derivados de petróleo. O programa foi aprovado, mas, como meses depois o problema estava superado, somente algumas outras medidas – principalmente o programa de energias alternativas – foram postos em prática.

17. Para informação, no cálculo feito, a matéria-prima – petróleo importado – representou, no preço final de derivados, 37% em 1973; 70% em 1974; 63% em 1975; 57% em 1976; 53% em 1977; e 43% em 1978.

- Grande programa de investimentos em *tradeables* – produtos comercializáveis internacionalmente –, para substituição de importações e exportações, a fim de tornar o país competitivo em setores – ou linhas de produtos – em que tinha vantagem comparativa potencial: energia: petróleo, energia elétrica, energias alternativas, principalmente álcool (etanol); insumos industriais básicos: siderurgia de planos e não planos, celulose e papel, minerais não metálicos (alumina, alumínio), indústria petroquímica; e certas linhas de bens de capital (principalmente em setores nos quais haveria grandes programas de investimentos).

Em insumos industriais básicos e bens de capital, exigia-se que os projetos tivessem escala suficiente para o país vir a tornar-se exportador. O objetivo era duplo: eliminar a vulnerabilidade citada, em setores intensivos em recursos naturais em que o país era, obviamente, competidor potencial e resolver outro grande problema: até então o Brasil tinha pouco a exportar – têxteis, calçados, produtos agrícolas e, para certos mercados, automóveis, com pesados subsídios.

Apresentada a estratégia, cabe referir o que foi a dinâmica econômica do período. Houve a mesma lógica dos momentos anteriores – associação de um núcleo básico de investimentos carregados de interligações setoriais – para a frente, para trás, para os lados – com o acionamento das fontes de crescimento – a nível de setores. Mas desta vez foram acionadas, de forma complementar, as três fontes: substituição de importações, expansão de exportações e expansão da demanda interna. Como deve ser sempre.

A conclusão a tirar, nesta altura, é que o presidente Geisel era, realmente, um homem de aceitar desafios. E os dois grandes desafios de seu governo foram *a abertura – “lenta, gradual e segura”, para realmente acontecer –, e a resposta diferente à Crise do Petróleo – a Estratégia de 74, uma oportunidade criada para o Brasil.*

A QUESTÃO DO STOP-GO

Uma palavra sobre um problema que se tem levantado com frequência – a questão do *stop-go*, ou seja, das sucessivas fases de expansão e aperto, principalmente na política monetária. Isso, frequentemente, era atribuído a divergências entre Fazenda e Planejamento – divergências que não existiam, inclusive pelo fato de que a política monetária era, essencialmente, conduzida pela Fazenda.

A verdadeira dificuldade era outra. A desaceleração gradual significa um difícil equilíbrio, navegando entre Scyla e Charybdis: a taxa de crescimento tinha de ser suficientemente baixa para manter o controle da inflação e do balanço de pagamentos. E suficientemente alta para manter o setor privado – nacional e estrangeiro – investindo maciçamente em insumos industriais básicos e bens de capital. Essa sintonia fina era difícil de conduzir.

Mas havia sempre o fator favorável já citado – *o medo do abismo*. Na dúvida, não ir além de certo ponto.

Ilustrativo é o que ocorreu no segundo semestre de 1976. Voltando da Reunião Anual Conjunta FMI – BIRD, Simonsen escreveu uma longa nota para o presidente Geisel – com cópia para mim –, com o título *O problema da credibilidade externa brasileira* (outubro de 1976). Dizia ter tido reuniões cordiais, mas “absolutamente dramáticas” com as duas instituições: o Brasil estava crescendo demais, para as circunstâncias – verdade –, colocando em risco a inflação e o balanço de pagamentos. E perdendo credibilidade. A sugestão concreta era um “programa de austeridade na área de contenção de gastos e Investimentos Públicos, da expansão de crédito e da política salarial – de servidores públicos”.

Houve, em seguida, uma troca de notas entre nós dois – com cópia para o presidente, como sempre fazíamos –, até que chegamos a uma proposta conjunta, levada ao presidente e por ele aprovada sem ressalvas. De passagem, no ponto relativo à contenção de investimentos governamentais, a única condição que coloquei, e foi aceita, foi: *que se preservassem os investimentos relativos ao II PND* – na parte que cabia ao governo, principalmente empresas estatais.

Elemento complementar a registrar é a orientação que, segundo proposta feita pelo Planejamento – e apoiada pela Fazenda – ficou estabelecido: “(...) ficando implícito que *pelo menos até 77, e talvez 78, a taxa de Crescimento tem de ser mais ou menos residual* (isto é: resulta, em grande medida, dos outros objetivos, e, em particular, do de balanço de pagamentos)” (grifos nossos). Novamente, repito, *o medo ao abismo*, que nunca nos deixou sair do limite considerado aceitável. O fato importante é que, nos últimos dois anos do período, a economia brasileira já havia chegado ao ritmo que se considerava viável – algo como 5% ao a.a.

VIABILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Segundo mencionado, o presidente Geisel transformou o Ministério do Planejamento em Secretaria de Planejamento da Presidência da República. As duas visitas que fez ao Planejamento, já eleito, mas ainda não empossado, eu tinha feito a colocação: ou o Planejamento é órgão da presidência ou não deve existir. Um ministério como os demais torna, praticamente, inviável a tarefa de fazer planejamento estratégico e de ajudar o presidente na tarefa de coordenar a ação do governo em favor do desenvolvimento econômico e social, que envolve inúmeros ministérios. Ele concordou – como homem de Estado maior –, e assim foi feito.

Essa mudança ajudou a viabilizar o grande Programa de Investimentos do II PND, em meio a condições tão adversas.

No tocante aos investimentos do setor privado, fundamentais principalmente em insumos industriais básicos, bens de capital e energias alternativas, o papel do então BNDE foi decisivo – e importante também o da FINEP, que era a Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O PIS/PASEP, que estava sob a gestão da Caixa Econômica Federal (CEF)¹⁸ – e era aplicado em capital de giro para as empresas –, foi transferido integralmente para a gestão do BNDE. Este alterou suas prioridades e passou a ser, essencialmente, *o Banco da Empresa Privada Nacional*, realizando cerca de 90% das suas aplicações em financiamento de *equity* (capitalização) e na forma tradicional de empréstimos de longo prazo – inclusive, nos anos de 1975 e 1976, com correção monetária limitada.

Criaram-se as subsidiárias de capitalização – quatro, à época, em décadas posteriores fundidas na atual BNDESPAR –, de modo que o BNDE provia *equity capital* – financiando até o acionista majoritário, para que pudesse entrar com sua parte nos aumentos de capital necessários ao porte novo das companhias que os grandes investimentos impunham.

O objetivo era não só viabilizar os investimentos prioritários do PND como iniciar o *processo de criação da grande empresa nacional*.

Passou a haver, por outro lado, abundância de financiamentos externos para o setor privado, em razão da reciclagem dos petrodólares.

Igualmente, existiam os regimes especiais de câmbio – para importações de equipamentos e matérias-primas com isenção de tarifas – e os acordos de complementação da CACEX – que definiam uma participação mínima dos bens de capital produzidos no país em programas de investimentos como o de energia elétrica, desenvolvimento ferroviário, petróleo, etc. *Isso, principalmente, é que explica o fato de que a tarifa efetivamente aplicada era de apenas 10 a 15% do valor das importações*. Novamente, complexidade do sistema de incentivos e proteção, no Brasil.

No tocante aos investimentos das empresas estatais, deslocou-se a prioridade, de transportes – salvo o ferroviário – e comunicações, setores já bem desenvolvidos, para as áreas de energia (petróleo e energia elétrica) e certos segmentos dos insumos básicos, principalmente siderurgia de produtos planos e petroquímica – central de matérias-primas e participação minoritária nos projetos de *downstream*, dentro do “modelo dos terços”.

18. A Caixa foi então convertida em uma espécie de banco social, financiando vários projetos na área social, com recursos próprios e das loterias.

Sem embargo, *as empresas estatais não faziam jus à correção monetária limitada (a 20%) nos financiamentos do BNDE*. O benefício, portanto, era exclusivo dos projetos do setor privado.

Oportuno salientar a importância, para a boa execução dos programas prioritários de investimento, do acompanhamento que era realizado, periodicamente, a nível das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE). Atrasos e problemas eram, então, discutidos, sob a supervisão do presidente. Essa, uma das razões principais pelas quais o PND realmente aconteceu.

ORIGENS DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Além da Estratégia de 74, há outras controvérsias relativas ao período. E mitos, também.

Por exemplo: era o governo Geisel megalomaniaco, tendo partido para um programa faraônico de investimentos?

Essa ideia – infundada – suscita outro tipo de questões: seria o Programa de Investimentos do II PND o responsável pelo rápido aumento da dívida externa brasileira, no período?

Já foi assinalado o grande impacto imediato da Crise do Petróleo sobre a balança comercial e a conta-corrente.

A consequência disso foi que, em lugar da moderada absorção de poupança externa, da etapa anterior – na ordem de 2% do PIB por ano –, houve um salto, em 1974, para 6,8% do PIB. No período 1974-1978, a média da poupança externa recebida – isto é, déficit em conta-corrente – esteve ao nível de cerca de US\$ 6,2 bilhões por ano. Sua participação no investimento, anteriormente de caráter apenas complementar (até 10%), situou-se em 22% em 1974.

Diante dessa nova realidade, mudou substancialmente o comportamento da dívida externa. Sua expansão se tornou acelerada, pelo fato de ter o país procurado manter razoável normalidade, reduzindo o crescimento, mas sem recessão. Mas isso tinha de ser provisório, e declinante.

Então, ficou claro que o aumento da dívida externa não foi por causa de nenhum “programa faraônico de investimentos”, e sim por certo crescimento que ocorreu e que exigiu, principalmente, importações de petróleo e matérias-primas – e, até certo ponto, de bens de capital. Os investimentos do II PND precisavam era de cruzeiros, não de dólares – ou muito pouco de dólares.

Para entender o processo e os fatores que o determinaram, convém notar alguns pontos.

Primeiro, o hiato de recursos reais (lembrando: o excesso de importações – de mercadorias e serviços não fatores – sobre as respectivas exportações) foi de US\$ 6,1 bilhões em 1974, e US\$ 5 bilhões em 1975. O componente autônomo de geração da dívida passava a novo patamar, muito elevado. Houve, em seguida, um declínio para US\$ 3,7 bilhões em 1976 e US\$ 1,1 bilhão em 1977, quando o seu nível já havia, praticamente, retornado ao normal. Em 1978, com a quebra de safra – resultante da seca no centro-sul), o hiato voltou a US\$ 3,3 bilhões.

Enquanto isso, a dívida líquida aumentava de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 31,6 bilhões em 1978. Quer dizer, um acréscimo de US\$ 25,4 bilhões. Vê-se, desta forma, o papel importante desempenhado pelo hiato, ou seja, a importação líquida de recursos reais do exterior (mercadorias e serviços não fatores), durante o governo Geisel, como determinante do ritmo de expansão do endividamento líquido.

Para entender melhor, é necessário examinar em que setores mais cresceu a importação de bens e serviços não fatores, já que houve razoável aumento das exportações. O total das referidas importações, que deu um salto, em 1974, de 92% – por causa do petróleo e das matérias-primas –, apresentou, *entre 1973 e 1978, uma expansão de 101%*.

Se a causa direta desse crescimento fosse a realização dos grandes projetos de investimento, como às vezes se diz, isso se iria refletir nas importações, em particular, por meio do aumento do item de bens de capital. Porque obviamente, o investimento em novos projetos se realiza, ou em despesas de construção civil –, mas esses são basicamente gastos locais – ou em compras de equipamentos. Ora, o valor das importações de bens de capital aumentou apenas, no período, em 64% (de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 3,5 bilhões), muito abaixo do crescimento das importações totais.

Já as importações de petróleo e derivados se expandiram em 469% (de US\$ 0,7 bilhão para US\$ 4,1 bilhões). E as de matérias-primas, em 89%, além de já representarem o item de maior dimensão nas importações (de US\$ 5,7 bilhões em 1974).

Como interpretar essa evidência?

A decisão de continuar crescendo, mesmo a taxas inferiores às do passado, e abaixo de 5% em 1977 e 1978, implicava ter de sustentar, provisoriamente, a dupla dependência em relação a altos coeficientes de importação de petróleo e matérias-primas, consequência da estrutura industrial desequilibrada que se havia herdado de períodos anteriores – o ovo da serpente.

Desta forma, a dinâmica do endividamento está ligada, essencialmente, à estratégia adotada, de desaceleração gradual. Deixar de fazer recessão, para evitar o desemprego em massa e para viabilizar a transformação estrutural da economia, significava ter de admitir tais importações, por algum tempo, em hiato de recursos. E, por causa deste, o crescimento da dívida. *Que, portanto, se liga estreitamente à manutenção do crescimento.* Mesmo *que não* tivesse havido os programas de insumos básicos e bens de capital.

Nota-se, ainda, que, a taxa de investimentos no período Geisel – FBCF, formação bruta de capital fixo – foi recordista, ultrapassando até a do Milagre: em 1973, 27,8% do PIB. Em 1974 (30,8%), 1975 (32,5%), 1976 (27,8%), 1977 (26,3%), 1978 (25,7%).

E a taxa de poupança interna se apresentou, igualmente, em nível elevado, alcançando, na média do período, 23,8% do PIB – em uma fase difícil da economia mundial e brasileira. Então, naquela etapa, tanto a poupança interna com a externa foram muito altas, mostrando que o déficit em conta-corrente foi, em grande medida, para investimento, e não para consumo. Mas lembrando: mesmo mais alta, a participação da poupança externa no investimento total do país ainda era relativamente baixa: 17% – e rapidamente declinante, como visto.

O GOVERNO GEISEL E O SETOR PRIVADO

Outra controvérsia relativa à época se coloca na questão: era o governo Geisel estatizante, e por isso houve o movimento, na área empresarial, em favor da “desestatização”?

Esse movimento surgiu de um discurso do professor Eugênio Gudín, como *Homem de Visão* homenagem feita pela revista de mesmo nome. Na oportunidade, “na vitalidade de sua eterna juventude”, resolveu ele focalizar “a abrangente estatização da Economia nacional”.

A resposta do governo – por meio do Planejamento –, foi solicitar ao empresário sugestões concretas sobre como incentivar a maior participação da empresa privada, principalmente nacional, no desenvolvimento do país.

Quanto ao setor privado estrangeiro, já foi dito não existirem na legislação brasileira da época, restrições ao investimento direto externo, que podia fazer tudo que estivesse nas atribuições do setor privado em geral – salvo o acesso a financiamentos de longo prazo do BNDE, limitado a casos específicos, segundo a lei própria, que remonta ao período anterior a 1964. Por isso, aliás, houve um novo ciclo de investimentos estrangeiros no Brasil, de valor médio muito mais alto que os anteriores.

Ante a indagação do que pensava e iria fazer o governo quanto à atuação do setor privado, a resposta, dada em documento aprovado pelo presidente Geisel em

reunião do CDE¹⁹ foi: “O governo pensa e vai fazer o que está no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional”.

Como orientação geral, o Investimento em infraestrutura de energia elétrica, petróleo, comunicações e transportes, na forma da Constituição (Art. 8º) e segundo orientação já explicada anteriormente, estava sob responsabilidade de conglomerados estatais. Provisoriamente.

Já os setores diretamente produtivos – indústria, agricultura, serviços (salvos casos especiais, pela tradição histórica) deveriam ser desenvolvidos pelo setor privado, nacional ou estrangeiro.

No período, nenhuma área antes desenvolvida pela iniciativa privada passou a sê-lo por estatais. E houve um início de privatização de companhias estatais, por exemplo, em seguros (Federal de Seguros e algumas outras empresas estatais).

Na indústria, centro – juntamente com a energia – da Estratégia de 74, o plano foi muito claro: “(...) A orientação é deixar com a iniciativa privada a função de investir e produzir, com rentabilidade adequada”.

Inclusive, o governo aprovou um programa especial de “ação para a empresa privada nacional”, com apoio nas seguintes principais medidas:

Para apoio à capitalização e ao financiamento de longo prazo da Empresa Nacional, assim como para ampliar-lhe as oportunidades na ocupação de espaços vazios, consolidação do mecanismo existente de viabilização de empreendimentos nacionais em setores prioritários, inclusive para execução de grandes projetos em Bens de Capital e Insumos Industriais Básicos, cujo núcleo principal está no BNDE e em suas subsidiárias de capitalização (FINAME, EMBRAMEC, IBRASA, FIBASE). Mecanismo, como dito, com subsídios (Correção Monetária limitada).

Para maior apoio à pequena e média empresa, industrial e comercial, criação de linhas para financiamento a longo prazo – também subsidiado – e de instrumentos de apoio à capacidade geral. Assim nasceu o Cebrae – hoje Sebrae.

A ideia geral era criar a grande empresa nacional,²⁰ pela expansão exponencial das médias empresas. A pequena empresa, por seu turno, deveria “crescer e aparecer”, ou seja, evoluir para média empresa. O resultado foi:

Em 1973, havia no Brasil 7 empresas privadas nacionais com Ativo Imobilizado superior a US\$ 75 milhões (da época). Pois bem; atualmente (1977) está o BNDE financiando 35 projetos de empresas privadas nacionais com Investimento, cada um, superior àquele valor (VELLOSO, 1978, p. 166).

19. Ver *Ação para a Empresa Privada Nacional*, junho de 1996.

20. Orientação diferente tinha a liderança do MDB – partido da oposição – na Emenda. No *Discurso dos Democratas* (livro de 1977 – Editora Arte Nova), diz-se claramente: “(...) Na área de grandes empresas, nos setores pesados de nossa Indústria e dos serviços básicos (...) Estado não deve esperar pela Iniciativa Privada em nome de velhos preceitos liberais”. E, em seguida, fala-se que o “Campo por excelência da Iniciativa Privada unicamente nacional” e “o campo da Pequena e da Média Empresa” (p. 42).

Além disso, o governo Geisel aprovou, ou conseguiu que o Congresso aprovasse, as seguintes leis, para estimular o desenvolvimento do setor privado:

- Lei de Sociedades Anônimas.
- Lei de Criação da CVM, que regula o funcionamento das companhias abertas e do mercado de capitais, em geral, criando novos instrumentos de capitalização.

Além disso, orientação de não aumentar impostos (alíquotas) – seguida rigorosamente. Entre 1974 e 1978, não houve criação de qualquer imposto, nem aplicação de alíquotas dos tributos existentes. Por isso, a carga tributária *era de cerca de 23 a 24%, do PIB, em comparação com os 36 a 37% de hoje – uma diferença de 50% a 60%*. E o setor privado – e nós, pessoa física –, pagamos o pato.

Por outro lado, as empresas estatais estavam sujeitas a inúmeras restrições:

- Não faziam jus à correção monetária limitada do BNDE.
- Estavam sujeitas a limites anuais de investimento, aprovados pelo presidente. E suas administrações também tinham remuneração limitada por decisão presidencial.
- Não podiam criar subsidiárias, salvo com aprovação expressa do presidente –aprovação que, pelo que me recordo, nunca ocorreu.
- Qualquer empréstimo externo estava sujeito a uma definição de prioridade, caso a caso, pela Seplan.

Por causa disso, o endividamento dos conglomerados estatais era baixo. Se tomarmos a relação despesas financeiras/investimento, no fim do período, vamos encontrar: grupo Petrobras (22%), grupo Siderbrás (23%) e grupo Eletrobrás (34%). Havia relação mais alta no grupo Telebrás (67%), porque os investimentos haviam sido contidos – o setor já estava bem desenvolvido e não era prioritário no PND.

Desta forma, como se vê, a conversa é outra. Faltou gás à Campanha da Desestatização.

OUTRAS DIMENSÕES DA ERA GEISEL

A Era Geisel, como diria Simonsen, foi muito mais que a simples reação à Crise do Petróleo.

Mencione-se, em primeiro lugar, que, mesmo na área de desenvolvimento, houve a abertura da nova fronteira agrícola, com o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), à época, essencialmente em Goiás, Mato Grosso e oeste de Minas Gerais. À época da mudança da capital, havia a ideia de que os cerrados não eram apropriados para o agronegócio.

Entretanto, pelo que havia visto na região, a partir de 1960 – morei lá durante sete meses –, minha noção intuitiva era diferente. Por isso, no fim dos anos 1960, solicitei ao Ipea que fizesse um estudo a respeito. Tal trabalho, publicado em livro²¹ – o coordenador foi Maurício Rangel Reis, que veio a ser ministro do Interior no governo Geisel –, chegou à conclusão de ser grande o potencial agrícola dos cerrados. Eram terras planas (à época, cerca de 1,3 milhão km²) – o que facilitava a mecanização –, e o nível de insolação, durante todo o ano, altíssimo. Claro, havia necessidade de reduzir a acidez do solo e resolver o problema de nutrientes – solucionado principalmente pelos estudos de Johanna Döbereiner, grande pesquisadora, que descobriu processos de fixação por bactérias em plantas.

Estavam, assim, criadas três peças fundamentais da revolução no agronegócio brasileiro que iria ocorrer nos anos 1990.

Em segundo lugar, houve o impulso à área de desenvolvimento científico e tecnológico, cujo instrumento principal era o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado anteriormente. O setor passou para a área da Seplan, que lhe destinou vultosos recursos, viabilizando a execução do II PBDT e do II Plano Nacional de Pós-Graduação.

De passagem, o PBDCT incluía um grande programa de desenvolvimento de *laser*, inclusive com o propósito de fazer enriquecimento de urânio a *laser* – programa, infelizmente, interrompido com a morte prematura de Sérgio Porto, grande especialista mundial, que havíamos repatriado para dirigi-lo.

Em geral, com o PBDCT e grandes recursos, criou-se um Sistema Nacional de Inovação, apoiado em ampla rede nacional de pós-graduação. Mas ficava faltando a integração com o setor privado. Integração que até hoje deixa a desejar, limitando a inovação nas empresas.

A terceira dimensão a ressaltar é que o II PND foi pioneiro, na história do país, em definir uma “política de controle da poluição e preservação do meio ambiente” (cap. IX).

Havia-se encomendado um estudo especial, sobre o assunto, a consultoria especializada, e isso permitiu definir a política, com suas principais linhas de ação e a criação de instrumentos para execução, principalmente em caráter preventivo, dentro da ideia de equilíbrio entre desenvolvimento e proteção ao meio ambiente. Antes de tudo, fez-se funcionar uma Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema).

O ponto de partida era: *o combate à poluição já é importante, no Brasil.*

21. *Aproveitamento atual e potencial dos cerrados* (IPEA, 1973).

Linhas de ação principal:

- Controle de poluição industrial, por meio de concentração em áreas críticas, como grande São Paulo, Grande Rio e as outras regiões metropolitanas.
- Essa orientação teve logo consequências: no âmbito do CDE, foi aprovada resolução, estabelecendo que nenhum órgão público federal concederia incentivo à realização de projeto novo – ou ampliação dos existentes – na Região Metropolitana de São Paulo. Com isso, fez-se controle da poluição na Grande São Paulo e estimulou-se a descentralização industrial, principalmente para o interior do estado de São Paulo.
- Preocupação específica com os aspectos de repercussão – dos projetos de infraestrutura, projetos industriais e agrícolas – sobre os recursos naturais da área.
- Tal preocupação se estendia à “carência dos requisitos básicos de saneamento e controle biológico indispensáveis à saúde das populações de baixa renda”. Daí a ênfase no programa de saneamento, que deu um salto, efetivamente.
- Efetiva observância de política de utilização racional de recursos naturais na ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste. Política de recuperação e expansão dos recursos renováveis do Nordeste, principalmente quanto a reflorestamento.

Deve-se tomar como quarta dimensão a “Estratégia (explicitamente definida) de crescimento com redistribuição” (cap. VI). Falando claramente – e isso é válido até hoje:

(...) O que se deseja é uma Estratégia Dinâmica, capaz de garantir crescimento e medidas redistributivas, simultaneamente; o problema da renda, no Brasil, é de distribuição e também de nível, para eliminar a pobreza. A ideia, pois, era: mantendo acelerado o crescimento (dentro do possível), realizar políticas redistributivas “enquanto o bolo cresce”.

E as ações, para tal estratégia dinâmica, objetivamente: conjugação de política de emprego (expansão de oportunidades “consideravelmente superior” ao crescimento da oferta da mão de obra) com a política salarial (reajustes anuais capazes de “aumentar os salários reais”, com a incorporação da taxa de elevação da produtividade), política de valorização dos recursos humanos – principalmente educação e saúde/saneamento –, política de integração social –principalmente “com vistas a assegurar a participação do trabalhador na expansão da renda nacional” – e política de defesa do consumidor. Nada mais atual.

Também pioneiro foi o governo Geisel na dimensão seguinte – política de desenvolvimento cultural. Suas ações abrangeram: programa de restauração de cidades históricas; apoio ao desenvolvimento do cinema nacional – por meio da Embrafilme; criação do Pró-Livro (apoio a editoras), no BNDE; apoio à música clássica – recursos a fundo perdido para lançamento de discos de música clássica de autores brasileiros, pela FINEP.

O programa de cidades históricas foi, no Nordeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas, em especial, realmente importante: cerca de 100 projetos foram executados, *no caso do Nordeste, cidades inteiras restauradas. Ouro Preto também*. Inesquecível a noite que passei em Marechal Deodoro, às margens do São Francisco, vendo a cidade iluminada por lampiões modelo século XVIII e o rio por luz natural – da lua.

A concepção era boa: não se fazia um trabalho para apreciadores de museu. Era uma coisa viva. O programa foi articulado com a atuação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), para assegurar a inclusão das cidades – e monumentos – restauradas nos principais roteiros turísticos.

Fez-se mais, em cinco anos, do que em toda a história do IPHAN, desde sua criação, por Rodrigo Melo Franco, na Era Vargas.

No caso do apoio ao cinema brasileiro, comecei fazendo uma reunião com os principais diretores nacionais, e lhes disse: podem programar agora realizar o filme que sempre desejaram fazer. Dinheiro não faltará.

Necessário reconhecer que o Pró-Livro pouco funcionou. Cheguei a receber uma visita do Carlos Lacerda, dono e presidente da editora Nova Fronteira, que foi me perguntar: O BNDE vai querer influir sobre a escolha dos livros a serem editados, dentro do programa? Respondi: Não. A única exigência é que haja preocupação com editar bons livros – significando: o programa não é para financiar a publicação de *best-sellers*, que já tem mercado garantido. O problema principal foi que a estrutura empresarial da maioria das editoras era frágil. Hoje, a coisa melhorou muito.

BALANÇO DO GOVERNO GEISEL, COM A POSSÍVEL OBJETIVIDADE – E SEU LEGADO

Quanto à questão central – ajuste à Crise do Petróleo –, parece-nos haver ficado claro que o governo Geisel, ao realizar uma desaceleração gradual e ao realizar um programa de investimentos – continuado e até acelerado no governo Figueiredo – centrado em energia (petróleo, energia elétrica, energias alternativas, principalmente álcool/etanol), insumos industriais básicos e certas linhas de bens de capital, abriu uma oportunidade para o país voltar a crescer.

E crescer sem as duas vulnerabilidades citadas: no petróleo evoluiu-se para a autossuficiência – importante até hoje – e em insumos industriais básicos nós nos tornamos grande exportador, de tal modo que essa categoria ainda foi importante na geração dos enormes superávits Comerciais dos anos do último governo.

Isso não impede duas coisas: que se coloque dúvida sobre a herança deixada – houve uma “herança maldita”? E que tenha havido calcanhares de Aquiles, falhas, insuficiências a reconhecer.

No caso da possível herança maldita, a dúvida que se coloca, então e hoje, é: Estava o país, em fins de 1978, “grávido” das crises que iriam surgir nos anos 1980 – principalmente a Crise da Dívida Externa (1982) e a Crise Fiscal da segunda metade dos anos 1980? Para José Luiz Fiori: “Essa crise desenvolveu-se nos anos 80, mas originou-se na ambigüidade estratégica do II PND (...)”. É a mesma posição de Aguirre e Saddi (1977).²²²³ A mesma crítica, em outra versão – senador Roberto Campos, o discurso inaugural no Senado: “O Brasil cresceu demais e se endividou demais”.

Quando à questão do “endividamento externo explosivo”, pode-se lembrar que no fim de 1978 nossa dívida líquida estava em US\$ 31,8 bilhões – bruta: US\$43,5 bilhões, pois havia US\$ 11,9 bilhões de reservas internacionais. Deve-se lembrar como funcionava, na prática, o esforço de controle da dívida. Havia um prazo mínimo, de oito anos, para qualquer empréstimo externo, fosse do setor privado ou público. E o Banco Central tinha um modelo matemático que projetava o escalonamento dos compromissos de amortizações e juros durante 25 anos à frente, para saber se era viável pagar o serviço da dívida durante esse período – o principal era geralmente reescalonado.

Na Assessoria da Seplan, no fim do governo, fez-se uma projeção da conta-corrente do balanço de pagamentos para o período do governo seguinte – e suas repercussões sobre a dívida externa. O resultado, com as premissas consideradas razoáveis naquela altura, foi de que estaríamos com um déficit em conta-corrente de US\$ 2 bilhões em 1982 ou 1983. Acontece que, na realidade, o déficit em conta-corrente que o país veio a ter, em 1982, foi de US\$ 16,3 bilhões.

Irrealismo das premissas – ou o quê? Vejamos.

Qual foi, realmente, o legado do governo Geisel?

No início de 1979, como Simonsen já estava escolhido ministro do Planejamento do governo Figueiredo, apresentou uma proposta de orientação a ser seguida nos primeiros meses daquele ano. Proposta aprovada pelo presidente, com a minha anuência. Ela incluía, na área fiscal, “corte substancial

22. Artigo na *Revista de Economia Política* sobre o II PND.

de gastos públicos”, para geração de um superávit fiscal correspondente a 1% do PIB; e considerável redução adicional dos subsídios à agricultura e às exportações, feitos por meio do orçamento monetário. Na área relacionada com câmbio, aceleração das minidesvalorizações, para que, ao fim do exercício, estivessem completamente eliminados os créditos fiscais às exportações – fonte de desacordo com os Estados Unidos.

Isso foi a parte de ações concretas.

Em termos de sugestões, as principais contribuições deixadas pelo governo Geisel ao governo Figueiredo foram duas. De um lado, um documento – “Primeira ideia: perspectivas e prioridades, preparado pela Seplan e entregue por mim, pessoalmente (em nome do Presidente Geisel) ao Presidente eleito. O principal ponto era: *em que condições pode voltar o Brasil a crescer a taxas superior a 5% a.a.?*”

A orientação sugerida:

Isso dependerá essencialmente de podermos apresentar Superávits crescentes na Balança de Comércio, com a observação suplementar de ser a Taxa de Inflação declinante.

Por quê?

Nosso problema é não aumentar com muita rapidez a Dívida Externa (grifos nossos).

Como o aumento da dívida externa líquida corresponde ao valor do déficit em conta- corrente – se subtrairmos a entrada de investimento direto externo –, será necessário reduzir, ano a ano, o valor absoluto do déficit em conta-corrente. E isso só se fará pelo aumento do superávit da balança comercial, a fim de mais do que compensar a elevação inicial do serviço da dívida.

Não esquecer, ademais, a definição anteriormente feita (final de 1976): *a partir de agora, o crescimento deve ser o que for possível, após feito o ajuste para a balança de pagamentos e a inflação.*

Também no lado de sugestões, na mesma oportunidade entreguei a Figueiredo quatro Projetos que o Presidente Geisel tinha aprovado, mas, que preferira deixar para serem executados no governo seguinte: Programa de Desenvolvimento Urbano, Programa de *capitalização* da Pequena Empresa Nacional (grifo nosso), programa de apoio à produção e ao consumo de alimentos básicos, programa de nova base de incidência dos encargos sociais sobre o salário do empregado para o valor adicionado, como já ocorria no ICM.

Mas, voltando ao balanço: claro, houve calcanhares de Aquiles e falhas, insuficiências. Duas, principalmente.

Primeiro, a questão da “inflação inercial”. Simonsen, em seu livro sobre a inflação, de 1970, havia sido o primeiro a levantar a questão que, depois, ficou conhecida como *inflação inercial*: o fator de realimentação representado pela indexação com base na inflação passada. Mas nem ele nem eu encontramos realmente a solução para o problema. O que fizemos foi um paliativo: excluir do índice de preços, para efeito de reajustes de salários e preços, as chamadas “acidentalidades”. Um paliativo.

A segunda falha (insuficiência?) é uma forma de sabedoria *a posteriori*. O ponto é o seguinte: mesmo tendo havido relativa estabilidade da participação dos investimentos das empresas estatais no PIB e declínio da participação do investimento direto do governo no PIB, o nível global de investimentos governamentais foi alto e crescente, em valor absoluto, em uma economia mais tendente à inflação – pelo motivo indicado.

Embora o grau de utilização da capacidade estivesse abaixo daquele no período do Milagre, e mesmo tendo havido a contenção de investimentos governamentais, talvez, se soubéssemos o que vinha pela frente, a contenção dos investimentos devesse ter sido maior. O problema estava na dificuldade de conter *mais* os investimentos nas áreas, digamos, não prioritárias – ou seja, não incluídas nas grandes prioridades do II PND. Exemplo: transportes e comunicações, que já estavam muito bem, obrigado.

CAPÍTULO FINAL: POR QUE SIMONSEN VOLTOU PARA A PRAIA DE IPANEMA?

A gestão de Mario Henrique Simonsen no Planejamento foi um complemento da política econômica que vinha sendo seguida pelo governo Geisel. Nessa ordem de ideias, quando Simonsen percebeu que o ambiente econômico se estava anuviando – inflação ameaçando subir, e não declinar, como ele tinha programado – no documento de programação financeira para 1979 – e contexto externo piorando –, procurou desacelerar a economia ainda mais. Seu objetivo foi reduzir a taxa de crescimento, dos 5% em 1977 e 1978, para 3% em 1979. Mas não encontrou no presidente o mesmo apoio que Geisel sempre nos tinha dado. Figueiredo era muito sensível às pressões gastadoras do Interior (Andreazza) e da Agricultura (Delfim).

Nessas circunstâncias, mas chegou à conclusão de que o melhor que fazia era voltar para a praia de Ipanema. Melhor para o país e melhor para ele, pois assim evitava que viéssemos a ter um governo dividido entre dois rumos, com um presidente ora apoiando um lado, ora outro.

Daí a nossa conclusão: *1974-1984 foi o período que nunca existiu*, embora grande número de analistas ainda o tomem como base para avaliar a transição da década de 1970 para a de 1980. Nunca existiu – por quê?

Porque houve uma descontinuidade, entre a política econômica que se vinha seguindo e a que se passou a seguir, a partir da volta de Simonsen para a praia de Ipanema.

RESULTADOS DO II PND: À ÉPOCA E REFLEXOS ATUALMENTE

Então, aconteceu que, após apresentar um Superávit na balança comercial de US\$ 1,2 bilhão em 1981 e US\$ 0,8 bilhão em 1982, o Brasil apareceu com um superávit de US\$ 6,5 bilhões em 1983 e de US\$ 13,1 bilhões em 1984. Estava, assim, começando a fase dos megassuperávits de comércio.

O que tinha acontecido? Duas coisas, essencialmente. De um lado, o governo havia feito uma segunda maxidesvalorização em março de 1983, de forma mais competente do que a de fins de 1979. De outro, e principalmente, *havia* chegado a termo os grandes projetos de investimentos do ii pnd, além de ter aumentado bastante a produção de petróleo e álcool.

Com o citado megassuperávit comercial de 1984, o déficit em conta-corrente, que, como foi dito, fora enorme em 1982, zerou em 1984. Isso tudo significa: estava completado o ajuste estrutural iniciado em 1974-1975. O Brasil agora tinha o que exportar e, em lugar de Importador, havia mostrado que era competitivo e podia exportar em grande número de Setores intensivos em recursos naturais, aqui abundantes. Estava muito bem em energia elétrica e caminhava para a autossuficiência em petróleo – que iria levar ainda, bastante tempo –, utilizando tecnologia aqui desenvolvida.

Do ponto de vista da crise da dívida externa, o país havia encontrado a saída – em termos de dólares: o grande superávit comercial permitia, se quiséssemos – não devíamos – pagar todo o serviço da dívida. Faltava resolver o problema de ter recursos no orçamento para comprar os dólares relativos à parte do setor público na dívida externa.

Para melhor entendimento, convém examinar de perto como tal resultado foi obtido. A tabela 2 mostra a evolução da estrutura do saldo da balança comercial:

TABELA 2
Estrutura do saldo da balança comercial, por setores
(Em US\$ milhões)

	1974	1978	1984
Bens de consumo	3413	6107	11193
Matérias-primas não petróleo	(-) 2743	(-) 1049	6062
Insumos industriais básicos	(-) 2890	(-) 1032	2180
Bens de capital	(-) 2592	(-) 2001	917
Petróleo e derivados*	(-) 2769**	(-) 4037	(-) 5072***
Total	(-) 4691	(-) 980	13100

Notas: * Inclusive carvão e coque.

** Preços da 1ª Crise do Petróleo.

*** Preços da 2ª Crise do Petróleo.

Observemos: em 1974, o referido déficit comercial de US\$ 4.691 milhões, em consequência principalmente do grande saldo negativo em matérias-primas (não petróleo), por causa dos insumos básicos, e do grande saldo negativo em petróleo; havia também grande saldo negativo em bens de capital. O saldo de bens de consumo era grande, e positivo, principalmente por causa das *commodities* agrícolas.

Em 1978, o déficit comercial já havia despencado para apenas US\$ 980 milhões. O programa de investimentos já havia avançado bastante. Só que sobreveio o segundo Choque do Petróleo – além do choque da taxa de juros internacional –, cujo preço chegou a US\$ 34 por barril. As coisas se complicaram a partir de 1979-1980, pelas novas crises e pela reação do Brasil – descontinuidade.

Em 1984, como visto, houve o megassuperávit. Razão: o superávit de bens de consumo continuou aumentando e teve novas companhias: grande superávit em matérias-primas (não petróleo) (destaque para insumos básicos) e razoável superávit em bens de capital. O país nunca tinha visto isso.

Em síntese:

- *Na altura de 1984, o Brasil havia passado de grande importador (líquido) de matérias-primas a grande exportador. E de grande importador de bens de capital a razoável exportador.*
- Continuava com déficit elevado – em valor – em petróleo, mas por causa do preço astronômico, pois a produção interna continuava aumentando rapidamente (Bacia de Campos).
- E, reiterando, estava livre da crise da dívida, em termos de balanço de pagamentos. Tinha margem de manobra: pagar ou não pagar integralmente a amortização e juros. O melhor era pagar parcialmente, porque a taxa de juros louca imposta pelo Fed – para conter a inflação americana – era absurda, inaceitável.

Foi por esses resultados que o ministro da Fazenda do governo Figueiredo, Ernane Galvêas, em maio de 1984, publicou um estudo – *Considerações sobre a dívida externa brasileira* –, no qual assinala:

O Brasil, procurou, no decurso desse tempo (1974/1978), evitar que os reflexos da Crise Mundial se transmitissem imediatamente para a Economia Nacional, com base em um Programa de Investimentos nos Setores de Bens de Capital, Insumos Básicos e Energia. O que fez com fundamento na existência de um Mercado Interno que justificava a escala de produção dos respectivos projetos, a qual, por seu turno, viabilizaria também a Exportação do excedente.

E conclui:

Ao final desse período, os resultados evidenciavam que o Brasil demonstrara capacidade e determinação política para se ajustar a circunstâncias extremamente adversas, tendo em vista que:

- O programa de Investimento e Diversificação das Exportações permitiu que nossas vendas externas crescessem a uma taxa média anual de 15,6%, com destaque especial para os Industrializados, que cresceram 28% ao ano.
- A relação Déficit em Transações Correntes/PIB, que passara de 2% em 73 para 6,5% em 74, declinou para 3,4 em 78, demonstrando, claramente, o processo de ajustamento de nossa economia às adversidades externas.

E disso há reflexos até hoje. O tempo passou, o mundo mudou, o Brasil mudou. Entre as mudanças recentes, houve o fato de que alcançamos um novo patamar de exportações e importações e de comércio externo – fluxo total.

O ponto a assinalar é que as *commodities agropecuárias e industriais desempenharam – como aconteceu nos últimos anos – um papel ainda muito importante nesse superávit*. Matéria do JB em 27setembro de 2007: “Brasil volta a depender mais do saldo das *commodities*.” Atualmente, mais ainda.

Há um lado desfavorável na história recente: os novos setores altamente superavitários que desenvolvemos a partir de 1985, ou são pequenos, quantitativamente, ou não resistiram aos efeitos do câmbio flutuante ... que flutua para baixo. O lado favorável é que temos, ainda, setores intensivos em recursos naturais altamente competitivos, que nos permitem tirar proveito da fome insaciável da China e outros emergentes.

Por isso, vamos agradecer a Deng Xiao Ping, que colocou a China no caminho do alto desenvolvimento, com suas quatro modernizações e seu pragmatismo, não maoísta – “Não interessa saber se o gato é branco ou preto. O importante é que saiba comer ratos”. E ao presidente Geisel, que aceitou o desafio de aprovar a Estratégia de 74, com seus riscos e oportunidades.

Dois breves comentários, ainda.

Primeiro, com os resultados vistos, o país mostrava ter dominado o paradigma industrial da época – o paradigma metal-mecânico. Mas um novo paradigma econômico já estava emergindo, baseado na informática. O governo Geisel havia desenvolvido uma política de informática, sob a coordenação do Planejamento, em cuja supervisão estava a área de desenvolvimento científico tecnológico, antes da alçada da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. A orientação definida foi de deixar que o setor de grandes computadores (*main frames*) inteiramente dominado por empresas multinacionais, ficasse entregue à livre concorrência. Com isso, o Brasil conseguiu se tornar exportador de unidades centrais de processamento (CPU), mesmo para o Japão.

Já na emergente área de minicomputadores – os PCs viriam nos anos 1980 –, desejava-se que houvesse real transferência de tecnologia para o país, mesmo que um *joint ventures*. E não haveria reserva de mercado, mantendo-se a ideia de “proteção à indústria nascente”. Para escolha de um certo número de concorrentes que aceitassem a condição de transferir tecnologia, foi feita uma concorrência, em que a IBM não estava entre as escolhidas, por não aceitar *joint venture* nem transferência de tecnologia.

Os rumos iriam mudar (para pior) com a Lei de Informática, de 1984.

O segundo ponto é sobre as fontes de competitividade das exportações brasileiras de manufaturados, à época. Segundo estudo realizado em 1984 (ERBER; TAVARES; TAUILE, 1985), as exportações brasileiras de produtos manufaturados se dividiam em três grandes grupos, com as respectivas fontes de competitividade:

Bens intermediários (produtos siderúrgicos, produtos químicos, por exemplo): idade tecnológica da capacidade produtiva (fábricas novas), com escala de produção adequada. Ou seja, modernidade e tamanho das instalações.

Bens de produção, bens de consumo duráveis, indústria bélica: domínio de técnicos de fabricação e controle de qualidade, com destaque para a “capacidade de projetar e fabricar bens com características adequadas a mercados específicos”.

Grupo de bens de consumo não duráveis (calçados, confecções, principalmente): dotação natural de fatores (fios de tecidos, couros, mão de obra relativamente barata) e domínio de técnicas de produção/controle de qualidade.

Do ponto de vista quantitativo – valor da exportação – e tecnológico, os dois primeiros Grandes Grupos eram muito mais importantes.

A isso se somariam, em valor de exportações, os complexos do agronegócio e da agroindústria, que, segundo já mencionado, receberam grande impulso com a abertura da nova fronteira agrícola (cerrados) e o desempenho da Embrapa (Inovação na agricultura tropical).

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, B. M. B.; SADDI, F. C. **Revista de Economia Política**. out./nov. 1977.

CAMPBELL, C. **The romantic ethic and the spirit of modern consumerism**. Basil Blackwell, New York, 1987.

CAMPOS, R. **As lições do passado e as soluções do futuro**. 8 jun. 1983. Discurso inaugural no Senado Federal.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Paz e Terra, 1985.

DINIZ, E. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930 – 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ERBER, F.; TAVARES, J.; TAUILLE, J. R. **Restrições externas, tecnologia e emprego, uma análise do caso brasileiro**. Instituto de Economia, UFRJ, fev. 1985 (Texto para Discussão, n. 76).

GOMES, A. C. Nossa História. **Revista da Biblioteca Nacional**, ago. 2004.

GUDIN, E. **Análise de problemas brasileiros**. 1 ed. São Paulo: Agir, 1965. Coleção de artigos 1958-1964.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 16. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GORENDER, J. **Combate nas trevas** – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. Ática, 1987.

HICKS, J. R. **Essays in world economics**. The Clarendon Press: Oxford, 1959. Capítulo sobre os países subdesenvolvidos.

IPEA. **Aproveitamento atual e potencial dos cerrados**, 1973.

———. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília, 2010.

ISTO É. 11 jan. 2006. Matéria de capa.

MOURA, A. R. **Dois planos que mudaram a economia brasileira**. Editora FGV, 2007.

O GLOBO. 19 jan. 1999.

———. 12 ago. 2011.

O ESTADO DE S.PAULO. 12 ago. 2011.

PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG). **Síntese (introdução)**. Maio de 1965.

VELLOSO, J. P. R. **Brasil: a solução positiva**. Editora Abricel, 1978.

PARTE III

VISÃO RETROSPECTIVA: “COMO ERA VERDE O MEU VALE”^{*} – A GERAÇÃO QUE NÃO VIU O BRASIL CRESCER,^{} AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 1990 E A REDESCOBERTA DO CRESCIMENTO (“LULA É NOSSO”) E DILMA...**

^{*} Filme de John Ford (1941), baseado em romance de Richard Lewellyn.

^{**} Em termos de renda *per capita*.

DESCONSTRUÇÃO DO ALTO CRESCIMENTO: DESCONTINUIDADE, CHOQUES, OPORTUNIDADES PERDIDAS, CRISE GERAL E O LEGADO

“Este é o inverno da nossa desesperança”.

Ricardo III, Shakespeare

VISÃO GERAL DO *MISTÉRIO* DO BAIXO CRESCIMENTO

Inicialmente, houve a *destruição do alto crescimento*, por meio da inflação bárbara, da política de “choques”, da desconstrução de setores e de instituições.

Ao mesmo tempo, com a redemocratização de 1985, as instituições políticas do país (principalmente Congresso Nacional, partidos políticos e governo), em boa medida, começaram a funcionar de tal modo que, gradualmente, o Brasil passou a desmodernizar-se, principalmente no que se refere ao Estado. A mudança evoluiria de sorte a, mais tarde, colocar-se o problema do *bom governo* – Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A sociedade civil, que já era uma sociedade de massas, passou a organizar-se, mas sem consciência clara do objetivo principal – monitorar o Estado. Funcionaram melhor os grupos que defendiam interesses, muitas vezes legítimos, mas específicos.

Seguiram-se oportunidades perdidas e a questão das opções – principalmente na discussão da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Nos anos 1990, houve a busca de um novo modelo pelas transformações decorrentes das mudanças internacionais – globalização, aberturas, absorção do novo paradigma industrial e tecnológico.

O Plano Real transformou a estabilização de preços em valor social. Mas continuou, até o fim da década, o baixo crescimento, principalmente por causa da dúvida hamletiana: *to be or not to be* – ter ou não ter políticas ativas de competitividade. E foi-se criando a “síndrome macroeconômica”.

No início do novo século, entrou em cena o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

INTRODUÇÃO: O BRASIL NA ENCRUZILHADA

Ao iniciar-se a Nova República, o Brasil estava diante de uma encruzilhada, de que o governo não tinha consciência: seguir o rumo da superação dos calcanhares de Aquiles deixado pelo modelo de alto crescimento, no âmbito da nova realidade de um regime plenamente democrático, e evoluir para um modelo mais geralmente voltado para a competitividade e as novas tendências mundiais, no sentido de um paradigma dominado pela Informática, ou tomar o caminho da volta ao passado, ao pré-64 – economicamente – e, pior ainda, ao atraso econômico.

Grande complicador: o novo governo era um animal estranho, pois o próprio presidente não era originário do partido majoritário – o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que se considerava vitorioso com a redemocratização. Sarney aderiu ao PMDB, mas continuou um “estranho no ninho”, para os peemedebistas históricos. Havia, pois, “um animal novo na floresta”, e um animal que dava voltas em torno de si mesmo.

Nessas condições, era difícil fazer algo que não fosse o simples rompimento com 20 anos de passado na *área econômica*, em uma visão maniqueísta. Em outros termos: toda orientação de política econômica que tivesse a marca do período do Regime Militar estava, por definição, errada. E assim se começou a desconstrução.

Houve, é verdade, uma tentativa de consolidar a recuperação da economia, ocorrida em 1983-1984, na visão do presidente eleito Tancredo Neves. Tancredo se havia revelado, principalmente na *área econômica*, um homem desprovido de radicalismos. Por exemplo, como presidente da Comissão de Economia da Câmara, havia dado inestimável contribuição à aprovação da Lei de Sociedades Anônimas e da Lei de criação da CVM. Mas tal tentativa durou pouco.

Diante disso, registrado o esforço, vamos à *história dos subúrbios*,¹ ou melhor, dos descaminhos da “Nova República” e do Brasil.

DESCONSTRUINDO O ALTO CRESCIMENTO

DESCONTINUIDADE, REACELERAÇÃO DA ECONOMIA E SALTO DA INFLAÇÃO

Tancredo havia entendido a situação. Programa de governo (segundo o discurso lido pelo vice-presidente José Sarney): «Para atingirmos o objetivo de uma sociedade próspera e mais justa, a tarefa primordial é compatibilizar a contenção da inflação com a retomada do desenvolvimento». E: «Não pode haver desenvolvimento se *não for controlado, de pronto, o processo inflacionário (...)*». “*Vamos atacar de frente esse processo e vamos reverter sua tendência, vamos fazer essa inflação cair.*» (grifos nossos).

1. Fim de *Dom Casmurro*.

Na fase inicial, enquanto se escolhiam os projetos que seriam executados e os que seriam adiados, a ordem era: “é proibido gastar».

No Ministério da Fazenda, Dornelles – sobrinho de Tancredo – tentou seguir essa orientação, obedecendo à norma: só gastar o que se arrecada. Mas, em alguns meses, Dornelles resolver voltar para São João Del Rey. A razão principal foi que a maioria do PMDB, partido principal da aliança de governo, era de tendência *neodesenvolvimentista*. E, do ponto de vista de orientação de política econômica, afirmava-se simplesmente pela negação do que havia sido feito à época do Regime Militar. Como dito, era o domínio do maniqueísmo.

Por outro lado, Ulysses havia esgotado sua “missão”.

O novo ministro da Fazenda, Dílson Funaro (bom sujeito) tinha uma outra “missão», dada por Deus. Quando almocei com ele – era presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, durante duas horas ele ficou repetindo: “precisamos salvar o Brasil”.

Em se tratando dessa “missão», pode-se perguntar: por que houve o Plano Cruzado, já que os principais economistas do MDB, muito influentes junto ao governo, eram contra o chamado Plano Larida (André Lara Resende e Pêrsio Árida), baseado na ideia da *inflação inercial*?

No segundo semestre de 1985, houve nova *descontinuidade*, e, embora a inflação devesse ter sido a primeira prioridade, fez-se nova reaceleração da economia, que naquele ano cresceu quase 8%. A inflação disparou, a tal ponto que o governo perdeu a credibilidade até junto à sua liderança no Senado Federal, que criticou o novo rumo da política econômica.

A tábua da salvação foi o *Plano Cruzado*. Mas com uma troca de ingredientes: em lugar das duas moedas, previstas principalmente no programa proposto por Lara Resende² (uma delas seria descartada mais adiante, por não se corrigir diariamente; nesse momento, far-se-ia a estabilidade de preços, com base na moeda remanescente, extinta a indexação geral), entrou algo surpreendente – o congelamento geral de preços, controlado pelos *fiscais do Sarney*.

Só que havia um probleminha. Dois, na verdade. Primeiro: congelamento – salvo em tempo de guerra – é o tipo de situação em que se sabe como entrar, mas não como sair. O outro era que a demanda explodiu, com o congelamento, e não havia mecanismo fiscal/monetário que a contivesse. O resultado é sabido: o *Plano Cruzado* fracassou. E também naufragou seu complemento: a moratória de 1987, que veio a ocorrer em decorrência de ter-se usado taxa de câmbio como âncora do *cruzado*.

2. Que sobre sua visão do programa havia escrito, bastante tempo antes, uma série de artigos na *Gazeta Mercantil*.

O restante da novela é conhecido: inflação bárbara e sucessivos «choques» para combatê-la: Plano Bresser, Plano Verão. Todos resvalando pelo ralo, por serem crônicas de choques anunciados. Até as crianças já os esperavam. E o fim: inflação de 80% ao mês, em 1988, quando o Fórum Nacional foi criado.

Consequência importante: com esse contínuo rompimento das *regras do jogo*, via choques, começou-se a matar a vitalidade do setor privado.

Ao longo dos anos 1980, a desconstrução aconteceu também em setores (construção naval, que só agora está ressuscitando; bens de capital, que foi deixado à deriva). As empresas estatais, importantes em muitos grandes programas de investimento, eram proibidas de usar financiamentos do BNDES para adquirir equipamentos de fabricação nacional. E desconstrução houve, também, em relação a importantes instituições econômicas: o BNH foi extinto, e suas atribuições transferidas para a Caixa Econômica Federal, que não era banco de bancos, como o BNH. Extinta foi, igualmente, a CACEX, com longa experiência na área de exportações e importações. Suas atribuições foram transferidas para um departamento, que levou pelo menos dez anos para se aparelhar.

Síntese: lições de como não fazer política econômica.

DESCONSTRUÇÃO: DESMODERNIZAÇÃO DO ESTADO

Hélio Jaguaribe – adversário do Regime Militar – começou um *paper*, escrito para o I Fórum Nacional (JAGUARIBE, 1990), em 1988, com a colocação: “O Brasil logrou, da década de 1940 à de 1970, edificar o mais moderno Estado do Terceiro Mundo”.

E depois: “A partir de fins da década de 70 e, de forma acelerada, no curso da década de 80, verifica-se crescente deterioração do Estado brasileiro”. Menciona ele duas dimensões principais dessa deterioração: “hipertrofia do aparato público (...) com marcante declínio da funcionalidade, da transparência e da eficácia do Setor Público”; e

(...) em termos ainda mais graves, pelo assalto clientelístico a que é submetido o Estado a partir da instauração da Nova República, por parte dos partidos integrantes das coalizões governamentais e, também, por atos executivos, no afã de obtenção de apoio legislativo para projetos políticos, em troca de favores públicos. (JAGUARIBE, 1990).

A lógica política havia passado a invadir a administração pública.

Uma das piores consequências disso foi a “perda da solvência pública”, resultante do “desmesurado incremento da Despesa, como decorrência da hipertrofia disfuncional do Estado, face a uma receita cujo crescimento é insuficiente para equilibrar as Contas Públicas”.

Efetivamente, segundo os dados regularmente publicados pelo Banco Centraldo Brasil (BCB) (conta-corrente e investimento das administrações públicas – União, estados e municípios), a poupança em conta-corrente do governo, no conjunto dos três níveis citados, passou de 0,5% do produto interno bruto (PIB), em 1984, para -5,7%, em 1989. Então, de levemente positiva virou altamente negativa – despoupança.

Isso porque a receita bruta ficou mais ou menos estável (sempre em porcentagem do PIB; 24,2% em 1984 e 23,7% em 1984), enquanto a despesa corrente não financeira – ou seja, excluindo juros – passava, ao longo do período, de 19,6% para 25,7%. Os gastos de pessoal influíram muito, elevando-se de 6,3% para 10,5% do PIB.

Houve também a desmodernização dos conglomerados estatais, cujas tarifas passaram a ser reajustadas de forma irrealista – bem abaixo do índice apropriado – e receberam também a invasão da lógica política.

A pá de cal foi a opção feita na CF/88, de estabelecer um *Regime Jurídico Único* para toda a administração pública. Na Reforma Administrativa de 1967, fundações públicas e autarquias (exemplos: Ipea, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, institutos de aposentadorias e pensões) tinham regime jurídico próprio, consoante sua especificidade. Com a mudança, houve enorme perda de flexibilidade, a tal ponto que se pode perguntar: de que vale a esses órgãos e entidades serem diferenciados, no âmbito do serviço público, se seu regime de pessoal é o mesmo de um órgão da administração direta? *Retrocessos enorme.*

Essas coisas devem ser ponderadas diante do reconhecimento de que o Estado, em um país no estágio de desenvolvimento do Brasil e com suas especificidades, exerce funções vitais, diretamente e por intermédio das estatais e das fundações ou autarquias: formulação da estratégia, definição de políticas públicas, ação em áreas com infraestrutura – mesmo depois das privatizações realizadas.

DESCONSTRUINDO A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Em primeiro lugar, houve a perda da visão estratégica. Como ilustração, a estratégia de desenvolvimento do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República (1986-1990) era um *conjunto vazio* – para usar expressão tomada da teoria matemática de conjuntos.

É um documento de 261 páginas, dividido em três partes: a retomada do desenvolvimento; desenvolvimento social; e desenvolvimento econômico. Fala-se de tudo, dos mais diferentes setores, de inúmeros temas, mas em nenhum momento se diz nada sobre estratégia de desenvolvimento ou dos rumos que o desenvolvimento iria tomar.

E assim se foi manifestando a perda da visão estratégica, mesmo no tocante às áreas de infraestrutura.

Em segundo lugar, a perda da visão dinâmica – busca de novos setores e linhas de produtos –, em que o país poderia tentar adquirir competitividade, por constituírem um potencial.

A consequência é que foram *anos perdidos para o crescimento, o aumento da produtividade e o emprego*. E fase, também, de *oportunidades perdidas*.

Antes de tudo, em relação ao avanço no sentido da conquista do novo paradigma industrial, à base da informática. Havia-se, aprovado, em 1984, a *Lei de Informática*, que continha alguns problemas:

- *Era lei*. Não se define política econômica via lei, por razões óbvias: mudam as circunstâncias e, para adaptar a política, tem-se que mudar a lei, processo demorado e, às vezes, complicado, politicamente.
- Havia *reserva de mercado*, o que levava a inúmeras e graves distorções. Era uma descontinuidade em relação à tradição brasileira, de ficar dentro dos limites da proteção à *indústria nascente* (mantida no governo Geisel em relação a esse mesmo setor).
- Tendia a criar um conflito entre a informática nacional e a indústria nacional, principalmente a eletrônica de consumo e o setor de bens de capital, que usavam os bens e serviços da informática (*Hardware e Software*) como insumos.
- A concepção de *joint venture* entre empresa nacional e empresa estrangeira, na Lei, era “lusitana” – sem querer ofender nossos amigos portugueses.

Por que esse último ponto? Porque o sócio estrangeiro não podia fornecer nem o capital nem a tecnologia. Então, cabe a pergunta: por que uma empresa nacional enfrentaria os problemas de manter um sócio, se tinha de prover o capital e a tecnologia?

Em razão de todas essas complicações, Rego Gil, então presidente da SID Informática, uma das principais empresas nacionais do setor, disse em 1991: “O Modelo nacional de Informática se esgotou” (O GLOBO, 1991, p. 2). No mesmo ano, Gilberto Paim falou que o país estava “subvencionando anões” (contra gigantes).

Pode-se ainda citar uma outra oportunidade perdida: por que não se iniciou a abertura às importações, como sugerido em estudo do Ipea, de 1985 (*Perspectivas de longo prazo da economia brasileira*)? A Coreia fez sua abertura nos anos 1980, e por isso pode fazê-la em um período de cerca de dez anos. O Brasil estava em condições de seguir o mesmo caminho, pois tinha os megasuperávits comerciais,

e poderia ter feito a abertura a prazo mais longo que o adotado no início dos anos 1990, dando oportunidade à indústria brasileira para adaptar-se melhor.

Ainda outra oportunidade perdida foi em relação ao problema da competitividade da indústria brasileira.

Estudo do Banco Mundial compara a situação da competitividade de nossa indústria, nos anos 1970 e 1980. Anos 1970:

A posição competitiva do Brasil melhorou significativamente nos anos 70. Entre 1970 e 1980, o Brasil expandiu sua *market share* mundial em 83, de 93 Segmentos Industriais (...) com Exportações positivas de Manufaturados. Além disso, o Brasil teve um impressionante desempenho de diversificação de mercados e diferenciação de produtos nos anos 70. (DAHLMAN; FRISCHTAK, 1990).

Mas:

Desde 1980, a Dinâmica Competitiva da Economia Brasileira mudou substancialmente, com *market shares* constantes ou declinantes, em 46 dos 93 relevantes SITC segmentos, inclusive Tecnicamente sofisticadas áreas, como Maquinaria Elétrica-Instrumentos. As únicas exceções significativas foram Aviação, Equipamentos de Telecomunicações e Equipamentos de Distribuição Elétrica. (DAHLMAN; FRISCHTAK, 1990).

Cabe, por outro lado, uma palavra sobre a importância das opções – no caso, opções sociais da Constituição de 1988.

Claro, é lícito conceder novos benefícios previdenciários e assistenciais, desde que, de um lado, sejam indicadas claramente as fontes de recursos, ou seja, que se diga quem paga a conta. E, de outro lado, que isso não vá sacrificar desnecessariamente os investimentos (principalmente em infraestrutura) e as políticas sociais (educação, saúde, emprego).

Não foi o que aconteceu. Fez-se um “Festim de Babeté”. Além de efetivar servidores sem concurso que tinham cinco anos de exercício no cargo; converter o regime do pessoal até então sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em regime estatutário, dando-lhes as vantagens dos dois regimes; estabeleceu-se o benefício mínimo da previdência no valor do maior salário mínimo do país – em um processo que iria continuar indefinidamente: toda vez que se concedesse reajuste do salário mínimo, mesmo que os aumentos reais fossem enormes. Isso, independentemente do valor sobre o qual contribuía o beneficiário, aí se incluindo os aposentados e pensionistas da área rural, que jamais haviam pago nada como contribuição.

Do exposto anteriormente, ficou claro que até o fim dos anos 1970 não havia camisas de força no orçamento federal, nem para o governo nem para o setor privado. O nível da carga tributária era baixo, não havia aumento de alíquotas de

impostos – a arrecadação crescia por causa do crescimento do PIB –, havia provisões para qualquer situação emergencial – sob a forma de fundos especiais – e não havia cortes orçamentários. *O orçamento era para valer.*

Agora, como não havia recursos definidos para os novos benefícios, estava-se criando a espiral que viria a resultar, anos depois, em camisas de força e bloqueios fiscais. *Um verdadeiro “ovo da serpente”.*

Sem embargo, isso não invalida a função essencial da CF/88: *institucionalizar a República Democrática de Direito.*

LEGADO DA DESCONSTRUÇÃO: A PERDA DO *KNOW HOW* DE CRESCIMENTO

Podemos começar pelos fatores políticos. Criou-se, a partir de 1985, um frágil e numeroso sistema de partidos políticos, tendente ao patrimonialismo – principalmente no aspecto de falta de distinção rígida entre o público e o privado e quanto às tendências clientelistas. Havia, igualmente, nos partidos, o problema de falta de um mínimo conteúdo programático – e com “relações perigosas” com o Estado.

Por outro lado, o Congresso se mostrava excessivamente dependente do Executivo – o velho presidencialismo imperial, que tinha como consequência a falta de corresponsabilidade do Congresso com agendas de reformas e com a responsabilidade fiscal. Temas como esses tornavam-se responsabilidade, essencialmente, do Executivo, que tinha de tentar formar maioria – geralmente precária – para conseguir aprovação de suas propostas, particularmente quanto a temas dessa ordem. Deixava de haver uma agenda suprapartidária, de assuntos de interesse do país.

Em outra ordem de ideias, tendia-se ao desvirtuamento da política de massas, em um país em que a política se havia massificado com grande rapidez e os jovens de 16 anos podiam votar. Era outra oportunidade perdida, embora comesçassem a surgir sinais de uma sociedade civil ativa. Ativa, sim, mas sem muita noção do rumo que desejava seguir.

Se evoluirmos para a área do funcionamento do Estado, vamos encontrar a tendência à sua desmodernização. A Reforma Administrativa de 1967, com a institucionalização dos Sistemas de Planejamento, Execução de Programas e Acompanhamento da Execução – além dos de Programação Financeira e Auditoria –, foi gradualmente perdendo substância, com a invasão da administração pública pela lógica política. A gestão do Estado passava a caminhar no sentido de expansão de estruturas e perda de eficiência.

Ao lado disso, havia a deterioração financeira do Estado, que opções administrativas e sociais da CF/88 iriam agravar.

De grande importância era também a perda da *visão estratégica*, principalmente no sentido de procurar definir rumos para o desenvolvimento – estratégia – e ver a infraestrutura em uma dimensão de médio e longo prazo.

E, também, perda da *visão dinâmica*, ou seja, a tentativa de estar sempre em busca de novos setores e linhas de produtos em que o país pudesse criar vantagens comparativas.

Ao mesmo tempo, as políticas de desenvolvimento regional – Nordeste e Amazônia, principalmente – foram definhando.

Ao mesmo tempo, começava a debilitar-se a parceria entre governo e setor privado, por meio da tendência à elevação da carga tributária, da taxa de juros real e da deterioração do sistema de incentivos – complexo, imperfeito, mas funcional.

Falou-se, já, das opções erradas: descontinuidades, choques, opções sociais despreocupadas em dar oportunidade aos pobres – e aumentando despesas públicas sem a necessária provisão de receita.

No tocante ao crescimento, à produtividade e ao emprego, passou-se do círculo virtuoso ao círculo vicioso. O Brasil passou a encolher, em comparação com seus competidores mais próximos – à época, principalmente a Coreia. E entrou na fase dos “voos de galinha”: crescimento baixo e instável.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, na maioria dos desenvolvidos, e, mais ainda, na Ásia, passou a haver o período dos *Seven Fat Years* (“sete anos de vacas gordas”) (BARTLEY, 1992), de 1983 a 1990.

Resultado: Brasil como Édipo na estrada de tebas – cego, sem rumo, sem futuro.

“COMO ERA VERDE O MEU VALE E A VIDA DOS QUE NELE VIVIAM”

“BOM DIA, NOITE”³: EM BUSCA DE UM NOVO MODELO – AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 1990

Introdução: raízes políticas e econômicas das transformações – o cenário mundial

o Brasil chegou aos anos 1990 ainda com inflação bárbara e sem um modelo de desenvolvimento: a desconstrução dos anos 1980 não foi capaz de esboçar nenhuma estratégia de desenvolvimento, levou o país à crise geral (econômica, social e política), dentro da qual se criou o Fórum Nacional (em 1988), que teve de repensar tudo isso, e houve o problema de como construir um *bom governo*.

Enquanto esse drama se desenrolava, o mundo estava mudando, política e economicamente.

3. *Buon Giorno, Notte*, filme de Marco Bellocchio (2006).

No *front* oriental, Mikhail Gorbatchev havia lançado a *Glassnost* (abertura política) e a *Perestroika* (abertura econômica), em sua ideia de que as duas deveriam vir juntas, embora cada uma com sua própria agenda. Houve a queda do Muro de Berlim, em 1989, e Gorbatchev se recusou a mandar o Exército russo abafar o movimento. Desmoronou o comunismo e, com ele, as ideologias *hard*.

Na Rússia, Gorbatchev foi atropelado pelos acontecimentos e Boris Yeltsin (o “bebão”) assumiu que, com o apoio do ocidente e do Fundo Monetário Internacional (FMI), lançou um programa de privatizações – um prato feito para as máfias que lá se haviam constituído (havia máfia até para o sistema de táxis).

Recentemente, Gorbatchev fez o seu *mea culpa*: deveria ter começado as reformas muito antes.

No *front* ocidental, tivemos a *Reagonomics* e o *Thatcherism*, duas variantes do neoliberalismo, que pretendia trazer um novo rumo para a economia mundial.

Houve ainda, o “fim da história”, de Fukuyama. Ou seja, a ideia de que todas as nações convergiam para a economia de mercado – capitalismo ocidental.

Para a América Latina, o que sobrou foi o Consenso de Washington, com um conjunto de reformas liberalizantes que, em verdade, ajudou a criar bons *fundamentos* para as ovelhas desorientadas – com exceção do Chile, que, depois de tropeções políticos e econômicos, acabou encontrando seu próprio rumo. O problema com o consenso era que este se limitava a uma agenda macroeconômica. Não havia ideia do que fazer, em matéria de desenvolvimento econômico nem de desenvolvimento social. Era melhor que nada: quando se constrói uma casa, é bom começar pelos alicerces – que, entretanto, não são a casa.

Posteriormente, John Williamson, que verbalizou o Consenso de Washington, reconheceu essa necessidade de ter uma agenda para o desenvolvimento econômico e social. E o próprio FMI também. Sua expressão: “é preciso ouvir o grito dos pobres”.

Com o benefício da sabedoria *a posteriori*, cabe adicionar que, para termos o cenário internacional em que o Brasil estava à busca de um novo modelo de desenvolvimento, em um mundo tendente à globalização, convém considerar a avaliação feita por um conjunto de economistas americanos, sob a coordenação de Alan B. Krueger e Robert Solow (2001) – o mesmo Solow que, nos anos 1950, havia lançado a *nova teoria do crescimento*.

A síntese desse projeto é apresentada em *paper* de Alan S. Blinder e Janet L. Yellen, e consiste no seguinte: nos anos 1990, “a década fabulosa”, nos Estados Unidos, a taxa de crescimento foi muito mais alta do que nas décadas de 1970 e 1980, a taxa de desemprego muito mais baixa e a taxa de inflação, igualmente, muito mais baixa.

É tudo isso no âmbito de políticas *Mainstream*, com o Federal Reserve (Fed), Banco Central Americano, realizando o equilíbrio entre demanda agregada e a capacidade de produção da economia para atender a essa demanda – oferta global.

Cabe, então, a pergunta: o que deveria ser esse novo modelo de desenvolvimento para o Brasil?

Dadas as tendências da economia mundial, e considerando a orientação de que o Brasil estava adotando uma política econômica, seria possível dizer que o novo modelo de desenvolvimento envolvia maior inserção internacional do país, com abertura às importações – já iniciada em 1988 – e ao investimento direto externo (IDE); absorção gradual do novo paradigma industrial e tecnológico, que estava sendo globalizado; e privatização, desregulação e política de concorrência. E, evidentemente, a preservação de bons fundamentos econômicos, principalmente pelo *Plano Real*, que vinha amadurecendo.

INTERLÚDIO NÃO ROMÂNTICO: O GOVERNO COLLOR – DR. JEKYLL E MR. HYDE (O MÉDICO E O MONSTRO) COM UM TOQUE DE MELODRAMA MEXICANO (*BESAME MUCHO*)

Mr. Jekyll (o médico) trouxe a promessa de modernização, aprofundamento da inserção internacional e do crescimento, muito clara no discurso de posse (escrito por Merquior). Outra perspectiva de modernização foi proposta pelo III Fórum Nacional, que, no início de 1990, apresentou “Ideias para o projeto nacional”: ajustamento macro, reformas para o desenvolvimento, o novo estágio de desenvolvimento e inserção na economia mundial, modernização política e desenvolvimento, e a questão da governabilidade.

Era a noção de que, no cenário mundial, seria possível ter uma quarta grande concepção, após a Era Vargas, a Era JK e a Era Geisel, como apresentado.

Mas...

O setor privado e a sociedade em geral não perderiam por esperar. Pouco depois de assumir o presidente Collor, veio o *choque dos choques* – o Plano Collor. O inacreditável aconteceu. Estava eu trabalhando, em meu escritório, já como presidente do Fórum Nacional, quando recebi um telefonema da TV Globo, perguntando se eu poderia seguir para lá imediatamente: a equipe econômica do governo estava, naquele momento, anunciando o novo Plano de Combate à Inflação.

Disse que sim, mas, antes de sair, liguei para casa e perguntei a minha mulher o que estava aparecendo na televisão. Ela respondeu que, se havia entendido bem, era um *congelamento de todos os ativos financeiros* – com a possibilidade de sacar, mensalmente, uma pequena mesada.

Achei que ela havia interpretado mal e, no táxi, a caminho da Globo, pedi ao motorista que ligasse o rádio. Não. Era tudo verdade. No breve pronunciamento que fiz, após a fala dos componentes da equipe econômica – principalmente a ministra Zélia, da Economia, e o presidente do BCB, Ibrahim Êris –, eu disse o seguinte: o que acaba de ser anunciado vai ter repercussão, na economia do país, por pelo menos o espaço de uma geração.

Recentemente, Zélia falou: “hoje, eu faria diferente” (PODER, 2011).

Tivemos, assim, o *interlúdio não romântico*.

E depois veio Mr. Hyde: a institucionalização da corrupção, tornada clara quando se revelou o esquema de Paulo César (PC) Farias e sua família (*Tutti buona gente*).

O PLANO REAL E A CONVERSÃO DA ESTABILIDADE DE PREÇOS EM VALOR SOCIAL

As raízes do Plano Real remontam ao livro de Simonsen de 1970, sobre inflação, em que se fala dos três componentes da inflação (o componente autônomo, o de *realimentação* e o de regulação pela demanda). Esse componente de realimentação (indexação), tendente a repetir no presente a inflação do passado, serviu de base para a teoria da inflação inercial, desenvolvida principalmente por André Lara Resende e Persio Arida (Plano Larida), segundo mencionado.

Talvez possamos colocar as bases do Plano Real da seguinte forma:

- Estabilização sem recessão e sem choques.
- A segunda moeda (URV) como forma de permitir o alinhamento dos preços, via reajustes contínuos – tornando a velha moeda obsoleta. Em determinado momento, haveria a reforma monetária, estabelecendo-se o real como moeda única e que permitisse a estabilização instantânea.
- Conversão de salários pela média.
- Equilíbrio do orçamento fiscal *ex ante*, por intermédio da esterilização, nos anos fiscais de 1994 e 1995, de 20% dos gastos vinculados (Fundo Social de Emergência). Aumento do coeficiente de depósitos compulsórios à ordem do Banco Central.
- Tudo anunciado com antecedência.

Por essas razões é que o Plano Real funcionou, enquanto o Plano Cruzado tinha fracassado. A inflação desabou de 40% a 50% ao mês, no primeiro semestre de 1994, para 1% a 2% ao mês no fim do ano.

Entretanto, a pergunta: houve problemas posteriores? Sim. Dois. O ajuste fiscal não foi duradouro – só no primeiro ano – e passou a haver déficits primários nos anos seguintes. E a taxa de câmbio foi mantida como âncora do real por período excessivo. O preço do “almoço de graça” seria pago em 1998, após a crise da Rússia.

TRANSFORMAÇÕES: GLOBALIZAÇÃO E ABERTURA ÀS IMPORTAÇÕES – E AO IDE

Algumas questões podem ser, desde logo, levantadas: fez-se a abertura em prazo excessivamente curto? Era ela, da forma como foi feita, sustentável?

Tal como definida, a abertura às importações implicava redução da tarifa média de mais de 50% para o nível de 13%, em quatro anos. Redução, igualmente, da tarifa máxima e da tarifa modal. Ainda: eliminação de todas as barreiras não tarifárias.

Na prática, a implementação foi tumultuada: para ajudar no controle de preços, fez-se a antecipação do cronograma, e houve grande instabilidade tarifária. Cerca de 85% das tarifas foram modificadas várias vezes. Algumas delas, oito a nove vezes. Houve, ainda, a desmontagem dos mecanismos de defesa, como *antidumping* e salvaguardas. Começou tudo de novo.

Evolução da balança comercial e da conta-corrente

Inicialmente, a evolução da balança de comércio, como resultado das políticas macroeconômicas – principalmente política de câmbio –, abertura às importações e absorção do novo paradigma industrial e tecnológico.

As importações deram um salto, de US\$ 20 661 milhões em 1990 para US\$ 59 749 milhões em 1997. Aumento de 190%. Já as exportações, no mesmo período, elevaram-se de US\$ 31 414 milhões para US\$ 52 994 milhões. Resultado apenas razoável. Em termos de participação nas importações mundiais, o Brasil passou, no período, de 0,64% para 1,13%, mais do que dobrando. Nas exportações, a evolução foi de um desempenho medíocre.

E o saldo na balança comercial passou de um superávit de US\$ 10 753 milhões para um déficit de US\$ 6 755 milhões.

Com isso, o saldo em conta-corrente foi deteriorando, até chegar a um déficit de ordem de 3,5% do PIB, no fim do período. Quando, no fórum daquele ano, discutiu-se o assunto, Simonsen achou que não deveríamos ter déficit em conta-corrente acima de 2% do PIB, eu sugeri: 1,5% do PIB. O ministro da Fazenda, no entanto, argumentou que a Tailândia e outros países da Ásia estavam com situações deficitárias bem acima de 3,5% e iam muito bem. O déficit brasileiro era, portanto, sustentável.

Sabemos o que aconteceu em junho de 1997: a crise asiática, começando pela Tailândia. E, em 1998, a crise da Rússia, que encontrou o Brasil em posição vulnerável, quanto ao balanço de pagamentos, e sem ajuste fiscal. Nessa oportunidade, o Brasil voltou para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), ou seja, o FMI, e Delfim Neto fez a colocação: “o Brasil quebrou com elegância”. Ou seja, não deu calote.

As novas famílias de políticas macroeconômicas

A partir de 1999, fizemos um grande progresso: forçados pelas circunstâncias – não foi propriamente uma *opção* de políticas macro –, instalamos as novas famílias de políticas macroeconômicas: políticas de câmbio flutuante, regime de metas de inflação (sempre com margem de variação, para cima e para baixo, ajuizada-mente) e ajuste fiscal, com metas de superávit primário (espécie de subterfúgio, porque exclui as despesas financeiras, ou seja, a conta de juros, encobrindo o fato de que, globalmente, há um déficit do tesouro).

Sem embargo, a despeito do avanço representado por essas novas famílias, é importante considerar a advertência feita pelo mesmo Delfim Neto, em pronunciamento no Fórum Especial sobre *Crise política e reforma das instituições do Estado brasileiro* (logo após o “circo de horrores” da crise do “mensalão”).

Quanto ao sistema de metas de inflação, a condição básica é a credibilidade do “Banco Central Independente”. Se isso acontecer, “quando ele diz que a ‘meta da inflação’ vai ser de 6,5%”, por exemplo, “a Sociedade se arruma, acreditando nos 6,5%”.

No tocante ao ajuste fiscal, a partir do paroxismo do Fed, passou-se “a avisar uma nova Teoria Econômica. Nessa nova Teoria Econômica, o Ambiente é ainda o mesmo daquele ao qual se referia o velho Adam Smith. Acrescido, porém, de uma condição absolutamente fundamental: o Equilíbrio Fiscal rigoroso”.

Tendo-se o cuidado de entender que o superávit primário é um grande truque, que nós desenvolvemos junto com o Fundo Monetário Internacional, junto com uma porção de profissionais da Economia: (...) concentra a atenção em uma variável, o Superávit Primário, e esquece o verdadeiro Déficit Nominal, que está acima dele.

Mas o regime exige certas condições: choques de oferta relativamente pequenos; relação dívida líquida/PIB relativamente pequena e bem estruturada; e flexibilidade ao considerar o modelo de função de produção – macro – e produto potencial.

Relativamente ao câmbio flutuante, a principal condição básica a observar é que a flutuação seja razoável, e não de zero ao infinito. Se ultrapassados certos limites, pasamos a ter uma “flutuação disfuncional, reduzindo a eficácia do sistema produtivo”.

Pior ainda, se flutuar ... só para baixo. Ou só para cima.

BALANÇO: A ECONOMIA BRASILEIRA APÓS AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 1990

Como, após o Real, a busca de um Novo Modelo de Desenvolvimento implicou grandes transformações econômicas – Abertura, incorporação de Novo Paradigma, Privatização, Desregulação –, às vezes bem conduzidas, outras não, é chegado o momento de avaliar suas consequências sobre a Economia e, principalmente, sobre a Indústria brasileira.

EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS

Inicialmente, como base quantitativa, a evolução de alguns indicadores (MARKWALD, 2001).

Entre 1989 e 1998, o coeficiente de importações (relação importações/produção), na indústria de transformação, passou de 4,3% para 20,3%. Verdadeira explosão.

Nos setores intensivos em capital (química, metalurgia, refino do petróleo), a evolução foi de 8,7% para 24,2%. Setores intensivos em tecnologia (máquinas e equipamentos, elétrica/eletrônica, automobilística, farmacêutica, principalmente): de 6,9% para 44,1%. Setores intensivos em recursos naturais (celulose, metais não ferrosos, indústrias alimentícias, laticínios, bebidas, cimento etc.): de 2,9% para 8,1%. Setores intensivos em mão de obra (fiação e tecelagem, vestuário, calçados etc.): de 1,5% para 11,7%.

Tal evolução teria que acarretar consequências relevantes.

No período 1990-2000, o coeficiente de exportações (exportações/produção), para a indústria de transformação, passou de 9,1% para 13,7%. Sem novidade: desempenho razoável, como visto. No complexo de construção (minerais não metálicos, madeira e mobiliário), a evolução foi de 11,7% para 18,2%. No complexo metal-mecânico: de 10,1% para 21,3%. Complexo químico: de 3,8% para 4,4%. Têxtil e calçados: de 9% para 28,2%. Na agricultura, de 12,7% para 14,4%.

Como avaliação, pode-se dizer, para o período 1990-1996, que houve queda na participação da indústria de transformação no PIB, como decorrência da “retração relativa dos Complexos Têxtil, Metal-Mecânico e Química. A Indústria de Construção Civil ampliou seu peso. Apenas o Complexo Agroindústria apresentou desempenho positivo na maior parte de suas atividades” (HAGUENAUER *et al.*, 2001). Isso porque uma verdadeira revolução estava ocorrendo no agronegócio brasileiro.

E mais:

De um modo geral, setores reconhecidamente competitivos – como diversas cadeias do Complexo Agroindústria, Extração de Minério de Ferro, Siderurgia, segmentos da Metalurgia de Não Ferrosos e, em menor medida, a base do Complexo Químico

confirmaram sua situação. Mantiveram elevados Coeficientes de Exportação e não perderam mercado para produtos importados (baixos Coeficientes de Penetração, ou seja, relação Importações/Consumo Aparente). As Cadeias menos competitivas, que, de um modo geral, *apresentam maior dinamismo no Comércio Internacional* (HAGUENAUER *et al.*, 2001, grifo nosso), não foram bem-sucedidas na concorrência com os importados.

No período 1996-1999, mantiveram-se,

de um modo geral, as principais tendências observadas na primeira metade da década (...). Entretanto, quanto à Inserção Internacional, pode-se considerar que ocorreu realmente uma mudança estrutural (HAGUENAUER *et al.*, 2001),

ao longo da década.

Contrapondo-se a alterações relativamente pequenas nos Coeficientes de Exportação, o Crescimento das Importações foi explosivo, em particular na primeira metade da década. Os Macro-Complexos Têxtil, Metal-Mecânico e Química foram significativamente afetadas pela liberalização Comercial, observando-se um processo crescente de substituição de Insumos e Produtos Finais de procedência local por importados. Na segunda metade da década, ocorreu uma reversão no processo de ampliação da penetração de importados no Macro-Complexo Têxtil e na Cadeia Petroquímica, mas há fortes indícios de sua ampliação nos Químicos Finais... e no conjunto da Indústria Metal-Mecânica (...) (HAGUENAUER *et al.*, 2001).

Outra avaliação (VEIGA, 2000),⁴ sinteticamente, permite destacar os seguintes pontos:

- “Não ocorreu nenhum processo amplo ou cumulativo de Desindustrialização (...): houve perda de valor agregado doméstico, *como resultado de Estratégias Empresariais* de superação de ineficiências estruturais da Indústria herdadas do período de protecionismo generalizado.” (grifo nosso).
- “Houve um aumento considerável da participação de Empresas Transnacionais em setores como os de Alimentos, Eletrodomésticos e Autopeças, crescimento apoiado na aquisição de Empresas de capital até então majoritariamente nacional.”
- (...) “é preciso reconhecer que (I) a dinâmica Industrial não foi capaz de por em marcha um círculo virtuoso de expansão significativa da capacidade produtiva da Indústria via novos Investimentos”; e (II) “a Abertura Comercial não reorientou, até o momento, a Economia em direção às atividades Exportadoras”, assim como “não alterou o padrão setorial de Especialização Internacional da Indústria, herdado da década de 80”.

4. Pedro da Motta, então Presidente da Sociedade de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET).

O resumo da novela, portanto, parece ser: houve perda de participação da indústria no PIB – enquanto o agronegócio passava a adquirir maior capacidade competitiva –, embora não tenha havido a *catástrofe da desindustrialização*. Sem embargo, alguns complexos industriais em que o Brasil se havia mostrado competitivo foram bastante afetados e a fragilidade de alguns deles resultou não apenas em enorme penetração das importações como uma absorção de empresas nacionais por multinacionais (caso típico: autopeças; caso evitável: indústrias alimentícias).

E um elemento importante a destacar, e a ser mais bem analisado: a permanência, por tempo excessivo, de estratégias empresariais defensivas. Para analisar melhor o assunto, façamos uma breve recapitulação da absorção do novo paradigma.

RECAPITULANDO: INCORPORAÇÃO DO NOVO PARADIGMA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO

No fundo, do ponto vista produtivo, a globalização representou a internacionalização de um novo paradigma industrial e tecnológico – e de *Management* –, pela sua superioridade em relação ao anterior.

O que era, essencialmente, esse novo paradigma? De um lado, um modelo de produção *flexível, diferenciado e integrado*, com crescente *upgrading* de produtos e fatores de produção, no conceito de *inovação permanente* – e não descontinua –, por meio de empresas com parceria capital/trabalho e estruturas horizontalizadas.

Com isso, estava superado o modelo fordista/taylorista de produção em massa, com produtos homogêneos.

Duas palavras sobre o novo modelo de produção: *flexível e diferenciado*, porque por intermédio de máquinas capazes de se reprogramar, tornando possível a produção por lotes (*batches*), de produtos diferenciados – a baixo custo –, conforme as encomendas recebidas.

Integrado: uso de computação para programar – CAD, CAM, CIM. Não há mais compartimentos estanques, dentro da fábrica.

Inovação permanente: as equipes, a nível de chão de fábrica – horizontalização – estão sempre propondo melhorias. Desta forma, participação dos gerentes, e mesmo dos trabalhadores, na apresentação de sugestões.

Parte integrante do modelo de produção são novos métodos de gestão (*Management*), como controle *total* de qualidade – e não mais controle de qualidade, apenas, de forma vaga –, objetivando reduzir a zero o coeficiente de defeitos nos componentes produzidos. E *kanbam*, ou *just-in-time*, para redução da necessidade de manter estoques. Ainda: *Business-to-Business* (B-2-B), ou seja, contato entre empresas por internet.

De outro lado, o modelo era dotado de grande riqueza dinâmica: sistema de produção por redes (*networking*), na empresa e entre empresas (encadeamentos nacionais e internacionais). Outra forma de dinamismo resultava das alianças estratégicas entre empresas, inclusive em R&D – salvo na fase comercial, de definição do produto novo ou diferenciado.

Ao novo modelo de produção correspondia um tipo de empresa, a *empresa inteligente*, baseada na ideia de que a fonte de vantagem competitiva de longo prazo não está em determinado produto, mas no desenvolvimento de suas *core competencies* (competências básicas). Ou seja, atividades intensivas em conhecimento e tecnologia que ela pode realizar em nível de competição internacional, da melhor forma possível.

Quaisquer outras atividades devem ser compradas fora, sob rígidas especificações. É o *outsourcing*, que chamamos de terceirização. Do contrário, a empresa estará reduzindo a sua vantagem competitiva.

O que está por trás desse paradigma? Principalmente o uso das tecnologias de informação e comunicações (TICs), cada vez mais convergentes, e com custos sujeitos à conhecida Lei de Moore – miniaturização: número máximo de processadores por *chip* dobraria a cada 18 meses.⁵ Ao lado disso, o novo papel do capital humano, por meio de educação e treinamento, pela necessidade de interagir com as máquinas e de propor melhorias no processo de produção.

Vale a pena mencionar algumas implicações do paradigma, a nível da economia.

Inicialmente, a importância dos *clusters* (aglomerados), principalmente *clusters* de inovação (parques tecnológicos), mas também os aglomerados produtivos locais (APLs). São outras formas de riqueza dinâmica.

Em seguida, a tendência a fusões/aquisições, frequentemente para construir ou expandir empresas globalizadas. Por quê? Essencialmente, pelo fato de que o mercado é agora regional ou global.

Ainda: importância crescente das vantagens comparativas *criadas*, pelo uso maior do conhecimento e da tecnologia.

Releva-se salientar que todas as relações dinâmicas citadas constituem oportunidades para apropriação coletiva dos benefícios, ultrapassando a dimensão da empresa investidora. Mesmo admitindo o respeito à propriedade intelectual, a prazo mais curto ou mais longo as demais empresas e os demais setores irão beneficiar-se dos investimentos realizados em R&D, *Design, Engineering, Software*, desenvolvimento de *Skills* (qualificação).

Conhecimento e tecnologia são grandes fontes de externalidades, nesse *Brave New World*.

5. Gordon Moore, à época (1965), presidente da Intel.

A QUESTÃO DRAMÁTICA: A DÚVIDA HAMLETIANA – TER OU NÃO TER POLÍTICAS DE COMPETITIVIDADE ATIVAS – E O BRASIL CONTINUOU NO BAIXO CRESCIMENTO

Fora de dúvida, o Brasil passou a ter melhores fundamentos macroeconômicos, após o advento das novas famílias. Mas o governo ainda se debatia na dúvida hamletiana: continuar fazendo políticas de competitividade apenas horizontais – e nem sequer fazer isonomia competitiva – ou passar a ter políticas de competitividade ativas, integrando política industrial, tecnológica e de comércio exterior – pelo menos até 2002 (ano fim do governo FHC).

O curioso é que, à mesma época, os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) faziam políticas de competitividade ativas. Ou, se preferirem, políticas industriais, podendo-se distinguir três principais estilos (ARAÚJO JR.; CORRÊA; CASTILHO, 1992):⁶ o europeu (Comunidade Econômica Europeia – CEE, hoje União Europeia), o americano e o japonês.

A estratégia europeia se voltava principalmente para o apoio à atividade de R&D, com proteção temporária às indústrias de fronteira tecnológica e às que haviam perdido competitividade internacional.

O estilo americano, a nível federal, não era explícito, mas se manifestava fortemente pela ação do Ministério da Defesa, em especial de duas formas: o apoio direto aos setores na fronteira tecnológica, via Defense Research Projects Agency (Darpa); e o gigantesco poder de compra exercido principalmente em favor dos setores do complexo industrial-militar, a exemplo de informática, bens de capital e aeronáutica.

A nível de estados americanos, *era a disputa aberta por novas indústrias, com todas as formas de apoio e incentivos.*

O estilo japonês preocupava-se, principalmente, além do apoio maciço a exportações, com a criação do maior número possível de configurações sustentáveis. Ou seja, estruturas industriais capazes de resistir a investidas de competidores externos. Seletivamente, havia também uma Política de Incentivo a Importações, para fortalecer a competitividade de outros setores industriais.

Enquanto isso, o Brasil se debatia na dúvida hamletiana ... e ouvia a banda passar.

Daí termos chegado a 2002 com crescimento ainda “rastejante” (expressão usada em estudo do BNDES, à época), e uma coisa reveladora da nossa inocência,⁷ após os anos 1980 e 1990.

6. José Tavares de Araújo Jr., Paulo Guilherme Corrêa e Marta Reis Castilho, professores do Instituto de Economia Industrial (IEI/UFRJ).

7. Por isso é que o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, ao sair do governo – antes do término do mandato –, a primeira coisa que fez foi apresentar, no Fórum Nacional, um *paper* sobre Por uma Política Industrial Moderna.

A geração de brasileiros que nunca viu o Brasil crescer – em termos de renda *per capita*.

Ou então:

“Bom dia, noite” (*Buon giorno, notte*)⁸

A REDESCOBERTA DO CRESCIMENTO (“LULA É NOSSO”). MAS...

A despeito das profecias autorrealizáveis – *carta ao povo brasileiro*

No segundo semestre de 2002, houve as profecias autorrealizáveis do mercado (por desconhecimento ou especulação): Lula, se eleito, iria desmontar as novas famílias de políticas macroeconômicas.

Entretanto, em junho daquele ano, Lula já havia divulgado a *Carta ao povo brasileiro*, em que podemos destacar:

- *O Brasil quer mudar. Mudar para Crescer, Incluir, pacificar. Mudar para conquistar o Desenvolvimento Econômico, que hoje não temos, e a Justiça Social que tanto almejamos.*
- *O Povo Brasileiro (...) Quer trilhar o caminho de reduzir nossa Vulnerabilidade Externa, pelo esforço conjugado de Exportar mais e de criar um amplo Mercado Interno de Consumo de Massas.*
- *O Caminho das Reformas Estruturais que de fato democratizem e reformem o País, tornando-o mais justo e, ao mesmo tempo, mais Competitivo no Mercado Internacional. O caminho da Reforma Tributária, que desonere a Produção.*
- *Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos Contratos e Obrigações do País.*
- *Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da Inflação. (...) Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à Inflação, mas acompanhado de Crescimento (...).*
- *[E a síntese:] Há outro caminho possível. É o caminho do Crescimento Econômico com Estabilidade e Responsabilidade Social (grifos nossos).*

8. Filme de Marco Bellocchio, 2006.

DOS “VOOS DE GALINHA” PARA O PATAMAR DE TRANSIÇÃO. MAS...

Como visto, o balanço dos anos 1990 mostrou: a despeito das transformações feitas, terminou-se a década com a sensação de oportunidade perdida. O país não ingressou em um novo ciclo de crescimento sustentado. Por quê?

Principalmente pela dúvida hamletiana no governo: fazer ou não fazer política industrial? Fazer ou não fazer uma opção mais proativa pelo crescimento e pelo fortalecimento da competitividade?

O governo Lula reconheceu, desde logo, estar diante de dois desafios principais, na área econômica.

De um lado, um problema mais conjuntural – retomar o controle da inflação, para a qual as expectativas, no início de 2003, eram muito elevadas (com o complicador político de o mercado financeiro ter dúvidas sobre se o novo governo iria ter como prioridade a preservação dos bons fundamentos). De outro, o velho pesadelo – a volta do crescimento sustentado.

Como enfrentou o governo esses dois desafios? Em pronunciamento no Fórum Nacional, em maio de 2003, o ministro Palocci definiu:

A atual Política Econômica se concentra em criar o equilíbrio Macroeconômico necessário para que se restabeleçam as condições para a elevação do Investimento, tanto Privado como Público, de modo a sustentar taxas de Crescimento da Economia de, pelo menos, 4,5% ao ano.

Para isso, assinalou, o esforço maior será realizado no sentido do *ajustamento de longo prazo* das contas públicas, para reduzir substancialmente a relação dívida/PIB.

Na mesma oportunidade, o presidente Henrique Meirelles, do BCB, começou dizendo que o risco de a inflação ficar fora de controle não existia mais. E explicou que a superação desse risco foi conseguida principalmente por meio da decisão do Banco Central de adotar uma “trajetória de Metas (de Inflação) ajustadas”, tornando possível “diluir a convergência da Inflação corrente à Meta de longo prazo em um período mais dilatado”.

Em março de 2004, foi lançada a “Nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior”, que os ministros Furlan, Palocci e José Dirceu definiram como tendo por ideia central a *inovação*. Para operacionalizá-la, ao longo de 2005 foi aprovada a *Nova Lei de Inovação* – assim como o seu decreto de regulamentação – e a *Nova Lei de Incentivos Fiscais à Inovação*.

Por outro lado, o BNDES aprovou programa especial de apoio à inovação, e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), procurou obter desembolso máximo possível dos recursos ligados aos fundos setoriais de tecnologia.

Na altura de março de 2005, o que se podia dizer, em síntese, era que o governo Lula vinha obtendo resultados econômicos razoáveis: inflação sob controle, risco Brasil muito baixo, níveis recordistas de exportações e superávits comerciais, e cumprimento das metas de superávit primário. Mas, crescimento de cerca de 5% em 2004 e 2,3% em 2005; mais alta taxa de juros, internacionalmente; carga tributária e despesa pública em crescimento; e dívida pública ultrapassando a marca do trilhão de reais. E insuficiente implementação da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

E um *mas* muito mais grave na área política – o circo de horrores a que assistimos, desde meados de 2006. Segundo Fábio Wanderley Reis: no Fórum Especial realizado em setembro do mesmo ano, “não há dúvida de que cabe ao PT e ao próprio Governo – de uma forma ou outra, por ação ou omissão – a responsabilidade principal pela crise que agora experimentamos”.

E Luciano Martins a considerou uma crise sistêmica: “Ela se espalha por várias instâncias do Sistema Político. Do Legislativo à burocracia do Estado, e tem seu fulcro nas contrafações de um irracional sistema de organização partidária de compadrio, além de propiciar novas e desinibidoras formas de corrupção”.

Posteriormente, o governo, a partir de 2007 – e principalmente 2008 –, teve de enfrentar as turbulências da crise global. A orientação adotada foi de minimizar os efeitos da crise, procurando manter a renda dos setores vitais da economia. Entretanto, como sabemos, o crescimento sofreu aumento do PIB, na década de 2000, sendo de apenas 3,6% ao ano.

AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA: 2003-2010

No início deste ano, houve inúmeras avaliações dos dois mandatos de Lula.

Uma dessas avaliações critica a “falta de Estratégia Econômica, levando o Crescimento do País a evoluir no sentido da especialização em *commodities*” (Primárias e Secundárias) (MAGALHÃES, 2010).

Tal crítica procura apoiar-se em trabalho do Ipea, que diz:

A experiência dos Países Asiáticos confirma que o recurso à Estratégia consistente de Desenvolvimento com Políticas Industriais adequadas é condição necessária para que os desafios impostos pela Concorrência Internacional possam converter-se em fatores propulsores do Desenvolvimento das Nações.

O ponto procedente da análise é que a insuficiente implementação da citada política industrial – centrada na inovação – trouxe como resultado o fato de que a participação da indústria de transformação no PIB vem declinando e seu efeito dinâmico sobre o crescimento não se tem feito sentir adequadamente. Não é que haja desindustrialização. É que o Brasil precisa *reindustrializar-se* – ou seja, a indústria cresce menos que os demais setores e perde participação no PIB.

Outro tipo de avaliação critica o fato de se haver negligenciado a agenda de reformas (DELECRODE, 2010). Inclusive as que estão salientadas na *Carta ao povo brasileiro*.

“LULA É NOSSO”: CRIAÇÃO DO MITO

Em fevereiro de 2007, o Fórum Nacional realizou um Fórum Virtual, sobre o tema *Quem elegeu Lula?*

Na oportunidade, Marcos Coimbra⁹ esclareceu:

Acima de tudo, para os eleitores que confiaram em Lula, esses “primeiros” quatro anos foram de cumprimento da palavra empenhada, de resgaste de seu compromisso fundamental: fazer um Governo que melhorasse as condições de vida dos mais pobres. Isso, para a maioria da população, Lula fez, e fez até mais que muitos esperavam.

PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: À PROCURA DO BOM GOVERNO

Alguns pontos a assinalar em relação a esses dez primeiros meses de governo da presidente Dilma Rousseff.

Na área dos fundamentos, viu-se a preocupação de conciliar o combate à inflação com a preservação do crescimento. E nessa conciliação houve o apoio do BCB, sob a presidência de Alexandre Tombini – sem falar, claro, no ministro Guido Mantega.

O país torce para que essa visão macroeconômica inclua, realmente, o ajuste fiscal de longo prazo, que teria efeito não só sobre o declínio da taxa de juros – ainda a mais alta do mundo –, mas também sobre a taxa câmbio, com um nível mais próximo do equilíbrio – e da competitividade industrial. Sem falar na expansão do investimento, tanto público como privado.

Ao lado disso, os dois principais programas já lançados pelo governo – o Brasil Maior, de apoio à reindustrialização, e o Brasil sem Miséria, de eliminação da pobreza extrema – estão no caminho certo.

Deve-se mencionar, igualmente, a reiteração de não ter o governo “compromisso com o erro, o desvio e o mal feito”. Esse lado ético (popularmente: “faxina”) é obrigação de governo – mas no Brasil passou a ser um mérito.

Talvez, então, possa-se dizer que essa constelação de passos tende a constituir um começo acertado para a busca do “bom governo”.

9. Cientista político e diretor do Instituto Vox Populi.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO JR., J. T.; CORRÊA, P. G.; CASTILHO, M. R. Oportunidades estratégicas da indústria brasileira na década de 1990. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Estratégia industrial e retomada do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1992.
- BARTLEY, R. L. **The Seven Fat Years**: and how to do it again. New York: The Free Press, 1992.
- DAHLMAN, C. J.; FRISCHTAK, C. R. **National Systems Supporting Technical Advance in Industry**: The Brazilian Experience, jun. 1990.
- DELECRODE, C. **Opinião e Notícia**, 1ª jan. 2010. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/>>.
- HAGUENAUER, Lia *et al.* **Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90**. Ipea, abr. 2001 (Texto para Discussão, n. 786).
- JAGUARIBE, H. Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira: sucinta aproximação preliminar. *In*: VELLOSO, J. P. R. **A crise brasileira e a modernização da sociedade**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.
- KRUEGER, A. B.; SOLOW, R. **The Roaring Nineties**: Can Full Employment be Sustained? New York: The Century Foundation Press, 2001.
- MAGALHÃES, J. P. A. Estratégias e modelos de desenvolvimento. *In*: PASSARINHO, P. (Org.). **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MARKWALD, R. A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Como vão o desenvolvimento e a democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001. Fórum Nacional.
- O GLOBO, p. 2, 15 jul. 1991.
- PODER. Março 2011. Matéria de capa.
- SIMONSEN, M. H. **Inflação**: gradualismo versus tratamento de choque. APEC Editora, 1970.
- VEIGA, P. M. A indústria brasileira nos anos 90: fontes de transformação e questões de política industrial. **Boletim Especial SOBEET**, ano III, n. 13, 2000.

PARTE IV

**BRASIL: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, PARA
CRESCER, NA *GRANDE RECESSÃO* E CRIAR A ERA DAS
GRANDES OPORTUNIDADES – COMO EM 1929**

CENÁRIO: O MUNDO EM QUE VAMOS VIVER. RAÍZES DA GRANDE RECESSÃO – ECONÔMICA E POLÍTICA (DE 2007 – ATÉ QUANDO?)

“Você conhece o Símbolo chinês para Crise?

Ele consiste de dois outros símbolos.

Um significa Perigo. O outro significa Oportunidade.”

Stephen Becker

“A invencibilidade está na defesa. A possibilidade

de vitória, no ataque. Quem se defende, apenas,

mostra que sua força é insuficiente; quem

ataca mostra que ela é abundante.”

Sun Tzu*

Falta de lideranças políticas nos desenvolvidos

Em 5.8, a matéria de capa do *The Economist* foi: “A falta de liderança no Ocidente é atemorizante”. Em verdade, a revista referia-se aos Estados Unidos e à zona do euro, ou seja, aos países desenvolvidos.

O outro lado da questão é que, tanto nos Estados Unidos como na Europa, as origens do prolongamento da crise estão na área política. A atual *grande recessão* – que ninguém sabe quando vai terminar¹ – passa, assim, a ser mais complexa, porque há fundamentalismos políticos (*Tea Party*, por exemplo) e até religiosos envolvidos (“Extremistas que dão as cartas nos EUA”) (O GLOBO, 2011, p. 28).

Crise do modelo econômico-social dos desenvolvidos (*Welfare State* – Estado de Bem-Estar Social)

Claro, o lado mais visível da grande recessão é o problema do sistema financeiro e a gangorra dos mercados de capitais.

Entretanto, se formos ao fundo do problema, verificaremos que há uma crise do modelo econômico-social dos países desenvolvidos – o *Welfare State*, que vem dos anos 30 do século passado.

* *A arte da guerra* (± 500 a.C.).

1. Importante pesquisa de Kenneth Rogoff e Carmen e Vicente Reinhart (“Bem conhecida tanto na Casa Branca como no FED”) fala em década: “EUA precisarão de uma década para não sair da Crise” (O GLOBO, 2011, p. 31).

E o ponto nevrálgico é que esse modelo não está mais sendo capaz de *gerar crescimento*. Em geral, por desajustes fiscais. Ora: sem crescimento, não há desenvolvimento social nem inclusão social. E nessa altura se coloca o ponto nevrálgico: *falta de ajuste fiscal de longo prazo* – com exceções, talvez a Alemanha.

Outras dimensões da crise: não econômicas

O fenômeno, em verdade, é ainda mais complexo – afeta o modo de viver de nossa época. E os governos não têm a necessária percepção para captar as ameaças de *tsunami* que vão surgindo, em várias dimensões.

Para tomar as mais importantes, tem faltado percepção da importância das redes sociais, viabilizadas pela internet e, em geral, das tecnologias de informação e comunicações (TICs).

Na primavera árabe, sabidamente, em todos os países afetados, as redes sociais desempenharam papel relevante.

Nos distúrbios havidos no Reino Unido, e principalmente em Londres, houve, em agosto, o “Recado das Chamas” (FOLHA DE S.PAULO, 2011a): convocações, movimentos de rua e depredações.

Interpretação: segundo a socióloga Saskia Sassem, da universidade de Colúmbia, é a rebeldia dos jovens a quem foi roubada “a expectativa de futuro”.

Por outro lado, falta de assimilação das minorias, principalmente, minorias de imigrantes: muçulmanos, africanos, outras origens. Em vários países, o fenômeno ocorre. E, em decorrência, as explosões, decorrentes da exclusão, ou marginalização. Não há um *melting pot*. Falta lugar ao Sol.

CONSEQUÊNCIA: OS “DIAS DE IRA” (APOCALIPSE)

As manchetes dizem tudo: “Bolsas assombram mundo” (O GLOBO, 2011b, p. 1), “Mercados assombrados” (O GLOBO, 2011c, p. 19), “Nova Recessão será ainda pior” (NEW YORK TIMES, 2011), “Pânico nas Bolsas” (VEJA, 2011), “Crise Europeia volta a assombrar Bolsas” (O ESTADO DE SÃO PAULO).

Estamos nos Dias de Ira (*Dies Irae*), verdadeiros Apocalipses.

Mesmo quando procura mostrar que o Brasil está preparado para enfrentar esses dias de pânico, *Isto É* coloca, na capa, “Apocalipse Não” – lembrando o *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola.

E o presidente da Bolsa de Nova Iorque diz: “Mundo terá de viver em modo crise”. É: acostumemo-nos ao *crisis way of life*. Estilo crise de viver.

A *indignação* – das ruas (no mundo e, também, no Brasil).

E a questão: as economias emergentes conseguirão sustentar o elevado crescimento?

Em seu livro *Os desafios do futuro da economia*, Michael Spence (2011) – Nobel de Economia – faz a colocação:

Com o Crescimento retornando aos níveis anteriores a 2008, o desempenho na retomada de China, Índia e Brasil são importantes motores de expansão para a Economia Global de hoje. Mas as respostas emergenciais não podem ser mantidas para sempre.

Depois, em capítulo especial, volta-se para os casos de China e Índia. Mas, em capítulo posterior, diz: “Pode-se razoavelmente esperar que o Brasil percorra um caminho para o *status* de *País avançado* nos próximos 10/15 anos”. Esse caminho, que Spence não define, é que nos interessa.

MUDANÇA DE MODELO – POR QUÊ? PORQUE O BRASIL JÁ FEZ; TRANSFORMAR CRISE EM OPORTUNIDADE (GRANDE DEPRESSÃO DOS ANOS 30; CRISE DO PETRÓLEO)

Recapitulando o Brasil e a grande depressão

A crise de 1929 destruiu nosso modelo agroexportador – café: 70% das exportações.

A reação do país, que trouxe a mudança de modelo: defesa da economia do café (para manter a renda, inclusive queimando excedentes de café) e evolução para novo modelo – *industrialização como motor do crescimento*.

Vários instrumentos foram usados, com o resultado de que os preços relativos se reorientaram em favor da industrialização de transformação. O resultado:

- Produto industrial voltou a crescer em 1931, e produto interno bruto (PIB), em 1932; crescimento do produto industrial de 1932 a 1939 – 10% ao ano (a.a.).
- Enquanto isso, o PIB dos Estados Unidos em 1939 ainda era menor que o de 1929 (a salvação foi o New Deal, de Roosevelt; e Hitler – a guerra).

O BRASIL E A CRISE DO PETRÓLEO

A crise do petróleo, em outubro de 1973, destruiu o modelo de desenvolvimento que havia viabilizado o *milagre* brasileiro. Por que?

Desde os anos 1950, o Brasil vinha acumulando vulnerabilidades estruturais.² Principalmente:

- Dependência excessiva em relação à importação de produtos intermediários e, principalmente, de insumos industriais básicos: siderurgia, petroquímica, metais não ferrosos, papel e celulose, e minerais não metálicos. *Produtos em que o país tinha vantagens comparativas dinâmicas.* Ou seja, importávamos categorias de produtos em que éramos, potencialmente, muito competitivos.
- Importações de certos segmentos de bens de capital em que *também tínhamos vantagens comparativas dinâmicas* – porque estávamos realizando grandes programas de investimentos em que usávamos, maciçamente, tais tipos de equipamentos.
- Importações de petróleo e derivados (85% do consumo), porque só no início dos anos 1970 foi tomada a decisão de concentrar os esforços da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) em pesquisa na plataforma submarina; e direcionar o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD) da empresa para esse tipo de pesquisa.
- Então, como dito, havia um “ovo da serpente”.

Em 1974, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o país resolveu desacelerar gradualmente o crescimento – sem recessão –, para poder realizar um grande programa de investimentos que fizesse a *mudança de modelo*.

Com isso, e a despeito da descontinuidade macroeconômica havida do segundo semestre de 1979, em 1983-1984 passamos a apresentar grandes superávits comerciais, que evidenciavam as transformações feitas:

- O país, de grande importador, passara a grande exportador de produtos intermediários – inclusive insumos industriais básicos.
- De grande importador a – pequeno – exportador de bens de capital.
- Aumentara substancialmente a produção de petróleo, com a descoberta da Bacia de Campos – nosso primeiro campo gigantesco de petróleo.

2. Ver *A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas* (1969).

PROPOSTA DE NOVO MODELO: “NEW DEAL VERDE” (DEFESA E ATAQUE) NEW DEAL – IDEIA DE ALIANÇA, DE NOVO CONTRATO SOCIAL

Colocação fundamental: o Brasil tem três problemas de dimensão histórica

I

O país tem grave *questão política*. Talvez nosso maior problema. Há necessidade de ter um bom sistema político – pelo menos cinco a seis bons partidos políticos –, inclusive para ter um *bom Congresso Nacional*.

II

Temos um *Estado* (Executivo, Legislativo e Judiciário) que *gasta demais*. E, por isso, cobra imposto demais, endivida-se demais. E *poupa de menos*. *O governo Dilma entendeu isso*.

III

O país tem pelo menos *dez grandes oportunidades estratégicas* – econômicas –, *mas não sabe aproveitá-las*. Ninguém tem tantas oportunidades. É preciso ter um modelo e determinação de aproveitar as oportunidades.

Isso exige uma sociedade ativa e moderna. Ativa, porque se manifesta. Moderna, porque defende o interesse público.

NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Mudança histórica

Os pontos básicos:

1. Ajuste macro: e principalmente ajuste fiscal de longo prazo – e reindustrialização.
2. “PIB verde”: agricultura verde, mineração verde, indústria verde, serviços verdes. É a nossa concepção de desenvolvimento ambiental. Preventiva.
3. Economia do conhecimento (ou economia criativa). Para quê? Para, gradualmente, gerar a era das grandes oportunidades.

O Brasil já fez. Juntos – fórum, governo, sistema político e sociedade –, podemos fazer de novo.

ENTÃO, QUARTA GRANDE CONCEPÇÃO: MAGIA DAS GRANDES OPORTUNIDADES

1. Universalização da inovação;

2. Usar o pré-sal para transformar a economia brasileira;
3. Novos avanços na melhoria de nossa nova matriz energética;
4. Estratégia de implantação do carro elétrico – em paralelo com os biocombustíveis;
5. Transformação da biotecnologia, com base na biodiversidade, em uma das grandes tecnologias do século XXI;
6. Transformar o Brasil em quinto centro global de TICs;
7. Usar o *modelo escandinavo* para construir grandes complexos industriais em torno dos setores intensivos em recursos naturais – agronegócio/agroindústria, mineração moderna/metalurgia, petróleo/petroquímica;
8. Novas tecnologias de desenvolvimento de biocombustíveis;
9. Estratégia de desenvolvimento da eletrônica orgânica – inclusive para produzir o *chip* orgânico;
10. Estratégia de desenvolvimento das *indústrias criativas* – cultura, artes, *entertainment* turismo;
11. Novo sistema de transportes coletivos metropolitanos, à base de trilhos (metrô, trem de subúrbio, bonde moderno – VLT); e
12. Nova era: transformar as comunidades – favelas –, nas regiões metropolitanas, em oportunidade para desenvolver o país, usando setores, como artesanato, economia solidária, cultura e turismo, e qualificando mão de obra.

COMO APROVEITAR TAIS OPORTUNIDADES? O DESENVOLVIMENTO MODERNO – ECONOMIA DO CONHECIMENTO

Rei Luiz XVI (ao receber a notícia da queda da Bastilha): “– É uma revolta?”

Duque de Ia Rochefoucault-Liancourt: “– Não, majestade. É uma revolução”.

ECONOMIA DO CONHECIMENTO: NOVO PARADIGMA ECONÔMICO-SOCIAL

A grande força econômica de nossa época é revolução do conhecimento – e da informação –, transformando a economia e a sociedade.

Dessa revolução – a maior, desde a revolução industrial – emerge a economia do conhecimento – o novo paradigma econômico-social de nossos tempos. Segundo estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): 50% do PIB dos países desenvolvidos vêm da geração, do uso e da difusão do conhecimento.

Essência da economia do conhecimento: revolução na produção e disseminação do conhecimento.

O modelo para o Brasil tem duas dimensões:

- Dimensão econômica: levar o conhecimento, sob todas as formas – educação superior, pesquisa e desenvolvimento (P&D), tecnologias genéricas e tecnologias específicas, engenharia de produto, engenharia de processo, métodos modernos de *management*, *design*, logística e marca – a todos os setores da economia (inclusive agricultura, mineração e serviços). Não há mais *setores primários*. São inúmeras formas de *intangíveis* – as *aptidões modernas* (Hicks), em lugar das antigas *dotações de fatores tradicionais*. Assim as vantagens comparativas passam a ser criadas.
- Dimensão econômico-social: levar o conhecimento a todos os *segmentos da sociedade*, inclusive os de renda baixa. Com isso, evitam-se exclusões – exemplo: exclusão digital.

Isso exige a *transformação do Brasil* em país de *alto conteúdo de desenvolvimento humano*, interagindo com inovação/tecnologia. *E define nova função para a empresa*: “A função principal da Empresa é desenvolver o talento de seus Recursos Humanos” (Peter Drucker). O conhecimento, em consequência, passa a ser o principal componente da produtividade total dos fatores (TFP), juntamente às instituições. Com isso, a TFP, em lugar de resíduo, torna-se uma *variável estratégica do desenvolvimento*.

Instrumento poderosíssimo.

Consequência frequente dessas propriedades é que um número infinito de pessoas pode usar, simultânea e inexaurivelmente, o conhecimento. São rendimentos crescentes, rendimentos supercrescentes e geradores de externalidades – enormes externalidades, de que decorrem novos conhecimentos, com as mesmas propriedades.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS GRANDES OPORTUNIDADES – SETORES INTENSIVOS EM RECURSOS NATURAIS, SETORES DA BIOECONOMIA, SETORES DE ALTAS TECNOLOGIAS

PONTOS BÁSICOS

INTRODUÇÃO: MONTANDO A ESTRATÉGIA

Estamos chegando à área para a qual convergem todas as ideias e transformações que discutimos até agora – é a apresentação da *estratégia* por meio da qual o Brasil poderá realmente desenvolver as suas *grandes oportunidades*. E, assim, construir um *novo modelo de desenvolvimento*.

Em todas elas, vai-se procurar utilizar a *economia do conhecimento*.

Para isso, faremos uso das *aptidões modernas* (BANCO MUNDIAL, 2001), que substituem os antigos *fatores de produção*. E, sempre que possível, estará envolvida a criatividade natural do país.

Não esquecer a lição de Hicks (1959), já citada: o país só vem a tornar-se desenvolvido quando desenvolve a *elasticidade (Resilience) nas vantagens comparativas*, de modo a estar sempre criando novas vantagens comparativas.

Isso, na visão de duplo mercado – interno e externo. Embora, em país com a dimensão continental do Brasil, o mercado interno seja de fundamental importância. Só que a inserção internacional é crucial.

Ao tratar das grandes oportunidades, estaremos lidando com setores intensivos em recursos naturais – abundância, ou superabundância, no país; setores de bioeconomia – usar biomateriais para construir setores novos ou soluções novas; e setores de *catching-up*, ou seja, de tecnologias avançadas, em que estamos procurando competir com os países desenvolvidos, ou emergentes de fronteira, sempre que possível colocando um toque da nossa criatividade.

Então, por trás de tudo estará sempre a preocupação em fortalecer nossa competitividade, abrir novos caminhos, acionar motores do crescimento; ou reconhecer, como no caso das indústrias de transformação, que não soubemos nos manter na posição de vanguarda, com rejuvenescimento e dinamismo, que tínhamos no início dos anos 1980 – no fim da terceira grande concepção.

UNIVERSALIZANDO A INOVAÇÃO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS – PARA DOTAR O PAÍS DE UM DOS PRINCIPAIS MOTORES DO DESENVOLVIMENTO MODERNO

Baumol (2002) – a inovação como principal arma da competição moderna:

Em áreas-chave da Economia, a arma por excelência da Economia não é o preço, e sim a Inovação. Como resultado, as *firmas não podem deixar a Inovação ao acaso*.

Longe disso, os gestores são forçados por pressão do Mercado a desenvolver a atividade da Inovação sistemática e substancialmente (...)

O resultado é uma feroz corrida pelas armas entre as firmas nos Setores que evoluem mais rapidamente, tendo a Inovação como principal arma. (grifo nosso).

E mais, no âmbito da ideia de *inovação como a estratégia da empresa*, concepção completamente diversa da ideia da estratégia de inovação, uma entre várias, que as empresas em geral costumam ter.

Agora, a inovação passa a ser a *estratégia global da empresa*. Entretanto, no caso brasileiro, há um problema, fundamental: o país gasta muito em ciência e tecnologia (C&T), mas não há a interação necessária entre universidade, empresa e instituições governamentais. A *hélice tripla* não funciona.

Na universidade pública – federal –, geralmente, a pesquisa não é voltada para os objetivos do desenvolvimento e colocada a serviço da sociedade. A grande maioria dos pesquisadores está orientada para publicar artigos em revistas científicas no exterior. E, com isso, o grande investimento feito em P&D “não obedece a qualquer ordem ou prioridade, a nenhuma *Estratégia*”.³ Consequentemente, as empresas se retraem.

Estamos, então, diante da necessidade de duas coisas. De um lado, mudar o modelo das universidades, induzindo-as a criar fundações que possam realizar contratos com empresas e instituições governamentais. Como faz a Universidade de São Paulo (USP), pelo fato de que seu orçamento é limitado a certo valor, além do qual ela tem que fazer acordos com empresas/entidades. De outro, já é tempo de começar a pensar na eliminação da gratuidade do ensino superior para alunos acima de certo nível de renda. No Brasil, até os filhos do Onassis teriam ensino superior gratuito.

Novidade importante, no atual governo, é a proposta de transformar a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em Banco da Inovação (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES da inovação). Ou algo parecido.

Argumento favorável: *C&T é barato*. Inexiste qualquer argumento para fundamentar o contingenciamento dos fundos setoriais de tecnologia. E há todos os argumentos para prover bem de recursos a área de tecnologia e inovação. É altamente prioritária e custa pouco – bom e barato. *Vital*.

3. Marcus Cavalcanti e André Pereira Neto, *Inovação e competitividade: os dilemas do Brasil* (XIX fórum nacional).

USAR O PRÉ-SAL PARA TRANSFORMAR A ECONOMIA E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL: GRANDE OPORTUNIDADE E GRANDE DESAFIO

Como usar o pré-sal para transformar a economia e o desenvolvimento brasileiro

A grande importância do pré-sal não é que poderemos produzir mais petróleo e gás, *é que teremos um grande instrumento para transformar a economia brasileira*. Como? De um lado, construindo um grande complexo industrial – e de serviços – em torno dele. Serviços, inclusive, de P&D.

Esse complexo envolve, em uma dimensão, as indústrias e os serviços diretamente integrados às empresas de P&D (principalmente Petrobras):

- grandes equipamentos e bens de capital sob encomenda – vários tipos;
- engenharia nacional – e desafios: projetos em águas profundas;
- indústria elétrica e eletrônica;
- robótica;
- nanotecnologia;
- novos materiais – inclusive aços especiais; e
- indústria aeronáutica – helicóptero.

Segunda dimensão: os fornecedores de bens e serviços a esses setores diretamente integrados a P&D – a começar da construção naval.

De outro lado, a transformação pode provir da utilização dos recursos provenientes da participação do governo principalmente no apoio à tecnologia e à inovação, no país.

Pré-sal como oportunidade e desafio

Oportunidade: inicialmente, o Brasil aparece como o país que mais contribuirá para o crescimento da produção mundial no período entre 2007 e 2035 (Agência Internacional de Energia – AIE).

“Segundo a Petrobras, o Crescimento nos próximos 10 anos acontecerá a uma média superior a 7% a.a., muito maior que a média histórica de 4,9% a.a. (Crescimento principalmente nas Bacias de Campos, Santos e Espírito Santo)” (ROLIM; AZEVEDO, 2010).⁴ E, agora, Alagoas-Sergipe.

Ao lado disso: “Os volumes atuais das reservas brasileiras, em torno de 13 bilhões de barris, serão mais que triplicados, (...) o que posiciona o Brasil *entre*

4. Tuerte Amaral Rolim e Ricardo Azevedo, gerentes da área de Exploração e Produção da Petrobras.

os 6 maiores detentores de Reservas de Petróleo no Mundo” (FONSECA, 2010, grifo nosso).⁵

Presidente da Petrobras (entrevista em setembro de 2008): empresas da cadeia produtiva devem ver “Oportunidade para Aliança Estratégica de Longo Prazo com a Petrobras (...) Petrobras comprará muito e por Longo Prazo”.

“Fornecedores de Bens e Serviços estão diante de um desafio – *Oportunidade de tornar o Brasil um Centro Mundial de Produção de Bens, Serviços, Equipamentos e Componentes para P&D. Mas vai-se querer escala e condições Competitivas*” (grifo nosso).

E a opção brasileira: exportar muito petróleo ou adicionar valor. Ou os dois, de forma equilibrada.

Entretanto, há também grandes desafios – alguns já implícitos no que foi dito.

O IBP (FONSECA, 2010) acentua como “desafiadoras a complexa logística para vencer as grandes distâncias da Costa (350 km) e as grandes profundidades oceânicas (mais de 2000m)”. Também acentua a importância de não haver, na implementação do novo marco regulatório, “cerceamento da iniciativa Privada, por entender que a Competitividade no Setor deve prevalecer dentro do Modelo de partilha de Produção”.

E levando em conta que a exploração e produção de petróleo no Brasil é uma história de sucesso (dentro da Lei nº 9.478/97).

Desafio é também para a ONIP (FERNANDEZ Y FERNANDEZ; MUSSO, 2011),⁶ “a construção de uma Política Industrial na área do Petróleo”, com uma agenda de competitividade.

E a tentativa de síntese:

A descoberta do Pré-sal é, inegavelmente, uma grande Oportunidade para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Industrial do Brasil (...) A mudança de Cultura e de atitude de todos os envolvidos é o passaporte para a transformação da riqueza do Pré-sal em benefícios perenes para o Povo Brasileiro.

Petrobras e pré-sal, na atualidade

O Business Plan da Petrobras para o período 2011-2015 (aprovado em julho de 2011) aprovou investimentos no total de cerca de US\$ 2 225 bilhões. Caracterizou, também, a importância do objetivo de grande expansão da cadeia

5. Jonas dos Reis Fonseca, gerente de Exploração e Produção do IBP.

6. Eloy Fernandez y Fernandez e Bruno Musso, da ONIP.

de fornecedores nacionais, mesmo com as dificuldades resultantes do problema do câmbio e da existência de inúmeros gargalos, a serem superados. Novamente, necessidade de aliança estratégica e de política industrial específica para a área.

NOVOS AVANÇOS NA MELHORIA DE NOSSA MATRIZ ENERGÉTICA

O Brasil já tem uma boa matriz energética, pela predominância de energias renováveis (cerca de 50%; mundo: 15%) e, no âmbito delas, da hidroeletricidade.

A ideia é realizar novos avanços, pelo aumento da participação da hidroeletricidade e das energias alternativas – eólica e biomassa, principalmente –, com sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, a opção feita pelo *Plano Decenal de Energia* (até 2020) está certa: construção de mais 24 hidroelétricas até o fim do período – além da conclusão das que estão sendo construídas. *Essa, a grande prioridade.*

Com a grande expansão prevista da energia elétrica será possível realizar um grande avanço no sentido da despoluição das cidades brasileiras.

É importante considerar também, no tocante ao nosso Programa Hidroelétrico, a alternativa de concessões por bacias, e não por aproveitamento – proposta Alquéres. Os Estados Unidos já têm grande experiência em concessão por bacias: a Tennessee Valley Authority (TVA) é dos anos 1930.

ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CARRO ELÉTRICO NO BRASIL

Iniciando a era do carro elétrico

Estamos assistindo ao fim de uma era e ao início de outra. Temos de tomar a decisão de se queremos estar na vanguarda da nova era, ou se nos contentamos em ser retardatários. O ponto de partida deve ser a consideração de conveniência e eficiência de uso do carro (veículo) elétrico (ou híbrido).

Conveniência: segundo estudo do Ministério do Meio Ambiente, o carro e a motocicleta são os grandes responsáveis pela poluição nas cidades brasileiras. Eficiência: em termos de eficiência energética, o carro elétrico está à frente, “no tráfego urbano, em especial quando em baixas velocidades e constantes acelerações e frenagens”.

Ao lado disso, existe um ciclo de transformação na indústria automobilística mundial, impulsionado pelo carro elétrico.

É só ver o que já está acontecendo no Japão, nos Estados Unidos e nos países europeus. Londres, por exemplo, objetiva ser “a futura capital do Carro Elétrico” (prefeito de Londres, em maio de 2011).

Estratégia: resumo da ópera em português

Como cenário, duas coisas. De um lado, a ideia de que vamos ter, nas primeiras décadas, a simultaneidade das duas tecnologias: o carro *flex fuel* e o carro elétrico. De outro, a perspectiva de construção de um sistema de transporte urbano à base, principalmente, de veículos sobre trilhos, como será apresentado.

Quanto à estratégia em si, a essência está na ideia da gradual massificação da produção de veículos elétricos, como Henry Ford fez, um século atrás, em relação ao modelo T (*Model T*).

Para esse efeito, necessitamos ter uma política industrial específica para o setor, a definição de um sistema de incentivos fiscais e financeiros tanto à produção – de veículos e componentes – como à aquisição, segundo concebido pelo Ministério da Fazenda; e a mobilização de instituições-chave, como a FINEP e o BNDES – além das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e da Petrobras –, para que a inovação aconteça no setor, e os problemas sejam solucionados – exemplo: bateria, que determina a autonomia do veículo.

Dessa forma, o Brasil poderá reafirmar sua posição inteligente de vanguarda, como fez no tocante ao etanol e ao carro *flex*, que irão participar da nova era.

Lembrando: *o futuro está no carro elétrico.*

TRANSFORMAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA, À BASE DA BIODIVERSIDADE, EM UMA DAS GRANDES TECNOLOGIAS DO SÉCULO XXI

Oportunidade e desafio

Nos Estados Unidos, ressalta-se a grande importância da biotecnologia – como indústria. Até a National Aeronautics and Space Administration (Nasa) a utiliza no Programa Aeroespacial.

O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo: biodiversidade da Amazônia, da Mata Atlântica – o que resta –, dos Cerrados, do Pantanal, da Caatinga e até da plataforma continental. Significado: pode ser nossa maior oportunidade, mas ainda é apenas um potencial. *Usamos só 1%.*

Prioridades para nossa biotecnologia: indústria farmacêutica – e cosméticos – e agronegócio.

A proposta estratégica da Extracta⁷ consiste em:

(...) essencial proceder à montagem de Cadeias de Agregação de Valor (à Biodiversidade), que permitam um fluxo ajustado de bens e de retornos e benefícios entre a

7. Extracta Moléculas Naturais: exporta moléculas.

base do sistema na natureza e os grandes Mercados Internacionais, únicos capazes de efetivamente maximizar os retornos.

Os componentes da estrutura a ser montada:

- biotecnologia não é nem ciência pura nem indústria, apenas;
- então, mais ciência: biociências (novas formas de vida a nível molecular), ciências químicas, engenharias, ciências da informação, ciências ambientais;
- papel essencial da indústria, com seus Centros de Pesquisa e Desenvolvimento (CPDs); e
- papel insubstituível do governo – dificuldades a superar e sistema de incentivos.
- As dificuldades a superar são, principalmente:
- Dificuldade de patenteamento: INPI interpreta legislação de patentes como “proibição de conceder patentes não só a seres vivos e suas partes, mas também a todo e qualquer Processo Químico decorrente do metabolismo desse ser vivo. Entendeu com isso que a Lei não autorizava, por exemplo, a concessão de Patente para uma Molécula Natural desconhecida dos químicos, isolada e caracterizada de forma inventiva e associada a uma atividade biológica também nova, de interesse farmacêutico”. Essa interpretação difere radicalmente da que é feita pelos países desenvolvidos – nossos concorrentes, no caso.
- Problemas para obtenção de patentes: autorização do CGEN, 2 anos; aprovação da patente (INPI): 7-8 anos.
- Dessa forma, a síntese da proposta da Extrata:
- Quebrar a barreira de relacionamento entre os setores público e privado, *criando-se mecanismos de audiência e de representação equilibrada.*
- Direcionar recursos públicos para a competitividade industrial, reconhecendo seus componentes científico, industrial e regulatório.
- Rever as políticas e a regulamentação normativa em torno da propriedade intelectual relacionadas aos produtos inventivos de nosso patrimônio genético, com bom senso e considerando o interesse nacional.

Se não houver uma visão estratégica para esse campo, nosso potencial, enorme, continuará sendo um potencial. Enquanto isso, os mercados para nossos produtos, nessa área, irão procurar outras fontes de biotecnologia à base da biodiversidade.

Existe a iniciativa da Suframa: o Centro de Biotecnologia da Amazônia – ainda pouco utilizado. Estão funcionando convênios com universidades da região. Mas a utilização pelas empresas é muito baixa.

Indo adiante: proposta de criação do Instituto Brasileiro da Biodiversidade

Avançando no tocante às linhas de ação apresentadas, convém ressaltar: “A vantagem brasileira na busca da Biodiversidade Química traduz-se (...) em nossa capacidade de formar grandes coleções de Compostos Naturais, a partir de nossa Mega-Biodiversidade Natural. Detemos mais de 20% da Biodiversidade Vegetal do Planeta” (CARVALHO, 2010).⁸

E a proposta concreta: “Deseja a Extracta ampliar essa (sua) coleção para abranger toda a riqueza vegetal do País, no que seria o maior *Banco de Biodiversidade Química do Planeta, no Setor Vegetal*”. A Extracta, para isso, propõe que se constitua uma rede interinstitucional brasileira, associando centros acadêmicos de pesquisa, empresas de pesquisa inovadora, provedores de matéria-prima e indústrias clientes, para constituir – lado a lado com o poder público – um grande *Instituto Brasileiro da Biodiversidade (IBB)*.

Estaríamos, assim, dando um passo fundamental para criar, de fato, no Brasil, as bases para o desenvolvimento da *biotecnologia da biodiversidade*.

O assunto está em avaliação no MCT (FINEP) e no BNDES.

Consequências maiores do projeto

Se o Brasil impulsionar, em grande escala, a biotecnologia à base de sua biodiversidade, estaremos realizando algo da maior importância. Em dois sentidos.

De um lado, assim como se considera a eletrônica a grande tecnologia do século XXI – o século XX lançou as bases –, poderemos também considerar a biotecnologia – à base da biodiversidade – uma das grandes tecnologias do presente século. De outro, estaremos definindo uma *estratégia de desenvolvimento para a Amazônia*.

A verdade é que o país não sabe o que fazer da floresta Amazônica. E, por isso, tenta – ou deixa tentar – caminhos que não dão densidade econômica à região e contribuem para destruir a floresta.

No entender do fórum nacional, a estratégia para, realmente, desenvolver a Amazônia, sem afetar a floresta, dever ser biotecnologia à base da biodiversidade. E só – sem prejuízo da atividade extrativa e do turismo ecológico, obviamente.

8. Professor Antonio Paes de Carvalho, presidente da Extracta.

TRANSFORMAR O BRASIL EM QUARTO CENTRO GLOBAL DE TICs – ATÉ 2020

Colocação básica: TICs como oportunidade (o século XXI como século da eletrônica⁹)?

Importância: TICs são essenciais para a competitividade dos demais setores. O Brasil é o oitavo maior mercado interno de TICs, mundialmente (2008: complexo de TICs representou 7% do PIB – US\$ 100 bilhões), rivalizando com a China. Mas nossa participação nas exportações é inexpressiva, a despeito do potencial.

Se não melhorarmos nossa competitividade, nosso mercado interno ficará exposto às incursões de todos os emergentes e desenvolvidos dotados de forte competitividade, principalmente em tecnologia de informação (TI). Ideia: Brasil como quarto centro global de TICs. Passaria a ser *oportunidade*.

Bases do Plano Diretor de TICs

O crescimento da utilização de TICs é potencializado pelo “Círculo Virtuoso da Economia Digital”.

Daí os pilares do Plano Diretor:

- infraestrutura de telecomunicações;
- estímulo à demanda de TICs;
- foco na capacitação digital; e
- desenvolvimento de conteúdos e serviços de TICs.

O primeiro é o pilar básico: a rápida evolução tecnológica requer alto investimento, e para isso há necessidade de um marco regulatório previsível e estável, que coloque “o Governo como indutor de Investimentos, no lugar de atuação Direta no Mercado”.

A redução da carga tributária na cadeia de valor é também essencial.

No pilar de “estímulo à Demanda de TICs”, focar na ampliação dos programas de inclusão digital, incremento de programas de acesso a microcomputadores e *tablets*, e incentivos à produção nacional de equipamentos.

O “Pilar de captação Digital talvez seja o mais importante para o País”, inclusive colocando a inclusão digital no currículo das escolas públicas de ensino fundamental e de ensino médio.

No pilar de desenvolvimento de conteúdos e serviços de TICs, o governo deve fomentar a criação de conteúdos nacionais e regionais que aumentem a

9. Antonio Carlos Valente (2011), presidente da Telebrasil e do grupo Telefônica do Brasil.

demanda por acesso à internet em banda larga, estimulando o cidadão a acessar gratuitamente serviços públicos e desenvolvendo E-Gov com aplicações que acelerem a inclusão digital.

Esse, o caminho para que o país esteja entre os líderes mundiais até 2020, em TICs e, de forma mais ampla, em desenvolvimento econômico-social.

Bases do Plano Diretor de Tecnologias de Informação¹⁰

Colocação básica: de um lado, a criatividade brasileira em TI, corporificada no nosso avanço em informática do sistema financeiro, do governo eletrônico, da apuração de eleições, motores *flex*, gestão de produção agrícola, visualização de reservas de petróleo e gás, e automação de manufaturas.

De outro, o risco e desafio:

A expansão das Exportações tornou-se um desafio vital para as Empresas Brasileiras, porque num segmento como este, *em que os Custos Fixos do Investimento são baixos e a Prestação de Serviços pode ser feita em qualquer parte do Globo*, é a “defesa” do Mercado Interno que passa a estar em questão, caso as Empresas Brasileiras não sejam capazes de competir internacionalmente (grifo nosso).

Diante disso, a meta do setor de TI para 1920 é elevar sua participação no PIB (4% em 2010) para 5,5 a 6%. E aumentar as exportações (US\$ 2,4 bilhões em 2010) para, pelo menos, US\$ 20 bilhões.

A meta é viável, se forem superados certos problemas nossos, porque o mercado global deve dobrar de tamanho, na década. Expansão que

será movida, inclusive, pelas novas tendências Tecnológicas, baseadas em Mobilidade e *Cloud Computing* (Computação em nuvem) – visualização e hospedagem remota de conteúdos, *software* e Serviços, sobre uma Infraestrutura de Banda Larga.

Em seguida, uma palavra sobre os problemas e desafios a serem enfrentados pelo Brasil. Quatro, principalmente.

Problema: custos, principalmente encargos trabalhistas – mão de obra, em média, corresponde a 70% da receita. Já houve redução, no caso das exportações.

Problema: dimensão das empresas – das cinco empresas líderes em exportações, na Índia, o porte é quase oito vezes o das brasileiras. Então, necessidade de dar incentivos a fusões/aquisições.

Problema: formação e qualificação de mão de obra – setor exige alta qualificação, inclusive em inglês, e especialização. Necessidade de programa especial, pois o déficit de pessoal vem crescendo, face à rápida expansão da demanda.

10. Ver *Tecnologia de Informação e os desafios da competitividade*, de Antonio Gil, presidente da BRASSCOM (mesmo livro).

Desafio: infraestrutura de TICs, que deve ser em banda larga, exigindo elevado investimento – então, necessidade de desoneração tributária para esse fim.

Desafio: inovação.

Índia: empresas evoluíram, fazendo escalada na cadeia de valor – de uma atividade inicial de manutenção de sistemas de atendimento de *call center* para disputa de contratos envolvendo soluções de problemas.

O Brasil tem potencial criativo para fazer até melhor, nessa área. Mas é preciso ter as bases competitivas e o foco em exportações.

Conclusão: necessidade de um conjunto de políticas integradas, visando à meta do quarto centro global.

USAR O MODELO ESCANDINAVO PARA CONSTRUIR GRANDES COMPLEXOS INDUSTRIAIS EM TORNO DOS PRINCIPAIS SETORES INTENSIVOS EM RECURSOS NATURAIS – AGRONEGÓCIO/AGROINDÚSTRIA, MINERAÇÃO MODERNA/METALURGIA

Fundamentação da proposta

Nos Estados Unidos e na Europa, frequentemente se forma um *Cluster* (aglomerado) de indústrias (setores) competitivas, com interligações verticais e horizontais (PORTER, 1990).

Por que aplicar a ideia ao Brasil? Estamos subutilizando a nossa riqueza de recursos naturais, e usando-a, quase exclusivamente, sob a forma de produção de *Commodities* (produtos padronizados), primárias ou industriais.

A proposta: criação de grandes complexos industriais em torno de setores intensivos em recursos naturais – se possível criando *noncommodities*

Sugestão de setores integrados:

- agronegócio/agroindústria;
- mineração moderna/metalurgia moderna;
- petróleo-gás/petroquímica – inclusive química fina; e
- celulose/papel.

Já começamos a criar *noncommodities* (produtos diferenciados):

- cafés gourmet;
- café descafeinado – naturalmente;
- ônibus sob medida, para diferentes países;

- plásticos biodegradáveis;
- couro vegetal;
- prêmios de *design* para móveis brasileiros no exterior; e
- moda criativa – segundo maior gerador de emprego, somada ao vestuário.

Condição básica para construir o *Cluster*: os setores-base – agronegócio, por exemplo – devem ter médio ou alto conteúdo tecnológico, para serem realmente competitivos e servir de fundamento para toda a montagem a ser feita. A economia do conhecimento torna isso viável. No caso do agronegócio, é possível, inclusive, usar a “agricultura de precisão”¹¹ – aplicação de tecnologias geoespaciais e TICs na gestão de lavouras. No Vale dos Vinhedos, ao lado de Bento Gonçalves, por exemplo, é ela utilizada.

A construção do complexo industrial pode incluir: indústria de bens de capital, indústria eletroeletrônica – principalmente TICs –, robótica, nanotecnologias e até ciências aeroespaciais – exemplo: a citada agricultura de precisão.

E desenvolvimento de sinergias com centros de excelência (universidades) e institutos de tecnologia.

Como construir o *Cluster*

Como dito, o melhor exemplo histórico é o modelo escandinavo:

- Começaram desenvolvendo setores intensivos em recursos naturais, e em desvantagem natural – clima.
- Mas, aplicando C&T, modernos métodos de gestão, qualificação de mão de obra e produzindo máquinas/equipamentos para principais etapas das cadeias produtivas, construíram os complexos industriais.

Resultado, hoje produzem – e exportam:

- aviões;
- carros de luxo;
- móveis de *design* sofisticado;
- equipamentos de telecomunicações; e
- telefones celulares – exemplo: Nokia.

Dominaram aptidões modernas e estão em tecnologias avançadas.

11. Ver *Precision Agriculture in the 21st Century*.

Usar o conceito de empresa inteligente, fazendo redes de subcontratação (terceirização) para atividades fora da competência básica da empresa.

Importância da logística: para fortalecer a competitividade sistêmica do país e viabilizar alguns dos complexos industriais, prioridade à construção de corredores de exportação (mercados externos) e corredores de transportes (mercados internos), tendo como base ferrovias modernas.

O objetivo básico é não ter mais setores primários e, tanto quanto possível, não ter Commodities – ou seja, fazer produtos diferenciados.

Isso é possível usando P&D e, em sentido mais amplo, economia do conhecimento. Todos os setores intensivos em recursos naturais passam, gradualmente, a adquirir satisfatório conteúdo de conhecimento e tecnologia, e avançam na adição de valor, integrando-se com setores secundários; e integram-se em cadeias de valores articuladas com produtores de equipamentos e TICs.

E a ideia de aglomerados produtivos (*Clusters* inovadores). Aglomerados de grandes e pequenas empresas. E, tanto quanto possível, de produtos diferenciados.

BIOECONOMIA E, PRINCIPALMENTE, NOVA ETAPA NO DESENVOLVIMENTO DA BIOENERGIA

Nova etapa da bioenergia

Novos sonhos no Vale do Silício (Califórnia): de olho em um futuro com outra matriz energética, empresas do Vale do Silício procuram, atualmente:

- utilizar tecnologia para transformar celulose em etanol; e
- transformar algas em combustível equivalente ao petróleo (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2009).

Nova etapa na bioenergia: Brasil tem de manter a liderança tecnológica, não perdendo a corrida – para os Estados Unidos – do desenvolvimento da nova geração de tecnologias de bioetanol. Digamos, à base de celulose – florestas multiuso. Para isso, utilizar Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) e FAPESP. E ter programa específico.

“O quadro é bem diferente com o Bioetanol, cuja produção a partir da Cana-de-Açúcar apresenta excelente desempenho com as Tecnologias atualmente disponíveis, e ainda pode ser melhorada com as Inovações Tecnológicas em desenvolvimento. Nesse sentido, a disponibilidade de processos inovadores para produção de Bioetanol não deve significar uma mudança radical de perspectivas para a Agroindústria Energética nacional.

Não obstante, a possibilidade de obter incrementos importantes de produtividade na Agroindústria Energética nacional e manter o protagonismo brasileiro em Bioenergia, inclusive ampliando os mercados para Bens de Capital e Serviços produzidos no Brasil, justificam todo esforço em desenvolver localmente essas Tecnologias.

“A disponibilidade de Tecnologias capazes de permitir a produção do Bioetanol de materiais celulósicos não constitui apenas um risco a ser considerado para a Agroindústria brasileira.

“Na verdade, essas Tecnologias podem significar a viabilidade da produção de Biocombustíveis em muitos países, expandindo o mercado da Bioenergia e possivelmente melhorando as possibilidades de acesso para o Bioetanol brasileiro. Visto desse modo, o desenvolvimento de novos processos para a Agroindústria do Bioetanol é interessante em escala global e quanto mais cedo possa ocorrer, melhor.

Finalmente, todos os cenários indicados reforçam o papel que os Biocombustíveis Sustentáveis podem e devem ter na Matriz Energética Brasileira, por suas múltiplas e relevantes implicações e vantagens. Assim, é urgente que a Bioenergia, em particular o Bioetanol, esteja melhor e mais claramente considerado na Política Energética Nacional e em suas consequências, como na legislação tributária associada aos Combustíveis, na Política de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em temas de Energia e no marco regulatório setorial (NOGUEIRA, 2009).

Cabe salientar que, segundo o diretor de Qualidade da ANP,¹² o Brasil já é alternativa mundial para a área de biocombustíveis. Essa tendência ganhará impulso com a exigência, do governo americano, de uso de etanol na frota de automóveis do país. Isso torna ainda mais importante o desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração. No caso da cana-de-açúcar, aqueles obtidos a partir da celulose presente no bagaço e na palha, que juntos representam mais de 50% da biomassa produzida pela cana-de-açúcar (CARRER, 2010).¹³

O brilhante futuro da cana

Importante assinalar que a cana-de-açúcar não tem como seus derivados apenas o açúcar e o etanol. Inovações nas usinas e nos laboratórios deverão transformar a cana em bioplásticos, óleo diesel e energia elétrica e dar origem a biorrefinarias (EXAME, 2008).

Dessa forma, todo um complexo produtivo está sendo construído em torno da cana-de-açúcar, graças a novas tecnologias. É o nosso centenário produto de exportação colonial, que passa a servir de base a uma matriz de novos produtos (*Commodities e Noncommodities*).

12. Allan Kardec, entrevista ao JB, p. A6.

13. Helaine Carrer, professora da USP.

O brilhante futuro da madeira

Indo além, até a energia esquecida – energia da madeira – emerge como nova oportunidade para o país (HOLLANDA, 2010).

A madeira é uma das principais fontes de energia primária do Brasil, dando origem a 29 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (MTEP),¹⁴ a mesma ordem de grandeza que a energia hidráulica. Apesar da sua importância, ainda não é objeto de uma política definida, e seu comércio e uso se fazem sem qualquer norma, como ocorre com todas as modalidades de energia usadas no país. Daí a necessidade de uma política.

O Brasil tem insolação elevada, produtividade florestal alta e base industrial que depende do carvão vegetal para produzir gusa de alta qualidade. Além disso, pode incorporar nessa cadeia resíduos agroindustriais e biomassas com ciclos de crescimento curtos e de baixo custo, que complementam ou substituem a madeira como fonte de energia. Reúne, portanto, as condições necessárias para dar um novo impulso ao uso dessa fonte renovável, com expectativa de custos decrescentes, na contramão das expectativas quanto aos combustíveis fósseis.

Diretrizes claras são necessárias para embasar um ciclo virtuoso que aumente a eficiência da cadeia produtiva da madeira, levando o Brasil a liderar com postura crítica uma verdadeira revolução, que promova a incorporação desta fonte renovável, mais atraente que as fontes fósseis.

A base legal para a criação de uma política, a seguir denominada “PME-Política de Madeira Energética”, consta da Lei nº 9.478/1997, que criou a Política Energética Nacional, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.097/2005, que reconheceu as bioenergias como parte das políticas de energia.

Para o nosso objetivo, ela deve ser proposta pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e seria motivo de um decreto. Na operacionalização, é fundamental o papel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e *Biocombustíveis* (grifo nosso) – que tem a responsabilidade de criar as normas energéticas aplicáveis, bem como de fiscalizar o comércio e o registro das atividades relacionadas aos biocombustíveis em geral.

A proposta preliminar foi preparada pelo Inee no Seminário de Madeira Energética, e contou com a colaboração de diversos especialistas.

14. O número é subestimado: ver adiante.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ELETRÔNICA ORGÂNICA – COM VISTA, INCLUSIVE, AO *CHIP* ORGÂNICO

“O panorama global de Evolução da Indústria de Semicondutores e da Eletrônica previsto para um futuro não muito distante é muito diferente do atual”. Há uma grande metamorfose acontecendo nessa área. Razões: o uso de novos materiais semicondutores, de um lado, e o advento da nanotecnologia, de outro.

E a maior novidade do século XXI, nessa área da maior importância, a eletrônica, são os *semicondutores orgânicos – moléculas orgânicas com propriedades semicondutoras*. A eletrônica orgânica atuará em duas áreas: a miniaturização e as grandes áreas.

No tocante aos circuitos integrados e memórias (*chips*), quem impera é o silício, tirando proveito da conhecida Lei de Moore – adensamento nos *chips* de alta densidade. Mas, tudo indica, esse mundo da microeletrônica, tal como o conhecemos, chegou ao limite. Entra aí a oportunidade dos *chips* orgânicos – de mais de uma centena de bits.

Temos, assim, um bom exemplo do mercado que surge para a eletrônica orgânica. As estimativas são de que, na altura de 2015, já alcançará ele a ordem de US\$ 30 a US\$ 35 bilhões.

E o Brasil já está nessa nova grande tecnologia do século XXI, principalmente com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Eletrônica Orgânica (USP-São Carlos).

É um novo mundo, dentro do “admirável mundo novo” (FARIA, 2011).¹⁵

TRANSFORMAR A CRIATIVIDADE EM COMPETITIVE EDGE, GERANDO EXPORTAÇÕES EM VÁRIAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

Em recente pronunciamento, a coordenadora da Unidade de Projetos da Agência de Promoção de Exportações (Apex) falou duas coisas: que a criatividade brasileira está gerando razoáveis exportações; e que os estudos feitos pela agência mostram um grande potencial para as nossas indústrias criativas – são indústrias culturais, como produção musical e audiovisual (discos, cinema), e coisas como *design*, propaganda e publicidade.

Parece não haver dúvida quanto ao fato de ser grande o potencial, nessa área, se soubermos transformar em geração de bens e serviços a criatividade do país em vários setores.

15. Roberto Mendonça Faria, coordenador do Instituto Nacional de Eletrônica Orgânica, USP-São Carlos.

Isso não acontecerá se não houver uma estratégia de desenvolvimento das indústrias culturais – e criativas, em geral. Na categoria temos: educação – principalmente ensino superior –, indústria do livro, cinema – inclusive na forma de DVD –, teatro, música – MPB e clássica –, artes plásticas, dança, novo turismo – turismo cultural e ecológico –, esportes – principalmente futebol –, mídia – jornal, rádio, tv, moda criativa e *design*.

Nos Estados Unidos, tais atividades são, hoje, megaindústrias, com grande resultado em exportações.

Mas no Brasil a citada estratégia só alcançará o objetivo, principalmente quanto a exportações, se, em vários dos setores indicados, forem criadas fortes estruturas empresariais, ou institucionais. Criatividade não é suficiente. Faz-se necessário um sistema de incentivos que leve à criação de adequadas estruturas e a uma ação eficiente de promoção.

Ainda uma observação: como os Estados Unidos e outros países desenvolvidos exportam cultura de massa para o Brasil – e a globalização cultural atua no mesmo sentido –, há o risco da descaracterização cultural, da perda de identidade e de diversidade brasileira. Razão adicional para desenvolver uma política cultural que faça a articulação da cultura com a mídia e a empresa, fortalecendo, como dito, as indústrias culturais – e criativas, em geral – brasileiras.

NOVA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DE MASSA NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS

No Brasil, inventou-se a ideia brilhante: ônibus como transporte de massa – e, pior ainda: carros em profusão, infernizando o trânsito e constituindo o grande poluidor das cidades.

Isso não existe no mundo civilizado. Transporte de massa é:

- metrô – rede ampla, em todas as direções;
- trens de subúrbio – inclusive monotrilho;
- veículo leve sobre trilho (VLT) – a nova geração do velho bonde.

FAVELAS, INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO – E O MITO DA MARGINALIDADE

Em todas as metrópoles brasileiras existem favelas – comunidades –, que, às vezes, descem ao nível de guetos medievais.

É um enorme desperdício, em um país que precisa realizar desenvolvimento humano – acumulação de capital humano – para o desenvolvimento econômico e social.

Necessário, pois, torna-se iniciar uma nova era, com a transformação das comunidades – favelas – em instrumento do desenvolvimento brasileiro.

Já em 1977 se denunciou o mito da marginalidade. Ou seja, a ideia de que os “residentes dessas Favelas são politicamente alienados, parasitas da Economia, inclinados ao crime e uma mancha na paisagem” (PERLMAN, 1977).

O que aconteceu de lá pra cá foi que o Estado – no sentido de governo – abandonou as favelas, que passaram a ser as comunidades sem proteção policial e sem políticas sociais, e, por isso, presa fácil dos narcotraficantes e das milícias.

Agora que existe a iniciativa das unidades de polícia pacificadora (UPPs), é preciso que o país assuma a ofensiva, proporcionando às favelas a necessária segurança, inclusão social e oportunidade, ingredientes para que tenhamos a transformação dessas comunidades pobres em real instrumento do desenvolvimento do país.

OPORTUNIDADE GLOBAL: DE POTÊNCIA AMBIENTAL A ECONOMIA SUSTENTÁVEL, POR MEIO DO “PIB VERDE”

Visão tradicional e visão moderna da sustentabilidade ambiental

A visão tradicional da sustentabilidade ambiental é geralmente colocada em termos de “garantir as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras também o fazerem”.¹⁶ Ou seja, o desenvolvimento sustentável é um benefício para as gerações futuras.

A visão moderna é ter o Desenvolvimento sustentável como benefício, também, para a geração atual.

Brasil como potência ambiental

Como ficou implícito na apresentação das oportunidades estratégicas, é possível caracterizar o país como potência ambiental:¹⁷

- presença de ricos ecossistemas, em todas as regiões e até na plataforma continental;
- excelente matriz energética; e
- enorme riqueza de recursos naturais, suscetíveis de aproveitamento sem poluição ou degradação.

Existem, entretanto, grandes riscos, tanto nas zonas rurais como nas urbanas.

16. Relatório Bruntland (1987).

17. Ver *paper* de Cláudio Frischtak para o XXII Fórum Nacional.

Agenda positiva – como chegar à oportunidade global: “economia verde” (ou economia sustentável)

Eliminar os riscos maiores e fazer mais uma revolução, transformando o Brasil em economia verde exige, essencialmente, a definição de duas linhas de ação.

De um lado, a ótica preventiva: em lugar de a grande ênfase ser no controle de emissões, passa ela a ser na geração de um “PIB verde”. Ou seja, toda a ação do governo, das empresas e da sociedade se volta para gerar um PIB – quer dizer, agronegócio, mineração, indústria (manufaturas, serviços de utilidade pública) e serviços em geral – que já nasça “verde”. Isto é, despoluído. Ecologicamente sustentável.

De outro lado, avançar em várias dimensões, procurando obter:

- regiões verdes;
- setores verdes; e
- cidades verdes.

Para alcançar essas duas coisas, usam-se, essencialmente, o conhecimento (em todos os sentidos, consoante a economia do conhecimento) e as instituições (definindo políticas e emitindo normas).

Exemplificando.

No tocante a regiões, nossa proposta é que se defina uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia fundada, essencialmente, na biotecnologia baseada na biodiversidade da floresta, que é imensa, suficiente para atender tanto ao mercado interno como ao externo.

Como complemento, poder-se-ia colocar na estratégia o turismo ecológico e o extrativismo. É só. Ou seja, uma estratégia completamente verde.

No tocante a setores, podemos exemplificar:

- Nova matriz energética para o país: a matriz brasileira é uma das melhores do mundo, mas pode ainda ser melhorada, por exemplo, via aumento da participação da hidroeletricidade.
- Desenvolvimento do carro elétrico no país: segundo explicamos, o maior poluidor das cidades são os veículos. De forma gradual, pode-se dar grande participação ao veículo elétrico – carro, ônibus, caminhão.
- Desenvolver oportunidades, como a transformação do Brasil em terceiro centro global de TICs.
- Criação de novos *Clusters* (aglomerados) de inovação.

- Redução substancial do índice de poluição da siderurgia e outros setores metalúrgicos.
- Desenvolvimento da bioeconomia – com seus produtos biodegradáveis.

Com relação às cidades, salientar:

- transporte urbano à base de trilhos: metrô, trem de subúrbio e VLT;
- proteção de encostas;
- integração de favelas, dotando-as de serviços públicos (bairros pobres, sim; guetos, não); e
- ruas e praças arborizadas, em geral.

INTEGRAÇÃO NACIONAL: OPORTUNIDADES PARA O NORDESTE E A AMAZÔNIA

CLIMA INDISPENSÁVEL À REALIZAÇÃO DAS REVOLUÇÕES: SEGURANÇA PÚBLICA – ATUALMENTE “CRIME SEM CASTIGO”, SEGURANÇA COMO ALTA PRIORIDADE, NO NÍVEL DO GOVERNO FEDERAL, AMBIENTE ECONÔMICO-INSTITUCIONAL

PALAVRA FINAL: POR ÚLTIMO. MAS NÃO O ÚLTIMO

Juntos, como sociedade ativa e moderna, podemos escrever um novo capítulo da história do Brasil – se fizermos a opção por novo modelo de desenvolvimento, iniciando a era das grandes oportunidades. Cabe a nós decidir se queremos fazê-la.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **From Natural Resources to the Knowledge Economy**. Washington, 2001.

BAUMOL, W. J. **The free Market Innovation Machine**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2002.

CARVALHO, A. P. *In*: FÓRUM NACIONAL, nov. 2010.

CARRER, H. Novas tecnologias para o biocombustível. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Como tornar o Brasil desenvolvido**: revoluções sociais e políticas e aproveitamento de oportunidades. Rio de Janeiro, 2011. Fórum especial, nov. 2010.

EXAME, 24 set. 2008.

FARIA, R. M. Eletrônica orgânica em direção ao chip orgânico. *In*: FÓRUM NACIONAL CHINA, ÍNDIA E BRASIL, 23., 2011. José Olympio Editora, 2011.

FERNANDEZ Y FERNANDEZ, E.; MUSSO, B. *In*: FÓRUM NACIONAL,

23., maio 2011.

FOLHA DE S.PAULO, 14 ago. 2011. Aliás, Caderno Especial.

FONSECA, J. R. Exploração e produção de petróleo e gás natural. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Como tornar o Brasil desenvolvido**: revoluções sociais e políticas e aproveitamento de oportunidades. Rio de Janeiro, 2011. Fórum nacional, nov. 2010.

HOLLANDA, J. B. Desenvolvimento da madeira energética: estratégia. *In*: FÓRUM NACIONAL, 22., 2010.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, jul. 2009.

NEW YORK TIMES, 9 ago. 2011.

NOGUEIRA, L. A. H. Novas tecnologias em biocombustíveis: oportunidades ou riscos para o Brasil? *In*: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). Na crise global, as oportunidades do Brasil e a cultura da esperança. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2009. XXI Fórum nacional, 2009.

O GLOBO, 3 ago. 2011a.

_____. 9 ago. 2011b.

_____. 9 ago. 2011c. Caderno de Economia.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Página de rosto do Caderno de Economia.

PERLMAN, J. E. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTER, M. E. **The Competitvity Advantage of Nations**. New York: The Free Press, 1990.

ROLIM, T. A.; AZEVEDO, R. Petróleo e pré-sal: grande desafio, grande oportunidade. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Como tornar o Brasil desenvolvido**: revoluções sociais e políticas e aproveitamento de oportunidades. Rio de Janeiro, 2011. Fórum nacional, nov. 2010.

SPENCE, M. **Os desafios do futuro da economia**. Campus, 2011.

VALENTE, A. C. China, Índia e Brasil: o país na competição do século. *In*: FÓRUM NACIONAL, 23. José Olympio Editora, 2011.

VEJA, 10 ago. 2011. Matéria de capa.

PARTE V

**“A PERGUNTA NÃO RESPONDIDA”:* SÉCULO DA CHINA OU
SÉCULO DO BRASIL? TRÊS QUESTÕES E UMA PROPOSTA**

* Ver a composição de Charles Ives (1906).

INTRODUÇÃO

UM JOGO DE *CATCHING-UP* – CONVERGÊNCIA

Várias instituições veem um “jogo de *catching-up*” (convergência, emparelhamento), entre países emergentes e países desenvolvidos, nas próximas décadas.

Em 2010, a China ultrapassou o produto interno bruto (PIB) japonês. Vem, então, a pergunta: Quando irá o PIB da China alcançar o nível do americano? Segundo *The Economist* (2011a), em relatório especial, lá por volta de 2020.

Já o presidente da Price Waterhouse-Coopers Internacional, Dennis Nally, fala em “um reequilíbrio de forças, dos países desenvolvidos para as nações em desenvolvimento”. E diz que, segundo as projeções da empresa, “em 2050 a China será a *maior economia do mundo, seguida por Índia, Estados Unidos e Brasil.*”

Então, China e Brasil estarão entre os quatro primeiros PIBs do mundo. Mesmo para os que, como eu, não levam muito a sério as previsões econômicas – o futuro não está contido no passado –, é possível aceitar um cenário em que esse reequilíbrio de forças aconteça.

Isso permite a discussão: será o século XXI o século da China ou o século do Brasil? Tal discussão nasce do fato que, em face do excepcional desempenho da China, nas “Décadas de Ouro” (de 1979 para cá), surpreendentes e até misteriosas, começou a surgir toda uma literatura sobre o “Século da China”.¹

Importante destacar que a visão de futuro a seguir funda-se em alguns fatores: *i*) a capacidade da China e do Brasil, de seguirem seu próprio rumo (trajetória), em grande medida, independentemente da sequência de baixos e altos da economia global; *ii*) em cada um dos dois países, a importância do fator político, e das lideranças, como condicionante da viabilidade do dinamismo econômico; *iii*) o pressuposto de que ambas as nações estão em uma estratégia de duplo mercado (mercado interno e mercado externo) – embora em proporções diferentes; *iv*) a importância crescente do paradigma econômico-tecnológico representado pela economia do conhecimento (e a inovação constante), nas diferentes formas que poderá assumir, ao longo do século; e *v*) a ocorrência de fator imprevisto, que possa manifestar-se, em particular, na economia dos Estados Unidos.

1. Ver, por exemplo, Oded Shenkar (2006).

Vamos, então, à tentativa de aprofundar-nos na “Pergunta não respondida”, por meio de *três questões e uma proposta*.

SÉCULO DA CHINA? AS TRÊS QUESTÕES A LEVANTAR

China – A civilização *par excellence*²

Uma verdadeira história do mundo não pode excluir a China, no mínimo porque sua civilização se irradiou sobre os países que se estendem da Ásia central ao litoral do pacífico, da Sibéria até os trópicos.

A China tem sido, por quase três mil anos nessa parte do mundo, a civilização *par excellence*, comparável, para nós no Ocidente, com aquela civilização que se desenvolveu no Oriente Médio, na Bacia do Mediterrâneo e na Europa, onde ligações estreitas uniram o que as nossas tradições eruditas nos ensinaram a separar: Grécia e o Oriente próximo, cristianismo, judaísmo e islamismo.

Finalmente, o mundo moderno deve muito mais à China, em assuntos de tecnologia, ciência e instituições do que muita gente imagina – desde a seda, o papel e as armas de fogo, até o sistema de exames (concursos). Nós não seríamos o que somos sem a China.

O Ocidente tem sido muito apressado em identificar modernidade com ocidentalização; talvez ainda venhamos a ter consciência do grave dano ao nosso futuro que nossa ignorância dessa parte da humanidade, dessa história, de suas raízes, representa.

PRIMEIRA QUESTÃO: A CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO PAÍS, RUMO AO DESENVOLVIMENTO – FAZER REVOLUÇÕES

A nova China (o *Dragão*) – capacidade de transformar-se, rumo ao desenvolvimento – *Milagre Chinês*, no enigma chinês

*“Deixemos a China dormir.
Porque quando ela acordar
vai sacudir o mundo”.*

Napoleão Bonaparte

*“É impossível não concordar com o
veredito unânime de que a China
chegou por fim à hora de seu destino.
Mesmo nos lugares remotos temos
encontrado o novo espírito” (grifo nosso).
Fullerton e Wilson (1910).*

²Genet (2002).

A EMERGÊNCIA DA CHINA E AS DÉCADAS DE OURO: INTERPRETAÇÃO

O ponto essencial: a China é um “Dragão”, e não um novo “Tigre Asiático”.

A emergência da China só pode ser comparada, pela dimensão e repercussões, à emergência dos Estados Unidos um século atrás.

“Aquilo que estamos testemunhando é o sustentado e drástico crescimento de uma futura potência mundial, com uma insuperável amplitude de recursos, grandiosas aspirações, forte capacidade de barganha e o poder financeiro e tecnológico de uma diáspora estabelecida e voltada para negócios”. “O impacto de uma China ascendente sobre as nações do mundo – tanto Desenvolvido como em Desenvolvimento – será enorme. E enorme também será a necessidade de desenvolver Estratégias e respostas para enfrentar o desafio” (ODED, 2006, p. 1).

Raciocinemos.

Em 1978, a China (como fora antes, no fim do Império) era considerada o “País doente da Ásia”, pelas desastrosas consequências de certas aventuras da Era Mao – “O grande salto para a frente” e a “Revolução Cultural”, notadamente.

No início do século XXI, a República Popular da China é uma “enorme força global, explodindo economicamente e cônica de ter as chaves de um futuro em que irá rivalizar com os Estados Unidos na cena mundial. Mesmo tendo sido espetacular o impacto desde o início da Reforma Econômica em 1978, irá ele aumentar ainda mais. Se a China entrar em crise, o efeito se fará sentir mundo afora”.

Não esquecer que estamos falando de China e “Greater China” – se incluímos Taiwan, Hong Kong e os satélites (FENBY, 2008).

A NOVA CHINA: RESULTADOS E TRANSFORMAÇÕES, NAS DÉCADAS DE OURO – O VERDADEIRO “GRANDE SALTO PARA A FRENTE”

Os principais resultados

Em síntese, a “Nova China” apresentou, nas três “Décadas de Ouro” (1980/2010), a mais longa trajetória de excepcional crescimento de que há registro: 12% a preços de mercado (US\$) e 13,2% em paridade de poder de compra.

Esse “grande salto para a frente” foi impulsionado por altíssimas taxas de investimento em capital fixo (entre 45 e 50% do PIB) e viabilizado por ainda mais altas taxas de poupança (acima de 50%, em média).

E a consequência inevitável: tremenda pressão sobre os recursos internos e externos. Em face do último aspecto, criou-se todo um Sistema Solar em torno da China, pela enorme demanda externa de equipamentos, componentes e “*commodities*” agrícolas e minerais.

A outra face da explosão chinesa é a presença econômica global, manifesta no aumento da exposição ao resto do mundo, que passou, no período, de cerca de 19% para 57%.

Exemplificando: em 80, as exportações eram do equivalente a US\$ 18 bilhões (importações, US\$ 20); em 2010 – US\$ 1 748 bilhões (importações, US\$ 1 587 bilhões).

O país responde hoje por 9,2% das exportações e 8,4% das importações mundiais. E tem US\$ 2 890 bilhões de reservas.

A escalada da China: grandes transformações, resultando em grande avanço e grande complexidade da economia – o Dragão tem muitas cabeças

Tudo começou com as “Quatro Modernizações” de Deng: agricultura, indústria, ciência/tecnologia e segurança nacional. E o Pragmatismo da “Economia de Mercado Socialista”.

Vieram então as zonas de exportação e importação das províncias litorâneas (atraindo grandes multinacionais).

Vale a pena apresentar a *inside view* (visão de dentro), em termos da “Nova Longa Marcha” (WU, 2005) apresentada por um dos principais líderes intelectuais da “Nova China” (principal Assessor Econômico do Premier Zhu Rongji).

Na síntese proposta por Jinglian Wu, o objetivo principal das reformas foi definido como a implantação de uma “Economia de Mercado Socialista”. E essa se baseava em normas de propriedade, como:

- A propriedade estatal desempenha um papel de liderança apenas em indústrias importantes e setores-chaves relativos às linhas vitais da economia nacional.
- Setores não públicos são componentes importantes da economia de mercado socialista da China.
- A estrutura da propriedade deve ser ajustada e melhorada segundo o critério dos três “favoráveis”: favorável à promoção do crescimento das forças produtivas em uma economia socialista, fortalecimento do Estado socialista e elevação do padrão de vida do povo.

Tais normas mostram a viabilidade de uma economia socialista de mercado.

Pelo mesmo caminho se alcança o objetivo da Reforma Política e Governamental, combatendo a burocracia, superando a superconcentração de poder e o patrimonialismo, abolindo a vitalidade em cargos de liderança, realizando a separação entre liderança do partido e administração governamental e a separação de administração governamental e gestão de empresas.

Na atualidade, prossegue, a China se encontra diante de novos desafios, para melhorar a economia socialista de mercado.

O caminho de saída está em novos avanços. Tais como:

- Ainda falta muito para melhorar a estrutura de propriedade, embora setores não estatais tenham feito grande progresso.
- Norma de que, em geral, empresas estatais não tenham privilégios, e funcionem em competição com outros tipos de empresas, no mesmo ordenamento legal.
- Definir, constitucional e legalmente, que a propriedade adquirida normalmente está sob proteção, e todos os setores econômicos tem tratamento nacional, sem discriminação.
- O princípio socialista da justiça social e da propriedade geral deve ser protegido. A falta de garantia a esses princípios está levando ao risco de instabilidade social.
- O governo deve, antes de tudo, regular o seu comportamento, a fim de poder regular o comportamento das diferentes instituições econômicas no mercado, assim criando um bom ambiente de mercado.
- Como país de “forte tradição de autocracia feudal e fraga tradição de legalidade democrática” (XIADING, 1980), a China está diante de enorme tarefa para tornar efetivo o Império da Lei na Democracia Constitucional.

Essas são, ainda, as vias do caminho de saída.

A escalada: as cabeças do Dragão

A súpula das conquistas realizadas até agora, como consequência das várias ondas de transformações, pode ser colocada em cinco pontos principais (as “cabeças do Dragão”).

Primeiro,

O desenvolvimento do *hinterland* chinês, no contexto de uma Economia caracterizada pela grande elasticidade da oferta de trabalho. Na realidade, há duas ‘fronteiras’ abertas: uma, territorial-econômica, caracterizada por uma marcha a oeste e ao interior; a outra, sintetizada na migração (controlada) rural-urbana de milhões de trabalhadores (FRISCHTAK, 2011).

Algo comparável à marcha para o Oeste dos Estados Unidos, no século XIX, até cerca de 1880.

Em segundo lugar, a continuação por mais algum tempo, do grande ciclo de investimento da indústria pesada chinesa, alavancada no grande mercado doméstico, mas também alimentada pelas exportações.

Ciclo que tende a desacelerar, gradualmente, “para reduzir a pressão sobre o meio ambiente e os mercados de matérias-primas e insumos industriais básicos”.

Terceiro como a China se transforma “a uma velocidade historicamente desconhecida”, foi-lhe possível passar da “Exportação de pequenas manufaturas de baixo valor e reduzido conteúdo tecnológico a exportadora de Eletrônicos (inicialmente apenas montados na China)”.³

Em matéria de capa, por ocasião da visita aos Estados Unidos do *Premier Wen Jiabao*, a revista *Time* publica: “O real desafio que enfrentamos da Nova China não é que continue a inundar-nos com produtos baratos. É, na verdade, o oposto: *a China está subindo a escada da cadeia de valor*, e isso poderia constituir a mais significativa competição para a economia dos Estados Unidos no futuro (grifo nosso)” (ZAKARIA, 2010).

Quarto: “Certas soluções que vêm sendo desenvolvidas na China – assim como certas soluções americanas no passado (“modelo T”, do Henry Ford, por exemplo) parecem fadadas a ter imensas repercussões”,⁴ regional e até mundialmente.

É o caso dos produtos eletroeletrônicos de consumo, equipamentos de transportes tipo duas rodas (motocicletas) e certas máquinas. A drástica redução de custos e preços, na China e em suas exportações, provocam verdadeiras revoluções de consumo de massa e em outras dimensões (exemplo: perda de espaço de produtos tradicionais e de países concorrentes).

Em quinto lugar; o avanço da China na área da economia do conhecimento (embora a transição para uma indústria baseada no conhecimento ainda vá demorar alguns anos) e o papel que pretende desempenhar na área de pesquisa tecnológica e inovação.

O objetivo chinês, nesse campo, não é apenas de fazer *catching-up* (imitação). “É tornar-se um país líder em Inovação”.⁵

A expansão dos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), e seus resultados, são uma demonstração desse objetivo.

Tais gastos, em 2000, representavam 0,9% do PIB (em PPP). Em 2010: 1,5%. Como resultado, as exportações de alta tecnologia passaram de 19% das exportações de manufaturados em 2000 para 31% em 2009.

Mais: estudo do IEDI (em vias de publicação) mostra “a emergência da China como potência em Tecnologia e Inovação”.

3. Antonio Barros de Castro, *No espelho da China*.

4. *Op.cit.*

5. Ver capítulo *From socks to aircraft* (ODED, 2006).

Na China, onde muitos membros do Conselho de Estado – a mais alta instância do governo – são cientistas e engenheiros, o Progresso Científico e Tecnológico é entendido como o principal meio de obter ganhos substanciais de Produtividade, e de Promover o Desenvolvimento Econômico e Social, de forma coordenada e sustentável (Inovação própria, Saltos Tecnológicos, viabilização de Tecnologias-chave, desenvolvimento de Tecnologias de Ponta para criar novas Demandas e Novas Indústrias).

China: desafios e vulnerabilidades

Depois de reconhecer a emergência da China e sua importância global crescente, faz-se oportuno falar dos fatores que tornam a China fraca (GEORGE, 2010) – uma terra de contrastes e, às vezes, parecendo estar em um difícil exercício de equilíbrio.

Para que tais fatores de perturbação sejam superados, é preciso rever, principalmente, o papel do Estado e do partido – um Partido Comunista Chinês (PCC) não mais maoista, e sim confuciano.

Façamos, para tanto, um balanço dos principais desafios e vulnerabilidades da China atual, em meio à “Grande Recessão” Mundial.

Primeiro, a prioridade a ser conferida ao problema da maciça degradação ambiental. Problema que se irá agravar com o “Plano oficial de urbanizar metade da população até 2020”.

A China foi o país que mais cresceu, nas “Décadas Douradas”, mas também o mais poluído – o crescimento estava acima de tudo.

Em segundo lugar, os conhecidos problemas de escassez de energia e de água. E que, também, se foram agravando, na arrancada do crescimento. Resultado: uma das piores matrizes de energia.

Terceiro: o mundo das empresas e da economia, em geral, ainda cinzento – nem claro nem escuro, pela excessiva interferência do Estado.

O “Capitalismo de Estado”, que resultou da emergência da China pode ser visualizado em várias categorias de empresas (THE ECONOMIST, 2011b).

Antes de tudo, as gigantescas empresas estatais nas áreas de bancos, energia, telecomunicações e transportes. Parte do capital foi vendido a investidores privados, mas nunca além de 30%.

Depois temos as empresas mistas (*joint ventures*), frequentemente associações com empresas estrangeiras, nas quais o sócio do exterior fornece a tecnologia e o nacional o acesso ao mercado chinês. Áreas principais: indústria automobilística, logística e agricultura.

Outra categoria é, formalmente, constituída de empresas privadas, por não haver participação acionária do governo. Mas sempre há influência governamental (apoio da burocracia contra os competidores estrangeiros, empréstimos de bancos estatais a taxas privilegiadas). Setores principais: energia e internet.

A mais recente categoria é constituída por empresas sustentadas por governos municipais, através de *venture capital* ou fundos de *private equity*.

O quarto fator a considerar é o poder crescente dos trabalhadores chineses.

A época da mão de obra barata (baratíssima) está ficando para trás, por força, principalmente do crescimento da demanda por trabalhadores. Mas também com o auxílio de uma nova Lei do Trabalho, aprovada em 2008.

E tanto o PCC como o governo têm tolerado relativamente bem as greves e outras manifestações de trabalhadores, em geral por aumento de salários.

Por várias razões: não atrair a atenção da mídia internacional, deixar que as multinacionais resolvam seus assuntos trabalhistas. E, no fundo, na ideia de *reequilíbrio na economia*. Significando: dar oportunidade a uma maior influência do consumo no processo de crescimento acelerado.

Estamos, assim, chegando ao último ponto deste balanço: surgem sinais de que o modelo de crescimento que produziu o longo “Milagre chinês” começa a dar sinais de cansaço.

Segundo matéria do correspondente em Pequim, O Estado de S.Paulo (2011a) publica:

(...) É cada vez maior o número de Economistas e Instituições que veem um cenário turbulento para o país em um futuro não muito distante, fruto do esgotamento do Modelo de Crescimento baseado no *Excesso de Investimentos* (financiado por Bancos Estatais), que alimenta a Inflação e empurra o Endividamento (das Empresas) a patamares insustentáveis” (grifo nosso).

Em síntese: surgem manifestações da necessidade de evoluir para nova fase de reformas e de revisões do modelo, a fim de que se mantenha o dinamismo do crescimento chinês.⁶

6. Notícias recentes dão conta de que o crescimento chinês está desenvolvendo (talvez 9% este ano e 8% em 2012), e de problemas como a inflação e “o aumento de créditos irrecuperáveis, nos balanços dos bancos”. O Estado de S.Paulo (2011b) e O Globo (2011a). Também, paralisação de obras de infraestrutura (ferrovias, rodovias), por falta de recursos.

CONCLUSÃO

Porque a China funciona bem⁷ mesmo na crise, e como concluir a “nova longa marcha”

Antes de tudo, recordemos o que é o Sistema Econômico Chinês: a mistura de instrumentos de economia de mercado (para criar o Dinamismo Econômico) e mecanismos de um capitalismo comandado (para manter controle do sistema e viabilizar reformas necessárias e difíceis).

Na prática, atualmente, o Estado ainda exerce um forte controle, mais liberou o setor privado, que hoje domina pelo menos metade da economia. Talvez até 70%, se incluirmos, com certos cuidados, as empresas estatais, que em geral funcionam com liberdade de ação.

As reformas continuaram, mesmo depois do massacre de Tiananmen. E as reformas do mercado prosseguem, mesmo na crise, e um dos objetivos, atualmente, é o setor bancário, para permitir a emergência do mercado de capitais.

Outro fator importante é que a China mantém a visão estratégica, e relativamente competente tecnocracia, formada na maioria por engenheiros treinados para construir a partir de um plano de desenvolvimento.

Visto isso, podemos voltar ao pensamento de Jinglian Wu:

Consequentemente, nesse novo período histórico de globalmente progredir o Sistema Econômico de Mercado sob o domínio da Lei – promover a Civilização Política, estabelecer um Sistema Democrático e construir uma Sociedade sob o domínio da Lei serão o grande tema da Reforma.

SEGUNDA QUESTÃO: VISÃO ESTRATÉGICA TEM A CHINA MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPAZ DE CONTINUAR GERANDO CRESCIMENTO RÁPIDO E APROVEITAMENTO DE OPORTUNIDADES, E EVOLUINDO PARA TORNAR-SE PAÍS DESENVOLVIDO?

Mesmo antes da Crise Global a partir de 2007, já vinha a China começando a implementar um *novo modelo de desenvolvimento*, cuja ideia central consistia no *upgrading* geral da economia, tanto em termos de maior prioridade a setores (e linhas de produtos) situados em nível mais elevado na cadeia de valor, como de conferir mais atenção a dimensões importantes para a sustentabilidade do desenvolvimento – “Controle da poluição, redução da Desigualdade e da Pobreza, melhorias nos Serviços de Saúde e na Educação, e maior sofisticação do Produto Econômico” (KEIDEL, 2009).

Isso se coloca no novo conceito de “Desenvolvimento Científico”, a estratégia do presidente Hu Jintao “para ir além de simplesmente buscar o Crescimento rápido”.

7. Why China... (2009).

Para implementação dessa estratégia, vai o país apoiar-se na “capacidade de liderança sistêmica – a de conceber e implementar programas de médio e longo prazo que enfrentem uma oposição a curto prazo, devido às inconveniências, para não dizer desconforto, que eles trazem a significativos grupos de interesses”.

Vejamos, a seguir, algumas dimensões prioritárias dessa nova visão.

Primeiro, em lugar de ser apenas uma “Máquina de Investimento”, a economia chinesa está redirecionando para um grande mercado de bens de consumo, por sua vez abastecido em grande medida pela produção doméstica.

Desta forma, a continuidade do Crescimento Chinês se calcará no consumo das famílias, com os salários aumentando a taxas elevadas, e possivelmente acima dos Ganhos de Produtividade, e nos Investimentos disseminados na Economia, em resposta a uma Demanda Explosiva dos novos Extratos Médios chineses (FRISCHTAK, 2011).

Complementando a colocação: a ideia é que, em consequência desse fator, um empreendedorismo dinâmico passará a empurrar a fronteira de produção (e inovação), continuamente, com base em revoluções simultâneas (coisa inédita, no mundo):

- O desenvolvimento do *hinterland* chinês (“marcha para oeste” e “marcha para o interior”, como dito).
- A China está-se movendo rapidamente no sentido da “Revolução do Conhecimento”, “e seus resultados se farão sentir nas próximas duas a três décadas”.

Outra dimensão importante a salientar é “a transformação da China em economia orientada para a inovação”.⁸

Isso define o objetivo: *China como potência em tecnologia e inovação*.

A síntese dos objetivos do Programa Nacional de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia é:

- Reduzir a dependência da China de tecnologia importada para menos de 30% até 2020.
- Ampliar o gasto doméstico bruto com P&D, de 2% do PIB para 2,5% (2020).
- Elevar a contribuição das atividades de ciência, tecnologia & inovação para 60% do crescimento do PIB.
- Posicionar a China entre os cinco principais países do mundo em número de patentes domésticas.

8. Estudo do IEDI, agosto 2011.

E as evidências são claras de que o país está realizando progressos significativos no sentido de alcançar tais metas.

Entretanto, em geral, cabe registrar que dúvidas vêm sendo manifestadas sobre a disposição dos líderes chineses, de enfrentar as resistências ao reequilíbrio do modelo chinês (por exemplo: aumento do consumo doméstico, com redução do peso dos investimentos na composição do PIB, um dos principais objetivos do Plano Quinquenal – 2011/2015).

Deu-se destaque, na imprensa internacional, a um estudo da Consultoria Eurásia Group, que argumentou: “(...) A futura geração de líderes (que toma posse em 2012), como a atual, é intrinsecamente conservadora, o que reforça a resistência às mudanças”.

O futuro dirá. Grandes mudanças econômicas têm sido feitas. Mais difícil são as mudanças políticas.

TERCEIRA QUESTÃO: SÉCULO DA CHINA QUAL O REAL SENTIDO? SERÁ O PAÍS UM “ADMIRÁVEL NOVO MUNDO”?

Sentido do século da China

“É impossível não concordar com o veredicto unânime de que a China chegou por fim à hora de seu destino” (grifo nosso).

Essa colocação é de 1910, e está no livro *New China* (FULLERTON; WILSON, 1910) citado anteriormente. O país se encontrava no fim da última monarquia (Dinastia Qing), e no ano seguinte passaria a república.

“Hora de seu destino” é sempre a ideia de China como *Middle Kingdom* (o Reino Central).

Esse, na verdade o sentido de “Século da China”. O país voltaria, em nova encarnação, a assumir o papel de “Reino Central”. Um dos dois ou três principais *players* no mundo.

“O maciço movimento de Fatores de Produção que a China está disparando (mundo afora) poderá não apenas virar de cabeça para baixo nossas teorias econômicas e pressupostos Políticos como também testar tecido fundamentais em nossa sociedade”.⁹

Vai haver democracia na China?

Na citada matéria de capa da revista *Time*, o Premier Wen Jibao dá uma entrevista em que, perguntado sobre a liberdade de expressão na China, diz:

9. Epílogo do livro *The Chinese Century* (ODED, 2006).

“Eu acho que a liberdade de expressão é indispensável para qualquer país. A liberdade de expressão foi incorporada à Constituição chinesa. Na China, há mais de 400 milhões de usuários da Internet e 800 milhões de usuários de telefones celulares”.

Diante disso, devemos indagar o que significa democracia na China, se há liberdade em geral e como está a situação da internet (e das redes sociais).

Quanto à questão da democracia, muita coisa está mudando, experiências estão sendo feitas, em vários níveis e campos.

“Hoje, naturalmente, a China não é uma Democracia. O PCC tem o monopólio do Poder Político, e o País não tem liberdade de Expressão, Judiciário independente e outros atributos fundamentais de um Sistema Liberal Pluralista” (THORNTON, 2008).

Experiências em curso: os cidadãos chineses não têm o direito de escolher seus líderes nacionais, mas por mais de uma década os camponeses, em todo o país, têm votado para escolher os chefes das vilas (são 700 000 vilas, em que vivem cerca de 700 milhões de camponeses).

Ao lado disso, tem havido experiências ao nível de municípios. E em áreas urbanas.

Por outro lado, está-se tentando promover “Democracia intrapartido, ou seja, seleção Competitiva de Lideranças dentro do PCC”.

Talvez uma política nesse sentido esteja presente no que falou o presidente Wu à escola central do PCC:

A emancipação da mente, um requisito essencial da linha ideológica do Partido e uma arma mágica nossa para lidar com todo tipo de situações novas que nos esperem na estrada à nossa frente, e em nossos contínuos esforços para criar uma nova fase em nossa causa, deve ser sustentada firmemente.

Dois pontos a assinalar, a esse respeito. De um lado, a ideia de menos ideologia e mais pragmatismo (na linha de Deng). De outro, aberturas no funcionamento do PCC podem ser fundamentais para o futuro da democracia, no país.

No tocante ao império da lei, que envolve a liberdade do Judiciário, tem havido grandes progressos.

“A China tem adotado um considerável número de estatutos de alto nível, destinados a proteger os cidadãos de abusos governamentais”. Deles, o mais importante é a “Lei de Processo Criminal”, de 1996.

O problema é saber se esses estatutos, leis e códigos são realmente respeitados. Dúvidas, sobre isso.

Em síntese, esses progressos em eleições, independência judicial e supervisão governamental são parte das transformações que a China tem experimentado, nas últimas décadas. Mas o governo continua a envolver-se em áreas que não são do seu âmbito. Menos que antes.

Necessariamente, uma palavra sobre a internet e as redes sociais. Novamente, interferência indevida – caso mais famoso: Google.

A esse respeito, a manifestação mais importante do presidente Hu Jintau foi no sentido de que, “para enfrentar as turbulências sociais, o Governo deve *aperfeiçoar a Administração* da Rede Mundial de Computadores e da Sociedade Virtual e criar mecanismos para *guiar* a opinião pública” (grifo nosso) (OPINIÃO E NOTÍCIA, 2011).

Ainda sobre o tema, uma consideração e uma questão importante.

De um lado, o ano 2012 vai assistir a uma troca de comando, com a ascensão, já prevista, dos novos líderes (o Comitê Permanente do Politburo). O novo presidente e o novo *premier* já estão escolhidos.

E dois novos nomes (futuros membros do comitê) despertam a atenção: um lidera a onda maoista que surgiu recentemente no país, e o outro, seu rival e oponente ideológico, representa a rica e liberal Província de Guangiong. As duas facções terão de conviver no Politburo – o que é novidade (antes, uma facção eliminava a outra).

A questão final, no assunto, é – a democracia é viável na China, com o seu sistema político e seu mundo de 1,3 bilhão de chineses? Talvez. Democracia à *la* China, com bem menos arbítrio que hoje e mais respeito à cidadania.

Será a China um “*admirável mundo novo*”?

“*Ó admirável mundo novo
que tem um povo como esse*”.
A tempestade, Shakespeare

Aldous Huxley, em seu famoso *Brave New World* – traduzido como *Admirável mundo novo*,

Apresenta uma terra excessivamente influenciada por cientistas e sociólogos. Os embriões humanos, desenvolvidos em provetas e condicionados por coletivismo e passividade, têm o seu eco, hoje, em laboratórios biológicos que fazem experiências em clonagem – o crescimento artificial de muitos organismos originários das células de um único indivíduo por reprodução assexuada. Apenas um ou dois dos seres alimentados por medicamentos de Huxley ficam horrorizados com a maciça fabricação de grupos de indivíduos idênticos, com níveis predeterminados de inteligência, capacidade e desejos.

E ainda: um mundo caracterizado pela rarefação de “conceitos como *amor, sacrifício e honra*” (HUXLEY, 1978) (grifo nosso).

Em “China Moderna”, Rana Witter reconhece que a China atual está longe de ser um “admirável mundo novo” – aliás, concebido por Huxley em outro contexto.

Coloca, entretanto, algumas questões levantadas no livro de Huxley, “na hora de decidir qual será a relação entre o Estado, o Partido e o Povo em uma China verdadeiramente moderna”.

“Ela pode se dar ao luxo de conceder ao povo ‘o direito de ser infeliz’ (como reivindicava o personagem principal de Huxley)?” “Aqueles que têm televisão, água encanada e um carro, mas não podem discutir abertamente suas opiniões sobre Política, estão sendo infantilizados por um Estado e um Partido exageradamente protetor (...)”.

Daí a indagação: “Admirável China Nova?”.

O futuro dirá. Sempre o enigma.

SÉCULO DO BRASIL? AS TRÊS QUESTÕES A LEVANTAR

PRIMEIRA QUESTÃO: A CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL, RUMO AO DESENVOLVIMENTO – FAZER REVOLUÇÕES

Como assinalado, o Brasil, de 1900 a 1980, foi o país do mundo que mais cresceu (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD).

Isso ocorreu, principalmente, pelo fato de ter havido três grandes concepções – fases de alto crescimento, incorporando um *projeto de país* e uma mudança de modelo de desenvolvimento:

- A Era Vargas.
- A Era JK.
- A Era Geisel.

Em síntese, na Era Vargas, o país teve de abandonar o modelo agroexportador, que se inviabilizara com a crise de 1929, e reorientar-se para a industrialização, de forma continuada e a taxas elevadas.

Na Era Vargas também houve a metamorfose do Estado, para torná-lo capaz de conduzir estratégias de desenvolvimento. E criaram-se inúmeros “substitutos históricos” (*à la* Gerschenkron), a exemplo de empresas estatais e bancos de desenvolvimento (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE e Banco do Nordeste).

Juscelino Kubitschek tinha explicitamente um “Projeto de Brasil”, e consagrou a ideia do “Desenvolvimento como valor universal” (“50 anos em 5”).

Na Era Geisel, diante da Crise do Petróleo, partiu-se para um novo modelo de desenvolvimento, voltado para o problema da energia (principalmente petróleo) e os insumos industriais básicos (além de certos segmentos de bens de capital).

No caso dos insumos industriais, estava-se, em verdade, eliminando um “Ovo da Serpente” (diagnosticado já em meados dos anos 1960): o Brasil era grande importador desses insumos, em que tinha grande competitividade, potencialmente.

Concluída a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), havia o país dominado o paradigma industrial à época, de base metal-mecânica. E tinha uma política de desenvolvimento científico/tecnológico, com os instrumentos para sua execução.

Nos anos 1990, fez-se o Plano Real, passando o combate a inflação a ser “valor universal”, abriu-se a economia brasileira às importações (a abertura às exportações tinha ocorrido nos anos 1960), e foi absorvido o novo paradigma industrial/tecnológico (e de *management*).

A partir de 2002, fez-se a redescoberta do crescimento, mas com a “grande recessão”, iniciada em 2007, tem estado o país excessivamente na defensiva, minimizando os efeitos das turbulências externas.

Chegado é, pois, o momento de, em uma visão estratégica, procurar a forma de o país ter uma nova *grande concepção*.

SEGUNDA QUESTÃO: VISÃO ESTRATÉGICA TEM O BRASIL MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPAZ DE CONTINUAR GERANDO CRESCIMENTO RÁPIDO E APROVEITAMENTO DE OPORTUNIDADES, E EVOLUINDO PARA TORNAR-SE PAÍS DESENVOLVIDO?

Colocando o Brasil na competição do século

Em apresentação ao XXIII Fórum Nacional, Cláudio Frischtak (2011) fez a colocação de que, para ingressar na Competição do Século, principalmente com a China, o Brasil deveria tirar proveito de suas forças intrínsecas principais.

Primeiro, o regime democrático (falho, embora), “caracterizado por competição política, equilíbrio de poderes, segurança jurídica e liberdade de associação, expressão e informação”. Há falhas, mas funciona uma República Democrática de Direito.

Segundo, a visão positiva do país, em várias dimensões: no plano mais básico, a percepção de que o brasileiro é um povo feliz, solidário e não belicoso

(apesar da violência do narcotráfico e das milícias); o país combina dinamismo econômico com redução da desigualdade e da pobreza; e prima pela ausência de conflitos com os vizinhos, ao lado de assumir uma postura construtiva nas relações entre países.

Ao lado disso, Antonio Barros de Castro,¹⁰ diante da mesma competição do século, propõe a “busca do futuro”, através de *estratégia de transformação*, “frentes estratégicas” que representem amplos campos de especializações, próximos às fronteiras tecnológicas, por exemplo, biocombustíveis e sua cadeia.

Tornando objetiva (e ampla) a ideia de estratégia de transformação, Frischtak diz que “a força do país *também* reside nos seus recursos naturais e energéticos. O Brasil é uma potência agrícola, energética, mineral e *ambiental* (com enorme tamanho e biodiversidade dos seus ecossistemas)”. Mas é preciso transformar esse potencial em “recursos naturais de *valor*” (ou seja, integrados nas diferentes cadeias de valor).

Ao mesmo tempo, no Fórum Nacional (sessão especial, de setembro), fez-se uma proposta concreta, já apresentada na parte III: em um mundo em que as nações desenvolvidas (Estados Unidos e Europa) enfrentam a “grande recessão” – que não sabemos quanto tempo vai durar – e a China continua crescendo na ordem de 10% a.a., e invadindo todos os mercados (inclusive o brasileiro), é hora de, mais uma vez, *transformar crise em oportunidade*, através da evolução para um *novo modelo de desenvolvimento* (como fizemos em 1929 e 1974).

Temos o *know how*.

Entendemos que esse plano, incorporando as *forças intrínsecas* de Frischtak e a *estratégia de transformação* de Castro, responde à segunda questão deste debate sobre século da China ou século do Brasil.

Sim, o Brasil passa a ter modelo de desenvolvimento, apoiado na economia do conhecimento (ou revolução do conhecimento), capaz de gerar a “Era das Grandes Oportunidades” (sugerimos 12 oportunidades estratégicas). E, com sua implementação, ir-se convertendo, ao longo das próximas duas ou três décadas, em país desenvolvido.

Dessa forma, como prescreveu Sun Tzu, estaríamos jogando na defesa (minimização dos efeitos da crise global), mas também, e principalmente, no ataque.

E seria um *New Deal Verde* – envolvendo a ideia de *aliança*, de *novo contrato social*: governo, setor privado, instituições e sociedade. Esse, o verdadeiro “Milagre Brasileiro”.

10. *No espelho da China*.

Cabe, agora, fazer algumas colocações básicas sobre a implementação e alcance do novo modelo.

Estratégia de transformação: duas questões

A primeira questão diz respeito à necessidade de ênfase em certas frentes estratégicas, em que temos grande potencial, mas nelas não estamos fazendo o que poderíamos fazer.

São elas principalmente:

Inovação

Por que o Brasil não faz mais inovação, se temos tanta criatividade e há um sistema de incentivos?

Só haverá universalização progressiva da inovação quando se fizer a integração de empresa, universidade e governo (a “hélice tríplice”).

O Movimento Empresarial pela Inovação, lançado pela CNI, define a seguinte agenda:

- Atração de centros de P&D.
- Internacionalização de empresas – presença brasileira no exterior.
- Propriedade intelectual – cultura e melhoria da infraestrutura pública.
- Recursos humanos – ênfase em engenharia, “ciências – duras” e ensino técnico.
- Marco legal da inovação – aprimorar o sistema de incentivos.
- Apoiar projetos estruturantes e P&D em grande escala.
- Apoiar o P&D pré-competitivo.
- Inovação para PME.
- Inovar para competir – integrar inovação e política de exportações.
- Programas setoriais de inovação – políticas por setores e cadeias produtivas.

Então – ideia central: a sustentação do alto crescimento pela alta tecnologia – nos principais setores deveria ser frente estratégica.

Biotecnologia, à base da biodiversidade

É uma das grandes tecnologias do século XXI – e temos enorme potencial, não utilizado. E não existe estratégia para superar esse negligenciamento. Tem que ser *frente estratégica*: transforma setores.

Tecnologia de informação (TI) e tecnologias de informação e comunicações (TICs) em geral

Foi a primeira das grandes tecnologias do século e está transformando o mundo, econômica e socialmente. Somos muito criativos, nessa área, sabidamente. Mas, também, não há estratégia de desenvolvimento do setor. Tem que ser *frente estratégica*: transforma a economia e a sociedade.

Teatro mágico da cultura – indústrias criativas

Novamente, alta criatividade, deveria ser uma das principais “frentes estratégicas”: muda a vida e pode ser megaindústria. Mas não temos estratégia, nem boas estruturas empresariais ou institucionais.

Desperdício dos desperdícios: poderia ser uma Grande oportunidade econômica, social, existencial, transformando em grande trunfo a criatividade brasileira. Evita a *Joyless Economy* (economia sem alegria), transformando-a em economia da alegria e da felicidade – para todos (inclusive os favelados).

A segunda questão é relativa ao desenvolvimento ambiental

O Brasil pode estabelecer um novo paradigma,¹¹ e o Fórum Especial (setembro) trouxe várias contribuições importantes, que dão ao Brasil uma posição inovadora, nessa área.

Em resumo: o país é “uma potência nas dimensões críticas da economia verde”, mas ainda muito “em potencial”.

Daí a necessidade de geração e disseminação das tecnologias que permitam:

- Proteger os recursos dos ecossistemas.
- Prover acesso ao patrimônio genético, para a exploração inteligente da biodiversidade.
- Investir em produtos e serviços que façam dos recursos naturais a base de uma economia verde (com PIB verde) e sustentável.

A terceira questão diz respeito aos fundamentos institucionais necessários à execução do novo modelo.

Novo modelo: questões institucionais

A primeira questão institucional diz respeito à necessidade de o Estado brasileiro reformar a si mesmo, com dois objetivos.

11. Ver Cláudio Frischtak, *Vantagens Comparativas, Inovação e Economia Verde*, Fórum Especial. Ver também Aspásia Camargo, *New Deal Verde e Desenvolvimento Sustentável* e Maria Cecília Junqueira Lustosa, *Inovação e Tecnologia para uma Economia Verde*.

O primeiro é atuar com visão estratégica – *planejamento para a liberdade*, na expressão de Salvador de Mariaga: impulsionar as forças criativas da sociedade, principalmente nas áreas econômica e social.

O segundo é o Estado retrair-se na expansão de sua estrutura (hoje constituída de quase 30 ministérios) – uma espécie de Leviatã, absorvendo recursos gigantescos –, reorientando-se no sentido de prover incentivos à construção de uma boa infraestrutura e ao aproveitamento de oportunidades econômicas e sociais. Ao mesmo tempo em que procura criar as condições para a maior competitividade do país.

A segunda questão institucional é a superação do *imbroglio* político em que está enredado o país.

Paulo Delgado,¹² no Fórum Especial, foi ao cerne do problema:

Ao situar os *princípios fundamentais* e os *Direitos e Garantias Individuais* antes mesmo da Nacionalidade e dos Princípios da Organização do Estado, *a Constituição afirmou a primazia da Sociedade sobre a Política. E informou ao cidadão, de forma humanista, múltipla e plural, que ninguém pode se apropriar de sua autonomia*” (grifo nosso).

Define, em seguida, o caminho de saída:

Este é hoje nosso maior problema: o padrão de intermediação de interesses pela via Política contínua dependendo dos arranjos personalistas e clientelistas (Patrimonialismo Weberiano) que os líderes Políticos estabelecem entre o Estado e alguns setores da Sociedade. É necessário democratizar um pouco mais a Democracia, assegurando universalidade, transparência e probidade aos seus atos. Enfim, dotar a função pública de compreensíveis princípios de Igualdade perante a Lei e Solidariedade para todos.

Em consonância com essa via, o Fórum Nacional, em setembro, dedicou um painel ao assunto, com a fundamentação:

A Questão Política é, talvez, o nosso maior problema. E o objetivo do painel é discutir, principalmente, como poderemos construir um bom Sistema de Partidos Políticos. Significando, em particular, ter pelo menos cinco a seis bons partidos – com um mínimo de Conteúdo Programático, corresponsáveis pela Agenda de Reformas, corresponsáveis pela Estratégia de Desenvolvimento. E em condições de fazer funcionar um bom Congresso Nacional.

Para isso, a mesa redonda do painel foi constituída pelos presidentes dos cinco principais partidos políticos do país.

Posteriormente, dois assuntos chamaram a atenção da opinião pública.

De um lado, recebeu manchetes de jornais a “sessão-fantasma” realizada na câmara dos deputados, Comissão de Constituição e Justiça (O GLOBO, 2011b). Presentes, apenas um deputado na presidência e um no plenário da comissão (35 outros assinaram

12. Paulo Delgado é sociólogo e foi Deputado Federal por seis mandatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

presença e foram embora). Na “sessão-fantasma”, foram aprovados 118 projetos, em três minutos. O presidente da sessão reconheceu haver problema ético.

Por falar em problema ético, o “indignai-vos” chegou ao Brasil, por meio das marchas contra a corrupção que houve em 7 de setembro e em datas posteriores.

E no Rock in Rio, um roqueiro, Dinho Ouro Preto, inflamou a plateia ao dedicar a canção “Que país é este?” às oligarquias, “que parecem ainda governar o Brasil”.

A questão do Judiciário

A *questão do Judiciário*, também objeto de painel especial prendeu-se, em especial, à reação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que, vendo um assassino confesso e notório levar 11 anos até ser mandado para a prisão, falou: “A justiça precisa mudar”. Mudar para tornar-se mais ágil e acessível a todos.

Nela, a ministra Eliana Calmon, presidente da Corregedoria Nacional de Justiça, centrou seu pronunciamento na ideia: “A sociedade clama por uma justiça rápida e eficiente”.

E o ministro Célio Borja propôs:

A multiplicação dos Juízes de primeiro grau, a funcionalidade e autoridade dos Magistrados auxiliares (Juizados de Pequenas Causas e de Condutas de Pequeno Potencial Ofensivo, Juízes de Paz, competentes para dirimir disputas pessoais entre vizinhos), a desmistificação de sua autoridade (Justiça) e a Desburocratização de seus instrumentos.

Ainda nesse painel, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Manoel Alberto, falou da importância do “acesso à justiça”, por meio da Justiça itinerante, “extraordinário instrumento” para estender a ação do Poder Judiciário às comunidades (favelas): isso se faz pelo uso de vans.

Cabe registro, ainda, ao reconhecimento, pela ministra Eliana Calmon, secundada pelo presidente do Colégio Nacional de Corregedores de Justiça, de “haver bandidos escondidos através da Toga”.

E o supremo está reagindo bem, nesse propósito de punir juízes que pratiquem abusos de caráter ético, fortalecendo a posição da Corregedoria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça (O GLOBO, 2011c, p. 13).

E o presidente do Supremo: “Poderes do CNJ serão mantidos” (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2011, p. A14).

TERCEIRA QUESTÃO: SÉCULO DO BRASIL? A VISÃO DO PAÍS QUE QUEREMOS

Sentido de século do Brasil e principais desafios

A resposta a essa dupla indagação está principalmente em:

- Importância de o Brasil ser um país de alto conteúdo de desenvolvimento humano.
- Necessidade de a democracia brasileira e o desenvolvimento brasileiro serem liderados por uma sociedade ativa e moderna.
- Avanço do Brasil como cultura e civilização: “eu tenho um sonho” (KING JR., 1963) – a nossa “utopia”.

Brasil como país de alto conteúdo de desenvolvimento humano – as dimensões

Esse objetivo se poderá realizar principalmente através das seguintes dimensões:

- *Educação de qualidade*, pelo menos até o nível médio – inclusive ensino técnico.
- Educação que incorpore os “Códigos de Modernidade”: capacidade cognitiva – capacidade de raciocinar, de pensar –, capacidade de tomar decisões, capacidade de comunicar-se, capacidade criativa, domínio do inglês – a língua franca de nossa época – e capacitação em TICs.
- Aprendizado (*skills* e qualificação). E aprendizado permanente – reciclagem durante toda a vida.
- Educação com inclusão (inclusão digital e inclusão cultural – ausência de exclusões).
- *Grande geração de empregos* (bons empregos) – só o emprego tira da pobreza, realmente. Significa: redução ao mínimo do desemprego aberto – tornando-o residual – e do subemprego – formas precárias de emprego.
- *Desenvolvimento da arma secreta: pequena empresa moderna* (inova e exporta) e empreendedorismo – empresário individual. *Melhor forma*: os aglomerados de empresas (APLs), em grande escala, como no exemplo da Itália – a terceira Itália (*Terza Italia*).
- *Brasil como país das oportunidades* (oportunidades para todos) – sociedade aberta.
- *Redução a um mínimo da pobreza absoluta* (necessidades básicas) e eliminação da pobreza extrema.

Avanço do Brasil como cultura e civilização (“*Eu tenho um sonho*”)¹³ – a nossa *utopia*

Consideremos, primeiro, a visão de Stefan Zweig, em *Brasil, um país do futuro*. Visão que não é o que se costuma dizer.

Na introdução ao seu livro, Zweig diz que o Brasil parecia ter resolvido bem um problema central de toda “Comunidade, toda Nação” – o tipo de sociedade: “(...) Como poderá conseguir-se no mundo viverem os entes humanos pacificamente uns ao lado dos outros, não obstante todas as diferenças de raças, classes, pigmentos, crenças e opiniões?”

E acrescenta: “*Percebi que havia lançado um olhar para o futuro do mundo*” (grifo nosso). Está nessa visão a essência da mensagem que Zweig quis transmitir, ao Brasil e ao mundo.

Não significa, ela, não haver preconceito de raça, classe ou crença. Significa, sim, termos uma boa base para a convivência civilizada, para a diversidade, para o pluralismo e para a existência do “outro”.

O segundo ponto básico vamos procurar em três “utopias” modernas.

As duas primeiras estão no “Admirável mundo novo” (*Brave New World*) (1932), já citado, de Aldous Huxley, e no “1984” (1949), de George Orwell.

Analisando essas duas utopias, diz Ashley Montagu:¹⁴

O livro de Huxley trata da vida sob uma Ditadura Científica em que toda individualidade é suprimida. “1984” apresenta a vida sob uma Ditadura Política, no mundo totalitário do ‘*Big Brother*’,¹⁵ em que a mecanização e a desumanização do homem são realizadas por meios políticos.

Ambos os autores deixam para o leitor tirar a conclusão de que sem humanidade, sem paixão, sem amor as Sociedades Humanas, tal como os Seres Humanos, estão condenados ao fracasso. E, o que é pior, à desumanização do homem em nome da Humanidade (grifo nosso).

Em verdade, pode-se ir além, sem nos limitarmos ao caso de ditaduras (ou totalitarismos), científicas e políticas. A análise de Montagu pode ser aplicada a regimes opressores em geral – por ideologia, por política ou por autossuficiência.

Ante isso, merece atenção a inferência que faz Montagu: “*A Liberdade é a mais exigente de todas as responsabilidades. Trata-se de algo por que devemos trabalhar, se é para ser entendida, mantida e desenvolvida*” (grifo nosso). Passemos à terceira (utopia moderna).

13. King Jr. (1963).

14. Introdução ao livro de Huxley, edição de 1978.

15. Que, em nossa época, deu origem a um popular programa de televisão.

“Eu tenho um sonho”: a utopia a que toda nação tem direito

Talvez a mais atual e importante utopia moderna, tanto no sentido positivo – lições de como ter uma boa República –, como no negativo – lições do que o Estado e a sociedade não devem fazer –, seja “Utopia” (MORE, 1997), livro de Thomas More, publicado em 1516.

Como síntese:

A “Utopia” de More é uma complexa, inovativa e penetrante contribuição ao pensamento político, culminando na famosa descrição dos utopianos, que vivem segundo os princípios da Lei Natural, mas são receptivos aos ensinamentos Cristãos, mantêm as propriedades em comum e veem o ouro como sem valor.

Sendo, ao mesmo tempo, uma crítica às consequências sociais da ganância e uma reflexão sobre os ônus pessoais de exercer função pública, “Utopia” dramatiza a dificuldade de equilibrar as exigências em competição de Idealismo e Pragmatismo, e continua a estimular os leitores a se tornarem participantes de um debate imperativo relativamente à melhor concepção de uma República.¹⁶

Ponto essencial: o conteúdo do livro, na síntese do próprio More, é duplo: “Sobre a melhor concepção de uma República”; e “Apresentação da nova Ilha – Utopia” (grifo nosso).

Então, *discussão*, de um lado (livro 1: “A melhor concepção de uma República”). E *descrição*, de outro lado (livro 2: “Descrição de Utopia, com longa declaração da Política de Governo, e de todas as boas Leis e normas da mesma ilha”).

O livro, portanto, não é uma *prescrição*. Ou é descritivo, ou é um diálogo, embora algumas das recomendações sejam altamente inovadoras, como a ideia de *Educação para todos. Em 1516*.

No diálogo, More insere visões, às vezes, conflitantes, de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e Cícero. Para haver argumento e contra-argumento. E o que torna o diálogo mais atual é a visão subjacente, do próprio More, de “Humanismo Renascentista” (KELLEY, 1991).

Daí sua vitalidade e complexidade.

16. Síntese da editora.

VOLTANDO À CONVERGÊNCIA, EM TORNO DE 2050

Analisando a fase recente do Brasil, no presente século, Michael Spence chega à seguinte conclusão:¹⁷

O resultado é que a Economia recuperou boa parte das dinâmicas estruturais do elevado Crescimento Sustentável, incluindo a absorção e o emprego produtivo dos Recursos Humanos subutilizados. Em outros países, isso está associado a um processo paralelo de Urbanização. No Brasil, a população já é em grande parte urbana. A parte pouco assistida da Economia vive nas cidades e nas favelas; assim, o governo expandiu o investimento nessas áreas em paralelo com seus compromissos de Distribuição de Renda e acesso a uma Educação de Qualidade.

A visão de consenso, que eu compartilho, é que essas mudanças restauraram em grande parte as bases para o elevado Crescimento Sustentável da Economia. O sucesso ajudou a incorporar uma abordagem de maior inclusão dentro da Cultura Social e Política. *Pode-se razoavelmente esperar que o Brasil percorra um caminho para o status de país avançado nos próximos 10-15 anos.* Com uma população de 200 milhões de habitantes, ele se tornará uma das maiores Economias do mundo e um significativo impulsionador de Crescimento para toda a América Latina (grifo nosso).

Com isso, seria alta a probabilidade de, no *reequilíbrio de forças previsto para 2050*, como citado, estarmos entre as maiores potências econômicas da época – talvez em terceiro lugar, após China e Estados Unidos. Com as ressalvas devidas.

Para tanto, necessário se faz, principalmente, que tenhamos assimilado bem a “revolução do conhecimento” (economia do conhecimento). E, através dessa absorção, realizado grandes avanços em relação a todas as grandes oportunidades apresentadas – e outras que formos criando.

Inclusive duas oportunidades: Conferir grande dimensão ao “Teatro Mágico da Cultura” e transformar em instrumento importante do desenvolvimento das favelas (comunidades) das regiões metropolitanas (e cidades em geral).

A sociedade ativa (porque se manifesta) e moderna (voltada para o interesse público) lidera a democracia e o desenvolvimento

Esta terra tem dono

Com essa colocação, em 1756, Sepé Tiajuru foi um dos líderes da resistência, no território das missões, aos invasores portugueses e espanhóis.

Com a mesma colocação, dizemos que esse dono é o povo – o maior trunfo de um país como o Brasil.

17. Ver *Os desafios do futuro da economia*, citado.

Povo que deseja ser objeto de consideração e dedicação:

Consideração e dedicação, principalmente, pelo sistema político.

E só há uma forma de obter essa consideração e dedicação – converter-se em uma sociedade ativa e moderna. Bertrand de Jouvenel assinala: “uma sociedade de cordeiros tende a gerar um governo de lobos”.

Povo e sociedade – um casamento indissolúvel.

“Indignai-vos” (Indignez-vous)

Stéphane Hessel (2011, 93 anos)

“Que sorte poder aproveitar para lembrar o que serviu de base ao meu engajamento político: os anos da resistência (francesa) e o programa elaborado há 66 anos pelo conselho nacional da resistência”.

“O motivo da resistência era *a indignação*”.

“Indiferença: a pior das atitudes”.

“A não violência, caminho que devemos aprender a trilhar”.

A todos aqueles e aquelas que construirão o século XXI, dizemos com carinho: *Criar é resistir. Resistir é criar.*

Função da sociedade

A função dessa sociedade ativa e moderna é liderar tanto a democracia como o desenvolvimento.

Voltando à colocação de Paulo Delgado: “A Constituição afirmou a primazia da Sociedade sobre a Política, e informou ao cidadão, de forma Humanista, Múltipla e Plural, que ninguém pode se apropriar de sua Autonomia”.

Só assim a República Democrática de Direito vai funcionar, realmente. E só assim o desenvolvimento vai acontecer em bases humanistas e modernas.

PROPOSTA: A CHAVE DO SUCESSO – ESTRATÉGIA DE RENOVAÇÃO PERMANENTE (SINERGIA MÁGICA)

Discutidas as perspectivas, para que realmente aconteça o “século do Brasil” (ou da China ou dos dois países), nossa proposta é que haja uma *estratégia de renovação permanente*, capaz de criar uma espécie de *sinergia mágica*.

Significando o quê?

A iniciativa deve partir de uma *aliança entre sociedade e estado* (ambos transformados, na forma sugerida), sabendo-se que a decisão, em última instância, cabe à sociedade.

Essa aliança se apoiaria em dois pilares:

- Alta densidade de *desenvolvimento humano* (com o conteúdo já visto), *em permanente renovação*.
- *Economia do conhecimento* (na concepção apresentada), também sempre *em renovação permanente*.

Tendo essa base, podem ser acionadas as seguintes forças propulsoras:

- *Universalidade da inovação*, mesmo na pequena empresa (moderna). Necessário é que o sistema empresarial esteja sempre criando – através de uma integração entre empresa (pública e privada), universidade e governo (criando sinergias).

Inovação é a razão de ser da empresa.

- *Dinâmica econômica em impulsão contínua*, através dos novos usos do conhecimento e do reacionamento contínuo das interligações (para a frente e para trás, criando realimentação), existentes em maior escala nas principais indústrias.
- O domínio das *tecnologias do futuro*, como:
 - TICs: devidamente integradas e sempre criando novas formas.
 - *Biotecnologia à base da biodiversidade* (é a economia a nível de molécula).
 - *Bioeconomia*, e, em particular, a *eletrônica orgânica* (enquanto a “lei de moore” vai perdendo força), na criação de coisas como *chips*.
 - *Avanço contínuo dos principais setores no sentido do PIB verde* (para chegarmos, o mais rápido possível, à *economia verde*).
- *Nova estratégia de integração nacional*, à base de uma *estratégia de oportunidades de desenvolvimento*, para o Nordeste e a Amazônia. Mas tem de haver mais: a interação das populações, economias e culturas das diferentes regiões.
- *Inserção internacional* baseada nas duas ideias citadas: a *elasticidade nas vantagens comparativas* (À La Hicks) tem de ser uma realidade; e o *Brasil tem que continuar um país global*, embora com estratégias diferentes para diferentes regiões (China e Ásia em ascensão). E relações especiais só com a América do Sul.

Com essa *estratégia de renovação permanente*, haveria alta probabilidade de convergência de resultados econômicos e sociais. E principalmente:

- Alta geração, continuamente, de *empregos de média e alta qualidade* (com desemprego e subemprego residuais).

- Transformação em realidade do objetivo de *oportunidade para todos* (inclusive para os extremamente pobres e os excepcionais).

Não há nada de milagroso, no que estamos propondo. A chave da estratégia é – talvez coisa difícil –, de fato, a ideia da *renovação permanente*. Isso, a sociedade vai dizer.

A PERGUNTA NÃO RESPONDIDA: SÉCULO DA CHINA OU SÉCULO DO BRASIL?

Talvez se diga o óbvio: século da China e século do Brasil. Significando serem os países que tendem a emergir com líderes na convergência referida, em torno de 2050.

Mas isso não é resposta. Temos de dizer algo mais.

Como introdução a esse “algo mais”, devemos considerar a visão estratégica que a revista Prospect tentou conceber para a “Grã-Bretanha em 2021” (BRITAIN..., 2011).

Dando sua contribuição, Samuel Brittan,¹⁸ respondeu:

Procurando nos meus arquivos um pequeno dossiê intitulado ‘futuro’, a melhor resposta que encontrei foi: ‘o futuro não é o que já foi’. E, complementando, falou que o grande obstáculo a ‘profecias históricas’ foi sintetizado por Karl Popper, quando disse que ‘o futuro depende, entre outras coisas, da expansão do conhecimento, que, pela sua natureza, é imprevisível’.

De fato. Mas podemos adotar a proposta sugerida, de procurar manter uma estratégia de “conhecimento em contínua transformação”, no sentido que desejarmos. sabendo, como dito e repetido, que o futuro não está contido no passado.

A respeito disso, é possível dizer “algo mais”, além do óbvio.

Principalmente, temos que aprofundar a análise das duas sociedades (e das duas economias). Particularmente no tocante a:

- Capacidade de criar e aproveitar oportunidades, principalmente nas áreas das “tecnologias do futuro” (ou “tecnologias do século”).
- Capacidade de a sociedade mobilizar-se para a definição e execução de objetivos de longo prazo (objetivos, e não previsões, ou “profecias”), sabendo que o mundo muda e temos de manter-nos atualizados, ou ser os autores das mudanças.
- Certas dimensões menos conhecidas de China e Brasil – principalmente China e Brasil como cultura e civilização.

Somos limitados. Mas podemos tentar limitar nossas limitações. Com criatividade e determinação.

18. Colunista do *Financial Times* e professor *honoris causa* da Universidade de Cambridge.

REFERÊNCIAS

- BRITAIN in 2021. **Prospect**, Oct. 2011.
- FENBY, J. **Modern China**: the fall and rise of a great power, 1850 to the present. New York: Harper Collins Publishers, 2008.
- FRISCHTAK, C. China e Brasil: singularidades e reação. *In*: FÓRUM NACIONAL CHINA, ÍNDIA E BRASIL: O PAÍS NA COMPETIÇÃO DO SÉCULO, 23., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, maio 2011.
- FULLERTON, W. Y; WILSON, C. E. **New China**, 1910.
- GENET, J. **A history of Chinese Civilization**. London: The Folio Society, 2002. v. II. Final Note.
- HESSEL, S. **Indignez-vous**. Indigène Éditions, 2011.
- HUXLEY, A. **Brave New World**. EUA: The Easton Press, Norwack, Connecticut, 1978. 1ª edição de 1932.
- IVES, C. **A pergunta não respondida**, 1906.
- JORNAL VALOR ECONÔMICO, p. A14, 3 out. 2011.
- KEIDEL, A. A China na Crise Global: recuperação e reforma? *In*: FÓRUM NACIONAL A CRISE GLOBAL E O NOVO PAPEL MUNDIAL DOS BRICS, 21., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2009.
- KELLEY, D. R. **Renaissance Humanism**. Londres: Twayne Publishers, 1991.
- KING JR., M. L. **I have a dream**, 1963.
- MAGNUS, G. O que torna a China fraca. **O Estado de S.Paulo**, p. B6, 15 dez. 2010.
- MORE, T. **Utopia**. Londres, 1997. Wordsworth Classics of World Literature. 1ª edição de 1516.
- ODED, S. **The Chinese Century**. New Jersey, EUA: Wharton School Publishing, 2006.
- O ESTADO DE S.PAULO, pág. B12, 29 ago, 2011a.
- _____. 18 out. 2011b.
- O GLOBO, 19 out. 2011a.
- _____. 23-24 set. 2011b. Primeira página.
- _____. p. 13, 11 out. 2011c.

OPINIÃO E NOTÍCIA, 19 fev. 2011. Disponível em: < <http://opiniaoenoticia.com.br/>>.

THE ECONOMIST. **A game of catch-up**, ed. 24 set. 2011a.

_____. 3 Sept. 2011b.

THORNTON, J. L. Long time coming. **Foreign Affairs**, Feb. 2008.

WHY China Works. **Newsweek**, Ed. Especial, 19 Jan. 2009.

WU, J. **Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform**. Mason, Ohio: Thomson Higher Education, 2005.

XIADING, D. **Sobre a reforma do sistema de partido e liderança estatal**, ago. 1980.

ZAKARIA, F. The new challenge from China. **Time**, 18 Oct. 2010.

CONCLUSÃO

VOLTANDO À SUMA DAS SUMAS

POR QUE “SOLIDÃO DO CORREDOR DE LONGA DISTÂNCIA”?

Corredor de longa distância

Como dito, de 1900 a 1980, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo. Era corredor de olimpíada. Mas não foi suficiente.

Depois, veio a “geração de brasileiros que nunca viu o país crescer” – em termos de renda *per capita*. E a redescoberta do crescimento – “Lula é nosso”.

Agora, nova oportunidade: a *quarta grande concepção*, se soubermos aproveitá-la.

Solidão

Por mais integrados que estejamos na economia global, temos de definir nossa própria estratégia – e os outros emergentes também –, se queremos chegar a ser *país desenvolvido*.

O BRASIL BARROCO, NO PAÍS MODERNO¹

O Brasil ainda é Barroco.

Niemeyer confessaria que a arquitetura em arcos do Palácio da Alvorada “seria a reprodução, de cabeça para baixo, do velho mercado de Diamantina. É um jogo de espelhos entre a tradição e a obra nova”.

Villa-Lobos seguiu a mesma linha: as *Bachianas Brasileiras* infundem a técnica barroca de compor “nas melodias e ritmos brasileiros”.

Os chorinhos brasileiros se colocam entre a música barroca e o jazz. Pixinguinha sabia isso muito bem.

Glauber Rocha, em seus filmes, retomou “temas e personagens que estão na tradição barroca brasileira, como o messianismo, o sebastianismo e a trágica saga de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro”.

1. Voltar a ver *O barroco, alma do Brasil*.

O cantador cego que entoia “O Sertão vai virar mar e o mar vai virar Sertão” tira dos textos do Conselheiro, recolhidos por Euclides da Cunha, seu mote apocalíptico.

Na literatura, temos a “referência maior e mais perfeitamente barroca” de Guimarães Rosa. “E Rosa aqui ressoa não só por causa de sua temática ‘mística e mítica dos Sertões’, mas também pela ‘sua escrita, por causa da estrutura de suas narrativas e por causa de alguns dos seus temas’”. Principalmente em *Grande sertão: veredas*. Lembre-se, por exemplo, a questão do ser e do parecer, em Diadorim.

“Deus é gordo”, diz Jorge Amado em *Dona Flor e seus dois maridos*. “Mais que Deus, gorda é, na verdade, a narrativa de Jorge Amado”.

Da mesma forma, Gilberto Freyre “Olhando nosso passado gulosamente ... gerou uma sociedade gorda e barroca, que, paradoxalmente, convence e encanta mais do que outras mui abstêmias”.

Nosso teatro, principalmente em Nelson Rodrigues, revela também “certo barroquismo”. Em verdade, “seu teatro expressionista é, a rigor, uma vertente dramaticamente barroca da alma brasileira”.

E, como apresentação teatral, o Grupo Galpão, de Gabriel Vilela, “transforma, por exemplo, o barroco shakespeariano de *Romeu e Julieta* em uma encenação rococó mineira, cheia de enfeites regionais”.

Poderíamos ir adiante, falando do Movimento Armorial, de Ariano Suassuna, com seu romance *Pedro do Reino* e seu *Auto da Compadecida*, e, igualmente, com o ator-espetáculo Antônio Nóbrega.

Nada mais Barroco que duas grandes artes brasileiras.

De um lado, o nosso futebol, com seus dribles e exageros, seja em Pelé, Garrincha, seja em tantos outros – negros, pardos, morenos, brancos. O barroquismo, mesmo quando servido por excelente técnica, é o mesmo. Ou era.

Mais Barroco ainda, para atrair as atenções do mundo, é o nosso carnaval – arte, “indústria criativa”, espetáculo, música, dança, reinvenção do mundo. “O carnaval é a síntese das artes, das profissões, das organizações sociais e da própria sociedade metropolitana do Brasil” (SOARES, 2011).

Não é à toa que desfila na Praça da Apoteose. Certamente, a Apoteose de nosso barroquismo, corpo e alma do Brasil.

Agora e sempre.

A MULHER CONQUISTA O BRASIL: ODE ÀS MENINAS

Ao longo do século XX e neste começo de século XXI, a mulher conquistou o Brasil – foi a revolução da mulher, segundo a colocação de Lygia Fagundes Teles² –, sem agressividade – e até com amor.

O certo é que a mulher passou a atuar em todos os espaços, desde a arena política às lideranças de governo, ao mundo empresarial, comando de organizações não governamentais (ONGs), mundo universitário, vida religiosa, atividade cultural, atuação nos meios de comunicação, presença no meio policial e militar.

No governo, temos a presidente da República e as ministras; no Congresso, as senadoras e deputadas; no Judiciário, as ministras do Supremo. Nas empresas, as presidentes e diretoras; nos mais diferentes tipos de instituições, presidentes e executivas, em geral. Nas universidades, professoras e o que se possa imaginar. Em cultura, mulheres se destacam em teatro, cinema, literatura, artes plásticas e em todas as formas de “indústrias criativas”, incluído o carnaval e a moda criativa.

Ao lado disso, as que preferem dirigir o lar, mas fazem todo tipo de curso, desde Filosofia, Literatura, História, Arte até *Creative Writing* – nossas oficinas literárias.

Estão em toda parte. São capazes de *tudo*.

Sem embargo, nunca foram tão femininas, sedutoras.

Por isso, façamos a nossa *Ode às meninas*.

Parodiando a Bethânia, gosto das “meninas superiores”, porque são superiores. E gosto das “meninas inferiores”, porque são superiores também.

RESUMO DA ÓPERA EM PORTUGUÊS:³ PARA ONDE VAI O BRASIL

O balanço feito dos avanços, deficiências e desafios, ao longo da evolução do desenvolvimento do Brasil – nossa “interpretação do Brasil” – não teve sentido de volta ao passado – no estilo argentino: culto a Peron, Evita –, nem de *Em busca do tempo perdido* (à la Proust: memórias). A ideia foi a de permitir melhor e mais fundada visão do futuro.

Com esse objetivo, devemos acentuar, em primeiro lugar, a necessidade de dispormos de instituições, no governo e na sociedade, que permitam ter visões estratégicas, no longo e no médio prazos, no espírito do Planejamento para a Liberdade (*Planning for Freedom*), de Salvador de Madariaga, já referido.

2. Ver a parte I, Momentos Especiais (V).

3. Quando jovem, o professor Eugênio Gudín ficava à porta do antigo Teatro Lírico, vendendo folhetos com o resumo da ópera em português, para obter recursos que lhe permitissem comprar o tiquete de entrada.

Ou seja: planejamento que *impulsione as forças criativas da sociedade*, com base na livre iniciativa.

Tal planejamento, de preferência, deve estar vinculado à presidência da República, para que se converta em modelo de desenvolvimento e em estratégia de desenvolvimento – usando o Ipea, inclusive.

Com duas ideias subjacentes e interligadas: combate à inflação e desenvolvimento como valores universais.

Desenvolvimento em sentido global – econômico, social, político, cultural, ambiental – e com *visão humanista*, ou seja, inspirado por valores humanos (homem – a medida de todas as coisas).

Em segundo lugar, o reconhecimento, como proposto em estudo do Banco Mundial,⁴ de que a grande prioridade, para países emergentes – principalmente da América Latina –, é superar o hiato em educação (*skills*, qualificação) e tecnologia (inovação), de forma sincronizada, em relação às nações desenvolvidas.

Isso é mais relevante que o investimento em capital físico – que é importante – e deve levar em conta que qualificação (educação) e tecnologia interagem de várias formas.

A *East Asia* (Ásia Oriental) entendeu isso há décadas. Nós, latino-americanos, ainda temos muito a aprender nessa área, para conceber as estratégias de desenvolvimento adequadas.

Em terceiro lugar, adotar um *enfoque integrado de equidade social e padrões de produção produtivos em transformação (crescimento)*.

Em estudo que propõe esse *enfoque integrado*, diz a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal):

A experiência mostra que o crescimento econômico não necessariamente, ou automaticamente, leva à equidade social. A Cepal tem argumentado, entretanto, que o crescimento ecologicamente sustentável, numa democracia, é não apenas desejável mas possível.

Realmente, da mesma forma que a equidade social não pode ser alcançada na ausência de forte crescimento sustentado, assim também tal crescimento exige um grau razoável de estabilidade social e política, e isso por sua vez significa obter certos requisitos mínimos de equidade.

A interdependência entre crescimento e equidade determina a necessidade de avançar em direção a esses dois objetivos *simultaneamente*, e não *sequencialmente*. O que representa um desafio sem precedentes. (ONU, 1992).

4. *Closing the gap in education and technology*, Washington, 2003.

O quarto, e essencial, requisito é que se procure realizar a *verdadeira revolução – a integração de desenvolvimento e democracia*. De tal maneira que o desenvolvimento se faça de modo a contribuir para o fortalecimento da democracia. E a democracia, de modo a dar estímulo ao desenvolvimento.

Se os dois grandes ideais do país evoluírem isolados, será prejudicial a ambos. Teremos um desenvolvimento sem sustentação política e da sociedade. E uma democracia que não serve ao grande número, nem à sociedade.

Integração – a palavra-chave.

Para concluir, uma breve referência à visão de Brasil proposta por Robert C. Wolcott:⁵

O Brasil tem muitos recursos (aptidões) poderosos. Não subestimem o patrimônio de seu país na música e nas artes, o potencial para construir uma comunidade globalmente competitiva e o famoso *joie de vivre* associado ao Brasil. Esses ativos atraem pessoas criativas que aspiram a construir o futuro. O que, em última análise é o que significa ser um empreendedor (O ESTADO DE S.PAULO, 2011).

REFERÊNCIAS

O ESTADO DE S.PAULO. **O *Brazilian way* no empreendedorismo**, p. N2, 17 out. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). **Social Equity and Changing Production Patterns: an Integrated Approach**, 1992.

SOARES, C. Desenvolvimento social através do carnaval. **Inteligência Empresarial**, Crie/COPPE/UFRJ, n. 35, 2011.

5. Diretor executivo do Kellogg Innovation Network (KIN).

EPÍLOGO

A BUSCA DA FELICIDADE

“O sentido final da vida humana está na busca pela felicidade.”

Gilberto de Mello Kujawski (2010)

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA¹ – ESTADOS UNIDOS, 4 DE JULHO DE 1776

Sustentamos essas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados, pelo seu criador, de certos direitos inalienáveis, que entre eles estão a *vida*, a *liberdade* e a *busca da felicidade* (*the pursuit of happiness*). (Preâmbulo, grifo nosso).

INTERPRETANDO A BUSCA DA FELICIDADE (*THE PURSUIT OF HAPPINESS*)²

Sumariando o que vimos, até agora, em nossa tentativa de entender a colocação da Declaração, de que entre esses direitos – inalienáveis – estão a *vida*, a *liberdade*, e a *busca da felicidade*:

1. O *direito fundamental* é a busca da felicidade, com base em nossa obrigação de construir uma boa vida para nós próprios.
2. Os direitos à *vida* e à *liberdade* são direitos subordinados, porque são direitos a *meios* indispensáveis à busca da felicidade. E também porque garantia de vida e órgãos, liberdade de ação e liberdade política dependem de circunstâncias que estão no poder de uma sociedade organizada, e de seu governo, de controlar.

Claro, existem outros direitos naturais. “Todos os seres humanos, por natureza, têm desejo de conhecimento”. Mas esse e os demais direitos naturais são também subordinados ao direito à *busca da felicidade*.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – ONU, 1948

Artigo 1º Todas as pessoas nascem livres e iguais em oportunidades e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

1. Redigida por Thomas Jefferson.

2. Ver Adler (1987).

Artigo 3º Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à *segurança pessoal* (grifo nosso).

1948 E 1776: E O DIREITO FUNDAMENTAL? O CONTRASTE: CHINA – PALAVRA DE ORDEM É FELICIDADE – E PASCAL

China

A *palavra de ordem* destinada a mobilizar e motivar a população – em um momento em que a China busca novos rumos políticos, sociais e econômicos – é *felicidade*. As autoridades consideram que, depois de 30 anos de crescimento econômico e de sacrifício feito pelo povo para que a China se tornasse a segunda economia mundial, está na “hora de mais felicidade aos que trabalham tanto. (O GLOBO, 8 maio 2011, p. 40, grifos nossos).

Pascal, século XVII

O homem deseja ser feliz, e apenas deseja ser feliz, e não consegue desejar não sê-lo.

ZWEIG: BRASIL COMO CLIMA SOCIAL PROPÍCIO À BUSCA DA FELICIDADE?

Por isso, é sobre a existência do Brasil, cujo único desejo é a construção pacífica, que repousam nossas maiores esperanças de uma civilização futura e de pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura. Onde quer que forças éticas estejam trabalhando, é nosso dever fortalecer essa vontade. Ao vislumbrar esperanças de um novo futuro em novas regiões em um mundo transtornado, é nosso dever apontar para este país e para tais possibilidades.

Clima social propício à felicidade?



CRISTO REDENTOR – 80 ANOS, *ODE AO AMOR*

A charge do Chico (O GLOBO, 12 out. 2011), nos 80 anos do Cristo Redentor, diz tudo: diferentemente do *Primeiro dia da criação*, de Michelangelo (*Capela Sistina*), em que Deus estende a mão para tocar os dedos do homem, que estava sendo criado, o que se viu, em cores, na primeira página do jornal, foi o braço estendido do Cristo Redentor, para apertar a mão do carioca – e do brasileiro.

Então, “Ele é nosso” – independentemente de sermos ou não cristãos.

E nos ajuda na “busca da felicidade”.

É só lembrar o que disse Ashley Montagu a respeito de qualquer visão do mundo que implique a “diminuição de conceitos como amor, sacrifício e honra”.

Amor, em primeiro lugar.

Porque só o amor traz a felicidade.

REFERÊNCIAS

ADLER, M. J. **Sustentamos essas verdades**. Nova York: Macmillan, 1987.

KUJAWSKI, G. M. **O sentido da vida**. São Paulo: Gaia, 2010.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Fábio Oki

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdará Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Anderson Reis

Danilo Tavares

Capa

Andrey Tomimatsu

Crédito capa

Imagem de escultura do Aleijadinho – Exposição do CCBB

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

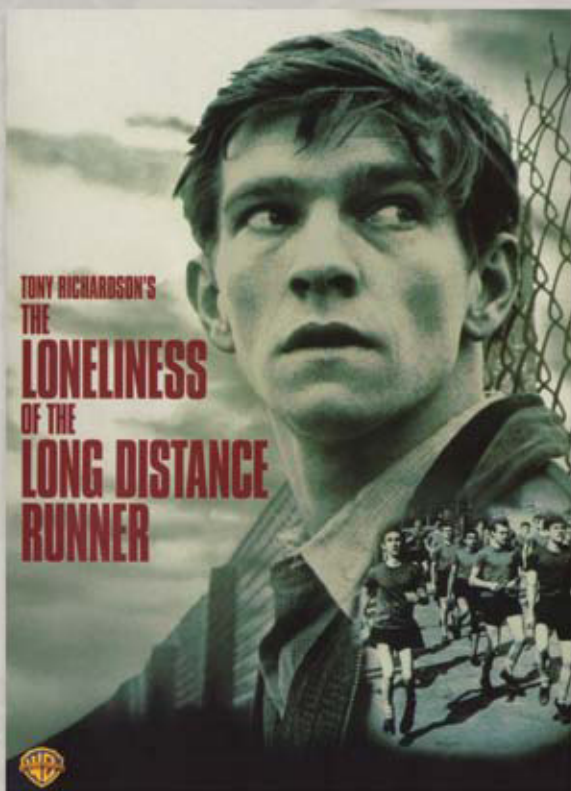
Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ISBN 978-85-7811-126-7



9 788578 111267 >



"A Solidão do Corredor de Longa Distância"
Filme de Tony Richardson, 1962



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Ministério da
Integração Nacional